UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

KAUÊ AVANZI

Entre foices e engrenagens: crise, mobilidade do trabalho e a contradição urbano-agrário no
Estado do Paraná

KAUÊ AVANZI

Entre foices e engrenagens: crise, mobilidade do trabalho e a contradição urbano-agrário no Estado do Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientadora: Amélia Luísa Damiani

São Paulo
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO POR QUALQUER MEIO PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA OU POR MOVIMENTOS SOCIAIS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-mail do autor: kaue.avanzi@usp.br

Avanzi, Kauê

Entre foices e engrenagens: crise, mobilidade do trabalho e a contradição urbano-rural no Estado do Paraná / Kauê Avanzi. São Paulo. 2018

Dissertação (Mestrado) DG-FFLCH/USP

Orientadora: Amélia Luísa Damiani

Capa: BERNI, Antonio. *La grán tentación*, 1962. Sucata sobre madeira.

1. Campo cidade 2. Cotidiano 3. Implicação 4. Urbanização brasileira

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome:

Kauê Avanzi

Título:

Entre foices e engrenagens: crise, mobilidade do trabalho e a contradição urbano-rural no Estado do Paraná.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos:

Milton Santos afirmava que a atividade intelectual é uma atividade solitária. Me permito aqui discordar deste grande geógrafo ao dizer que este trabalho só foi possível devido a colaboração de um grande número de pessoas que fizeram esta dissertação viável. O que aparece escrito neste trabalho foi intensamente vivido por muita gente, e não seria justo reivindicar o crédito por transcrever algo que, no nível do vivido, apareceu como uma intensa troca de conhecimentos deste momento da vida em que transito entre dois Estados: Paraná e São Paulo. Este não é um trabalho de gabinete e, por isso, tive grande auxílio de muitas pessoas para concretizá-lo.

Agradeço inicialmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou este trabalho a partir de bolsa de mestrado sem a qual – devido à classe à qual pertença – este não seria possível. É uma pena ver o retrocesso que temos sofrido neste setor nos últimos dois anos.

A Amélia, orientadora e amiga que sempre amplia minhas perguntas; aos companheiros de Geografia em São Paulo e Curitiba: Bruno, Mahara, João, Amanda, Gustavo, Ana Sanches, Ana Scherer, André Fedel, Samanta, Natalia, Leonardo, Kauã; a todos os amigos do grupo de pesquisa “A Vida Cotidiana e o Urbano”, com os quais pude, em construção coletiva, aprofundar os conceitos aqui presentes a partir de nossas leituras e discussões de Marx às sextas-feiras; ao professor Wolf, pelas leituras da Ritmanálise e do espaço urbano e agrário do Paraná; ao professor Lafaiete Neves, que com sua contribuição teórica para pensar o urbano paranaense nunca abandonou a luta e a militância na vida.

Aos amigos e companheiros dos movimentos sociais que fizeram parte desta construção no CEFURIA: Vanda, Charles, Fagner, Leonildo, Pulga, Maurício, Nice, Tati, Andréa; do MST Paraná: Marcos, Ceres, Wellington, Miriane, Josiane, Dircele. Daniel, Francislaine, Rosane, Daciur, Maria, Vitor, Márcia, que me receberam em suas casas no Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu. Aos companheiros do Coletivo Tarifa Zero e da luta pelo transporte urbano público em Curitiba: Luís, Taciane, Bianca, Izabela, Gabriel, Mateus e Thiago. A todos os amigos, alunos e colegas de trabalho no Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli, que possibilitaram muito do que está presente neste texto. A meus pais e irmãos que me deram apoio e suporte quando necessário.

A Marcieleh, companheira de todas as horas que traz mais luz aos dias acinzentados de Curitiba e a Antônio Emiliano, meu companheiro de escrita entre choros, fraldas e muita alegria.

Sumário

Resumo.....	8
Introdução.....	9
Documentos.....	16
Estrutura de organização da Escola Itinerante do Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu.....	17
Entrevista Lafaiete Neves – Professor da UFPR e relator da CPI dos Transportes de Curitiba realizada por Kauê Avanzi e Luís Henning em 07/2016.....	18
Relatório da roda de conversa do eixo de direitos humanos do dia 03/08/2015 – CEFURIA-SENAES.....	27
Relatório da roda de conversa do eixo de direitos humanos do dia 10/08/2015 – CEFURIA-SENAES.....	30
Relatório da roda de conversa do eixo de direitos humanos do dia 17/08/2015 – CEFURIA-SENAES.....	33
Relato da nona etapa do Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Local, do projeto Coopera Rua.....	37
Mapas do bairro Vila Verde, localizado na Cidade Industrial de Curitiba, pintado pelos alunos nos muros do Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli.....	40
1. O pequeno mundo da Geografia: ritmo, implicação e análise institucional.....	41
1. 1 A geografia e a neutralidade científica.....	42
1. 2. O geógrafo Macunaíma: sobre observação, implicação e pesquisa.....	50
1. 3. O pequeno mundo da Geografia.....	60
2. Paraná Agrário, Paraná Urbano.....	68
2.1. O pó da estrada.....	68
2.2. Breve história urbano-agrária do Norte paranaense.....	75
2.3. Porecatu, Paraná.....	83
2.4. Os Herdeiros da Luta de Porecatu.....	87
2.5. A fala e o cotidiano na luta por Reforma Agrária.....	94
3. Crise da cidade, organização e reprodução do Espaço: planejamento urbano e direito à cidade no município de Curitiba-PR.....	99
3.1. Primeira implicação: o centro planejado da “Cidade Modelo”, ou sobre como a ditadura da forma se impõe no cotidiano urbano.....	100
3.2. Segunda implicação: A Cidade Industrial de Curitiba e o avesso do urbano.....	107
3.3. Terceira implicação: O Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli.....	115
3.4. Quarta implicação: Na rua, quem dorme por último apaga as estrelas.....	119
3.5. Cidade modelo: o planejamento urbano como negócio em Curitiba-PR.....	124
3.6. A cidade, o planejamento e a vida cotidiana.....	132
4. A dialética campo-cidade no Brasil: esboços de uma reflexão.....	139
4.1. Campesinato e Urbanização: contradições e continuidades.....	139
4.2. Agricultura capitalista e camponesa no modo capitalista de produção.....	142
4.3. Contradição e crise capitalista: colonialismo e renda da terra.....	153
4.4. O “problema” do campesinato e do urbano no Brasil.....	158
Considerações finais.....	166
Bibliografia.....	170
Mapas.....	174

Alucinação - Belchior

Eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Em nenhuma fantasia
Nem no algo mais
Nem em tinta pro meu rosto
Ou oba oba, ou melodia
Para acompanhar bocejos
Sonhos matinais

Eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do oriente
Romances astrais
A minha alucinação
É suportar o dia-a-dia
E meu delírio
É a experiência
Com coisas reais

Um preto, um pobre
Uma estudante
Uma mulher sozinha
Blue jeans e motocicletas
Pessoas cinzas normais
Garotas dentro da noite
Revólver: cheira cachorro
Os humilhados do parque
Com os seus jornais

Carneiros, mesa, trabalho
Meu corpo que cai do oitavo andar
E a solidão das pessoas
Dessas capitais
A violência da noite
O movimento do tráfego
Um rapaz delicado e alegre
Que canta e requebra
É demais!

Cravos, espinhas no rosto
Rock, Hot Dog
Play it cool, baby
Doze Jovens Coloridos
Dois Policiais
Cumprindo o seu duro dever
E defendendo o seu amor
E nossa vida

Mas eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Em nenhuma fantasia
Nem no algo mais
Longe o profeta do terror
Que a laranja mecânica anuncia
Amar e mudar as coisas
Me interessa mais

Resumo:

Esta dissertação pretende dar conta de elaborar uma reflexão que conecta dois pontos no Estado do Paraná – Sul do Brasil – onde a contradição urbano-agrário no capitalismo, do ponto de vista da lógica dialética, se expressa de maneiras distintas, no entanto, vejo possibilidade de aproximações. Por um lado Curitiba, cidade limpa, organizada e planejada, ícone internacional do urbanismo e do planejamento urbano a nível metropolitano; por outro o município de Porecatu, no assim chamado Norte Novíssimo deste mesmo estado (KOLHLHEPP, 2014), onde a modernização da agricultura gera e intensifica conflitos no campo que têm a posse e/ou propriedade da terra como mote, e onde a resistência dos movimentos camponeses tem sua origem no Brasil

Durante o trabalho de pesquisa pude me confrontar com problemas que apareciam no plano teórico como dotados de uma grande complexidade, uma vez que estive de frente a fenômenos e conceitos que foram trabalhados no contato das periferias da Geografia Agrária com as da Geografia urbana. Ao trabalhar neste recorte, é possível evidenciar aquilo que, por muitas vezes, é desprezado tanto pela Geografia Urbana quanto pela Geografia Agrária por se tratarem de fenômenos que transitam entre um pólo e outro da contradição urbano-agrário no Brasil. Para tal, me utilizo da teoria da implicação e análise institucional (ALTOÉ, 2004; BAITZ, 2006; LOURAU, 1988) como método de pesquisa, buscando adentrar o mais profundo possível no tecido da vida cotidiana dos sujeitos que vivem na pele o processo de urbanização crítica (DAMIANI, 2004) assim como sua expressão na produção e reprodução do espaço.

Palavras-chave:

Paraná – Curitiba – Porecatu – Campo-cidade – Implicação.

Abstract

This dissertation wants to make a reflection that connects two points in the State of Paraná - South of Brazil - where the urban-agrarian contradiction in capitalism, from the perspective of dialectical logic, is expressed in different ways, however, are possible approximations. On the one hand Curitiba, clean, organized and planned city, international icon of urban planning and urban planning at metropolitan level; on the other hand, the country of Porecatu, in the so-called North New Highlands of this same state (KOLHLHEPP, 2014), where the modernization of agriculture generates and intensifies conflicts in the countryside that have the ownership and / or ownership of land in your origins, and where peasant movements are originated in Brazil. During the research I was able to confront problems that appeared on the theoretical plane as endowed with a great complexity, since I was faced with problems and concepts that were worked in the contact of the peripheries of Agrarian Geography with the Urban Geography. Working on this clipping, it is possible to show what is often overlooked both by urban geography and by agrarian geography because they are events that pass between one pole and another of urban-agrarian contradiction in Brazil. For this, I use the theory of institutional analysis and implication (ALTOÉ, 2004; BAITZ, 2006; LOURAU, 1988) as a research method, seeking to penetrate as deeply as possible in the everyday life of the subjects living in the skin the process of critical urbanization (DAMIANI, 2004) as well as its expression in the production and reproduction of space.

Key-words

Paraná – Curitiba – Porecatu – Country-city – Implication.

Introdução

Vivemos agora um período de crise. Um período de alienação. As duas – alienação e crise – caminham juntas, de mãos dadas, como se fossem amigas muito próximas. Não que estas não estejam presentes a todo momento na vida cotidiana de qualquer sujeito que viva sob o modo de produção capitalista, mas em momentos como os que vivemos agora estes dois conceitos evidenciam um ao outro, e um cresce de importância na medida em que o outro se coloca com mais força em cena, e vice-versa. Portanto, ao fazer análises, prospecções e projetos, os conceitos manejados podem se desmanchar, como areia ao vento, em uma questão de horas com o decorrer dos acontecimentos. Cabe à ciência explicar uma realidade plena de movimento, mas que no momento de representar o real pode torná-lo estático e imóvel (SANTOS, 2012). Ficar preso à forma científica que entende o espaço como absoluto é fazer uma reflexão que apesar de seus esforços não sai do lugar, como um cão que persegue o próprio rabo.

A crise nos penetra por todos os nossos poros, habita o nosso cotidiano. Como posso reconhecê-la? Explicá-la? Defini-la? Talvez em mim mesmo, implicado como estou na realidade na qual me propus a buscar explicações. O pesquisador fala de um lugar social, pertence a uma classe, defende estes ou aqueles interesses, dá a voz ou cala este ou aquele aspecto de uma questão. Vive em um bairro, possui uma família, uma casa, uma raça, uma etnia, uma cultura, uma orientação sexual. Ou não. O pesquisador tem um lugar de fala (MARTINS, 1993). Ele enuncia o mundo de acordo com os interesses, grupos e projetos dos quais ele partilha ideologicamente. Não existe ciência ou conhecimento neutros. Estes – conhecimento e ciência – refletem sempre o seu tempo e não podia deixar de fazê-lo; estão a serviço das necessidades de um regime social determinado e, se não fosse capaz disso, teriam sido eliminados como corpos estranhos, inúteis. (LEFEBVRE, 1969).

Os urbanizadores e engenheiros das grandes cidades, por exemplo, se colocam como os especialistas na questão da mobilidade urbana. Formulam teorias, modelos e maquetes que explicam a eficiência e modernidade de sistemas de transporte coletivos como os de Curitiba, cidade em estudo neste trabalho, são especialistas da cidade. Mas não sentem o frio absurdo pelas manhãs nas estações-tubo, para aguardar um ônibus no qual os bancos são desconfortáveis e nem precisam se espremer de maneira humilhante para chegar ao seu local de trabalho. Aquele que projeta e aquele que usa e mobiliza o sistema de transportes não são as mesmas pessoas, dando origem a análises estatísticas que reduzem o habitante da cidade a um dado, um número, ao mesmo tempo que geram uma série de desconfortos para este. Estes cientistas sociais podem produzir uma Geografia agrária ou urbana de um determinado local do planeta pensando unicamente em seus elementos formais, como a sequência de projetos e intervenções que enaltecem os técnicos e governantes que “inovaram” com tal ou qual forma arquitetônica e/ou urbanística como elemento

representativo de um dado momento histórico-geográfico da cidade ou do campo. Para Lefebvre (1991):

Se a razão tivesse de ser definida pelo rigor formal (como se toda idéia devesse ser ou absolutamente falsa ou absolutamente verdadeira), as contradições reais do pensamento e da vida seriam excluídas do pensamento. Definida pelo rigor formal. A razão seria ao mesmo tempo definida pela imobilidade e pela coerência vazia. Disso decorreria um novo conflito entre a razão e a mobilidade variada da experiência entre a coerência interna do pensamento claro e os aspectos múltiplos da vida. A razão aparece então como estando situada fora do real; e, por causa disso, o real é lançado no domínio do irracional, abandonado ao irracional, sem que a razão abstrata encontre direitos para compreender ou agir.”¹ (Op. Cit. p. 123)

Pensando a ciência da qual partimos, a Geografia oficial não coincide com a real. Ela é uma representação que apaga os conflitos e contradições que o modo de produção implica na vida cotidiana de determinado período histórico-geográfico. Ela é um aconchego, uma história do poder contada por aqueles que o detêm e que, por isso, auto proclamam-se vencedores (LACOSTE, 1988). Ignora as contradições, os conflitos, a arte, a poesia. Contém uma ideologia, mas se diz neutra na pretensão de se apagar enquanto discurso de classe dentro do modo de produção capitalista. Há que olhar o mundo sob a lógica dialética, como aquela que incorpora os elementos positivos lógicos e o analisam sob o ponto de vista de sua contradição, desviando o seu sentido com o objetivo de botar em questão as formas do poder na vida banal, que inclui o mundo do trabalho, mas também o plano do subjetivo. Pretendo refletir aqui o mundo do seu ponto de vista negativo (LEFEBVRE, 1991).

Busco com o trabalho que segue, dar conta de analisar a mobilidade do trabalho e a crise capitalista, assim como seus conteúdos e contradições a partir da cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, visando romper com a dualidade existente quando se trata do agrário e do urbano, partindo do materialismo dialético (Op. Cit.) e da teoria da implicação (ALTOÉ, 2004; BAITZ, 2006; LOURAU, 1988) para melhor compreendê-lo desde a base, a partir daquilo que é considerado por grande parte da ciência como sobra, resto ou dízima desprezível².

Neste sentido Curitiba se mostra didática devido à forma autoritária como se desencadearam seus grandes projetos de planejamento e reurbanização, desenvolvendo uma área central organizada de maneira racional e eficiente, ao mesmo tempo em que gera a exclusão dos mais pobres destes

1 LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1991.p. 123.

2 José de Souza Martins chega a se dar conta desta questão na sociologia da seguinte maneira: “As ciências Sociais têm, num certo sentido, uma concepção definida de quais questões são as fontes aceitáveis e respeitáveis do dado sociológico. Do mesmo modo, entre a história oral e a história documental, dificilmente um historiador consideraria a primeira tão importante e segura quanto a segunda. Entre o formulário pré codificado e o depoimento autobiográfico espontâneo, o sociólogo e o cientista político tenderão a considerar o primeiro fonte mais objetiva que o segundo. Entre o depoimento do chefe da família e o da empregada doméstica dirão que o primeiro é mais completo e seguro, quando se tratar de um estudo em que a família for considerada o “sujeito” da investigação.” MARTINS, José de Souza. *Fronteira*. Contexto. São Paulo. 2014. p. 102.

mesmos equipamentos urbanos vendidos como “humanizados” . O crescimento urbano, organizado em conjunto pelo Estado e pelo capital privado visando mercantilizar o Espaço da maneira mais lucrativa possível ocorreu em paralelo à degradação e à espoliação de uma porção de pessoas que vivem às margens da cidade ou em sua região metropolitana, sem o direito de desfrutar da “cidade-modelo”, ou mesmo da “cidade sorriso” (BENVENUTTI, 2016).

Em um país como o nosso, onde desde a colonização há uma luta incessante do Estado contra o povo, a propriedade da terra já nasce concentrada e serve como ferramenta de imposição de trabalho às classes empobrecidas, no campo e na cidade (MARTINS, 2010). Na constituição do Brasil que conhecemos hoje, a década de 1970 foi um período de grandes mudanças. Em um período de modernização forçada e conservadora, milhões de pessoas em todo o país deixam suas famílias, laços e vínculos subjetivos de municípios rurais para tentar vida nova nas cidades grandes, onde supostamente haveria oferta de empregos na indústria. Tal movimento populacional intensificou a crise urbana e viu seus becos, calçadas e favelas explodirem de gente que, com suas famílias, não possuem nada além de seu próprio corpo para lutar por sua sobrevivência (NEVES, 2006). Em Curitiba surgem, neste mesmo período, diversas ocupações irregulares, que são vistas como entraves ao uso “racional” do espaço, e prejudiciais ao mercado imobiliário e à paisagem da cidade. BENVENUTTI (2016), afirma o seguinte a respeito deste quadro:

A presença das favelas constituía uma “preocupação” que estava para além da questão estética, pois afetava diretamente a produção imobiliária de mercado voltada à acumulação de capital, visando atender classes mais abastadas ou aqueles em condições de pagar para usufruir das “linhas puras da arquitetura” residencial e demais empreendimentos comerciais e de serviços. Apesar do espaço não se constituir como elemento de produção, visto que é um bem natural, a apropriação desse é condição fundamental para a construção dos empreendimentos imobiliários. (Op. Cit. p. 221)

O planejamento técnico da cidade é alçado à condição de um conhecimento inteligente, que distribuiria a população e os recursos pelo território, diminuindo os problemas sociais vividos pelas grandes cidades até então. Projetos urbanos desta monta no geral não cumprem sua promessa de uma cidade para todos e, pelo contrário, separam de maneira violenta aqueles que vivem a cidade com todas as suas benesses daqueles que não têm o direito a esta, vivendo a suas bordas em moradias precárias, trabalhando em empregos distantes e mal remunerados. Os impactos destas grandes mudanças inserem à força uma grande massa de pessoas em uma forma de reprodução social que estas não compreendem, e as coloca em uma condição na qual a alienação é necessária para amortizar tais contradições na vida cotidiana (SEABRA, 2003). A ideologia do trabalho, a meritocracia, o fazer-se sozinho é uma constante na boca de pessoas que trabalham muito mais do que deveriam e desfrutam muito pouco daquilo que lhes é prometido como fruto deste mesmo trabalho (LEFEBVRE, 1983).

A obra *La grán tentación*, do artista argentino Antônio Berni é capa deste trabalho, e trata de representar este fenômeno nas cidades latino-americanas. Este mural, feito em madeira a partir de colagens de sucata encontradas pelo autor pelas ruas, apresenta um grupo de pessoas, admirando uma moça loira em um outdoor, que carrega um carro luxuoso em suas mãos. Entre os observadores está *Ramona* – personagem que tem sua história contada em vários momentos da obra de Berni – uma mulher migrante do campo que chega à cidade na esperança de ganhar dinheiro e viver uma vida luxuosa. Passa a viver pulando de emprego em emprego, tendo sua situação de vida cada vez mais degradada, a ponto de obrigar-se a prostituir-se para ter alguma ascensão social, mesmo que mínima. Este grupo de trabalhadores e mais um cão que os acompanha observam, da favela onde vivem, os prédios da cidade ao fundo consternados. Seus olhos, feitos de moedas de peso argentino, refletem o brilho no olhar dos pobres diante das luzes da cidade e da mercadoria. Ramona é oprimida duas vezes, enquanto trabalhadora e enquanto mulher, e ainda uma terceira quando tem seu sexo comercializado, porém seus olhos ainda brilham diante da possibilidade de acesso ao luxo e à mercadoria. O urbano está diante de todos, mas não pode ser atingido por nenhum deles.

A alienação é parte importante no processo de manter ativos e produtivos os trabalhadores, mesmo que estes sofram das mais diversas agressões e humilhações. A degradação da trabalhadora e do trabalhador é uma constante em todas as etapas do processo. Podemos observar em *O vale de Campan*, de Henri Lefebvre (2011), onde há uma tentativa de elucidar as mudanças na vida cotidiana dos habitantes de *Campan*, localizada na região montanhosa dos Pirineus, ao sul da França, e busca encontrar elementos que encontrem explicações para as mudanças espaciais ocorridas com a introdução das formas capitalistas de propriedade privada da terra na região. O autor inicia a partir da exposição de parte da documentação analisada na obra, a fim de introduzir o leitor no ambiente em estudo para que este possa compreender como tais mudanças foram sentidas na vida banal da época, até chegar a seus moldes atuais. As antigas formas de cobranças de impostos em produtos (galinhas, trigo, leite, etc.) passam a ser realizadas em dinheiro, gerando a imposição das formas atuais de tempo, trabalho e propriedade fundiária, deixando muitos camponeses sem terra e forçando-os a buscar sua existência de outras formas que não mais preso a esta. Para Lefebvre:

(...) A pressão administrativa e fiscal do Estado não reservava em Campan sua devastação. A dissociação da comunidade, a aparição da burguesia, a diferenciação das classes e as divergências de interesses no seio da burguesia local não puderam ser fenômenos locais. Constatamos a incidência desses fenômenos sobre a vida local e até na organização do “gênero de vida” pastoril. Mas não se trata de limitar esses fenômenos a sua incidência. (Op. Cit. p. 271)

Na busca de compreender estas desagregações, colocando como sujeitos aqueles que vivem

as precariedades e misérias do modo de produção capitalista em sua vida cotidiana, repito nesta dissertação o movimento lógico de Lefebvre. Início o trabalho com uma reunião de documentos que tratam de representar para o leitor a contradição urbano-agrário desde a base deste fenômeno, sob as transformações contemporâneas do capitalismo.

O primeiro documento apresentado é um esquema elaborado por educadores da escola itinerante do acampamento *Herdeiros da Luta de Porecatu*, no município de Porecatu-PR, no qual se explicita a estrutura organizativa desta mesma escola. Pude estar presente neste acampamento, e também nos acampamentos Zilda Arns e Manoel Jacinto Correia, entre os dias 12 e 17 de Outubro de 2016, durante o encontro regional dos sem terrinhas, me envolvendo nas atividades organizadas pelos educadores das escolas itinerantes dos acampamentos e assentamentos da região, coletando estes e outros documentos, um conjunto de fotografias e entrevistas apresentadas nesta dissertação.

Na sequência temos a transcrição de entrevista realizada com o professor da Universidade Federal do Paraná e relator da CPI dos Transportes do município de Curitiba, Lafaiete Neves, realizada no mês de Julho de 2016 no âmbito das lutas em torno das pautas do movimento de transporte público em Curitiba, no qual o Coletivo Tarifa Zero e a Frente de luta pelo transporte público têm papel central. A cidade tem atualmente a maior tarifa entre as capitais brasileiras³ (R\$ 4,25) e justificam-se os altos preços pela superioridade técnica que este sistema de transporte ofereceria em relação a outras capitais⁴. Logo após temos os relatórios das rodas de conversa, realizadas nos dias 03/08/2015, 10/08/2015 e 17/08/2015, com pessoas em situação de rua na cidade de Curitiba, por meio do projeto de educação popular *Agentes de Desenvolvimento Local*, do qual pude fazer parte e que foi realizado realizado pelo CEFURIA (Centro de Estudos Urbano-Rural Irmã Araújo) e MNPR (Movimento Nacional do Povo da Rua) no eixo de direitos humanos; seguido pela reportagem publicada pelo CEFURIA a respeito do trabalho de cartografia social realizado dentro deste mesmo projeto na nona etapa do Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Local, do projeto Coopera Rua, publicado em 17/12/2017. Finalizo com parte dos mapas realizados em projeto de cartografia social com os educandos do Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli entre os anos de 2016 e 2018.

3 O jornal Brasil de Fato estampa, no dia 3 de Fevereiro de 2017, a matéria com o título “Com tarifa de R\$4,25, Curitiba será capital com passagem de ônibus mais cara do país”. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/03/com-tarifa-de-rdollar425-curitiba-sera-capital-com-passagem-de-onibus-mais-cara-do-pais/> Acessado em 07/06/2018.

4 “Em nota, a prefeitura argumenta que o aumento é necessário para “recompôr o equilíbrio econômico-financeiro do sistema de transporte público e permite a retomada de investimentos que tragam melhorias para os passageiros”. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/03/com-tarifa-de-rdollar425-curitiba-sera-capital-com-passagem-de-onibus-mais-cara-do-pais/> Acessado em 07/06/2018.

As páginas que seguem são o esboço de uma reflexão ainda inacabada (como todas as reflexões que podem se chamar de coerentes), dada as condições adversas de ser professor, militante e estudante nascido nas periferias da Zona Leste de São Paulo e que, enquanto escreve sobre crise, desemprego, mobilidade do trabalho, escassez, entre outros processos, vive na pele e sofre também das contradições que analisa e critica. Há aqui uma tentativa ainda em andamento de fazer uma retomada da descrição como processo fundamental aos estudos em Geografia, no entanto, desviando o sentido dado a esta por autores da Geografia regional tradicional tais como Paul Vidal de la Blache (1954), Friedrich Ratzel(1990), Manuel Correia de Andrade (1980), Pierre Monbeig(1984), entre outros, e inspirando-me nas descrições implicadas realizadas por Frederich Engels em *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2013) e em *Para a questão da Habitação* (2010).

Ao fazer este movimento, em que me assumo como parte do objeto em estudo, busco uma ruptura com a tradicional relação sujeito-objeto cunhada pelo positivismo lógico, em que um sujeito ativo e neutro se põe em relação a um objeto passivo e submisso no processo de pesquisa. Ao buscar por um método que fosse coerente neste sentido, deparei-me com a teoria da implicação (ALTOÉ, 2004; BAITZ, 2006; LOURAU, 1988), conforme exposto no capítulo 1, intitulado *O pequeno mundo da Geografia: ritmo, implicação e análise institucional*. Aqui busco defrontar-me diante da Geografia positivista de cunho eurocêntrico em suas diversas vertentes, tradicional, regional, descritiva e quantitativa, buscando desviar-lhe o sentido e utilizando de suas ferramentas a partir de um outro campo de coerência (LOURAU, 2004), ou seja, do ponto de vista daqueles que vivem as transformações espaciais no nível da vida cotidiana.

Na sequência, no capítulo 2 intitulado *Paraná Agrário, Paraná Urbano*, busco refletir sobre o processo de formação do espaço agrário paranaense à partir de trabalhos de campo realizados no período entre os anos de 2013 a 2016, e incluindo as reflexões feitas a partir da disciplina *Geografia do Estado do Paraná*, realizada no segundo semestre de 2014 no Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, e ministrada pelo professor Wolf Dietrich Gustav Johannes Sahr. Os trabalhos de campo foram realizados de ônibus e através de caronas à beira da estrada, que me renderam boas conversas além de elementos concretos para melhor compreender a formação espacial do estado, principalmente a sua porção norte, onde faz fronteira com o Estado de São Paulo. Este capítulo foi escrito também a partir da vivência no acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, no Município de Porecatu, Norte Novo do estado do Paraná, no qual pude estar na casa de diferentes moradores do acampamento, compartilhando seus afazeres e trocando conhecimentos sobre as ações na militância cotidiana. Agradeço novamente ao Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra e a seus membros por esta possibilidade.

A seguir, em Crise da cidade, organização e reprodução do Espaço: planejamento urbano e direito à cidade no município de Curitiba-PR, busco refletir sobre o planejamento urbano da cidade de Curitiba, e as formas como este, tomado como referência mundial no setor, na verdade encobre e intensifica as contradições sociais existentes nesta cidade, que está entre as 4 mais desiguais da América Latina (BENVENUTTI, 2016). As descrições e observações foram realizadas em trajetos de bicicleta e ônibus pela cidade, assim como através do trabalho como assessor popular junto ao CEFURIA (Centro de Estudos Urbano Rural Irmã Araújo) junto às ocupações urbanas da Zona Sul e à população em situação de rua do município. Também me foi fundamental o trabalho como professor no Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli, através do qual pude me aproximar um pouco mais de uma Curitiba viva e periférica, com seus discursos e conflitos, fechando as reflexões aqui contidas analisando mais a fundo documentos já obtidos como os relatórios da CPI dos transportes de Curitiba e a pesquisa amostral com população em situação de rua construída pelo CEFURIA.

Por último, em *A dialética campo-cidade no Brasil: esboços de uma reflexão*, exploro os elementos formais da relação urbano-agrário no Brasil, pensando a partir do Estado do Paraná, tendo em vista a sua formação econômica, social e política, assim como seus desdobramentos na vida do trabalhador pobre. Aqui, a partir da obra de Luxemburg (1984) e Thompson (2013), os elementos que conferem especificidade a nosso processo de formação do campo e da cidade, assim como o camponês e o operário enquanto classes sociais.

Documentos

ASSEMBLEIA DA ESCOLA

Setor de Educação (vermelho) conecta-se ao **Movimento Social Organizado** e ao **Coletivo de Juventude**.

COMUNIDADE (verde) conecta-se ao **Coletivo de Juventude**.

NÚCLEOS SETORIAIS: (cinza)

- NS Saúde e bem estar
- NS Apoio ao ensino
- NS Cultura e comunicação
- NS Finanças e Infra-estrutura
- NS Embelezamento
- NS Agricultura e agro-ecologia
- NS Registro e memória

Assembleia dos estudantes (azul) conecta-se a todos os núcleos setoriais e ao **Conselho Escolar**.

Comissão Executiva da Assembleia (amarelo) conecta-se ao **Conselho Escolar** e à **Assembleia dos estudantes**.

Conselho Escolar (verde) conecta-se à **Assembleia dos estudantes** e aos **COLETIVOS PEDAGÓGICOS**.

COLETIVOS PEDAGÓGICOS (azul) incluem:

- Educadores
- Equipe Pedagógica
- Direção
- Trabalhadores de apoio

AGRUPAMENTOS REFERÊNCIA NOS CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA:

Educação Infantil:

- 1º Ciclo (4 e 5 anos)
- 2º Ciclo (6, 7 e 8 anos)
- 3º Ciclo (9, 10 e 11 anos)
- 4º Ciclo (12, 13 e 14 anos)
- 5º Ciclo (15, 16 e 17 anos)

Outras modalidades / cursos:

- Educação e Jovens e Adultos
- Profissional
- Normal Médio

Entrevista Lafaiete Neves – Professor da UFPR e relator da CPI dos Transportes de Curitiba realizada por Kauê Avanzi e Luís Henning em 07/2016

Lafaiete: Então, você está querendo (...) a sua questão é o recuo que houve a partir dos anos 90, não é?

Kauê: É, dos anos 90 para os anos 2000 (...) porque parece que depois da década de 80, em que você teve todos aqueles movimentos que veio junto com o movimento de redemocratização e tal, você teve todos os movimentos que rolaram na periferia de Curitiba, principalmente ali na Zona Sul, e depois aconteceu, depois desse auge, que não foi só em Curitiba, você vê este mesmo momento em outras capitais do Brasil estava acontecendo. Depois desse boom dos movimentos sociais eles dão uma resguardada...

L: Mas tem particularidades...

K: Como assim?

L: Em Curitiba isso ocorre, é verdade, em relação a todo o país, nós tínhamos a redemocratização, mas ele não se dá da mesma forma em todas as cidades. Você vai ter uma característica de Curitiba que é uma característica própria do ponto de vista do que? Da mudança do grupo político que dominava a prefeitura, tá? Que era o grupo ligado ao Jaime Lerner, da antiga ARENA, tá? Da velha ditadura militar, que o Jaime foi eleito duas vezes prefeito quando ele fez as grandes intervenções urbanas e a principal delas é o sistema de transporte coletivo colocando aí as canaletas próprias, a primeira experiência brasileira de canaleta própria para o transporte coletivo. Claro, com a tecnologia avançada, trouxe a Volvo, porque nós não tínhamos uma fábrica que pudesse se dedicar à produção voltada a este tipo de veículo, e então ele faz isso. Mas então há uma crise no sistema, dá uma crise econômica muito grande, com a crise dos anos 70, com o êxodo rural, uma pressão social muito forte, as famílias tradicionais que operam sobre o transporte estão aqui há 54 anos, e essas famílias acabaram continuando sempre e nunca tiveram nenhum interesse em fazer um transporte mais barato, muito pelo contrário, né? O que eles fazem hoje é um sistema de extorsão muito grande em cima do custo operacional deles que não é revelado. Ninguém tem acesso. Então o que nós assistimos: o grupo político do Jaime Lerner entra em crise, com a crise da ditadura, e aí nós vamos ter em 82 uma eleição para governador do Estado, e sobe ao poder, ao governo, o José Richa, que é o grande líder do velho MDB. Vem a reforma política e eles se chamam PMDB, apenas acrescentou partido no Movimento Democrático Brasileiro. E é lógico que o José Richa vem com uma proposta de democratização, e ele então coloca como prefeito de Curitiba o pai do atual prefeito, que era o Maurício Fruet, Deputado Federal. E o Maurício Fruet vem com o discurso da democracia participativa. Há todo um processo de pressão social muito forte e ele é obrigado a fazer algumas concessões. Criou, por exemplo, a partir do momento de pressão popular das associações de bairro, criou os fiscais populares, que eram 90 fiscais escolhidos pelas associações de bairro pra controlar o número de passageiros nos terminais, nos pontos, nos bairros e faz, na verdade, um congelamento de tarifa inédito. Nós ficamos mais de um ano com a tarifa congelada em Curitiba. É lógico que depois vem uma eleição e ganha a prefeitura de Curitiba – porque as capitais não tinham eleição, o Maurício foi indicado pelo Richa – em 85, com a crise da Ditadura, com essa abertura lenta e gradual, e aí teve a eleição pra governador e não para as capitais e áreas de segurança. Então nós não tínhamos eleição aqui. Em Foz do Iguaçu, por exemplo, que é área de segurança, e aí veio a abertura um pouco maior para fazer a eleição nas capitais e áreas de segurança nacional. E quem é que se candidata? O atual senador Roberto Requião de Melo e Silva. Quem era Roberto Requião de Melo e Silva? Era um militante do movimento de bairro, de associação de bairro, e nós militávamos juntos.

K: Mas ele era das associações de bairro também ali da Zona Sul?

L: Sim, nós atuamos juntos na Zona Sul...

Luís: A entidade era a FEMOCLAN?

L: Não, a entidade era... a FEMOCLAN é bem mais tarde, nós tínhamos três entidades: nós tínhamos a federação de bairros que era hegemônica pelo grupo do Requião; nós tínhamos a união geral de bairros que era hegemônica pelo PT, que na época nasceu aqui em 81, 82; e nós tínhamos o movimento de associações de bairro hegemônico pela igreja, do qual eu participava. Então nós tínhamos três frentes. E as três frentes atuavam conjuntamente. Cada um com seu espaço, mas havia uma mobilidade muito grande na base, e a gente fazia grandes concentrações, tá? Tanto é que quando o Fruet ganhou nós fizemos uma concentração com 15 mil moradores de bairro. Nunca houve isso em Curitiba, nunca mais se fez isso. 15 mil moradores de bairro pra discutir saúde, habitação, transporte, entendeu? O que obrigou o Fruet a ter que ceder. Então o que eu tava dizendo é isso, que o Requião vem da organização das associações de bairro. Ele era advogado, junto com outros advogados de esquerda não é? O Edésio, Passos, esse grupo todo aí da esquerda do PT, e aí eles vão acumulando, o PT vai acumulando, o Requião vai acumulando. E o que que acontece? O pessoal da igreja vai pro PT, né? Fortalece esse rol do PT e o Requião não vai pro PT, o Requião vai pro PMDB. Continua no MDB e vai pro PMDB. E se elege prefeito da capital porque ele era deputado, ele teve um ganho do acúmulo político, se elegeu deputado em 82, e aí ele fez a fama em cima do transporte, porque ele tinha estrutura da assembléia, tinha dinheiro, tinha recursos, tinha liberados dele, então ele acumulou e fez a carreira política dele em cima do movimento social, é claro. Mas quando ele ganha a eleição em 85, a pressão em cima dele é grande. “Agora você vai ter que fazer tudo isso que a gente lutou até aqui!” E o que que ele faz? Aí ele anula os contratos, cria uma outra estrutura na URBS, e passa o controlar pra URBS como é até hoje, que é a receita pública, o pagamento por quilômetro, que mudou recentemente, mas era isso antes. E é lógico que o que isso tem haver com isso? O que aconteceu depois de 90? O Requião, foi em 87 que ele fez a mudança no transporte coletivo. Acabou com as permissões... acabou com as concessões e colocou permissão, que deixa o empresário fragilizado, o empresário não pode reagir que ele pode dançar, entendeu? E com isso ele encostou os empresários e conseguiu negociar, fez um acordo com eles, não anulou os contratos, do ponto de vista de acabar com a concessão, ele apenas mudou o caráter jurídico, né? E manteve aquela velha, aquelas velhas famílias no mesmo sistema, e ele desarmou o movimento social. Porque? Porque ele cooptou as lideranças. Colocou nas administrações regionais o pessoal que tinha ascendência sobre o movimento de bairros. E ele passou a não receber militante de bairro, quem queria reclamar ia pras regionais. Zona Norte, Zona Sul, Zona Leste, Zona Oeste...E ele se livrou da pressão social. Então há um problema aí de cooptação que tem que estudar. Tem que perceber a câmara de vereadores, o que que ele fez com essa câmara, entendeu? Então há uma característica aqui em Curitiba que não é igual...não é igual o resto do país. Porque? Porque quem assumiu a prefeitura foram pessoas que emergiram do movimento e conheciam as fragilidades do movimento. Conheciam as fragilidades. E na medida que cooptaram as lideranças dando função gratificada na prefeitura...desarmou. Aí ficou a igreja gritando sozinha, e nada aconteceu mais. Criaram a FEMOCLAN, e criaram uma outra entidade, juntaram toda essa gente toda em cima, o Requião acabou com o conselho municipal de transportes fazendo o quê? Inchando o conselho. Eram representantes da sociedade civil, da prefeitura...ele botou 230. Quem? Tudo que era assessor, tudo que era vereador. 230, nunca dava quórum, então você não podia decidir nada, entendeu? Então isso era uma característica dele, quer dizer, na verdade esvaziou os órgãos de fiscalização e representação. Esvaziou. E ele fazia o balcão, negociava direto com os partidos, como é até hoje. Dava os cargos. Os administradores regionais abafavam qualquer manifestação que

pudesse acontecer, já antecipavam o que estava acontecendo. Então isso explica muito desse recuo. No resto do país também recuou porque? Porque houve o vale-transporte, com o Afonso Camargo, aprovou o vale-transporte, o que deu uma aliviada, porque se gastava 30% da renda familiar com transporte. Por isso que dava revolta sim. A massa ia pra rua, a massa pulava catraca, a massa fazia o diabo aí, entendeu? Porque era um problema de sobrevivência. Aí com o vale-transporte deu uma esvaziada nacional no movimento. Porque as empresas tiveram que arcar com 70% do custo, não é? E o trabalhador com a parte menor. E foi a forma que se encontrou para que o trabalhador chegasse ao trabalho, porque era impossível ele pagar aquilo, continuar pagando com aquela inflação, que era uma inflação galopante não é? Você está imaginando hoje 12%, nós estávamos com 800% de inflação. Quer dizer, era um absurdo, não é? Então os anos 90 explicam muito pelo populismo do MDB, que o PMDB é muito velho e, o populismo do PMDB, ele age no sentido de acabar com a movimentação. A mesma coisa o PT, o que o PT fez? Aprendeu com o PMDB. Esse populismo do Lula, populismo da Dilma, é a mesma coisa, o que que está havendo hoje? A cooptação é federal, não é? Você não encontra um cara bom que não esteja metido nessa história do poder, não é? Estão nos conselhos lá, todo mundo metido lá em cima, não é? Agora com a crise política atual, com a subida, com a não descida do PMDB do poder, porque ele nunca apeou do poder até hoje, não é? Sempre viveu lá. E isso está diminuindo pro PT aquele poder que tinha de cooptação, e agora vão ter que se encarar de volta ao movimento social e tem que repactuar, não é? Ele vai ter que repactuar. Então é interessante esse vazio dos anos 90, merece uma pesquisa, merece um aprofundamento sim. Além das causas sócio-econômicas, as particularidades políticas da cidade de Curitiba, não é?

K: É, porque Curitiba, eu vejo que é uma cidade que tem uma característica bastante interessante de transporte público, não é? Que é uma cidade que se vende pra fora de Curitiba como um transporte extremamente eficiente, extremamente...que consegue conectar todos os bairros, que consegue conectar todos os lugares, que é um transporte pontual, que as pessoas conseguem se locomover com facilidade pela cidade, mas ao mesmo tempo tem uma tarifa que está beirando São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, que são capitais muito maiores e você vê que esse arco desse planejamento de Curitiba, com os eixos estruturais deixa de fora muitos bairros que tem um transporte público bastante precário. Então quem está nas periferias do CIC, quem está nas periferias da zona Sul da cidade tem uma dificuldade imensa de conseguir chegar no centro, não é? Via transporte público. E isso também não é vendido. Eu queria perguntar como é que está esse quadro do transporte público em Curitiba hoje, como você vê ele.

L: Olha, você tocou num ponto que é importante, também fazer uma leitura sobre a imagem de Curitiba. A imagem que foi vendida de Curitiba. O Jaime Lerner realmente fez um trabalho de mídia e propaganda muito bem feito, tá? Porque ele estava vendendo não apenas o transporte coletivo, ele tava vendendo a Volvo, foi ele que trouxe a Volvo. Ele tava vendendo a Volvo. Os motores são Volvo, os Chassis são Volvo, tá? Então ele tava vendendo um produto muito maior do que o transporte, e a Volvo realmente se fez em Curitiba. Ela é hoje a maior produtora de caminhões de pesadas toneladas do país e ela começou com o transporte coletivo. E ela tinha que disputar com a Scania (...) que ela estava entrando. E ela já entrou com mercado. As experiência de inovação tecnológica a Volvo fez no transporte coletivo, e continua fazendo no transporte coletivo. Porque o ônibus híbrido foi desenvolvido aqui em Curitiba, o sistema biarticulado, triarticulado, quatro eixos, foi desenvolvido aqui, entendeu? Então, esse sistema que foi montado, foi um sistema montado junto com a Volvo, não é? Com a empresa sueca que realmente se instalou aqui pra vender pro mercado nacional e internacional, que é o que está fazendo hoje, e o Jaime Lerner exportou esse modelo de transporte para a América Latina. Então você tem Peru, você tem Equador, você tem Colômbia com a implantação do sistema curitibano. E outros países da África estão importando também, o modelo. Então é muito mais, é um grande negócio na verdade. É muito mais do que

transportar passageiros na cidade de Curitiba. E eu acho que ele conseguiu vender essa imagem. Uma cidade, na verdade, que foi produzida do ponto de vista do *merchandising* que foi feito e que se torna uma referência. Agora, não é mais, deixou de ser. Porque? A velha tecnologia que ele implantou, a estação elevada, a estação tubo. Absolutamente contrária ao nosso clima. Se você for agora em uma estação tubo, você vai pegar uma pneumonia, entendeu, porque encana vento, esse frio desgraçado, não tem nenhum sistema de calefação, os ônibus não tem calefação. Ao passo que São Paulo, o Hadaad já está colocando nos novos ônibus de São Paulo todos eles têm *Wifi* e calefação, coisa que não tem aqui. Um ônibus desconfortável. Você já usou os ônibus? Você vai ver que eles não são confortáveis para o passageiro. E se você usa a estação tubo também não é confortável. Não tem um banco pra você sentar, tem um cano pra você se encostar, não é? Esse sistema não tem futuro, ele esgotou.

K: Mas tem a questão da meia tarifa que aqui é bem mais restrito que em outras capitais também...

L: Também, o passe, né, que vocês chamam, não tem. Não tem pra criancinha, quer dizer, você no Fundamental, da primeira à quarta série, antiga quarta série, e depois não, e você vai ter que pagar quanto, não é? Então você não tem nenhuma parceria viável para o estudante aqui, não é? Então você tem que estudar essa imagem de Curitiba. Essa imagem de Curitiba tem dois autores aqui que também exploraram bem isso, que é a Fernanda Sanchez, que é uma arquiteta, e o Dennison de Oliveira, da História (...) que acho que trabalham com a imagem, a cidade que foi construída no imaginário. Se você vai em qualquer lugar desse país e falou em Curitiba, nossa, Todo mundo já fala que Curitiba, (...inaudível...) mas não é o padrão, não é? Mas ninguém sabe as condições reais de transporte que estão. Assim como quando houve a desintegração, esse é um dado real, a desintegração está trazendo um pesado ônus à população, por quê? Porque você triplicou o valor da tarifa. Daí até as cidades da região metropolitana gastam em torno de dez reais, pra quem vive de salário mínimo, pra quem está no mercado informal, pra quem está desempregado, não é? Uma crise dessas que estamos vivendo. Nós estamos tendo uma queda de passageiros assim violenta. Nós tínhamos 25 milhões e meio de passageiros quando nós trabalhamos o relatório da URBS em Julho de 2013. 25 milhões e meio/mês. Dois milhões e meio/dia de passagens. Isso em Julho de 2013 quando nós fechamos o relatório e entregamos para o prefeito. Sabe quanto que nós temos hoje? 18 milhões. 7 milhões e meio desapareceram. Quer dizer, o que que está acontecendo? Está havendo uma queda brutal da demanda. E toda vez que cai a demanda, com o denominador diminuindo, você eleva a tarifa. Se você aumentar o número de passageiros você diminui a tarifa. Porque a tarifa nada mais é que a soma dos gastos totais pelo número total de passageiros, isso é a tarifa. Se você quebrou o denominador qualquer, você quebra a tarifa, então nós estamos vivendo um drama em que o número de passageiros está diminuindo, o custo está aumentando, e está se tornando impossível hoje, vai ter problemas, está tendo problemas e vai continuar tendo e vai piorar, não tem solução. O subsídio acabou em Curitiba porque quebrou a integração, o Estado nunca mais financiou a integração e o prefeito aproveitou pra acabar com o subsídio, não é? E aí nós estamos com uma tarifa real que está custando muito. Agora, o lucro...

Luís: Esse negócio que eles fizeram agora de deixar a tarifa real mais cara que a tarifa técnica...

L: Sim, aliás, a tarifa técnica ficou um ano sem reajuste, foi maior que a tarifa técnica...

K: Um reajuste...

L: Mais vocês veem, como pode estar pagando mais do que a tarifa técnica? Isso é um absurdo, isso é uma extorsão, você não pode pagar mais do que a tarifa técnica.

Luís: Eles fizeram supostamente uma poupança, sei lá...

L: Sim, fizeram um caixa.

Luís: tem que fazer, não é? Porque a tarifa técnica está em 3,61 e a passagem está em 3,70, não é?

L: e tem outra coisa: o ônus dos trabalhadores. Os empresários continuam pressionando dizendo “olha, tá caindo o número de passageiros!” e a prefeitura não resolve o problema. Quer resolver o problema é o seguinte, é resolver o problema da tarifa. Mas não resolve, aumentam a tarifa. Caiu o número de passageiros. Cair mais um passageiro, é um ciclo vicioso, não tem solução, o sistema quebra. Está pra quebrar. A prefeitura vai ter que assumir tal risco. Porque que não quebrou ainda? Por pressão. O componente de custo só os empresários têm. E o número de passageiros só os empresários têm. O que que tem, a prefeitura terceirizou o serviço de controle de passageiros, e isso é um absurdo. Você terceirizar o controle de passageiros é entregar o galinheiro pra raposa tomar conta. Porque, quem disse que o controle de passageiros que o ICI está fornecendo, que presta o serviço de controle é real? Ninguém sabe. Porque vai no relatório que nós fizemos em 2013, você vai no relatório da CPI dos transportes, referendam o nosso, você vai nos relatórios do TCE, referendam o nosso. A gente já tinha apontado isso em 2013, Por que? Porque descobrimos dentro da prefeitura, dentro da URBS, que ela não tem controle. Os relatórios de despesas das empresas já não são entregues há anos. Então você não sabe o custo. Então esse é um negócio que se não quebrou, é porque ele está lucrativo. Nenhuma empresa opera por muito tempo no vermelho só, tem que quebrar. Se não quebra é porque está muito bom o negócio. Está muito bom, não é? É um raciocínio simples. Isso que é um monopólio. Por que que é um monopólio? Porque você fez uma licitação fraudulenta, e isso era o que todos os relatórios apontavam, fraudulentas...

K: Mas o que, com que elemento a gente pode falar desses relatórios, desse processo de licitações que foram fraudulentas? O que que a gente pode entender?

L: O que os relatórios apontam que houve de fraudulento é o seguinte: primeiro ponto, qual é o objetivo de toda licitação? É ter uma disputa de mercado. Segundo, com a disputa de mercado e economia, que você abra a licitação para ver quem oferece o melhor serviço ao menor preço. Isso não aconteceu. Nosso relatório diz isso, o relatório da CPI diz isso, e o relatório do tribunal de contas diz isso. Por que? Porque houve um oligopólio, que no fundo é um monopólio. Por que que é um monopólio? Veja bem, são três lotes. A empresa A não poderia participar do lote B. A empresa B não poderia participar do lote C. E elas participaram de todos os lotes. Por que? Porque 75% da frota pertence a uma única família chamada Gulin. Se eles tem 75% do serviço, eles ditam o preço, aí caracteriza monopólio. É isso o que os relatórios apontam. É claro, segundo: exigências absolutamente inacreditáveis foram feitas para barrar a concorrência. Qual por exemplo? Tinha que ter 25 anos de experiência no modal tecnológico de Curitiba pra participar da licitação. Ora, não tem no Brasil nenhuma empresa de ônibus que opera no modal de Curitiba, que é com a plataforma elevada e a estação tubo. Então elas não podiam entrar na licitação. Segundo: tinham que dar uma calção de entrada na concorrência de 250 milhões de Reais, e isso é muito alto. Terceiro: o edital de licitação, ele foi absolutamente fraudado. Por que que ele foi fraudado? Porque toda licitação pública tem que ter um parecer jurídico da área jurídica da onde opera a licitação. Foi pedido, foi feito, e daí fizeram determinadas exigências que só podiam continuar a publicação do edital se tivessem determinadas correções. Por exemplo, a quantidade de ônibus por linha e outras exigências. O que que aconteceu? O edital não foi corrigido, fizeram um outro e publicaram sem voltar ao jurídico pra ele dar o parecer final. Então eles dizem que o TCE, o nosso e o relatório da CPI dizem a mesma coisa. Tá aí um arranjo qualquer por trás aí que não ignoraram as exigências que foram feitas pelo juiz da URBS e eles quiseram outra coisa, e deram legalidade ao processo.

Quarto elemento que aparece. As cartas fianças do banco foram feitas em um só banco, no mesmo horário e em uma sequência numérica. Quem diz isso? O relatório dos sindicatos. Os sindicatos assim como o meu, o sindicato dos professores da Universidade Federal do Paraná, Sindicato dos bancários, sindicato dos professores do Estado, a APP-Sindicato, os Urbanitários de Curitiba, não é? Esses sindicatos eles encomendaram um relatório tá? Contrataram um relatório de análise da licitação e pegaram todos esses mau feitos na licitação, então isso tudo comprova que essa licitação ela foi direcionada, entendeu? E Curitiba não muda nunca. Por que que está defasado? É o único modal, não entra o metrô, abandonaram o metrô, porque os empresários de ônibus não querem outro sistema, não deixam acontecer nada diferente na cidade. Isso que o Jaime Lerner montou vai continuar aí por quantos e quantos anos ainda, não é? Ninguém mexeu, ninguém mexe e ninguém consegue mexer. É claro, então esse poder dos empresários ele é muito forte na cidade. E agora estão querendo voltar a idéia do bonde elétrico. E os empresários não têm interesse no metrô porque? Porque eles não têm capital suficiente pra operar o metrô, eles não tem como. Eles tinham que ter um aporte de capital pesado aí, não é?

K: Mas o que é interessante, o que eu acho legal talvez comentar é que Curitiba, ao mesmo tempo que tem um transporte que hoje já não é mais, que já não atende as necessidades da maior parte da população, tem esse ciclo da tarifa que você mesmo colocou, uma coisa que você vê bastante é o pessoal usando a canaleta de bicicleta como alternativa ao ônibus, e isso é visível na cidade. E não tem estrutura na cidade para as bicicletas não competirem com os biarticulados, então você tem atropelamentos, e uma série de problemas que decorrem desse limite do transporte público, ao mesmo tempo em que você tem uma carência quando você vai mobilizar uma luta na cidade ela não consegue, com a exceção de 2013, não consegue ter uma massa de pessoas como acontece em outras capitais, como é que você acha que as pontam essas coisas, do porque dessas coisas acontecerem? De ao mesmo tempo você ter uma carência e uma mobilização baixa? Se é que você acha que tem uma mobilização baixa hoje...

L: Acho que houve uma mudança muito grande aí nas representações, tá? Esvaziaram-se os movimentos sociais dos bairros e a luta pelo transporte virou uma luta institucional em Curitiba, burocratizada. Quem é que fez os últimos embates? 5 sindicatos mais o [coletivo] Tarifa Zero, estudantil e tal. Também com seus problemas e insuficiências de mobilização e tudo isso. Porque mobiliza, mobiliza e mobiliza e você junta 20, 30, quer dizer, Curitiba desmontou o movimento social. As representações políticas que tinham ascendência no movimento social, tinham pertinência e presença foram todas pra sindicatos, foram todas pra partido, foram todas pra máquina burocrática e ninguém mais voltou pra fazer movimento de bairro. O movimento de bairro hoje é um movimento de bairro atrelado ao Estado, com raras exceções. Uma ocupação lá na Tiradentes, não é, uma aqui, a outra ali, mas acabou...a prefeitura hoje tem o controle do movimento de bairro. Tem o controle. O que que é o CONCITIBA? O Conselho da Cidade de Curitiba? É um troço burocratizado com controle total da prefeitura, as associações de bairro ali estão todas sob controle. Então não tem como mobilizar. 2013 foi reflexo de São Paulo. Foi reflexo de uma mídia que botou a massa na rua, também. E o que que deu 2013, nós vimos o que que deu, não é? Nós estamos vivendo ainda hoje 2013, não é? Quem se apropriou de 2013? Vamos encarar a coisa como ela é. Não foi a esquerda. Em 2013 já estava presente no movimento o antipartidarismo muito forte, é ou não é? Você levantava uma bandeira vermelha eles rasgavam. Você não podia levantar o estandarte de uma APP, de uma CUT, de uma...eles quebravam. E o que que deu? Isso. O que que deu? Quem se apropriou? A direita. Então o movimento, a mídia já vêm desde lá montando, montando sim, um golpe. E esses movimentos foram utilizados. Essa é a minha leitura. Deu no que deu. A corrupção, anticorrupção, o movimento queria acabar com a corrupção: Lava Jato. E o Lava Jato tá lavando o que? Não é? Tá pegando quem? As velhas raposas da política estão preservadas. Os velho partidos de direita...o PMDB velho de guerra está lá, mandando na república. O Senhor Cunha, que é o

grande líder, que tem 150 deputados na mão dele, que ele ajudou a eleger, com toda essa dinheirama que ele pegou aí, com conta na suíça e blábláblá está mandando no congresso sendo um homem hoje afastado, tá? Então nós temos um quadro político complexo hoje que 2013 fechou. E a gente achava que estávamos fazendo um bambambam. E nós estávamos indo para as cabeças. Não é? É verdade. Quer dizer, acho que tudo é um processo democrático de lentidão de quem está no governo de não ter respostas. A dona Dilma ficou sentada na cadeira lá, enganou o movimento social com 5 propositinhas lá de gabinete, nada aconteceu, e hoje está reclamando o que? Foi deposta porque realmente não deu resposta. Porque se tivesse dado resposta ao movimento social, à luta da tarifa, à luta da corrupção e bambambam, também não teria sido apeada do poder. Do governo. No poder eu não sei se já esteve um dia. Não teria sido apeada do governo, não é? E a velha direita, que sempre deu os golpes no Brasil, desde o Getúlio, desde o Juscelino (...) desde a ditadura militar, ela está aí de novo. São os mesmos nomes, das mesmas famílias, das mesmas... não é? Estão todos aí. E com o velho discurso udenista da moralidade, da moralização dos costumes, da moralização da política, da moralização da escola. Escola sem partido. O que que é isso? Escola sem ideologia. Gente, está um momento muito forte. Então tudo isso está pondo abaixo a mobilização social, a organização de base. Eu vejo desta forma. Eu acho que nós estamos vivendo um dos piores momentos da história, que eu conheço, de mobilização. Então vai continuar este movimento burocratizado, institucional, fazendo o enfrentamento no nível técnico. Tem alguma contribuição? Tem. É pequena? Não é pequena. Porque nunca se fez em Curitiba, nunca mesmo, se fez estudos técnicos tão profundos, que não conseguiram ser detonados pela prefeitura. Nós conseguimos. São estudos que, se você lê os relatórios você vai ver que tem consistência. Nós ganhamos no nível técnico deles. No nível político não. Mas no nível técnico nós ganhamos o debate.

K: E hoje, depois de toda essa trajetória nos movimentos sociais de Curitiba, como é que você vê, quais são as possibilidades que o movimento de esquerda em Curitiba pode explorar hoje, pro senhor. Quais são as possibilidades que a esquerda em Curitiba poderia tomar agora. Porque eu sinto a esquerda curitibana mais acuada do que a de outros lugares hoje. Como você vê as possibilidades pra que esse quadro mude?

L: Por incrível que pareça, eu acho que o transporte ainda é um elemento de profundo impacto. Se souber ser explorado politicamente. Nos últimos 35 anos, o transporte coletivo sempre foi um elemento decisivo nas eleições. Eu quero relativizar as eleições, tá? Eu acho que não é por aí. Mas eu estou dizendo o seguinte, vai dar uma oportunidade para o debate público. Porque o transporte de Curitiba hoje está em uma crise profunda. E acho que esse é o momento de voltar pra casa e tentar politizar. Não tem um espaço. A esquerda não está preparada tecnicamente. Lê pouco, estuda pouco, sabe pouco. A gente olha quem são os candidatos, eles não sabem sobre isso. Se a gente vai ver a biografia de cada um, eles não sabem não. Não sabem nada. Porque sequer acompanharam bem essa discussão. Não estiveram junto com a gente pra estudar. Mas eu acho que o transporte é um grande elemento de mobilidade e grande embate político na próxima conjuntura, por ser ano eleitoral. Se é que tem alguma coisa pra acontecer é isso. Não estou vendo em um horizonte próximo nada mais.

K: É, porque é interessante ver como em muitas cidades, e até pra algumas zonas de Curitiba, isso já é visível e existe uma impossibilidade de viver a cidade, não é? A cidade está distante, muita gente não consegue ver essa Curitiba que é acessível pra alguns e que não é acessível pra boa parte do pessoal no CIC, do pessoal no Boqueirão...Pra chegar no Caximba aqui no Centro é um trabalho muito árduo pra muita gente, não é? Então, um pouco do que eu estou querendo explorar no trabalho é o quanto esse planejamento de Curitiba, que foi construído pra ser eficiente, não consegue atender boa parte dos migrantes que vieram depois desse processo da década de 70 e 80 pra cá, e por isso você tem uma periferia muito afastada e muito bloqueada do Centro, não é?

L: É, você tem duas cidades. Você não tem uma cidade. Você tem no mínimo duas. A cidade dos pobres e a cidade da classe média e média alta, a cidade dos ricos. Mas veja bem, isso não é novo. O Jaime Lerner, desde o começo, criou um cordão de higienização pra isolar a pobreza, pra jogar a pobreza pra região metropolitana. Como? Via sistema de transportes. Ele foi o indutor do desenvolvimento, da ocupação do solo urbano e da valorização do solo urbano. Esse dado é importantíssimo. E os mais pobres sempre foram morar muito distantes porque a terra era mais barata, tá? Então o sistema de transportes ele é um sistema de segregação social. Ele não foi um sistema de socialização. Você não vê inclusão, entendeu? Então Curitiba sempre foi pensada pra ir até a Linha Verde, o Jaime Lerner nunca pensou pra lá da Linha Verde, aquilo não existia. Era um banhado ali. Vila Hauer, Boqueirão, aquilo era banhado. Até o estádio aqui do Coxa chama o que? Aonde ele está? Água Verde. Era um banhado. A arena. Era pra chegar até a BR-116 a cidade, ela não era pensada pra lá da BR-116. Então o Jaime Lerner sempre cuidou da cidade, pensou a cidade de classe média e de burguesia. Os aparelhos culturais, e tarará foram todos pensados para o Centro. O que que você tem fora do Centro? Em termos de acesso à pobreza, de bens culturais? Nada. No máximo que você chega é ali na Vila Isabel, não é? Não tem mais nada além da Vila Isabel.

Luís: Recentemente tem aquele Cine Guaraní que é ali no final, aquela coisa assim...

L: É lá na Vila Isabel que tem alguma coisa. Todo o aparato cultural está pra cá. Do São Lourenço pra cá. Tamandaré, Colombo, CIC, Araucária, São José, Boqueirão. Então, nós temos uma cidade segregada. E não tem nenhum interesse, nem do atual prefeito, nem de ninguém, de acabar com isso aí.

K: Mas isso pra você tem a ver com a garantia do lucro destes empresários que controlam, também, o transporte público?

L: Total. Na medida em que se espalha mais aumenta o negócio deles, não é? Se a cidade não se espalhasse em metropolitana o lucro deles seria menor, correto? Quando você expande o negócio pra mais longe, ele dá mais dinheiro. Então é um negócio que depende exatamente do espalhamento da cidade, não é? E é um sistema que carrega quem tem baixa renda. Porque quem tem renda média tem carro. Esse preço da tarifa, ele facilita você usar o seu carro. Por que? Porque você paga 3,45 no litro de gasolina, um carro gasta em média, em média uns 9 quilômetros, tá? Vamos pensar. 1,0 vai até mais.

Luís: O nosso que é 1,6 gasta pouco, e é 1,6...1,6 anda nove quilômetro por litro, 1,0 anda uns 12 quilômetros.

L: Então as pessoas, estão no lucro. E você está pagando na passagem hoje, quanto tá o preço?

Luís: 3,70. Se for pra uma pessoa anda sozinha não compensa.

L: Tá mais caro que a gasolina. Então qual incentivo que a classe média tem pra usar carro, tem gente que tem dois carros, não é? E a burguesia, a cada quatro pessoas eles têm quatro carros pra dirigir. Recorremos para a segunda instância, no tribunal de justiça. Mantiveram a decisão da primeira instância porque não entraram no objeto da ação porque a licitação já havia acontecido. E mantiveram a medida de má-fé, como se nós estivéssemos agido de má-fé sendo que nós estávamos defendendo usuários, não estávamos defendendo em causa própria. E se desconhece no Brasil uma ação popular ser julgada por medida de má-fé, isso não existe. E multar quem entra com ação

popular, isso também não existe. Mas no Paraná existe.

K: Comoque foi constituído esse projeto popular que vocês propuseram? Como é que ele foi construído?

L: Qual deles?

K: Este último que vocês apresentaram, desta última CPI. Como é que vocês apresentaram ele e como é que essa história dessa...

L: Tudo começou quando o prefeito ganhou a eleição prometendo abrir a caixa preta, aí nós, as entidades sindicais, fomos pra cima dele: “E agora?”. Aí ele teria que dar uma resposta. Qual é a resposta? Comissão. Sempre é assim no Brasil. Você não quer fazer uma coisa, você cria uma comissão. Só que essa funcionou. Aí nós botamos um pessoal que conhecia. Nós da UFPR, Engenheiros, bancários, a APP, o SindiUrbano, gente que conhece. Aí nós fomos pra dentro da comissão. DIEESE. Técnicos, economistas. Aí começou tudo isso. Nós levantamos tudo isso e o TCE percebeu, veio na nossa cola, a CPI percebeu, porque tinham dois vereadores lá dentro, a Josete e o do PDT, o Bernardo, e pedimos a CPI. Então surgiu tudo do nosso trabalho ali dentro da comissão da criação de parâmetro tarifário da URBS que foi criada pelo Fruet, que tinha feito promessa de campanha eleitoral e nomeou em Março de 2013. Em Julho de 2013 nós entregamos o relatório. E aí veio a CPI, e aí veio tal, e veio os sindicatos pedir outros estudos da licitação e até a OAB foi acionada e fez um relatório corroborando o que nossas conclusões, que nós chegamos. Portanto Curitiba é a capital do Brasil que tem o melhor estudo, o mais profundo estudo sobre sistema de transporte coletivo e a questão da tarifa. Não tem outro lugar do Brasil nada igual. E eu estou dizendo isso com toda a certeza. Curitiba vai ser um modelo para o Brasil de como você abre a caixa preta. Agora o prefeito sentou em cima da caixa preta de novo e nunca mais levantou. (...) Você tem hoje elementos, você tem hoje dados prontos, montados, você tem que ler todos os relatórios, tem que gastar tempo nestes relatórios.

Luís: Teve conflito pra constituir a comissão ou você acha que não, professor?

L: Nós tivemos a capacidade de dar direção. Atropelamos empresários, atropelamos a URBS. Nós demos a direção do relatório.

Luís: Contratarem uma auditoria boa também, não é?

L: Teve a comissão de auditoria também que, não, nós fizemos a auditoria, não foi contratado. Quem contratou uma boa foram os sindicatos que contrataram, contratamos advogados da área tributária e tal que fizeram um estudo da licitação, muito bom.

Luís: o Eduardo estava nessa também, ou não?

L: O Eduardo estava com a gente no grupo, não é? Mas isso foi um outro escritório que fez. Pessoal de São Paulo, um pessoal daqui, muito bom.

RELATÓRIO DA RODA DE CONVERSA DO EIXO DE DIREITOS HUMANOS DO DIA 03/08/2015 – CEFURIA-SENAES

O trabalho foi realizado dia 03 de agosto de 2015, na SEFRAS, em uma tarde de segunda-feira. Coordenado por Kauê Avanzi e Cleverton de Quadros, auxiliados por André Fedel e Charles Fach. O encontro contou com aproximadamente 15 participantes. Ressaltamos aqui que houve um tempo que utilizamos para a elaboração e planejamento da atividade.

Iniciamos a roda com a leitura de um trecho do poema “O Menestrel” de William Shakespeare no intuito de resgatar alguns elementos acerca de amizade, dores e experiência acumulada pela vida, assim como motivar-se frente às dificuldades postas em nosso dia-a-dia. Observou-se, neste instante, atenção dada pelos participantes ao clamor poético. Talvez esta os fizessem lembrar das dificuldades, mas, sobretudo do desejo de superação, estritamente, vinculada à solidariedade, à união e à esperança deslumbrada pela sensibilidade dos sujeitos, tanto que essas palavras apareceram com grande frequência nas reflexões do grupo. A poesia não é uma exclusividade da academia, e o povo da rua bem o sabe. O poema é o que segue:

POEMA [TRECHO]

O Menestrel - William Shakespeare

Depois de algum tempo você aprende a diferença, a sutil diferença entre dar a mão e acorrentar uma alma. E você aprende que amar não significa apoiar-se. E que companhia nem sempre significa segurança. Começa a aprender que beijos não são contratos e que presentes não são promessas.

Começa a aceitar suas derrotas com a cabeça erguida e olhos adiante, com a graça de um adulto e não com a tristeza de uma criança.

Aprende a construir todas as suas estradas no hoje, porque o terreno do amanhã é incerto demais para os planos, e o futuro tem o costume de cair em meio ao vão.

Depois de um tempo você aprende que o sol queima se ficar exposto por muito tempo. E aprende que, não importa o quanto você se importe, algumas pessoas simplesmente não se importam...

E aceita que não importa quão boa seja uma pessoa, ela vai feri-lo de vez em quando e você precisa perdoá-la por isso. Aprende que falar pode aliviar dores emocionais. Descobre que se leva anos para construir confiança e apenas segundos para destruí-la...

E que você pode fazer coisas em um instante das quais se arrepende pelo resto da vida. Aprende que verdadeiras amizades continuam a crescer mesmo a longas distâncias. E o que importa não é o que você tem na vida, mas quem você tem na vida...

Houve no trabalho uma alteração metodológica, visto que as apresentações se iniciaram das

palavras-chaves distribuídas ao centro em folhas de papel colorido postas dentro do círculo onde as pessoas se encontravam sentadas. As palavras eram as seguintes:

- ☯ TRABALHO
- ☯ RUA
- ☯ DIREITO
- ☯ CASA
- ☯ LAR
- ☯ LUTA
- ☯ PRECONCEITO
- ☯ VIOLÊNCIA
- ☯ GOVERNO
- ☯ SUPERAÇÃO

Cada uma das pessoas presentes no espaço escolhia uma palavra e a partir de sua leitura, iniciava a sua apresentação pessoal. Seguidamente, um após o outro. Destas apresentações se extraíam outras palavras que comporiam um mapa conceitual.

A apresentação serviu de alavanca metodológica no intuito de resgatar excertos da vida e dos valores da população em situação de rua. Neste sentido, utilizou-se de palavra-chave norteadoras. A partir das palavras os participantes expunham questões pertinentes a sua trajetória, tais como a condição de viver na rua, da unidade criada entre os moradores, da exclusão social, do trabalho como meio de inserção, o papel desempenhado pelo governo, entre outras. Também, pontuaram-se anseios acerca da criação de equipes de trabalho a fim de viabilizar o acesso e a promoção do bem da população em situação de rua. Anseia-se por ações práticas de mobilização dessa população, as quais os levam ao protagonismo histórico com autonomia.

Por fim, realizou-se um panorama geral das discussões objetivando demonstrar a conectividade das palavras-chaves utilizadas. Também a similitude entre os fatos narrados, ou seja, todas as pessoas passaram por situações que as identificam como um grupo, um coletivo, com objetivos comuns. Muitos dos que ali se viam como exclusivos, indivíduos inteiramente responsáveis por sua situação para sujeitos com problemas comuns e com condições de, juntos, enfrentá-los. Todo o processo foi registrado por meio da elaboração de um mapa conceitual representativo dos laços que uniam toda aquela gente.

Foto: Charles Fach.

RELATÓRIO DA RODA DE CONVERSA DO EIXO DE DIREITOS HUMANOS DO DIA 10/08/2015– CEFURIA-SENAES

O trabalho foi realizado dia 10 de agosto de 2015, na SEFRAS, em uma tarde seca e ensolarada de segunda-feira. Coordenado por Kauê Avanzi, auxiliado por André Fedel e Charles Fach. O encontro contou com um entorno de 20 participantes.

Inicia-se repetindo a dinâmica de apresentação ocorrida no primeiro encontro, na qual lança-se palavras ao chão para quem sentir-se à vontade, que se apresente. Inicio apresentando-me novamente e, a partir de contar minha história de vida, mobilizar a conversa no sentido de que elxs se sintam à vontade para fazer o mesmo. Olho ao redor e observo que algumas das pessoas que estavam na primeira roda de conversa retornaram para esta, trazendo junto alguém conhecido.

Mal acaba a primeira intervenção e o debate já se instaura. O trabalho é solicitado como tema central. Muitos ali reclamam a falta de oportunidade de trabalho para pessoas em situação de rua. As pessoas não confiam que eles possam ter dons e capacidade, a acabam tratando a todos como dependentes químicos. Fazer um cadastro de emprego sem um comprovante de endereço é a certeza antecipada de não ser selecionado em uma vaga de trabalho, por mais precária que seja. Do tema do trabalho a discussão escorre em direção ao preconceito sofrido cotidianamente.

Abre-se, ao centro da sala, o mapa conceitual da última reunião, retomando as idéias trabalhadas anteriormente. Retoma-se a discussão em torno do trabalho, mas desta vez vinculado à moradia. Morar e trabalhar são necessidades básicas que, se não supridas, degradam totalmente o ser humano, tanto fisicamente quanto psicologicamente. Abre-se ao centro da roda um grande cartaz com um trecho do Estatuto da cidade, no qual dizia-se:

ESTATUTO DA CIDADE

Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes:

*I- Garantida do direito à cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à **moradia**, ao saneamento ambiental, à infra estrutura urbana, ao **transporte** e aos serviços públicos, ao **trabalho** e ao **lazer**, para as presentes e futuras gerações.*

*II- Gestão **democrática** por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.*

*V- Oferta de **equipamentos urbanos** e comunitários, **transporte** e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.*

Lê-se e discute-se separadamente cada um dos tópicos, e pergunta-se: *Onde este direito está*

sendo realizado em nossas vidas?. Ele está, segundo os participantes, presente na vida dos ricos, pois eles, os que não tem nada além de um pedaço de calçada, estar inserido ainda que em uma situação de precariedade absurda no mundo do trabalho, lhes parece um privilégio. Mas conhecendo-se os direitos, unindo-se e pressionando o poder era possível conquistar. Isto, não sendo possível sozinho, necessita de outros e outros para que se supere aquela precariedade coletiva, em oposição às saídas individuais e frustradas de outrora.

As violações são diárias. Sofre-se violências e não sabe-se a quem recorrer. O discurso burocrático, que vêm por meio dos órgãos do Estado, da iniciativa privada, das ONG's e até de alguns movimentos sociais acaba por colocá-los em uma situação de quem se vê incapaz de conhecer, de ensinar e aprender. As referências positivas surgem neste instante: o fulano que parou de “se drogar” a menina que saiu da rua, o rapaz que conseguiu trabalho. Neste momento constrói-se um horizonte de esperança em que muitos deles, em solidariedade se veem capazes de aprender e de se transformar. Passam a saber que o policial que pratica sua violência cotidiana está violando um direito seu, e que ele, anotando os números das viaturas e fazendo uma denúncia, via ministério público com auxílio do movimento. Mas não parece suficiente. A violência é também praticada por skinheads e tantos outros que, sem nenhum vínculo que os ligue diretamente ao Estado, acaba por agredi-los tão intensamente quanto as forças militares. A diferença é que, neste caso, não há a quem se denunciar e o anonimato vence.

Visitar parentes, ir ao teatro, ao museu, ao cinema, também lhes parece uma necessidade a suprir. A questão é que são perseguidos e expulsos destes lugares por seguranças que não lhes permitem o acesso, por mais nobres que sejam os argumentos em favor da visita. Visitar parentes, mesmo que dentro da mesma cidade, lhes parece uma tarefa difícil, visto a tarifa de R\$ 3,30 em Curitiba. Os equipamentos de acolhida não parecem ser acolhedores, uma vez que sempre são vistos com desconfiança por gestores e assistentes sociais que não compreendem sua situação, muitas vezes sendo hostilizados por estes funcionários que deveriam acolhê-los. O direito a cidade é totalmente negado a um número, pelo que mostram os dados recentes, crescente de pessoas em situação de miséria no mundo. São vistos como invasores em uma cidade que se veem construindo cotidianamente. Termina-se lendo, no cartaz ao centro: **DIREITO À CIDADE?**.

Lê-se, comentando cada uma delas, as seguintes palavras:

- ⌘ DIGNIDADE
- ⌘ DIREITOS
- ⌘ CIDADE
- ⌘ CIDADANIA
- ⌘ FUTURO

Encerra-se a discussão e vamos compartilhar, juntxs, de um belo lanche que nos esperava.

Foto: Charles Fach.

DA RODA DE CONVERSA DO EIXO DE DIREITOS HUMANOS DO DIA 17/08/2015– CEFURIA-SENAES

O trabalho foi realizado dia 17 de agosto de 2015, na SEFRAS, em mais uma tarde seca e ensolarada de segunda-feira. Coordenado por Kauê Avanzi e André Lucas, auxiliados por Andréa Barros e Charles Fach. O encontro contou com um entorno de 20 participantes.

Iniciamos lembrando que na próxima quarta-feira, dia 19/08 teremos o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, enfatizando a importância de estar nestes espaços para a construção política autônoma e em coletivo deste setor da população urbana.

Seguimos exibindo o videoclipe da Música *A Minha Alma* Do grupo *O Rappa*. O vídeo se inicia com garotos de um bairro periférico do Rio de Janeiro encontrando-se para ir à praia. Um deles sente-se receoso, sair do morro para ir ao asfalto sempre representa um medo, um risco. São olhares atravessados por estigmas, preconceitos e incompreensões. Entre conversas e brincadeiras, encontram com conhecidos pelo caminho. Os homens no bar, as mulheres na feira, parece um fim de semana como outro qualquer. Quando encontram com uma senhora que, aparentemente vende doces, um homem branco os empurra, tomando seus lugares na fila, entrega o dinheiro à senhora e deixa cair uma nota no chão. Um dos meninos recolhe a nota e tenta devolvê-la ao seu dono, quando é derrubado no chão e agredido seguidamente por policiais e pelo próprio homem, que os acusa de tentativa de furto. A população ao redor, indignada ante esta situação, inicia um conflito, inicialmente cordial e depois, violento. O garoto é arrastado para o que parece um depósito de carros velhos, e continuam a agredi-lo, com armas sob seu rosto. No conflito com a população, armas de fogo são disparadas, canhões de água, um verdadeiro arsenal de guerra é posto em ação diante de uma população “perigosamente” armada com paus e pedras. Lojas são saqueadas, pessoas são feridas, mortas e presas, até que, por fim o conflito cessa. A cena final mostra uma criança negra perdida entre os destroços de toda esta violência. A letra da música é a que segue:

A Minha Alma

A minha alma tá armada e apontada
Para cara do sossego!
Pois paz sem voz, paz sem voz
Não é paz, é medo!

Às vezes eu falo com a vida
Às vezes é ela quem diz
"Qual a paz que eu não quero conservar
Pra tentar ser feliz?"

As grades do condomínio

São pra trazer proteção
Mas também trazem a dúvida
Se é você que tá nessa prisão

Me abrace e me dê um beijo
Faça um filho comigo
Mas não me deixe sentar na poltrona
No dia de domingo (domingo!)

Procurando novas drogas de aluguel
Neste vídeo coagido
É pela paz que eu não quero seguir admitindo

Em seguida repetimos juntos, em voz alta, a frase: **“Paz sem voz não é paz, é medo”**.

PAZ SEM VOZ NÃO É PAZ, É MEDO!
PAZ SEM VOZ NÃO É PAZ, É MEDO!
PAZ SEM VOZ NÃO É PAZ, É MEDO!

Quem aqui nunca ficou sem voz quando queria falar? Quem aqui, por medo, alguma vez se calou? As respostas a estes questionamentos vêm de todos os lados. São crianças agredidas e presas sem motivo algum aparente; retiradas de suas mães sem nenhuma assistência social e mesmo sem nenhum processo jurídico sequer mencionado, são os servidores das casas de acolhida que os tratam “como animais”, conforme dito por um dos rapazes presentes na roda. A polícia realiza diversas violações de direitos, em especial durante a noite, quando longe das vistas de alguém que possa se indignar. E pra quem denunciam a polícia, a quem denunciam os servidores públicos e privados que deveriam auxiliá-los, se depois sabem que haverá retaliações das piores possíveis?

Continuamos a roda assistindo a mais um vídeo-clipe, da música *Eu tô na Rua* de *Rafael Teixeira*. O vídeo se passa em São Paulo, com Rafael caminhando pelas ruas e criticando, junto a diversas pessoas, a situação a que são postas as pessoas em situação de rua. Rafael, que também já esteve em situação de rua mostra, desde dentro, alguns impasses enfrentados cotidianamente por estas pessoas, como o preconceito, a violência das pessoas e do Estado. A Letra é a que segue:

Eu tô na rua

Eu tô na rua, e todo mundo tá vendo
Eu tô na rua, tem gente que não tá me entendendo
Eu tô na rua, uma melhora estamos querendo
Eu tô na rua, assim vamos seguir crescendo

Na rua é foda, às vezes tá tranquilo, às vezes se incomoda
Mas entra na roda desse jogo sujo
Com os pés no chão da realidade eu fui,
Muitos com fome, frio, usando drogas

E nesse mar de merda, maluco se afoga
Aí se joga na cena do louco
Eu graças a Deus saí desse sufoco
Mas vou falar o que ví, e isso pra mim ainda é pouco

Eu faço a minha parte mantendo o meu juízo
E o que é preciso pra sobreviver na rua
Pra sobreviver na rua
Pra sobreviver na rua

Tem gente de todo lugar, estrangeiro,
maloqueiro, uma pá de carroceiro,
pixador, skatista e grafiteiros.
Às vistas de quem tá na pista
de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro

A rua se movimenta 24 horas, O dia inteiro,
falando dela com conteúdo poético
Mas sendo ético, mostrando que nas ruas e guetos
O ritmo é frenético

Por todas que eu passo, por vários caminhos
Eu e meus amigos, acompanhados ou sozinhos
A todos que conheço, cada um seu endereço
Caminhadas nas ruas, nunca deixei.

Inicia-se então um debate mais cotidiano, e troca-se orientações sobre o que fazer em caso de violações. Somente juntos eles poderiam vencer as dificuldades que enfrentavam individualmente. Sozinhos, diante de um Estado armado que nos tira a dignidade em seu nível mais absurdo não somos nada, mas unidos e organizados em torno de nossos propósitos, de nossas pautas, talvez possamos vencer esta opressão cotidianamente. Quem está na rua é violentado todos os dias, seja nos olhares, nas falas, no chute do skinhead e na arma do policial. Não são vistos como seres humanos dotados de subjetividade e sentimentos pela maior parte da população, o que acaba por enlouquecer alguns, afundar outros no crack e em drogas mais pesadas. Somente unidos podem ser vistos e ouvidos.

Encerramos a roda nos reunindo para um delicioso café, quando pudemos conversar e nos conhecer sem as amarras de um espaço institucional.

Foto: Charles Fach.

Relato da nona etapa do Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Local, do projeto Coopera Rua. Nessa etapa os participantes ajudaram a pensar as formas de acesso e a falta de políticas públicas para a população em situação de rua. Disponível em <http://www.cefuria.org.br/2015/12/17/politicas-publicas-para-populacao-em-situacao-de-rua-limites-e-possibilidades/>

Por Ana Luiza Cordeiro

Supervisão Franciele Petry Schramm

“Se essa rua, se essa rua fosse minha.” O que teríamos entre as esquinas, nos bairros e micro regiões? Se a rua fosse, de fato, nossa, qual a distribuição e a localização das moradias, acessos e rotas de transporte público?

A nona etapa do Curso de Agentes de Desenvolvimento Local, promovida pelo Projeto Coopera Rua, iniciou trazendo uma atividade mais tátil aos participantes. Fazendo analogia à estruturação das ruas e do mapeamento urbano, os participantes foram separados em grupos que, por objetivo, deveriam se dirigir até a sala de debates. Tarefa que é bastante complicada quando não se conhece as ruas, os obstáculos, o caminho – dificuldades que foram representadas pelos olhos vendados dos participantes, junto de agentes intuídos a confundir a rota dos participantes. As pessoas comentaram o que mais os atrapalhou. “Interferências externas. Integrantes do grupo titubeando o tempo todo. Lideranças sem saber para onde ir. Integrantes do grupo se dispersaram. A pessoa que estava nos conduzindo não estava atento ao grupo” aponta um dos participantes.

“A organização não foi coletiva”, destacou outra participante. “Alguém chegou, nos mandou fazer fila, disse para onde tínhamos que ir, e todo mundo obedeceu”. Ao caminhar de olhos vendados e guiados por outros integrantes, sem saber ao certo para onde iam, os grupos sentiram com mais intensidade a necessidade de se repensar a quem atende a configuração urbana.

“Na cidade alguém manda e alguém obedece”, destaca Kauê Avanzi, geógrafo que ajudou a facilitar a atividade. “As pessoas foram consultadas se um trajeto de ônibus é melhor para elas? De que maneira a política pública de transporte, nesse caso, interfere na forma em como a gente vive a cidade?”, questiona.

Os espaços urbanos são carregados de representações e reflexos sociais, mas nem sempre a estruturação política e cartográfica reflete as necessidades da população, respeitando sua construção histórica e condição de produto social. Pensando nisso, os participantes foram instigados a refletir e debater sobre a distribuição das cidades.

Imagens que traziam representações de rotas, estradas, categorização climática, e até uma construção coletiva de determinada região a partir da visão dos moradores. Todos esses exemplos foram trazidos para o debate e tinham uma coisa em comum: eram mapas. Em seus mais diversos aspectos, representações, conteúdo e modo de informar, os mapas evidenciaram que as diferentes formas de apresentar como se compõe o cenário urbano.

“Os mapas institucionais não representam a realidade da comunidade”, aponta um dos participantes. O debate suscita uma análise da relação entre o mapeamento urbano e o poder público, onde a rotina e a vida são afetadas e estipuladas, muitas vezes, pela estruturação cartográfica.

O que, então, os mapas institucionais representam? “O fato de não estar no mapa é uma sensação excludente”, aponta um dos participantes. Essa percepção é trazida também no vídeo [Todo mapa tem discurso](#), que suscita a discussão dos vazios cartográficos. Sentir-se incluído e participativo socialmente requer perceber-se representado e assistido por políticas públicas. Ser institucionalmente visto significa mais do que se reconhecer nas representações das cidades. Significa ter direitos seus direitos assistidos e respeitados, significa participar e existir dentro como ser social.

Canetas e figurinhas se espalharam pelo chão, e aos poucos os mapas foram se delineando. Divididos em três grupos, os integrantes tornaram-se mapeadores. Numa construção conjunta, partindo de um esboço da região central de Curitiba, foram apontadas as políticas públicas existentes e ainda necessárias para a população em situação de rua, a partir da visão de cada participante.

Assim as demandas foram surgindo e sendo localizadas, apontadas e estruturadas, partindo principalmente do olhar dessa população. “Depois de construir mapas com ausências e presenças em comum, passei a tentar identificar o que existe de locais de ações para Pessoas em situação de rua que podem começar a crescer para ser uma rede, onde um pode socorrer o outro. As poucas políticas que temos hoje são recentes e fruto de muita luta dos movimentos”, aponta Vanda de Assis, educadora popular do Cefuria.

Em cada apresentação dos mapas finalizados, via-se a compreensão de perceber as necessidades de forma coletiva. “Precisamos ganhar força para mostrar o que foi feito e o que será feito para a sociedade. Para mostrar o que é o trabalho do movimento, para romper o olhar do preconceito”, aponta uma das participantes, que está em situação de rua.

Não é favor, é direito

Assistência social, saúde e segurança pública. Ações que, por direito, deveriam assistir à população e assegurar uma vivência íntegra, mas são bastante ausentes na visão dos participantes. Os mapas repletos de marcações deixam claro que a estruturação urbana não tem como prioridade atender à sociedade. As necessidades se estendem desde banheiros públicos, restaurantes populares, até regionais especializadas em mulheres em situação de rua, necessidade de escolas e centros de atendimento de saúde, como apontado pelos grupos. “Não é favor, é direito”, indica uma das educadoras populares do Cefuria.

*“Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa
Atordoados eu permaneço atento”
(Cálice – Caetano Veloso, 1973)*

Como na letra entoada por Chico Buarque, o silêncio é pesado, e se evidencia nas falas presentes no debate. Mais do que não se identificar cartograficamente, a população tem seus direitos e necessidades silenciadas pelo sistema.

Do olhar do homem em situação de rua, sai a constatação de que as ineficiências da política pública são influenciadas por fatores territoriais e econômicos. “No Batel (bairro de classe alta de Curitiba), a polícia não bate em quem bebe”, lembra quem já apanhou muito da Guarda Municipal, nas praças centrais da cidade.

Dar espaço a quem aqui habita, ocupa e compõe os espaços urbanos, lançar olhares sob as demandas sociais e lutar pela visibilidade de quem tem voz, mas é constantemente silenciado, compreender como a construção das políticas públicas, ou a falta delas, se efetiva na rotina das pessoas, e, também, se perceber parte dos mapas foram saberes tecidos ao longo do debate que ainda deixa espaço para a vontade de levar adiante a formação e novas visões perante as necessidades de quem compõe as ruas. “A gente tá falando de rede. Não pode acabar o curso e fica por aqui. A rede começa agora”, diz um dos participantes.

Mapas do bairro Vila Verde, localizado na Cidade Industrial de Curitiba, pintado pelos alunos nos muros do Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli. Dez-2017. Fotos: Kauê Avanzi

1. O pequeno mundo da Geografia: ritmo, implicação e análise institucional

“Este é um tempo crítico para as ciências sociais, não é tempo para cortesias.”

Milton Santos – Por uma Geografia Nova.

“Na atividade revolucionária, a modificação das condições e a modificação de si mesmo coincidem”

Karl Marx – A Ideologia Alemã

Pretendo com este trabalho, refletir como o processo de planificação e urbanização do município de Curitiba refletem a dinâmica urbano-agrário nas cidades brasileiras por meio da vida cotidiana. O debate legal sobre as transformações urbanas é um caminho possível para desvendar as transformações físicas e superficiais da cidade. Mas se seguirmos os caminhos abertos por Santos (2010) e através de uma concepção de Espaço em movimento (LEFEBVRE, 1968), compreender as leis, os zoneamentos e as políticas urbanas, por si só, não é suficiente caso tenhamos no horizonte compreender as mudanças espaciais geradas pelo capital financeiro na cidade e para além desta. E com este horizonte, o método científico formal, dito neutro e objetivo, apresenta fissuras.

A terra como mercadoria cria uma ideologia: a ideologia do consumo. A cidade deve ser consumida ao invés de vivenciada, assim como todas as outras mercadorias. Curitiba projetou-se como “cidade que deu certo” durante a ditadura militar (1964-1985), atraindo para si migrantes de toda a parte (BENVENUTTI, 2016) principalmente provenientes da região norte do estado do Paraná, onde o processo de modernização da agricultura gerou uma imensa leva de trabalhadores do campo que se viram, subitamente, desempregados, e que se movimentaram por todas as partes onde pudessem conseguir alguma renda, ainda que temporária. Existe uma fração da classe trabalhadora que nem conseguiu se fixar no campo como boias-frias e nem conseguiu se inserir em algum emprego formal na cidade, sendo negado simultaneamente por aquilo que chamamos de urbano e de agrário. São sujeitos que em parte do ano estão como guardadores de carro em alguma grande cidade e em outra parte do mesmo ano trabalha na colheita ou no plantio de alguma produção agropecuária. Estas pessoas, em geral sem residência fixa ou documentos, não aparecem nos dados oficiais e nem nas estatísticas dos órgãos públicos e privados que tratam do campo ou da cidade.

Como refletir sobre uma realidade se, no desenvolvimento do pensamento trato um ou outro aspecto da realidade como desprezível, ou se considero apenas o que aparece nas estatísticas e dados oficiais? Como falar de neutralidade da ciência quando fazemos desaparecer deliberadamente aspectos da realidade que não se encaixam em tal ou qual matriz teórica? Lefebvre (Op. Cit) faz esta mesma reflexão partindo do urbanismo:

Entre as ideologias não ideológicas (aparentemente), convém assinalar o urbanismo. A problemática urbana ultrapassa infinitamente o urbanismo, apesar da confusão entre êsses termos. Ideologia pouco coerente também numa situação periclitante, o urbanismo cavalga ao mesmo tempo o antigo humanismo, o modernismo, o economismo tecnocrata. Depende de instituições especializadas e centralizadas, sob o patrocínio do Estado, ligadas a atividades especializadas, inseridas no processo geral. O urbanismo também se esforça por adaptar representações das quais umas aparecem durante a predominância da produção agrícola (aldeia, comunidade, cidade grega ou medieval) e outras durante o capitalismo concorrencial ou monopolístico (funcionalismo). O urbanismo quer ajustá-las levando em conta a urbanização mas não a praxis urbana e sua problemática concreta: consequentemente não pode nem ser definido como teoria científica, nem definir a racionalidade urbana. Ele mascara essa praxis ou a mutila. Ora é preciso abrir-lhe caminho. A revolução teórica passa por uma crítica radical do urbanismo como superestrutura ideológica e institucional anterior ou exterior à problemática urbana – como obstáculo à prática urbana em formação, a seu estudo analítico ou global” (Op. Cit. p. 156)

Pensando uma cidade altamente funcionalizada e organizada como se apresenta Curitiba, encontramos na teoria da implicação e da análise institucional (ALTOÉ, 2004; BAITZ, 2006; LOURAU, 1988) um caminho possível para fazer a crítica ao urbanismo como ferramenta ideológica e ao mesmo tempo compreender os desdobramentos deste na vida cotidiana dos trabalhadores enquanto classe.

1. 1 A geografia e a neutralidade científica

Uma mosca pousa em meu nariz. Coça. Tiro-a de seu lugar e, num piscar de olhos ela alça voo novamente, em busca de outros narizes, bocas e ouvidos onde zunir. Esta mesma mosca realiza toda a sua vida em dois, três dias. Uma semana no máximo. Depois disso ela desaparece, some, se dissolve no grande mar da matéria universal.

Se nada impedir minha caminhada, devo viver cerca de 75 anos, conforme as estatísticas mais recentes para o Brasil. Neste período nasço, cresço, brinco, faço amigos, estudo, bebo, fumo, dou vexame, me envergonho, faço coisas grandiosas e insignificantes, me reproduzo, envelheço e morro. Tenho cerca de 75 anos para fazer tudo o que esta mosca realiza em sua longa semana de vida.

O universo, por outro lado, tem cerca de 15 bilhões de anos, segundo alguns astrônomos. Um dia, por algum motivo, toda a matéria que nos compõe e que estava concentrada em torno de um forte campo gravitacional explodiu, espalhando por aí milhões de pequenos grãos de poeira e fazendo a maior sujeira no vazio que antes existia. E sobre um minúsculo grãozinho desta explosão, chamado planeta Terra, que a minha espécie, a humanidade, vive há cerca de 20 mil anos. A mosca,

eu e o universo estamos sob diferentes campos de coerência⁵.

Em nossa história como humanidade construímos e destruimos uma série de coisas: prédios, pontes, estradas, florestas, amizade, esperança, dor e a nós mesmos. Coisas imensas e inexpressivas ao mesmo tempo. Imensas porque não as compreendo como totalidade e, mesmo que eu rode o mundo todo, em cada um de seus cantos obscuros, sei que me faltará sempre algo por compreender. Cada pergunta que faço é sempre seguida de muitas outras. Nunca as respondo plenamente, somente as amplio. Alguém que se propõe a ser pesquisador e que possui certeza sobre todas as coisas é digno de todas as desconfianças.

Quando olho para o céu, por exemplo, o que vejo? O Sol, a Lua, as estrelas, os planetas. E diante de tudo isso é que está a nossa pequenez. É tanta coisa pulsando ao mesmo tempo. Tempo? Está aí outra idéia bastante difícil de entender. A luz do Sol, por exemplo, leva cerca de oito minutos para chegar até nós. Isso significa que quando o vejo, faço-o oito minutos depois do que ocorre nesta pequena estrela. O que observo, agora, é o passado. O universo está em movimento constante, e o que vejo agora pode já não existir em outro espaço-tempo.

Posso ir além com uma pergunta simples. É o nosso planeta o único com vida em todo o universo? Não há como saber. Se com um telescópio observo um astro qualquer na galáxia vizinha – Andrômeda! – o que vejo agora já ocorreu há dois milhões de anos atrás. Isso porque a luz que vêm deste ponto do universo, em sua velocidade de trezentos mil quilômetros por segundo demora todo este tempo para chegar em meus olhos. Dá pra imaginar que um ser qualquer de um planeta distante que neste momento nos observa, enxergue aqui apenas rochas incandescentes do Pré-Cambriano, ou os grandes dinossauros em imensas florestas tropicais do Cretáceo, se este observador estiver um pouco mais próximo. Logo, observar toda esta imensidão em grande escala nos torna, e a tudo o que construímos, coisas insignificantes em meio ao todo.

Mas voltemos a pensar do campo de coerência da mosca. Para ela eu, com meus vinte e tantos anos sou eterno, imenso e tenho muitos bilhões de anos, seja lá como as moscas medem a isto que chamamos de tempo. Pode ser que ao pousar no meu nariz esta mosca esteja coletando materiais geológicos e pedológicos para reconstruir sua história e compreender um pouco mais a

5 Em Lourau (2004) aparecem as noções de Campo de análise: “O campo de análise é o sistema de referência teórico, na medida em que este se torna operatório em uma situação de pesquisa-ação – antes de tudo, uma situação social. Nesta situação, o distanciamento não é uma postura ideal apoiada em técnicas lentas de consolidação e verificação de dados, residindo, ao contrário, na análise das implicações que se atualizam coletivamente.” (Op. Cit. p. 218); Campo de intervenção: “O campo de intervenção compreende todo o espaço-tempo acessível aos interventores em função da encomenda inicial e das modificações em extensão eventualmente produzida pela análise da encomenda e das demandas no decorrer da intervenção” (Op. Cit. p. 218) Enquanto que a idéia de campo de coerência estaria vinculada em trazer a análise ao chão, analisar uma parte daquilo que escapa de ambos os campos citados anteriormente, ou seja, trata-se de buscar um objeto em movimento. “É o caso do homem pré histórico que (...) surgiu numa época recente, com as localizações parciais que permitiram a constituição de uma nova ciência, também ela parcial, das origens da humanidade. Talvez o elétron, – não localizável, ou localizável apenas na condição da perda de conhecimento de seu movimento – seja um outro exemplo”.

sua existência fazendo ciência, como tento fazer agora. Quem sabe ela não esteja, ao seu modo, também produzindo conhecimento.

A ciência fragmenta a realidade na tentativa de explicá-la. Geografia, História, Química, Urbanismo, enfim, cada ciência particular reivindica o seu pedaço, a sua “área” do conhecimento (LEFEBRE, 1991). Mas na medida em que se especializa, ela também se separa, se aliena do todo (totalidade), apesar de seu progresso individual na produção de cada área do conhecimento em particular. Para Baitz:

Notado haver esse progresso, permanece a crítica ao método da cisão por alicerçar-se na separação entre o sujeito e o objeto, o que é bastante controverso nas humanidades, onde se sabe não existir uma nítida linha demarcatória entre o território do primeiro e do segundo (se é que tal linha, em quaisquer ciências, existiu algum dia). Embora contestada, a prática da separação sujeito-objeto infelizmente enraizou-se profundamente no ocidente, sendo aplicada às massas indistintamente. (BAITZ, 2006 p.32)

Para ir a fundo e compreender como a relação sujeito-objeto se institui na ciência, pensemos na Geografia (!) clássica de matriz europeia. Esta, ao conceber o espaço, liga-se ao conceito de gênero de vida a partir de Vidal de La Blache, que entende-se como uma estrutura circular (mais ou menos estável) que corresponde à forma como cada grupo humano desenvolve sua própria maneira de ser e viver (SEABRA, 2004). As ferramentas do positivismo lógico, predominante na ciência, permitiram que a produção geográfica dos países centrais do capitalismo legitimasse e favorecesse o imperialismo e a exploração do trabalho dos países europeus sobre os assim chamados países subdesenvolvidos (LACOSTE, 1975). Milton Santos em *Por Uma Geografia Nova* (2010), propõe o seguinte sobre esta ciência:

Nascida tardiamente como ciência oficial, a Geografia teve dificuldades para se desligar, desde o berço, dos grandes interesses. Estes acabaram carregando-a consigo. Uma das grandes metas conceituais da Geografia foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço. A justificativa da obra colonial foi um outro aspecto do mesmo programa. (SANTOS, 2010. p. 31)

Com o avanço do modo de produção capitalista, um modo de vida propriamente urbano se generaliza a toda a sociedade, englobando desde as cidades até os mais profundos rincões do mundo, transformando as relações de indivíduos, famílias e comunidades inteiras com o Espaço, entendido como estático e programado pela Geografia. Impôs-se, a toda a sociedade o modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que este mesmo modo de produção impõe a divisão do conhecimento total em ciências parcelares, o que dá a estas autonomia e eficiência, mas não independência (Op. Cit.). Impôs-se a todos um mesmo campo de análise, equivalente ao modo de viver e explorar do europeu.

Autores como La Blache e Ratzel (1990), reproduziam a ideia de um espaço em que a Natureza era exterior à sociedade, romantizada e idealizada. Tomemos alguns fragmentos do pensamento destes autores como exemplo, começando por Friedrich Ratzel que entendia que:

A “Natureza” que fazia parte do sistema ecológico era uma natureza “primária” e não uma natureza socializada; uma natureza sem história humana. O homem atuava sobre o meio como se estivesse separado dele e não como um de seus elementos.” (MORAES In: RATZEL, 1990. p. 38)

Em sua obra, Ratzel trabalha com uma concepção de Geografia que a enquadra como ciência da Terra. Para ele, a influência do “meio”, apontada por Lucien Febvre como determinismo, vem de uma forte leitura darwinista das sociedades humanas e das suas relações com o Espaço Geográfico que lhe são específicas. O contato com povos estrangeiros pode trazer novos elementos na relação sociedade-natureza de uma civilização qualquer, sendo mais ou menos intenso este intercâmbio de acordo com a facilidade que o meio proporciona ao contato entre estes povos. Sob forte influência do darwinismo, ele divide a humanidade entre dois tipos de civilização: a *natural* e a *civilizada*. As “civilizações primitivas” seriam aquelas que viveriam em uma relação mais próxima ao que chama hora de “natureza”, hora de “meio”, dotadas de pouco domínio técnico e portanto tornados “escravos do meio”, (Ratzel, 1990. p. 72), enquanto os “civilizados” seriam aqueles que, distanciados da natureza, conseguiriam dominá-la através da técnica. Para o autor:

A Geografia física é a base e premissa da Geografia do homem; o que porém não significa que esta deva fazer seus todos os resultados daquela. A geografia física se ocupa de uma grande quantidade de pesquisas cujo fruto não resulta em nenhuma vantagem para a antropogeografia. Na verdade a vida em todas as suas formas é um fenômeno superficial da nossa Terra, e em muitos aspectos depende mais do Sol do que do território; antes esta se manifesta mais nas partes baixas da superfície terrestre, especialmente no que se refere à vida do homem. (Op. Cit.. p. 101)

Ratzel está aqui preocupado com o paradigma filosófico particular-universal, em que as condições naturais particulares e os usos dados ao meio por cada povo específico seriam relacionados a um todo – o imperialismo europeu, no caso – no qual suas especificidades seriam determinantes em sua inserção, periférica ou não, ao capitalismo industrial. A noção de espaço aqui em voga é a de um meio natural – a Terra – que deveria ser decifrada em nome de um uso mais racional e eficiente pelas civilizações que nela vivem, que “evoluíam para usos mais ‘complexos’” do Espaço e já apontando para uma divisão internacional do trabalho.

Da disposição e configuração da Terra habitada torna-se evidente que o hemisfério boreal abriga um maior número de homens que o austral, e oferece suas regiões mais extensas, que se tocam em mais partes e tem maior variedade de condições físicas, e portanto a possibilidade de mais vigoroso desenvolvimento; em resumo, é evidente que o hemisfério setentrional pela sua posição, conformação e extensão é por si só mais adaptado a um desenvolvimento da humanidade. (Op. Cit. p. 113)

Desenvolve-se, portanto, uma noção de território como intimamente ligado à noção de Estado. Todo povo, organizado em Estado – forma superior de organização social, segundo Ratzel – e dominando a natureza, tenderia a reproduzir-se de maneira mais eficiente, necessitando da expansão territorial para manter sua sobrevivência enquanto Estado e comunidade. Surge o consagrado conceito de Espaço Vital.

A natural superioridade numérica dos povos civilizados é certamente um fator de difusão, não contínua mas todavia sempre crescente, da civilização sobre a Terra, como resulta da história universal. Quando o povo cresce rapidamente volta sua energia superabundante sobre outros, prevalece por si só a influência da civilização mais elevada, que foi a causa ou a condição do maior aumento. Desse modo a difusão da civilização se nos apresenta como um processo de expansão dos povos civilizadores sobre a Terra, que vai se acelerando a partir de si mesmo e tem o fim e o propósito, a esperança e o desejo de realizar, de modo cada vez mais completo, a pressuposta unidade de gênero humano. (Op. Cit. p. 121)

E continua a seguir:

É uma das características mais destacadas do homem civilizado o fato de que ele se habitua à coerção das leis, e na obediência à elas, ele descobre também um interesse prático. (Op. Cit. p. 142)

Esta produção científica Geográfica apresenta como objetivo a legitimação do expansionismo Bismarckiano no processo de formação e integração do Estado e da industrialização alemãs. As “civilizações superiores”, aquelas que detém o domínio sobre a natureza, “naturalmente” subjugariam as “civilizações naturais”, em prol de uma “pressuposta unidade do gênero humano”. Cabe-nos perguntar, “unidade” em torno de quem? Com qual finalidade? O Estado alemão procura, neste momento, unificar-se e inserir-se na corrida comercial colonialista.

Mas da França, surgiria uma crítica à corrente ratzeliana de pensamento, denominada Possibilismo. No livro *Princípios de Geografia humana*, de Paul Vidal de La Blache (Lisboa), constrói-se a seguinte argumentação:

Dado que desde tão cedo a espécie humana se expandiu pelas regiões mais diversas, teve necessariamente de submeter-se a casos de adaptações múltiplas. Cada grupo encontrou, no meio especial onde deveria assegurar a sua vida, tanto auxiliares como obstáculos: os processos a que recorreu por vias de uns e outros representam tantas soluções locais ao problema da existência. (LA BLACHE. p. 37)

A partir deste trecho, podemos tirar algumas conclusões. Há uma separação bastante nítida entre “meio” e “espécie humana” como diferentes, separados entre si. Cada sociedade, portanto, desenvolveria neste “meio”, através das “técnicas”, a sua “existência”. Assim, “ser humano” e “meio” - colocados como adversários - entrariam em relação através das “técnicas”, e o Espaço desenhado por este fenômeno seria o mero reflexo desta interação. O que o texto não nos diz, mas revela, é que esta noção permite desenvolver uma ideia de povos “atrasados” ou “adiantados” em relação uns aos outros. Existe a constante referência ao “atraso” de povos por todo o mundo em

relação à “média ideal” europeia. Coloca-se a densidade populacional ao lado da integração global e do progresso humano, sendo a concentração populacional da Eurásia vista como fator de progresso em relação à baixa densidade populacional da América e África, vistos como “atrasados em civilização”, pouco integrados ao “sistema-mundo” e permeados de traços de sociabilidade rural e tradicional.

Evidencia-se claramente esta visão quando, ao tratar do continente africano, enxerga-se como fator de “atraso” o fato de que as sociedades que ali se estabeleceram o fizessem “em completa harmonia com aquilo que os cercava e impregnar-se do meio” (p. 155). “Impregnar-se do meio” é, portanto, sinal de atraso; distanciar-se dele, sinal de civilização. A seguir, disserta sobre a influência nas adaptações fisiológica das “raças” aos diferentes climas e vegetações do planeta para justificar a diferença entre estas e a superioridade de umas sobre as outras, chegando a afirmar que “Darwin notara que quanto mais baixo está um grupo na escala das civilizações tanto mais é incapaz de aclimação.” (p. 164). Glorifica-se a ação do “homem” sobre o “meio” e a dominação colonial:

Felicitemo-nos por isso, porque a empresa da colonização, à qual nossa época ligou a sua glória, seria um engano se a natureza impusesse quadros rígidos, em vez de dar margens às obras de transformação ou de restauração que estão no poder do homem.” (Op. Cit. P. 46)

E continua:

Entre a aldeia africana, que um acidente faz deslocar, e as nossas aldeias da Europa, das quais podemos seguir a existência desde há milhares de anos, existe toda a distância que separa as civilizações rudimentares de uma civilização avançada, tal como se verifica entre a pequena cidade de outrora e as imensas cidades que a nossa época vê crescer” (p. 239-40)

E ainda:

Nenhum estágio [de civilização] poderá ser considerado como definitivo ou imutável. Em redor do mediterrâneo afrouxou o laço que mantinha as habitações intimamente ligadas às alturas. Como todas as coisas, os tipos de agrupamento evoluem. Será de grande interesse seguir esta evolução, não somente nas regiões mediterrâneas, onde é atualmente muito sensível, ou nas regiões de colonização recente – a América e as regiões temperadas do hemisfério Austral, onde está no seu início –, mas também nas regiões tropicais, e nessas regiões do oriente e do extremo oriente onde a população parece fixada em moldes antigos. Permaneceram longo tempo no isolamento, mas não resistirão talvez aos caminhos-de-ferro, à grande indústria, às inovações que resultam do contacto com o comércio mundial. (Op. Cit. p. 271)

Aqui claramente vemos como La Blache se posiciona ideologicamente à favor do projeto colonial como um projeto civilizador, enxergando como progresso a destruição dos laços comunitários locais e a inserção comercial ao “sistema-mundo”. Mas ignora deliberadamente os impactos econômicos, sociais e políticos que este mesmo projeto colonial gerou na vida de populações inteiras na África, América, Ásia e Oceania, onde esta dita “civilização superior”

saqueou a riqueza e o trabalho que alimentaram o desenvolvimento e a hegemonia europeia por, pelo menos, 300 anos.

No assim chamado possibilismo de La Blache, portanto, o meio impõe determinados condicionantes ao desenvolvimento dos conhecimentos e das técnicas humanas em escala local. Ao que parece, a possibilidade de “evolução” destas comunidades ditas “inertes” se dá por rupturas em seu modo de vida tradicional causadas por influências externas. Este agente externo, que traria “civilização” aos povos em “atraso” é, no período descrito, a civilização européia.

A polêmica entre o “Determinismo” de Ratzel e o “Possibilismo” de La Blache é portanto falsa, uma vez que ambas colocam as necessidades de um ser humano inteiramente receptivo aos condicionamentos de uma racionalidade externa e romântica de Natureza e de Espaço inerte, viabilizando o projeto de colonização e imperialismo da Europa sobre o resto do planeta. Trata-se de uma Geografia mais utilitária ao projeto europeu do que explicativa da realidade. Desde os seus fundamentos, a Geografia nada tem de neutralidade e a produção científica em Geografia esteve impregnada de ideologia⁶.

A concepção de Espaço estático se desenvolve e é levada à cabo também pela teoria dos sistemas e pela Geografia pragmática, que ganha força nas décadas de 1960 e 1970 (SANTOS, 2010). O espaço, nesta concepção de Geografia, pode ser mensurado e representado em cálculos e sistemas matemáticos. Compreender estas variáveis torna possível “programar” o espaço através de estímulos (*input*) e resultados (*output*) (CHRISTOFOLLETI, 1993). Vejamos: como se desenrola a noção de Espaço aqui em voga.

Entendemos por ciência um método de estudo, ou seja, um processo no qual se constrói, passo a passo, um *modelo da realidade*, supervisionado e *manejável*. Esta realidade pode envolver somente fenômenos naturais ou humanos ou ainda uma combinação dos dois. Com isto, afastamo-nos da ideia de ciência como sendo somente o estudo de certos conjuntos de fenômenos, como, por exemplo, naturais em oposição aos humanos, problema ainda relevante em nossos dias. Cole e King (1968, p.18) afirmam, a este respeito, que a possibilidade de uma ciência existir é determinada não pelo que, mas pelo como, não pelo assunto, mas pelo método. Assim sendo, todos os assuntos podem ser *objetos* de investigações científicas. (GERARDI, L. H. O., SILVA, B. C. N. 1981, p. 20, grifos meus)

O espaço visto assim é “manejável”, moldável, conduzido passivamente como um mero “objeto” pela racionalidade inequívoca do cientista-sujeito. Tal modo de compreender o Espaço,

6 Para a compreensão posterior deste texto o conceito de ideologia que utilizo aqui esta na distinção entre Mito, Ideologia e Utopia propostos por Henri Lefebvre: “O mito definir-se-ia como discurso não institucional (não submetido às imposições das leis e instituições), extraindo seus elementos no contexto. A ideologia consistiria num discurso institucional, justificando, legitimando (ou então criticando, recusando e refutando) as instituições existentes, mas desenvolvendo-se no seu plano. Quanto à utopia, ela se empenharia em transcender o institucional, servindo-se ao mesmo tempo do mito, da problemática do real e do possível-impossível.” (LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Editora UFMG. Belo Horizonte. 1999. p. 101.)

comum aos que seguem tanto o caminho teórico da Geografia teórica como pelo estruturalismo, tem suas origens teóricas ligadas aos eleatas da Grécia antiga. Trata-se de uma ideologia ligada ao poder, pois estes – os eleatas – construíam à época a teoria de uma realidade estática, imóvel, sendo, portanto, eterno o poder das classes dominantes e do Estado grego sobre os povos que este dominava. Heráclito se contrapõe ao espaço estático, colocando-o em movimento e expondo os limites e contradições do pensamento dominante. Não à toa Marx vai estudá-lo em seu doutorado (LEFEBVRE, 1988). Pensar o espaço assim, como absoluto, - um Novo Eleatismo, diria Lefebvre – é uma ideologia potente, pois este mesmo espaço contém pensamentos e práticas (concebido e vivido) que nele se desenvolvem. O uso de imagens preenche de conteúdos o vazio de uma suposta neutralidade espacial, criando representações e junto delas uma fé nestas mesmas representações que pretendem conduzir de maneira cartesiana a produção do espaço e o desenvolvimento técnico (LEFEBVRE, 1980). Para Damiani (2017):

Esta Geografia [teórica] estabelece-se assim no âmbito político, como ciência a serviço das tecnoestruturas existentes. Um exemplo importante é a consideração de macrocefalias urbanas, imensas cidades sendo corrigidas por políticas urbanas de desenvolvimento de cidades médias. O fundamento social desta posição da Geografia não é problematizado. Embora tenhamos considerado aqui apenas um exemplo, de vasta bibliografia, relacionada ao seu atrelamento ao existente. (Op. Cit p. 39)

Pensemos, por exemplo, uma fotografia aérea estudada por um geógrafo qualquer. Ao observar esta imagem o que vemos? O Espaço em si? Ou um “modelo”, representação deste? Ao observar esta fotografia vê-se campos ou montanhas, cidades ou áreas de produção agropecuária. Há como decifrar elementos importantes daquela realidade através desta imagem. No entanto, ela permanece sendo apenas um momento estático de uma realidade em pleno movimento. A imagem é uma mera representação de uma fração de segundo na qual o obturador de uma câmera se fecha e captura uma composição de luz que nunca tornará a se repetir. E, no entanto, quando fazemos ciência, pode-se cair no risco de tomar esta representação do Espaço como o próprio Espaço. Tornamos o Espaço Espetáculo (DEBORD, 2010).

Assim, grande parte dos processos de transformação na sociedade – e em consequência do espaço – representa mudanças abstratas no campo da ordem e da lei. (MARX, 2006) É como se ter ou não aprovada tal ou qual norma, lei ou regra transformasse a vida cotidiana simplesmente por sua manifestação na forma jurídica, e não pelos conflitos sociais reais e na luta de classes que implicam vitórias e derrotas para tal ou qual setor desta mesma luta de classes. A fotografia aérea não captura os embates, o sofrimento e as alegrias que preenchem de vida o Espaço. Existe uma concepção de Geografia e de Espaço – ainda em voga e com mais vida do que nunca – onde se retira o histórico do espaço e ele se autonomiza. Ela não penetra nos dados para além do número estatístico. Não conhece os dramas daqueles que reduz a um mero dado: a “ação antrópica”.

Mas quando se acessa o plano do vivido, qual a proposta deste trabalho, podemos ao mesmo tempo acessar os conteúdos da desigualdade da economia moderna. Precisamos pensar em uma Geografia que narre o cotidiano, o vivido, o implicado. Só assim poderemos compreender como os processos que estudamos no nível⁷ econômico, no macro, na totalidade, rebatem no dia-a-dia daqueles sujeitos que não passam de números nas cadernetas dos planejadores e políticos, ou de um feixe de luz em uma fotografia. Precisamos pensar uma Geografia em movimento⁸!

1. 2. O geógrafo Macunaíma: sobre observação, implicação e pesquisa

Macunaíma é imperador do Império do Mato virgem. E também é pesquisador. Em suas andanças pela cidade de São Paulo na década de 1920 – atrás do Doutor Venceslau Pietro Pietra, portador da famosíssima Muiraquitã – obrigou-se a conhecer a poluída polis paulistana. Era ele o estranho no mundo dos “civilizados”, e em um exercício de pesquisa às avessas – uma vez que a pesquisa é, no geral, feita pelo colonizador sobre o colonizado – observou as características mais marcantes dos modos de vida da metrópole. Como toda investigação científica – apesar de não ter nenhum caráter – Macunaíma tinha um propósito: a aquisição da Muiraquitã. Transcrevo abaixo parte da *Carta às Icamíabas*, que em parte inspira as narrativas deste trabalho:

É São Paulo constituída sobre sete colinas, à feição tradicional de Roma, a cidade cesárea, ‘capita’, da latinidade de que provimos; e beija-lhes os pés a grácil e inquieta linfa do Tietê. As águas são magníficas, os ares tão amenos quanto os de Aquisgrana ou de Anverres, e a área tão a eles igual em salubridade e abundância, que bem se poderá afirmar, ao modo fino dos cronistas, que de três AAA se gera espontaneamente a fauna urbana.

Cidade é belíssima, e grato o seu convívio. Toda cortada de ruas habilmente estreitas tomadas por estátuas e lampiões graciosíssimos e de rara escultura; tudo diminuindo com astúcia o espaço de forma tal, que nessas artérias não cabe a população. Assim se obtém o efeito de um grande acúmulo de gentes, cuja estimativa pode ser aumentada à vontade, o que é propício às eleições que são invenção dos inimitáveis mineiros; ao mesmo tempo que os edis dispõem de largo assunto com que ganhem dias honrados e a admiração de todos, com surtos de eloquência do mais puro estilo e sublimado valor.

As ditas artérias são todas recamadas de ricocheteantes papeizinhos e velívolas cascas de frutos; e em principal duma finíssima poeira, e mui dançarina, em que se despargem diariamente mil e uma espécimens de voráveis macróbios, que dizimam a população. Por essa forma resolveram, os nossos maiores, o problema da circulação; pois que tais insectos devoram as mesquinhas vidas da ralé e impedem o acúmulo de desocupados e operários; e assim se conservam sempre as gentes em número igual. E não contentes

7 Compreendo a noção de nível à partir de Henri Lefebvre, onde este se coloca como termo médio entre forma e sentido na relação sujeito-objeto. A forma se trata da capacidade de decifrar um objeto em partes menores, em escalas mais próximas, íntimas. A forma urbana pode ser decifrada no cotidiano, por exemplo. O sentido é a capacidade de integrar este mesmo objeto a unidades maiores, de escala ampliada, tal como a cidade que se molda aos fluxos do capitalismo financeiro global. A noção de nível atravessa a forma, o sentido e a estrutura, implodindo-os. A estrutura segmenta, o nível, pensado como escala, põe em relação o sujeito, o objeto e a totalidade. Ver Henri Lefebvre. Posição contra os tecnocratas. Nova Crítica. 1988. Em especial o capítulo “A noção de nível”.

8 “A teoria do movimento só pode provir do próprio movimento. Tanto mais quanto esse movimento mostrou, isolado, libertado, capacidades teóricas. Uma contribuição para a elaboração não pode se dar através de uma contribuição limitada.” (LEFEBVRE, 1968. p. 133)

com essa poeira ser erguida pelo andar dos pedestrianistas e por urrantes máquinas a que chamam ‘automóveis’ e ‘eléctricos’, (empregam alguns a palavra Bond, voz espúria, vinda certamente do inglês) contrataram os diligentes, uns antropóides, monstros hipocentáureos azulegos e monótonos, a que congloba o título de Limpeza Pública; que ‘*per amica silentia lunae*’, quando cessa o movimento e o pó descansa inócuo, saem das suas mansões, e, com os rabos girantes modo de vassouras cilíndricas, puxadas por muares, soerguem do asfalto a poeira e tiram os insectos do sono, e os concitam a actividade com largos gestos e grita formidanda. Estes afazeres nocturnos são discretamente conduzidos por pequeninas luzes, dispostas de longe em longe, de maneira a permanecer quasi total a obscuridade, não perturbem elas os trabalhos de malfeitores e ladrões.” (ANDRADE, Mário. Carta às Icamiabas In. Macunaíma, Garnier, Belo Horizonte-Rio de Janeiro, 2004)

Os aspectos da vida citadina paulistana, os quais continuam sendo descritos posteriormente nesta mesma carta, só foram possíveis de serem descritos depois de intensa observação, análise e constatação de fatos genéricos. Mário de Andrade retrata neste momento o estranhamento do herói ante a cidade grande, apresentando uma crítica à literatura conservadora da época, que retratava a realidade brasileira de maneira elitista, com prosa e verso inacessíveis a grande parte da população, escondendo atrás das métricas perfeitas e da fala difícil as contradições sociais da realidade brasileira. As tentativas de Macunaíma em expressar-se como alguém da cidade, algo que ele não era, o faz parecer ridículo ante a elite paulistana, que vê como cômico seu trocar de palavras. Macunaíma, se fosse geógrafo, teria que adotar uma metodologia de pesquisa e de trabalho de campo para constatar cientificamente os dados captados durante sua visita à São Paulo. E dentro da Geografia, há um leque imenso de propostas que podem ser por ele seguidas para que este efetue seu propósito.

No exercício de pesquisa, o princípio de tudo é a observação. É olhar, ver⁹ e enxergar os fenômenos ocorridos, quais são as repetições, tendências e exceções à regra, desvendar as máscaras sociais

9 A distinção entre ver e olhar está em Cardoso, que diz: “A visão – a simples visão –, ainda que modestamente e ciente de seus limites e alcance circunscrito, supõe um mundo pleno, inteiro e maciço, e crê no seu acabamento e totalidade. Toma-o como conjunto dos corpos ou coisas extensas que preenchem o espaço, e apóia nas qualidades desta certeza de sua continuidade. Tudo se compõe, então, numa coesão compacta e lisa, indefectível...como aquela que deparamos na crença ou no sonho – pois, como ela, desconhece lacunas e incoerência e, como ele, tudo acolhe e integra com naturalidade. Opera por soma, acumulação e envolvimento; busca o espraçamento, a abrangência, a horizontalidade; e projeta, assim, um mundo contínuo e coerente, e acredita fruir e restituir – ainda que por prestações parcelares – a sua integralidade. Já o universo do olhar tem outra consistência. O olhar não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. Aqui o olho defronte constantemente limites, lacunas, divisões e alteridade, conforma-se a um espaço aberto, fragmentado e lacerado. Assim, trinca-se e rompe a superfície lisa e luminosa antes oferecida à visão, dando lugar a um lusco-fusco de zonas claras e escuras, que se apresentam e se esquivam a totalização. E o impulso inquiridor do olho nasce justamente desta descontinuidade, deste inacabamento do mundo: o logro das aparências, a magia das perspectivas, a opacidade das sombras, os enigmas das falhas, enfim, as vacilações das significações, ou as resistências que encontra a articulação plena da sua totalidade. Por isso o olhar não acumula e não abarca, mas procura; não deriva sobre uma superfície plana, mas escava, fixa e fura, mirando as frestas deste mundo instável e deslizante que instiga e provoca a cada instante a sua empresa de inspeção e interrogação. Ao invés pois da dispersão horizontal da visão, o direcionamento e a concentração focal do olho da investigação, orientado na verticalidade. É com Merleau Ponty que talvez possamos compreender o cerne desta oposição. Ela, a simples visão, supõe e expõe um campo de significações, ele, o olhar – necessitado, inquieto e inquiridor – as deseja e procura, seguindo a trilha do sentido. O olhar pensa; é a visão feita interrogação.” CARDOSO, S. O olhar viajante (do etnólogo). In. NOVAES, A. O Olhar: Cia. Das Letras, 1995, p374-360

presentes naquele espaço, assim como os fatores que o integram ao restante do mundo. Tentar compreender as dinâmicas da paisagem, o que foi, o que é, e quais as expectativas dos ali viventes. Neste sentido, se faz fundamental o registro de todas as impressões e interpretações¹⁰ em fotografias, gravação de entrevistas e anotações de campo, para que, com o apuramento do olhar obtido na leitura teórica, não se percam elementos subjetivos de observação da realidade. No entanto, aprende-se com o tempo que quanto mais profundo entramos nas relações que pretendemos analisar, menos se grava ou fotografa. O que não se diz, os silêncios de uma pesquisa são tão importantes quanto o que se revela através dela (LOURAU, 2004).

O pesquisador, não é um sujeito destacado do mundo em que vive. Este busca entender a realidade na qual está imerso, na qual se desenvolveu, incorporou culturas e preconceitos. Como todo cientista já foi criança, ele possui também uma história: nasceu, cresceu, aprendeu, e teve vivências que lhe são tão particulares que o distinguem de qualquer outro ser humano. A prática histórica do cotidiano desde o nascimento, o vivido até o momento da realização da pesquisa influencia diretamente no quê, como, onde, e porque pesquisar, assim como sua escolha metodológica e postura em campo, o que faz com que este tenha que, como diz José de Souza Martins, “reconhecer-se a si mesmo como objeto de conhecimento (MARTINS, 1993)”.

Para Castro Oliveira “O pesquisador, ao entrar no campo de ação do grupo estudado, carrega consigo um universo social e cultural de referências dotado de pressupostos teóricos segundo os quais sistematiza e interpreta os dados de campo.”(CASTRO OLIVEIRA, p. 13) Agnes Heller, em seu livro *História e Cotidiano* (2016) diz que:

Nem mesmo a ciência e a arte estão separadas da vida e do pensamento cotidiano por limites rígidos, como podemos ver em vários aspectos. Antes de mais nada, o próprio cientista ou artista têm vida cotidiana: até mesmo os problemas que enfrentam através de suas objetivações e suas obras lhes são colocados, entre outras coisas (tão somente entre outros, decerto), pela vida. Artista e cientista tem sua particularidade individual enquanto homens da cotidianidade; essa particularidade pode se manter em suspenso durante a produção artística ou científica, mas *intervém* na própria objetivação através de determinadas mediações (na arte e nas ciências sociais, através da mediação da individualidade). Finalmente, toda obra significativa volta à cotidianidade e seu efeito vive na cotidianidade dos outros. (Op. Cit. p. 48)

A ciência no geral, sempre criou uma separação muito intrincada entre sujeito e objeto: pesquisador e pesquisado. Com isso, a ciência – entre elas a Geografia - aparecia como neutra e objetiva realizando-se como uma prática perversa ao afirmar e legitimar as ações de determinados grupos sobre os outros. A ciência geográfica é uma ciência que legitima discursos em favor do poder, em favor das classes dominantes, e seguir uma opção teórica é seguir também uma opção de classe, dizer o lugar onde estamos e qual a nossa referência de enunciação. A Geografia é uma ciência do Poder, e dizer-se neutro, lógico e positivo é impor a sua fala como a única possível.

10“A realidade é sempre fruto da nossa interpretação” CARDOSO, S. 1995. p. 366.

A criação deste fetiche por parte da ciência foi, com o tempo, tendo algumas de suas máscaras descobertas por pesquisadores mais ou menos engajados no uso desta como uma ferramenta de transformação social, questionando sua auto-declamada neutralidade. Para isso, estreitou-se a relação entre sujeito e objeto, quando muitos geógrafos passaram ao que hoje chama-se de pesquisa participante¹¹. No entanto, esta se apresenta como limitada no sentido de desvendar o cotidiano, porque ainda propõe uma ciência na qual o pesquisador está cindido de seu objeto e fala de fora daquilo que ele diz participar. Quem participa não cria junto, não vive tensões, conflitos e, muitas vezes, não entende as opções como quem vive na área estudada. Age como quem apenas se aproxima demais, mas apenas o observa.

Na busca por mecanismos de compreensão da realidade e dos processos que nela se desenvolvem na perspectiva de um pesquisador que se aproxima desta realidade, sente na pele as suas tensões e acirramentos, que atua junto aos movimentos sociais da cidade e do campo sobre os quais está falando, encontrei-me com a teoria da implicação como uma experiência interessante de compreensão da vida cotidiana na cidade capitalista. Nesta tentativa, como alguém que se reconhece na cidade que estuda, que viveu na pele muitos de seus embates, desvendi uma base teórica para dar conta de explicar um processo de movimentação social do qual fiz parte. Para Baitz (2013) “E o que é o conceito de implicação senão esta proximidade – consciente – do sujeito com seu objeto, este envolvimento com o outro que retira a distância criada artificialmente pelo método formal?” (Op. Cit. p. 10)

Somos pesquisadores, vivemos na cidade. Como podemos pensá-la ignorando nossas vivências nesta mesma cidade? Como podemos construir um pensamento geográfico ignorando a classe da qual viemos? Nossos interesses pessoais em investigar tal ou qual questão? A nossa vivência pessoal com a cidade? A ciência que se esconde atrás da máscara da neutralidade oprime as classes mais baixas, uma vez que o desenvolvimento de conceitos, produzidos a partir de seus dogmas, é usado como ferramenta nas mãos de uma burguesia que os utiliza para ampliar seus lucros e conduzir o processo histórico a sua maneira. Quantos pesquisadores não se desculparam ou se lamentaram pelos usos que foram dados posteriormente a suas criações? Então cabe-nos perguntar, porque nos manter como distantes daquilo que estudamos? Porque como pretensos sujeitos, nos negamos a nos colocar também como objeto de investigação e reflexão? Porque não

11 A Pesquisa Participante “Refere-se, antes, a uma ‘pesquisa-ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo’ (Huynh, 1979) que responde essencialmente às populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta as suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior.” FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (org). Pesquisa Participante. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 42-62

refletirmos sobre o nosso próprio exercício enquanto pesquisadores?

A implicação trata-se disto, de romper com esta – frágil – fronteira existente entre sujeito e objeto, buscando um movimento de pensamento que supere pela lógica dialética a ambos. Através da implicação é possível pensarmos o vivido, a vida cotidiana.

Esse método não diretivo trás em seu bojo a possibilidade de todos serem pesquisadores, pois a medida que ela dita que aspectos mínimos e íntimos do pesquisador podem – e devem – vir à tona, todas as pessoas são convidadas a fazer ciência, a serem cientistas, e o importante: a refletir sobre esta atividade. É um duro golpe à ciência burguesa e aos pesquisadores de sangue puro. (BAITZ, 2006 p. 41-2)

Para isso é necessário (re)pensar seriamente o fazer científico e seus métodos¹². É preciso pensar um espaço em movimento e no qual, como pesquisadores-sujeitos, somos também objetos-sujeitados. O trabalho científico que utiliza como métodos a implicação e a análise institucional (LOURAU, 1988; ALTOÉ, 2004) não deve se deter nem somente sobre o sujeito (Subjetivismo); sequer sobre o objeto (Objetificação) de pesquisa, mas na relação entre ambos. Façamos aqui um exercício dialético: imaginada uma reta que parte de um ponto zero (sujeito) até o ponto 1 (objeto). Neste caso, as extremidades desta reta (sujeito e objeto) só nos dá a analisar os pontos de começo e fim desta. Perde-se o que há de movimento, o que há no intervalo entre um e outro, perde-se o que há de relacional. (LEFEBVRE, 1991)

Um exemplo, o Espaço à partir de nosso corpo. O corpo é o nosso primeiro e único contato com o mundo que nos rodeia. Temos olhos, ouvidos, boca, nariz, mãos, pés com os quais podemos nos colocar em contato e perceber o resto do mundo através de nossos sentidos. O cheiro, o gosto, os pés no chão, o toque, tudo isso nos permite apreender um algo desta totalidade que nos rodeia. Tais sentidos não conseguem tocar e apreender simultaneamente esta totalidade, o que faz com que eu, enquanto pesquisador, tenha que fragmentá-la na tentativa de compreendê-la. Os sentidos são utilizados para comparar os ritmos do meu corpo (respiração, coração, etc.) ao restante dos ritmos existentes ao meu redor. (LEFEBVRE, 2004) Para Lourau (ALTOÉ, 2004):

Se este método, que consiste em desmontar e remontar o motor social, tem aspecto mais abstrato que a caderneta, a câmara, os olhos, as orelhas, o nariz, a pele e a boca do observador, nem por isso deixa de ser uma peça do aparelho de observação, porque o pesquisador, além de seu corpo e seus instrumentos, não se pode furtar a utilizar também tudo o que se passa pela cabeça. (Op. Cit. p. 267)

Para compreender meu corpo, portanto, posso ser dividido em agrupamentos de partes: Cabeça, corpo, membros; E ainda mais a fundo: pulmão, coração, estômago. Cada parte, cada

12 “(...) como foi possível conceber um pesquisador que se apresentasse indubitavelmente como senhor de seu objeto? Como foi possível conceber um objeto inerte, que se deixa ser dissecado sem alimentar-se da experiência analítica para vingar-se do sujeito presunçoso que é o pesquisador?” Em: BAITZ, Ricardo. *O Trabalho de campo em Geografia urbana: da quantidade à qualidade, ou dos procedimentos formais à implicação e transdução*. In: BAITZ, Ricardo & DAMIANI, Amélia Luísa: *Atravessando a Geografia, Marx, Lefebvre e os Situacionistas*. V. 1. Editora Tiragem Livre. São Paulo. 2017. p. 146.

órgão, tem um ritmo, um funcionamento distinto. As batidas do coração se dão em uma velocidade diferente do tempo da respiração. A fome que abate o estômago tem mais pressa que a sede de conhecimento do cérebro. Cada um destes órgãos podem ser divididos em partes e partículas cada vez menores, até que chegamos à escala da célula, que se desmembra em mitocôndrias, ribossomos, e lisossomos, chegando até o nível molecular. Estas partes, no entanto, não podem funcionar de maneira isolada. Os pulmões, apesar da diferença de ritmo entre estes, o cérebro e o estômago, não conseguem e não podem funcionar de maneira isolada a estes e a todos os outros órgãos do corpo. Não vemos pulmões e corações passearem por aí sem a companhia dos corpos aos quais pertencem. Logo, para compreender este meu corpo como um todo, preciso compreender suas partes, mas acima de tudo preciso compreender as relações que estas partes estabelecem entre si, umas com as outras, de maneira simultânea.

É então, que subimos mais uma vez de escala quando coloco meu corpo em relação a minha casa, meu bairro, à cidade onde vivo. Aqui sou apenas um pequeno ser em meio a tantos outros habitando e produzindo espaço. Pensamos o ritmo da cidade em relação ao nosso próprio ritmo. Assim como os órgãos do corpo não funcionam de maneira isolada eu, como indivíduo, não sou o produtor da cidade, dos prédios, das ideologias que me rodeiam; mas socialmente, enquanto parte de um corpo maior que envolve a relação entre muitos outros corpos – humanos ou não – sou eu que produz a cidade, o Espaço e o capitalismo. Mas sou eu em relação com tudo e todos os que me rodeiam. O Espaço não seria o seu decifrar em partes, nem a totalidade, mas é a relação entre esta e aquelas (LEFEBVRE, 2004).

A visão tecnocrata sobre o Espaço tenta decifrá-lo em partes para encaixotá-las em estruturas mais ou menos circulares, na intenção de que através do planejamento e do ordenamento territorial se possa organizar a vida cotidiana. Imaginemos como vive uma família camponesa no Norte do Paraná no início do século XX. Levanta-se sempre muito cedo. Os ciclos do Sol e da Lua vão definir o tempo e a rotina de trabalho daquele dia. Se chove, alimenta-se os animais, constrói-se algum móvel ou conserta-se um equipamento de trabalho. Se faz Sol, se planta, colhe e observa a plantação, cuidando das plantas doentes, etc. Próximo ao meio dia, quando o Sol está a pico, volta-se para casa para o almoço até que, no fim da tarde, quando o calor estiver mais ameno, volta-se ao trabalho até que o Sol se ponha. Em casa, depois da refeição e da conversa diária, todos dormem relativamente cedo. Esta rotina, pode ser específica de um único grupo familiar, de uma região específica. Se comparado ao cotidiano de um indígena em Caarapó, no Mato Grosso do Sul, esta pode se diferenciar bastante. Mas exatamente esta diversidade dos modos de vida é que comporta vários modos distintos de lidar com a Natureza, de produzir Espaço. Esse diferencialismo é difícil de ser compreendido e dominado, e por isso mesmo a ideologia dominante tentará domar,

amansar, domesticar a vida cotidiana, no sentido de melhor inserir a todas elas no mundo do consumo e do trabalho necessário à reprodução do modo de produção capitalista. (LEFEBVRE, 2004)

Este mesmo grupo de camponeses, indígenas, etc., passa a observar, nos arredores, uma mudança no modelo produtivo. Técnicas modernas são implantadas, os ritmos de produção se intensificam, o preço das mercadorias cai, e sustentar a família com o trabalho na terra passa a ser cada dia mais difícil. Inseriu-se em um ritmo e em uma racionalidade que não se compreende, nem sequer tem-se às mãos ferramentas para compreender o que ocorre. Pouco a pouco a sobrevivência se torna impossível e, quando não perde as terras pelo endividamento é expulso pelo fazendeiro, pela polícia, pelo governo, etc. Migrar para alguma grande cidade é uma opção, mas pode-se também buscar lugares onde a terra seja mais barata para tentar manter o modo de vida. Não se leva muito tempo para que o mesmo processo de expulsão se repita. Os guerrilheiros de Porecatu, dos quais falaremos em breve (OIKAWA, 2011), por exemplo, lutaram não só contra a perda de suas terras, mas lutaram, sobretudo, para que pudessem manter o modo de vida que tinham ali. Foi uma luta de vida e de morte contra a inserção de determinada cotidianidade. Os ritmos da vida passam a ser, agora, ditados pelo relógio-ponto, pela sirene das fábricas, pelas ordens do patrão, pelo horário dos ônibus e pelo trânsito da cidade. Artificializou-se o tempo, de maneira a deixar o Espaço mais fluido para a circulação de capital.

O tecnocrata enquadra o camponês, o pescador, o indígena, o ribeirinho como se fossem apenas números de uma estatística pautada sempre pela média, impondo a todos, simultaneamente, um modo de viver e de pensar que é o da sociedade urbana. A média, no entanto, nos oculta os extremos. O paupérrimo e o multimilionário são suprimidos pela média, e com isso perde-se alguns dos conteúdos fundamentais da sociedade moderna.

Para ir a fundo nesses conteúdos, descemos até a vida cotidiana, convivemos com misérias e carências dos diversos tipos, e pudemos sentir o tamanho do peso que cai sobre o morador de periferia em uma cidade como Curitiba. Pude me relacionar de maneira direta com o planejamento urbano da cidade, as ocupações irregulares e o lugar dos mais pobres em uma assim chamada “cidade modelo” através da minha atuação como educador junto ao MNPR (Movimento Nacional da População em Situação de Rua) e ao CEFURIA (Centro de Estudos Urbano Rural Irmã Araújo); Pude refletir sobre o fato de que as ocupações de escola ainda não foram devidamente compreendidas como um fenômeno urbano (LEFEBVRE, 1968) que explodiu levando em conta a reivindicação de uma série de carências que ultrapassavam o âmbito das reformas de governo proposta pelos Projetos de Emenda Constitucional 55 e 281 atuando como professor da rede estadual no Paraná. Entramos no íntimo da cidade para pensá-la desde dentro. A tentativa foi a de,

através da vida cotidiana articular Espaço e Tempo¹³. E para isso, foi necessário tornar-me geógrafo em tempo integral (ALTOÉ, 2004)

A memória, a lembrança, enfim, trazer à tona uma representação de um passado ao presente, não é simplesmente rememorar algo que passou, mas trazer uma carga histórico-espacial do passado, atualizá-la no presente e projetá-la ao futuro. Para Lefebvre (1980), a memória dos combatentes substitui os combates.

O momento da forma é congelado, mas a teoria das representações (Op. Cit.) tentar dar conta de expor o movimento concreto da relação forma-conteúdo existente nas relações espaciais. A forma urbana, ela não existe a não ser como utopia. Há uma desconexão, e até uma negação do urbano pela cidade. Os centros das cidades se tornam centros de gestão e administração da crise urbana, construindo representações ligadas ao mundo do trabalho que valem tanto para os trabalhadores das periferias das cidades quanto para os trabalhadores rurais. É o mundo da mercadoria propagandeado e ao mesmo tempo negado a um sem número de pessoas que vão trabalhar o máximo para acessá-lo. Ou roubar e matar para conseguir dele alguns restos. A gestão e a “governança” irradiados dos centros das grandes cidades – Av. Paulista em São Paulo, Centro Cívico em Curitiba, Brasília, etc.) são a própria negação do urbano (Op. Cit.). Basta observar as miseráveis periferias urbanas, os sem teto, os sem terra. Aqui, de perto, podemos enxergar uma relação íntima entre as representações do poder e a organização do trabalho no modo de produção capitalista.

Trata-se de um sem número de indivíduos que vivem o mínimo, as sobras do modo de produção no corriqueiro da vida. Existe uma interação íntima entre a colonização, o desenvolvimento técnico e, o assim chamado, subdesenvolvimento, tanto ao nível da economia global capitalista, quanto no tecido da vida cotidiana. Esta aparece, neste modo de produção, como repetição espacial não só dos tempos de trabalho, mas também do ócio e da consciência, criando um processo que podemos chamar de alienação espacial. É o subdesenvolvimento da vida cotidiana (Op. Cit.).

Se pensarmos conforme Marx, em sua crítica da filosofia do direito de Hegel (2006), no momento da constituição do Estado Moderno suprimem-se as particularidades locais – o direito comunitário, a autonomia política das vilas, etc. - no sentido de uma homogeneização das diferenças sob uma ordem única: o direito continental. E isso independente das necessidades comunitárias, com o objetivo de quebrar os laços estáveis de comunidade, instituindo relações sociais pautadas no individualismo (a ideia de individualidade é moderna!) ampliando assim as

13 “O cotidiano urbano prolonga e explicita o sentido da urbanização capitalista pela generalização de um modo de vida no qual foram sendo aprofundadas as separações no âmbito da vida social.” SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Territórios de uso: cotidiano e modo de vida*. In: CIDADES. v. 1, n. 2, 2004, p. 183.

trocas comerciais. A alienação política é essencial na constituição deste processo, uma vez que uma organização política que se dê desde a base – formas autogestionárias, por exemplo – questiona a estrutura Estado-Capital em seus fundamentos objetivos e subjetivos. A escala do Estado deve, necessariamente, negar todas as outras escalas da política que não são as do Estado e do Capital. (RAFFESTIN, 1993).

Para Hegel – na leitura feita por Marx (2006) – há uma identidade abstrata (que podemos entender como uma igualdade jurídica) criada entre os sujeitos e os “estamentos” sociais em torno do Estado. O Estado aparece como uma “vontade geral” responsável por fazer conviver uma infinidade de “vontades individuais” existentes em um dado território. A separação entre a política e a vida cotidiana evidencia-se portanto, a partir do momento em que se pensa concretamente em uma sociedade de classes, uma separação e uma diferença entre os sujeitos que é, também, social, e esta diferença, própria da “sociedade civil”, que segundo a inversão lógica feita por Marx (2006) mostra um Estado que, apesar de uma pretensa igualdade jurídica - “identidade ilusória” - recria nesta esfera (Estatual, jurídica, etc.) as desigualdades presentes nesta mesma sociedade de classes. A forma jurídica, portanto, encobre e, ao mesmo tempo legitima as diferenças sociais administradas e mantidas pelo Estado. A partir da generalização do modo de produção capitalista se generaliza também o urbano como utopia.

A escola por exemplo, como parte da sociedade, é a principal responsável por transmitir os valores da sociedade vigente, é nela, também, que se materializam grande parte das misérias vividas no cotidiano dos moradores de periferia em grande parte deste país. Considerando Curitiba, uma cidade pretensamente europeia, qual o interesse em revelar os conteúdos e reivindicações de uma juventude em grande parte negra, indígena e nordestina? Aos jovens de escolas públicas de bairros pobres, nunca foi dada a oportunidade de pensar o bairro e a escola como problemas muito maiores que a mera relação entre professor e aluno. Se pensarmos em um dos momentos que trataremos nesta pesquisa, o das escolas ocupadas no Paraná, foi somente na relação destes jovens com um movimento maior, autogerido, é que surgiram questionamentos acerca da própria realidade onde vivem. Onde estão as áreas de lazer do bairro? E os equipamentos que deveriam existir na escola e não são encontrados? E porque a escola tem equipamentos que não são utilizados? Porque as formas pedagógicas utilizadas em nossas escolas são as piores possíveis? Conseguirei uma boa inserção no mundo do trabalho com a escola que tenho? Como posso superar, junto a outros, a minha condição?

Alguns meses após as ocupações de escolas no Paraná, surge uma efetiva mudança na vida destes jovens que decidiram questionar, por vias autogestionárias, o Estado que propõe reformas que tornam ainda mais miserável a educação e a vida que possuem. No retorno às aulas, apesar das

pressões sobre os professores para que tudo se mantivesse como antes, algo se transformou. De repente tínhamos debates sobre gênero, raça, classe social e educação popular partindo dos próprios educandos. Tínhamos também estudantes realocados para escolas longe de suas residências, sofrendo as mais diversas perseguições da Secretaria de Educação, das direções de escolas e da polícia no bairro. Tínhamos embates entre educadores e educandos dentro das salas de aula nos quais se questionava a estrutura da aula ou o conteúdo que se passava. Questiona-se a falta de debates e de participação dos estudantes e da comunidade em seu próprio processo formativo. Compara-se a estrutura de tal ou qual escola, que conheceram no processo de ocupação e reunião entre secundaristas com a estrutura da escola em que estudam. Formam-se redes, grupos de Whats App, atos, manifestações. Secundaristas fazem-se presentes nas reuniões e assembleias do sindicato dos professores, tensionando com o burocratismo desta instituição que os próprios educadores já se cansaram de enfrentar.

Se de fato as escolas ocupadas trouxeram um legado, não está em sua vitória frente a pauta que reivindicavam, até porque a reforma do Ensino Médio e a PEC do congelamento de gastos contra as quais os estudantes lutaram foram aprovadas, à base de intensa violência, em Brasília. Mas há que se perguntar: a comuna de Paris fracassou ou não? As irrupções de 1968? Junho de 2013? Estes momentos expressam um campo de inúmeras possibilidades reunidas e não necessariamente realizadas, mas que atravessam a história como possível-impossível (LEFEBVRE, 1980).

A Geografia que aqui se produz é uma Geografia do possível. A obra, aqui, mobiliza o afeto. São as reuniões de bairro, os vínculos de pertencimento. Nos momentos aqui analisados, na forma de descrições, pudemos ver na imposição de uma determinada cotidianidade uma série de contradições e alienações. Mas também houveram rupturas com bairrismos. Por exemplo, quando na tentativa de desocupar escolas como o Pedro Macedo, secundaristas de vários pontos da cidade se reuniram e enfrentaram, muitas vezes com brigas físicas, os grupos interessados nas desocupações. E neste sentido, cabe salientar o protagonismo das escolas periféricas nas mobilizações, que levavam, além das pautas relativas às reformas educacionais, reivindicações relativas à vida em seus bairros.

Neste trabalho, busquei reconstruir memórias através de entrevistas, registros fotográficos e da ação conjunta com aqueles que deveriam ser “objetos” de pesquisa, construindo uma descrição narrativa a partir da vida cotidiana da classe trabalhadora de Curitiba e o planejamento urbano curitibano em relação às cidades do Norte Novo paranaense. Macunaíma, sujeito-sujeitado desde sempre a uma ideologia e uma ciência dominantes resolveu pesquisar, fazer sua própria ciência. E para tal teve que ir a campo...

1. 3. O pequeno mundo da Geografia

O pequeno príncipe, personagem de Antoine de Saint-Exupéry, vive em seu pequeno mundo cercado por coisas e objetos que lhe são inteiramente familiares. Seus três vulcões, seus baobás, sua flor. Não há nada de realmente desafiador em seu mundo. As tarefas são repetitivas na administração do cotidiano em seu pequeno reino. A principal delas se constitui em superproteger, em uma redoma, uma rosa vermelha que morre de tédio. Uma ruptura, que converte o pequeno príncipe em explorador, o faz partir em busca de outros mundos que lhe cativem. Passou pelo mundo de um rei sem súditos; pelo de um vaidoso sem admiradores; o de um bêbado que bebia por vergonha do vício em álcool; um capitalista, que soma as estrelas no céu e diz serem sua propriedade e que levava a vida com seriedade na infinita tarefa de contar e recontar suas estrelas; e, finalmente, um acendedor de lampião, que acende e apaga seu lampião a cada minuto que se passa.

O sexto planeta visitado é o do geógrafo, e este nos parece um ponto de partida interessante pela reflexão que contém. Este planeta, dez vezes maior que os demais, é habitado por um velho que escreve livros enormes: um geógrafo, “um sábio que sabe onde se encontram os mares, os rios, as cidades as montanhas e os desertos”. No entanto, ao ser questionado pelo princepezinho sobre o que havia em seu planeta, não sabia o que responder - “Não é o geógrafo que vai contar as cidades, os rios, as montanhas, os mares, os oceanos, os desertos. O geógrafo é muito importante para estar passeando. Não deixa um instante a escrivaninha.” Trata-se de um geógrafo que não vai a campo.

Pensar o papel do geógrafo em nossa sociedade é fundamental para ter clareza de quais são nossos objetivos e quais as consequências daquilo que pesquisamos e praticamos. É bastante comum que os estudos em Geografia encaminhem transformações no espaço sem que o pesquisador tenha sequer deixado a escrivaninha. É fundamental, se quisermos analisar um fenômeno do ponto de vista da vida cotidiana, que estejamos presentes na realidade que almejamos estudar¹⁴.

O pesquisador, ao chegar na área em que pretende estudar, causa, com sua simples presença, uma perturbação no cotidiano daqueles que ali vivem. É o pesquisador, para o contexto estudado, um estranho (MARTINS, 1993), que carrega consigo opções, vivências e preconceitos que vão tornar sua presença em campo – seja pelo tempo que for – perturbadora, em um duplo sentido. Perturbadora já que suas perguntas, questões, cadernetas, máquinas fotográficas e gravadores são incômodos àqueles que vivem a realidade estudada, nutrindo-os das mais legítimas desconfianças; mas também pelo fato de que os estudos e publicações escritos pelo pesquisador geram reflexos positivos e negativos à área de estudos, ou seja, mesmo que os sujeitos pesquisados nunca tenham

14 Não é o objetivo deste fragmento dissertar sobre a importância do trabalho de campo para a Geografia enquanto ciência. Considero que esta discussão, apesar de rica, já foi feita com qualidade ao longo da história da Geografia brasileira. O Boletim Paulista de Geografia de número 84 editado pela seção São Paulo da Associação dos geógrafos brasileiros contém uma gama de textos riquíssimos para esta reflexão. Ver BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. Xamã Editora. São Paulo. 2006.

acesso aos resultados acadêmicos da pesquisa, vivem na pele as consequências daquilo que é ou não revelado através desta.

Seguindo, portanto, os passos apontados por René Lourau (1988, 2004) em sua teoria da implicação e da análise institucional, existem três momentos da pesquisa: o *Intertexto*, o *Extratexto* e o *Contexto*. O *Intertexto* refere-se a isto que ocorre agora, na versão final desta pesquisa. Trata-se do que é posto de forma final e acabada em uma tese de doutorado, trabalho de mestrado ou conclusão de graduação, é a escolha definitiva daquilo que o pesquisador descobriu e escolheu revelar – ou ocultar. É este o momento mais valorizado do ato de pesquisa, por ser seu aspecto positivo, a parte aparente de qualquer artigo ou monografia escrita e publicada. O intertexto é limpo, refinado, dotado de encaixes perfeitos entre sujeito e objeto, entre teoria e prática; e se quisermos analisar o Espaço do ponto de vista do cotidiano, prender-se a esta face da pesquisa é isentá-la de contradições.

Por outro lado, existe o *Extratexto*. São as anotações, as conversas, os questionários, os diários, todo o material de pesquisa que revela as angústias, inquietações e questionamentos do pesquisador. Aqui surgem os limites do que aparece nos relatórios entregues às agências de fomento. As incertezas são reveladas, sobretudo, nos diários de campo. É neles que se expõe, de maneira mais clara, as fragilidades da relação sujeito-objeto em ciências humanas. A objetividade de gráficos, dados e tabelas aqui se confunde com a subjetividade de comentários e impressões pessoais, suprimidas no texto final.

Por fim, como termo médio¹⁵, coloca-se o *Contexto* da pesquisa. O que ocorre no momento da pesquisa? Quais são as condições de trabalho em que o pesquisador realizou seu texto? Houve apoio de agência de fomento? Estava o pesquisador engajado em movimentos sociais que aparecem na dissertação? Ou era ele um mero observador externo? Qual é o contexto político e econômico no qual a pesquisa foi produzida? Havia censura? Democracia? Enfim, como ocorreu a pesquisa?

Friedrich Engels, ao escrever o livro *A Situação da Classe trabalhadora na Inglaterra em 1845* (2010) vivia um momento de intensa efervescência política na Europa. Formavam-se sindicatos e movimentos populares na mesma medida em que os Estados-Nação, recém formados, inseriam-se a uma concorrência global, intensificando a exploração do trabalho em todas as partes de planeta, em especial nas zonas mais pobres. A Inglaterra despontava como grande potência econômica global, devastando sociabilidades tradicionais e introduzindo à força relações econômicas mais dinâmicas para o modo de produção capitalista de então. Para isso, era necessária

15 O Negativo formal corresponde ao primeiro negativo, quer dizer, ao segundo momento da dialética. O negativo absoluto corresponde ao segundo negativo, quer dizer, ao terceiro termo (negação da negação). LOURAU, René. *El Análisis Institucional*. Amorrutu ediciones. Buenos Aires. 1988. p. 19.

uma forte repressão tanto interna quanto externamente a qualquer forma de organização dos trabalhadores, suprimindo-se em diversas porções do globo o direito de organização e reunião dos mais pobres.

Apesar de pertencer a uma rica família de industriais do setor têxtil, o autor engaja-se fortemente no movimento operário socialista, construindo, ao lado de Karl Marx e tantos outros nomes da época, o Partido Comunista e o materialismo dialético. A proximidade, tanto aos operários quanto aos industriais, permitiu a Engels o trânsito em setores da indústria inglesa que poucos em sua época teriam. Construiu, a partir de documentos e depoimentos de trabalhadores, um relato bastante rico das condições de moradia, saúde, habitação, trabalho e reprodução da classe operária, em descrições bastante vivas que, mesmo hoje, mostram o negativo da grande empresa colonial inglesa:

(...) a classe média inglesa, em particular a classe industrial que se enriquece diretamente com a miséria dos operários, nada quer saber dessa miséria. Ela, que se sente forte, representante da nação, envergonha-se de revelar aos olhos do mundo a chaga da Inglaterra; não quer confessar que se os operários são miseráveis, cabe a ela, classe proprietária, classe industrial, a responsabilidade moral por essa miséria. (Op. Cit. p. 61)

Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só os descobrimos mais tarde. Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os “bairros de má fama” desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade, só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante a união com as de outros. Até mesmo a multidão que se movimenta pelas ruas tem qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão *todos eles* seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão *todos eles*, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra, e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. (...) (ENGELS, 2010. p. 68)

Nestes dois fragmentos de texto fica claro o caminho de Engels para analisar de maneira dialética as cidades inglesas. O autor constrói descrições de diversas metrópoles industriais e das condições de vida dos operários de diversos setores industriais, dos migrantes irlandeses, dos bairros de trabalhadores de maneira geral. É como se pudéssemos caminhar pelas ruas de Manchester ou Lancaster e sentir o cheiro dos porões abarrotados de gente, indignar-se com os pedintes e ladrões que rondam as ruas em busca de alguns quinhões que lhes garantam a sobrevivência. Ao referir-se a um bairro de Manchester habitado por migrantes irlandeses e tido

pelo autor como “repugnante”, o bairro de *Hume* nos aparece, após uma pequena descrição das condições físicas do terreno como da seguinte maneira:

As áreas de grande densidade habitacional estão geralmente em péssimo estado e quase sempre em ruínas; as áreas menos populosas, com construções mais modernas e arejadas, nem por isso estão livres da lama. As casas estão quase sempre úmidas, com uma ruela nos fundos e porões habitados. (...) Nessas vizinhanças encontram-se vielas compridas, entre as quais multiplicam-se pátios e passagens estreitos e tortuosos, cujas entradas e saídas estão dispostas de modo tão desordenado que, nesse labirinto, o passante que não o conhece profundamente se vê num beco sem saída ou se perde de todo. (...) Quando em 1831 a vigilância sanitária fez aí uma inspeção, encontrou uma insalubridade tão grande quanto a das margens do Irk ou da *Pequena Irlanda* (e eu posso testemunhar que, hoje, as coisas não se alteraram); encontrou uma única instalação sanitária para 380 pessoas na Parliament Street e também uma única latrina para trinta casas super-habitadas na Parliament Passage. (Op. Cit. p. 103)

Descrições como estas, e tantas outras presentes no livro, não podem ser construídas se não se foi a campo e dialogou com os habitantes dos bairros. Engels vai além na relação sujeito-objeto quando escreve como um passante que caminha pela cidade e descreve o que vê, quais são suas impressões. Tais descrições não aparecem somente por um mero capricho estético. Havia-se uma intenção política em revelar as condições de vida dos trabalhadores ingleses tendo em vista compreender uma transformação social que com o decorrer dos anos se generalizou para todo o globo.

No volumoso livro que é *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Friedrich Engels descreve, analisa e expõe pela primeira vez o que é o capitalismo num grande país, sendo surpreendente a importância que atribui aos fenômenos urbanos (...) Engels aponta a dupla tendência centralizadora do capitalismo: a concentração demográfica em paralelo a concentração de capital. (LEFEBVRE, 1972. p. 11)

Então qual é a grande diferença das análises empreendidas por La Blache e Ratzel, expostas anteriormente, com a de Engels? A resposta só pode ser uma: o *Contexto*. Enquanto os fundadores da geografia moderna pretendiam, através de seus estudos, instrumentalizar o conhecimento produzido pela Geografia em prol do desenvolvimento do capitalismo e do imperialismo, Engels busca uma teoria que rompa com a ciência e com o modo de produção dominantes. Ele escreve em uma realidade que vive na pele através de sua organização política em torno do Partido Comunista, mesmo que pertencendo à classe industrial. Engels, Marx, Kropotkin, Emma Goldmann, entre outros autores socialistas estavam implicados à realidade em que estudavam; e produziram uma verdadeira revolução teórica ao, a partir das condições materiais que constatavam no movimento popular no qual atuavam, consolidar o método materialista dialético para pensar a sociedade capitalista e as formas de superá-la.

E qual o *Contexto* desta pesquisa? Quem escreve este texto nasceu e cresceu em São Paulo entre os bairros de Cidade Tiradentes e Itaquera. Neto de imigrantes, crescido na periferia de uma

grande cidade, que trabalha e usa transporte público desde muito jovem. Teve todo tipo de emprego: atendente de telemarketing, garçom, vendedor de Shopping, músico, professor, etc, etc. Organizado em movimentos populares desde os 20 anos, alternando entre a militância dentro e fora da universidade. Ingressa no mestrado a partir de questionamentos que surgiram em sala de aula, com seus alunos, enquanto estudávamos gráficos populacionais do Brasil.

Durante o trabalho de pesquisa, me observei vivendo diversas das situações que estava estudando no plano teórico: desemprego, migração (mudei-me para Curitiba!), exploração do trabalho, natalidade e fecundidade, etc... Como separar o que vivo do que pesquiso? Como separar as condições materiais nas quais cresço e me desenvolvo como pessoa daquilo que resolvi investigar em ciências humanas? Como negar que minha pesquisa tem uma orientação ideológica e um objetivo pessoal nela empregado? Como negar que vivo, em minha pele, muitos dos processos que estudo e relato em minha pesquisa? A teoria da análise institucional e da implicação vai propor extrapolar o muro existente na relação sujeito-objeto. Nas sociedades (auto)proclamadas modernas, a ideia de indivíduo é central na manutenção da propriedade privada e do capitalismo. Lourau (1988), analisando a dialética hegeliana, afirma que:

O eu é a negatividade que opera dentro da instituição como sistema simbólico de relações consigo mesmo (entendemos por sistema simbólico os diversos graus ou momentos da estrutura libidinal dentro de um sistema de formas sociais, onde a família é, por sua vez, o núcleo subjetivo e imaginário). O eu é um turbilhão de instituições. (Op. Cit. p. 46-7)¹⁶

O indivíduo é a totalidade das instituições¹⁷ às quais ele participa. Não a mera soma delas, mas, antes de tudo, a relação entre elas. A escola, o trabalho, o partido político, o time de futebol, a nacionalidade, a classe social, etc. Estas instituições, em geral, são compostas por instituições

16 Tradução do autor. No original: “*El yo es la negatividad que opera dentro de la institución como sistema simbólico de relaciones consigo mismo (entendemos por sistema simbólico los diversos grados o momentos de la estructura libidinal dentro de un sistema de formas sociales, donde la familia es a la vez el núcleo subjetivo e imaginario). El yo es un revoltijo de instituciones*”

17 “(...) a instituição é um espaço singular. É o lugar fechado, marcado, lugar da repressão libidinal; um lugar dividido no espaço e no tempo sociais; um lugar submetido a normas imperativas, que reflete em parte as normas sociais da classe dominante acentuando-as, e em parte instaura normas especiais que vão contra tanto das regras jurídicas como a “lei natural”. Um lugar onde as modalidades de ingresso (de pertencimento) e egresso (de exclusão) estão firmemente codificadas dentro de um sistema simbólico, onde se reconhece uma vontade de regulação – sempre problemática – do ingresso mediante o egresso. O conteúdo do conceito designa aqui estabelecimentos perfeitamente delimitados dentro do espaço social, organizações ou grupos definidos mediante uma seleção e/ou pelas características de uma clientela, e simbolizados no espaço urbano ou rural por uma arquitetura funcional” (LOURAU, 1988. p. 30) Tradução do autor. No original: “*La institución es un espacio singular. Es el lugar clausurado, marcado, lugar de la represión libidinal; un lugar dividido en el espacio y el tiempo sociales; un lugar sometido a normas imperativas, que refleja en parte las normas sociales de la clase dominante acentuándolas, y en parte instaura normas especiales que dan la espalda tanto a las reglas jurídicas como a la “lei natural”. Un lugar donde las modalidades de ingreso (de pertenencia) y de egreso (de exclusión) están firmemente codificadas dentro de un sistema simbólico, donde se reconoce una voluntad de regulación – siempre problemática – del ingreso mediante el egreso. El contenido del concepto designa aquí establecimientos perfectamente delimitados dentro del espacio social, organizaciones o grupos definidos mediante una selección y/o por las características de una clientela, y simbolizados en el espacio urbano o rural por una arquitectura funcional.*”

menores que lhe compõem e fazem-na funcionar. O Estado, por exemplo, é formado pelo congresso, pelo senado, pela força nacional, pelas câmaras, pelas escolas, etc. E cada um destes órgãos é formado por uma outra gama de instituições que lhe faz ter forma e sentido. Quando sou professor, não deixo de ser estudante, pesquisador, morador de uma cidade, pai ou militante. Não há separação possível entre as diferentes instituições às quais pertence qualquer indivíduo, mesmo quando pesquisador. Lourau (2004) afirma que:

“A universalidade das instituições é ressaltada pela filosofia do direito herdada de Hegel, para quem as instituições ‘são o que há de virtualmente universal nos interesses particulares’. Porém a lógica hegeliana distingue, na análise de qualquer conceito, três *momentos* que, articulando-se, definem a dialética: momentos da universalidade, da singularidade e da particularidade. A dialética obriga a que não nos contentemos com a oposição dualista entre interesses particulares e interesse geral. A *universalidade* da instituição, pela mediação de cada caso *particular*, encarna-se nas formas *singulares* e diferenciadas, das quais vimos pelo menos dois graus no que tange às instituições políticas (separação dos poderes em uma dezena de instâncias ou órgãos constituídos e divisão destes últimos em vários tipos de organização. (Op. Cit. p. 49)

Assim, o *instituído* é a ordem estabelecida, é o conjunto de normas, regras, valores, ideologia da prática social. É o aspecto positivo e aparente de um fenômeno. Pensemos a pesquisa em Geografia. Gráficos, mapas e dados oficiais são, muitas vezes, nossos principais dados, com os quais demonstramos a validade de nossa argumentação perante nossos pares e perante a sociedade. Um dado como a renda per capita nos dá a dimensão da riqueza produzida por uma determinada sociedade em relação aos habitantes que ali vivem. Este dado estatístico estabelece uma média de rendimentos, desprezando e ignorando os extremos. Ele ignora a diferença entre o mais rico e o mais pobre, pois se foca sobre uma média (*universalidade*).

A negação do fenômeno como mera positividade está no *instituinte*, que se trata da capacidade de criação e contestação da instituição por si mesma. Está no domínio daquilo que, na instituição, pode implodi-la. É entender que, por exemplo, a questão da mortalidade infantil tem haver com o fato de que os mais pobres em uma sociedade vivem em ambientes de trabalho e moradia tão degradantes que não conseguem, por maiores que sejam os esforços, criar suas crianças fora de um ambiente de insalubridade, levando muitas delas à morte. Aqui entra o drama, a negação do dado como fenômeno total (*singularidade*). Para Lourau (1988):

A constituição “negativa” das formas sociais denominadas instituições ou organizações é o que induz a sociologia a buscar um instrumento de análise que permita elucidar “a seriedade, a dor, a paciência e o trabalho do negativo”. A clínica sociológica, a observação sobre o terreno, a encosta aprofundada em que se baseiam “bancos de dados” quantificados, não respondem inteiramente ao objeto da análise institucional, porque trabalham sobre dados positivos, sobre fatos perfeitamente exteriores ao observador ou ao pesquisador. O trabalho do negativo, entre os três momentos do conceito e entre os momentos e a totalidade, indica que não existe um dado positivo (e

quantificável) em estado puro, posto que a unidade positiva não é mais que um momento: o momento da universalidade. (Op. Cit. p. 18)¹⁸

A análise institucional, portanto, se dá no sentido da contradição entre as duas pontas de um par dialético, tentando dar conta de compreender o fenômeno em seu pleno movimento. Tal empreitada não é possível se não “deixamos a escrivãzinha”, vamos a campo e nos colocamos em movimento junto à realidade que pretendemos compreender. Melhor dizendo, só é possível compreender o movimento de um fenômeno se nos colocamos em movimento junto a ele, modificando a realidade na medida em que somos modificados por ela.

Qual a natureza da relação sujeito/objeto? Pois é de relação que se trata aqui, e não de uma díade qualquer do tipo caneta/joelho ou nuvem/porco. O terceiro elemento de uma relação dialética – fazendo referência a uma lógica da contradição –, segundo Hegel, é a singularidade daquilo que se organiza no devir. É o devir propriamente dito. O devir potencializa existências atuais e atualiza existências potenciais – pelo menos, é esta a contribuição da lógica antagonista de Lupasco à dialética. Para Lupasco, sujeito e objeto só são imagináveis em uma metaestabilidade, com um potencializando o outro ao se atualizar, e reciprocamente. Não há dupla estável sujeito/objeto. A dinâmica contraditória de Lupasco não dá a menor chance às substâncias, subjetiva ou objetiva. (LOURAU, 2004, p. 212-3)

A partir de então pode-se pensar na idéia de *Transdução*, que busca uma análise relacional entre dois pólos opostos de um par dialético. Em um exercício simples, podemos pensar no exemplo trabalhado por Henri Lefebvre em *Lógica formal, lógica dialética*: uma reta que tem início no ponto zero e fim no ponto um. Do ponto de vista formal, trata-se de uma reta finita, estável e imóvel, que começa em um ponto e termina no outro. A transdução trata de fazer o exercício dialético de trabalhar em tudo o que há entre os dois pontos – zero e um – tornando-a plena de movimento, infinita.

A produção de conhecimento independe da ciência para ocorrer. Ela pode vir de experimentos realizados por uma infinidade de processos e sujeitos, e mesmo por acaso. Qual é, portanto, a inovação (para usar o vocabulário corrente nas universidades) gerada por este tipo de ciência? A transdução é o método que vai atuar na esfera do possível, ou seja, a partir da análise do negativo da instituição, busca propor novas formas de organização da sociedade. Eis a inovação: uma ciência de intervenção que, a partir da implosão de seus limites, transforma a instituição partindo de sua análise. Neste trabalho, entendo o campo e a cidade enquanto instituições do capitalismo, submetendo-as à análise institucional e à teoria da implicação. Eis a experiência...

18 Tradução minha. No original: “La constitución “negativa de las formas sociales denominadas instituciones u organizaciones es lo que induce a la sociología a buscar un instrumento de análisis que permitadilucidar “la seriedad, el dolor, la paciencia, y el trabajo de lo negativo”. La clínica sociologica, la observación sobre el terreno, la encuesta profundizada que se basa en banco de datos” cuantificados, no responden enteramente al objeto del analisis institucional, porque trabajan sobre datos positivos, sobre hechos perfectamente exteriores al observador o al encuestador. El trabajo de lo negativo, entre los três momentos del concepto y entre los momentos y la totalidad, indica que no existe un dato positivo (y cuantificable) em estado puro, puesto que la unidad positiva no es más que un momento: el momento de la universalidad.”

Mágoa de Boiadeiro – Índio Vago/Nonô Basílio

Antigamente nem em sonho existia
Tantas pontes sobre os rios
Nem asfaltos nas estradas
A gente usava quatro ou cinco sinueiros
Para trazer o pantaneiro no rodeio da boiada

Mas hoje em dia tudo é muito diferente
Com progresso nossa gente
Nem sequer faz uma ideia
E entre outros fui peão de boiadeiro
Por esse chão brasileiro os heróis da epopeia

Tenho saudade de rever nas corrutelas
As mocinhas nas janelas acenando uma flor
Por tudo isso eu lamento e confesso
Que a marcha do progresso é a minha grande dor

Cada jamanta que eu vejo carregada
Transportando uma boiada, me aperta o coração
E quando eu vejo minha tralha pendurada
De tristeza, dou risada para não chorar de paixão

O meu cavalo relinchando pasto a fora
Que por certo também chora na mais triste solidão
Meu par de esporas, meu chapéu de aba larga
Uma bruaca de carga, o meu lenço e o facão

O velho basto, o sinete e o apeiro
O meu laço e o cargueiro, o ginete e o gibão
Ainda resta a guaiaca sem dinheiro
Deste pobre boiadeiro que perdeu a profissão

Não sou poeta, sou apenas um caipira
E o tema que me inspira é a fibra de peão
Quase chorando imbuído nesta mágoa
Rabisquei estas palavras e saiu esta canção

Canção que fala da saudade das pousadas
Que já fiz com a peonada junto ao fogo de um galpão
Saudade louca de ouvir um som manhoso
De um berrante preguiçoso nos confins do meu sertão

2. Paraná Agrário, Paraná Urbano

O capítulo a seguir busca dar conta de, através da teoria da implicação e da análise institucional (ALTOÉ, 2004; BAITZ, 2006, 2013; LOURAU, 1988), expor algumas contradições e o papel da relação urbano-agrário na produção capitalista do Espaço à partir da região do Norte Novo do Estado do Paraná. Para isso, utilizo-me de descrições elaboradas em trajetos realizados de caminhão e ônibus por rodovias deste mesmo Estado, analisando a produção e o escoamento de *commodities*, assim como a base física destas mercadorias desde a região norte do Estado até o porto de Paranaguá, passando pelo centro político e financeiro de Curitiba, cidade planejada e reordenada em praticamente todo o período aqui retratado, assim como pela vivência realizada no acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra. Quero, com isso, evidenciar as transformações radicais na vida cotidiana que os grandes projetos elaborados pelo Estado e pelo Capital implicam na vida dos mais pobres, assim como as resistências destes ao longo do tempo em relação a estas mesmas transformações. A experiência em curso é a de articular uma discussão referente à vida cotidiana e de metodologia em Geografia, tendo em vista superar as amarras da relação sujeito-objeto, tão caras à ciência de cunho positivista.

2.1. O pó da estrada.

O pó da estrada fica em minha roupa,
O cheiro forte da poeira levantada,
Levando a gente sempre mais à frente,
Nada mais urgente, que o pó da estrada

Sá, Rodrix e Guarabyra

Se partimos, em um caminhão ou carro desde o litoral paranaense até a região denominada como Norte Novo (MAACK, 2012), podemos, seguindo algumas das rodovias que cortam o Estado do Paraná, caminha-se quase que em uma linha reta que segue pelo estado sentido noroeste. Se parto do litoral, de planície litorânea e sedimentar, o Porto de Paranaguá apresenta grande importância para entender o agronegócio paranaense, aparecendo como o maior porto graneleiro da América Latina¹⁹. Pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas, indígenas e ribeirinhos, são populações cada vez mais empobrecidas em seu duelo cotidiano contra o crescimento do porto, que polui as águas, mata os peixes e valoriza as áreas em que vivem através da especulação imobiliária, inviabilizando cada vez mais seus modos de viver.

Seguindo via BR-277 pela serra do mar, nos deparamos com um típico compartimento de

19 Segundo a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Ver: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br>.

mares de morros, escarpa de falha e serra marginal formadas entre o Neo-cretáceo e o terciário, por onde a sinuosa e florestada estrada liga às cidades portuárias de Antonina e Morretes que, devido ao seu papel secundário em relação a Paranaguá, reforçam a renda municipal com o turismo histórico. Recria-se nestas cidades a arquitetura do período colonial no qual enriqueceram através da mineração de ouro, que tinha seu caminho pela Serra do Mar (MAACK, 2012). O centro urbano e oferece atrativos serranos, em especial no inverno: reconstrói-se um ambiente europeu-colonial e pratos típicos, tais como o barreado e uma deliciosa cachaça com cataia. No rumo do primeiro planalto, o de Curitiba, chegamos à capital do Estado, que se desenvolveu sobre planícies suavemente onduladas de altitudes variadas entre 850 e 950 metros, com a formação de várzeas flúvio-lacustres do período Holoceno, terrenos pantanosos muito semelhantes às várzeas da cidade de São Paulo, com rios sinuosos e preguiçosos nos vales inundados da cidade por onde agora circulam grande parte dos fluxos financeiros e da administração estatal paranaense (AB'SABER, 2012). É aqui que se desenham os planos e projetos de governo para o campo e para a cidade no Estado inteiro, nos quais reforça-se uma representação para o todo o Estado de um modo paranaense de ser e viver que é na verdade expressivo somente em Curitiba, e mesmo assim, de um setor urbano muito específico.

O avesso desta cidade, modelo de organização e planejamento, se revela em nosso trajeto quando passamos pelo que parece ser uma mistura de área rural com periferia urbana nos limites de Morretes com Curitiba, passando por uma grande área industrial quando nos aproximamos da zona Sul da cidade, em especial ao ligar-se a rodovia à linha verde, uma das principais vias de acesso à cidade. Curitiba, esconde sua pobreza através da imagem de cidade limpa, civilizada e organizada e encobre o imenso anel de pobreza absoluta que a circunda. Aqui, onde o sobrenome que se carrega ainda é sinônimo de distinção social, podemos vislumbrar uma outra face desta mesma da organização urbana nos bairros do Sítio Cercado, Umbará, CIC (Cidade Industrial de Curitiba) e Pinheirinho. O intenso fluxo de caminhões que vão e vêm pela estrada disputam espaço com ciclistas que, às beiras da pista, encaram uma verdadeira batalha para trabalhar, pedalando muitas vezes longas distâncias devido à falta de recursos para manter um automóvel ou pagar as passagens de ônibus.

Se seguirmos pela BR-376 (Rodovia do Café), após passarmos por uma zona montanhosa formada por erosão regressiva, uma planície de altitudes entre 950 e 1050 metros, batemos de frente com uma escarpa devoniana. Esta região é formada por uma vegetação adaptada a um clima mais frio, devido à altitude: a mata com Araucárias, onde os solos fracos e as constantes geadas impedem uma exploração agrícola de maneira extensiva. Destaca-se por aqui, principalmente, o monocultivo de pinus e eucalipto, com grande força para a produção de banana na região do Vale do Ribeira,

cultivada por famílias de pequenos agricultores e quilombolas que habitam a região, e também a pecuária, como na colônia Russo-alemã de Witmarsum, no município de Palmeira. Após cruzarmos a escarpa, nos deparamos com outro aspecto geomorfológico na paisagem quando passamos pelo segundo planalto paranaense, em Ponta Grossa. Formado nos períodos devoniano e permiano, o planalto se torna evidente ao passar pelo relevo ruiforme do Parque Estadual da Vila Velha. O município de Ponta Grossa se coloca como um grande porto seco, um dos entroncamentos rodoviários mais importantes para o estado, ligando a produção agrícola do Norte e do Sul do Estado em direção à Curitiba e Paranaguá. Cultiva-se por aqui principalmente milho, cana-de-açúcar e soja.

Ao cruzar a escarpa Mezozóica, chegamos ao terceiro planalto, o de Guarapuava, onde espigões e chapadas formadas por derrames vulcânicos dão origem a um solo fértil e vermelho, marcado especialmente pela cultura da soja e da cana-de-açúcar. As estradas estão povoadas de caminhões que carregam os grãos produzidos no interior para o litoral, equipados com a mais alta tecnologia para realizar este transporte. Há assistência técnica para as empresas e os caminhões são rastreados e securitizados. Alguns vêm equipados com sistemas computadorizados para descobrir eventuais defeitos nas peças mais rapidamente, ou com peças como os *Intercoolers*, que adicionam uma carga maior de oxigênio na explosão do motor, fazendo-o render mais com menos óleo *diesel*.

Na região se localizam importantes cidades, como Londrina, Apucarana e Cornélio Procopio, limitando-se ao norte com o Rio Paranapanema, explorando-se, através de um complexo sistema de represas, grande parte da energia elétrica gerada no Estado, no conjunto que forma Itaipú. Continuando nesta direção passamos por Maringá, grande entreposto comercial e outro porto seco, que recebe a produção agrícola do noroeste do Estado – em direção à Paranavaí – e do Sul do Mato Grosso do Sul. Aqui estamos em uma região de solos menos produtivos, de base arenítica, no qual produz-se laranja nos arredores de Paranavaí, cana-de-açúcar, e criação de gado, limitada ao norte com os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. A paisagem é dominada pela lavoura monocultora, mecanizada e com instrumentos da mais alta tecnologia, com máquinas que são guiadas, no plantio e na colheita da cana de açúcar, via satélite, cabendo ao condutor o trabalho apenas de administrar eventuais erros. Grandes grupos empresariais, nacionais e estrangeiros

realizam negócio nesta região, tais como a Cargil²⁰, Louis Dreyfus²¹ e o grupo Adecco Agro²². Entender a produção agrícola daqui é também compreendê-la como ligada social e historicamente a outras regiões. Pensemos, portanto, o papel agrícola do Paraná em relação ao Brasil.

O Estado do Paraná, na região Sul do Brasil, é nacionalmente conhecido por sua produção agropecuária. O desenvolvimento deste setor aqui, hoje com extensos latifúndios de soja (ocupando o Estado desde o Sul em direção ao Noroeste) e cana-de-açúcar (estendendo-se pela fronteira Norte, com os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul) dá ao Estado uma participação importante na produção agrícola de grande porte para a exportação do país (SEAB-PR, 2015).

Para se ter uma ideia do desenvolvimento do uso do solo na agricultura paranaense nos últimos anos, cabe analisar alguns aspectos do avanço de algumas destas culturas neste mesmo Estado em comparação ao todo nacional. Se analisarmos os dados fornecidos pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná podemos observar alguns fatores presentes nos gráficos 1 e 2:

- 20 Empresa dos Estados Unidos que atua no setor agropecuário. “A Cargil fornece comida, agricultura, produtos e serviços financeiros e industriais para o mundo. Em conjunto com agricultores, clientes, governos e comunidades, nós ajudamos pessoas a prosperar através da aplicação de nossos conhecimentos e 150 anos de experiência. Temos 150 000 trabalhadores em 70 países que se comprometeram a alimentar o mundo de maneira responsável, reduzindo o impacto ambiental e melhorando as comunidades onde vivemos e trabalhamos.” Fonte <http://www.cargill.com> Original em inglês. Tradução do autor.
- 21 Grupo Francês-Belga que trabalha no setor agropecuário, em especial com a cana-de-açúcar. Segundo o site da empresa “Louys Dreyfus Company é líder no comércio e no processamento de bens agrícolas. Nós estendemos nossa extensa rede global de ativos para servir a nossos clientes em todo o mundo, oferecendo os produtos corretos nos locais corretos – de maneira segura, responsável e confiável. Nossas atividades abrangem do campo à mesa através de uma ampla rede de negócios. Desde 1851 nossa carteira tem crescido para incluir sementes oleaginosas, grãos, arroz, fretes, finanças, café, algodão, açúcar, suco, itens de consumo diário, fertilizantes e produtos relacionados, e metais. Nós ajudamos a alimentar e a vestir cerca de 500 milhões de pessoas todos os anos, por originalidade no processamento e transporte de cerca de 81 milhões de toneladas de produtos. Estruturada como uma organização matricial dividida em 5 regiões geográficas e 12 plataformas, Louis Dreyfus é ativa em mais de 100 países e emprega mais de 22 000 pessoas em todo o mundo, em épocas de pico.” Fonte: <http://louisdreyfus.com> Original em inglês. Tradução do autor.
- 22 Grupo do empresário Norte-americano Georg Soros. “Nós possuímos terras produtivas e instalações industriais distribuídas pelas regiões mais produtivas de Argentina, Brasil e Uruguai, onde produzimos mais de 1,3 milhões de toneladas de produtos agrícolas, incluindo arroz, açúcar, leite, girassol, milho, trigo, soja, etanol e bioeletricidade. (...) Desde 2011 nossas ações são negociadas publicamente na bolsa de Nova York sob o símbolo AGRO. Atualmente empregamos mais de 8.000 pessoas, a maioria das quais representa a criação de trabalho genuína impulsionada por nossos projetos de desenvolvimento.” Fonte: <http://www.adecoagro.com> Original em inglês. Tradução do autor.

Gráfico 1: Área produzida com soja, cana-de-açúcar, milho, trigo e café no Brasil (1970-2012)

Área produzida com soja, cana-de-açúcar, milho, trigo e café no Estado do Paraná (1970-2012)

Os dados apresentam um recorte de tempo que vai desde o ano de 1970 até 2012 (a SEAB-PR não possui dados publicados posteriores a este ano) no Brasil e no Estado do Paraná, considerando a área plantada em hectares com alimentos produzidos em grande escala, sendo eles: milho, soja, cana-de-açúcar e café (beneficiado). O Brasil apresenta um crescimento da produção agrícola a ritmo vertiginoso, evidente nas zonas de fronteira²³, onde a abertura de novas fazendas é feita, muitas vezes, na base da violência (KOHLHEPP, 2014) evidenciada nos dados acima. Observamos um crescimento considerável da área em hectares onde se produz soja, que se expande desde o Rio Grande do Sul até ao Sul de Goiás graças ao uso de sementes transgênicas desenvolvidas pela EMBRAPA para suportar climas mais quentes e solos arenosos²⁴, chegando a ocupar 49% da área plantada em grãos²⁵; a cana-de-açúcar que ocupa praticamente todo o Estado de São Paulo, se expandindo para o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Norte do Paraná e na qual o Brasil se coloca como o responsável por mais da metade de oferta mundial; o café que se expande por Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo, em uma produção crescente que mantém o país como o maior produtor e exportador de café do planeta; além de milho e trigo, que se mantêm estáveis em área, mas com produtividade crescente.²⁶

Observa-se, no Paraná, que a Soja apresenta um crescimento em área bastante considerável – acompanhado de um crescimento de produtividade evidente nos dados fornecidos pela SEAB-PR – nos quais vemos o avanço das plantações de soja neste período; enquanto o trigo apresenta oscilações na área produzida, com ápice na década de 1980; o café mantém uma queda gradual, desde os estragos causados pela grande geada de 1976, sendo produzido em algumas zonas de Terra

23 “(...) a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira Geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (marcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjulga e explora.” MARTINS, José de Souza. *Fronteira. Contexto*. São Paulo. 2009. p. 11.

24 “(...) o melhoramento genético clássico e por meio da biotecnologia, possivelmente terá papel relevante na obtenção de fenótipos mais tolerantes ao calor e ao déficit hídrico. O uso integrado dessas tecnologias pode resultar em um modelo tecnológico apropriado ao cultivo da soja em solos arenosos, favorecendo a expansão da cultura em várias regiões brasileiras.” EMBRAPA. Circular Técnica n. 116. Soja em solos arenosos: papel do Sistema Plantio Direto e da Integração Lavoura-Pecuária. Londrina. Maio de 2016. p. 9.

25 “O cultivo de soja se iniciou no Norte do Paraná desde os danos causados no cultivo de café pela geada de 1963. Em virtude da terra liberada quando foram arrancadas as árvores de café, o Instituto Brasileiro do Café colocou em circulação 10.000 t de sementes. Até 1970 foram ampliadas as áreas de cultivo para 298.000 ha, e a produção aumentou para 279.000 t. Dessas, 45% recaem sobre o Norte do Paraná. A evolução favorável de preços, boas possibilidades de venda para o beneficiamento industrial (óleo vegetal, margarina, fabricação de sabão, etc.), como produtos alimentícios para o mercado nacional bem como para a exportação e a possibilidade da mecanização dos processos de trabalho (por exemplo, colheita com ceifeira-debulhadora, também utilizada para colheita de trigo) ofereceram pontos de partida para uma rápida expansão dessa cultura, que no afolhamento é cultivada com trigo.” (Kohlhepp, 2014. p. 198.)

26 Informações retiradas da SEAB-PR e do Ministério da Agricultura <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas> Acesso em 10/10/2016.

Roxa no Norte do Estado; e a cana-de-açúcar, quase inexistente na década de 1970 neste Estado, apresenta uma expansão considerável pelo Norte, acompanhando a expansão dos canaviais paulistanos em direção ao chamado Pontal do Paranapanema; enquanto o milho permanece com uma produção estável em área, mas crescente em produtividade ao longo do período, tendo em vista que o Paraná é o Estado que mais colhe e exporta este grão no Brasil. Se observamos, no entanto, os dados referentes às pequenas culturas, vemos um quadro diferente, no que se refere aos gráficos 3 e 4:

Gráfico 3: Área produzida com Mandioca, Feijão, Batata Inglesa e Arroz no Brasil (1970-2012)

Fonte: SEAP-PR. Org: Kauê Avanzi.

Gráfico 4: Área produzida com Mandioca, Feijão, Batata Inglesa e Arroz no Paraná (1970-2012)

É interessante observar como no caso de culturas alimentares, tradicionalmente produzidas em pequena propriedade, tais como mandioca, feijão, batata inglesa e arroz o quadro é necessariamente o inverso do que observamos com o latifúndio monocultor. Tanto na escala nacional como na escala do Estado do Paraná essas culturas têm um recrudescimento gradual em área, paralelo ao crescimento das culturas presentes nos gráficos 1 e 2. Logo, podemos sim pensar em uma substituição em área das pequenas culturas policultoras por extensos latifúndios monocultores tanto a nível nacional quanto, de maneira mais intensa, no Estado do Paraná. Mas tal quadro deve ser analisado de maneira mais complexa que a mera exposição destes dados. Dramatizemos os números para compreendê-los a partir da vida cotidiana.

2.2. Breve história urbano-agrária do Norte paranaense

Falar em Paraná é, em alguns momentos, também falar em São Paulo. A cultura do café foi, por muito tempo, o motor da economia e do crescimento paulista, com companhias de colonização indo buscar mão de obra entre os imigrantes que chegavam ao país. A sua expansão e a alta taxa de lucratividade alimentou, à partir da década de 1930, um mercado de terras que, através das companhias de colonização, passaram a realizar negócios, comprando terras, loteando-as e vendendo a quem tivesse interesse por elas, formando cidades que abrigavam os trabalhadores da

lavoura no trajeto da expansão cafeeira (MONBEIG, 1984). A renda da terra gerada a partir dos loteamentos e colônias rurais que abrigavam migrantes italianos, espanhóis, negros e nordestinos gerou, junto a uma conjuntura de crise estrutural do capitalismo a partir de 1929, suas terras se tornam o lastro de capital necessário para a industrialização e o rápido crescimento de cidades como São Paulo e Curitiba.

No Norte do Paraná a cultura do café atingiu seu ápice na década de 1960, sendo considerada uma das áreas de produção cafeeira mais importantes do mundo. As então florestas tropicais são largamente substituídas pelo monocultivo do café, sendo colonizado de maneiras diversas a depender da localização e da época. Kohlhepp (2014), geógrafo alemão, em seu livro *Colonização Agrária do Norte do Paraná*, escrito na década de 1970, divide a área em três regiões, sendo elas as seguintes:

Norte Velho: Área que abrange da divisa de São Paulo, a leste, até o Rio Tibagi, a oeste, onde prevaleceu a ocupação mais ou menos espontânea da terra;

Norte Novo: Se estende do Rio do Ivaí até o joelho do Ivaí, colonizado desde 1930, em especial pela colonização de empresas privadas, como a Melhoramentos e a CTNP (Companhia de Terras do Norte do Paraná).

Norte Novíssimo: Colonizado especialmente após a década de 1950, se estendendo ao Sul do Paranapanema, bordejando o Rio Piquiri.

Para o autor:

Em oposição ao Norte Velho, que fora ocupado espontaneamente segundo o tradicional sistema da cafeicultura paulistana, o desenvolvimento do Norte Novo funda-se sob a colonização privada, organizada em torno da pequena e média propriedades. Ocorre que a crise da economia mundial e a crise do setor cafeeiro haviam forçado uma reestruturação da estrutura de propriedade rural no *frontier* brasileiro, pois no Norte Novíssimo, além das atividades de algumas empresas privadas e da posse espontânea da terra, prevaleceu sobretudo a colonização dirigida pelo Estado. (Op. Cit. p. 30)

À época, a região era tida como uma grande pólo atrator de mão de obra para aqueles que, já desempregados em outras regiões, buscavam se colocar de alguma forma no mercado de trabalho, trazendo um grande número de emigrantes em um período relativamente curto. Aqueles que não eram absorvidos como mão de obra na cafeicultura paulista, se dirigiam ao norte paranaense em busca de trabalho nas lavouras que, apesar de pagarem menos por quantidade de café colhida, podia permitir ganhos individuais maiores devido a maior produtividade dos cafeeiros plantados nos solos de terra roxa da região.

Exceção feita a alguns projetos isolados do governo revolucionário do México, a

colonização agrária dirigida, em uma área com mais de 12.500 km², a oeste do Rio Tibagi, foi um dos primeiros e raros grandes projetos de desenvolvimento regional na América Latina até a década de 1950, e constituiu-se em coluna vertebral do desenvolvimento no Norte Novo e Novíssimo do Paraná, capaz de transformá-lo, com o *boom* cafeeiro do pós-guerra que se iniciara 25 anos antes, numa das zonas de colonização mais dinâmicas e brilhantes da América Latina (DOZIER, 1969, p.9; JAMES, 1969, p.464). No curso de apenas 20 anos, mais de 2 milhões de pessoas emigraram para esta região onde, apesar das quebras de suas colheitas devido às geadas, desenvolveu-se não apenas o mais importante pólo cafeeiro do Brasil, mas de todo o mundo, pois suas safras recordes chegaram a colher até 25 por cento de toda a safra mundial de café. (Op. Cit. p. 31)

A cultura do café era feita no regime de colonato, no qual os cafezais eram entregues prontos aos fazendeiros após um período que variava de 4 a 6 anos, sendo permitido aos colonos produzir culturas alimentares entre os cafezais, tais como milho, arroz, feijão, entre outros. O trabalho envolvia toda a família – mãe, pai e as crianças, que desde o ventre acompanhavam os pais ao trabalho – dos quais em conjunto com o trato e a colheita do café forneciam a renda que estes trabalhadores rurais necessitavam para sobreviver²⁷. Após as geadas que assolavam as zonas mais baixas, boa parte da mão de obra empregada era mandada embora, tornando os vínculos de trabalho mais precários e aumentando a exploração do trabalhador que se submetia ao regime de bóia-fria²⁸ e que passa a formar as periferias urbanas dos municípios do Norte paranaense.

Os trabalhadores empregados no sistema de bóias-frias informaram que o motivo para uma emigração espontânea para as periferias das cidades foi a possibilidade adicional de uma ocupação assalariada das esposas e das filhas mais velhas em casas da cidade, ou prestando outros serviços simples. Ao lado disso, foram mencionados também o aluguel alto demais das casas de trabalhadores na fazenda, péssimo tratamento e insatisfação com o trabalho e com a vida no campo, melhores condições de educação na cidade para as crianças, possibilidades de ganho adicional como lavador de carros, ajudante, mensageiro, engraxate, etc., bem como o atrativo de passatempos ‘urbanos’ como cinema, futebol ou de maneira geral o “ambiente”. (KOHLHEPP, 2014, p. 157)

O chamado *êxodo rural* apresenta-se para o migrante como a possibilidade de uma vida melhor na cidade, mas precisamos qualificar esta afirmação. Não é somente isso que mobiliza

27 “São seis anos, prazo em que a mata deve ser derrubada, queimada, o rancho deve ser feito, o café plantado e cuidado até sua primeira colheita. Durante os seis anos, outras culturas que o colono consegue colher nas terras serão suas. Neste tipo de contrato há uma armadilha: no final dos seis anos, o café que não tiver 1,5 metros de altura será contado como falho e o que tiver menos de três plantas e mais de cinco, em cada cova, será considerado falho também. Quando se faz a conta para o colono acertar com o proprietário a importância que tem direito por pé de café formado, não há o que receber. E, como sobre cada pé de café falho tem uma multa, no final seu saldo é devedor. Mesmo as safras que colhe acabam em prejuízo porque não há estradas e nem preços compensadores. Esse colono desbravador vive anos como um índio na mata, sempre com o gosto amargo da injustiça na boca. Apenas muitos anos depois esse tipo de colono consegue colocar a sua produção no mercado, vendendo sempre muito barato.” OIKAWA, Marcelo. *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*. Expressão Popular. São Paulo. 2011. p. 45.

28 “Esse novo sistema de contratação baseado no assim chamado sistema de “bóia-fria” se diferencia, contudo, de maneira fundamental da antiga situação de emprego dos trabalhadores rurais assegurada, ao menos temporariamente, por um contrato de trabalho. Esses trabalhadores agora vivem nas favelas, que crescem rapidamente e medram nas periferias, e não mais nas casas de trabalhadores dos sítios e fazendas. Eles se transformaram, em grande parte contra sua vontade, em ‘jornaleiros’ que vão e voltam diariamente; eles não são mais dependentes do proprietário da terra, mas sim do chamado ‘gato’, geralmente o proprietário de um ou mais caminhões.” KOHLHEPP, Gerd. *A Colonização Agrária do Norte do Paraná*. UEM. Maringá. 2014. p. 152.

trabalhadores rurais a emigrarem rumo às periferias urbanas, mas soma-se o fato de que, para além de se almejar um modo de vida urbano – o que não é verdadeiro para todos os migrantes –, as condições de vida e trabalho se tornam cada vez mais penosa às famílias, em especial após a década de 1960, quando inicia-se o programa de erradicação dos cafeeiros em todo o Brasil, substituindo-os, em grande parte das vezes, pela pecuária bovina, que emprega um número muito reduzido de braços (KOHLHEPP, 2014). Em uma entrevista feita no município de Porecatu, à sombra de uma árvore no acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, Dona Maria me contou o seguinte relato sobre este momento:

A gente plantava no meio do café, plantava assim, arroz...o café não era pra gente...a gente plantava arroz numa carreira no meio do café, e aí a gente cortava aquele arroz com um ferro, uma foicinha, né? Cortava o arroz com o ferro, tinha um ferro de cortar. Nós cortava, carregava tudo na carcunda, não tinha condição nem nada, era tudo na carcunda mesmo, porque era tudo braçal, tudo braçal. Tinha que fazer uma mesa, furada, pra gente bater o arroz, bater os feixos, então a gente batia os feixos. Daí quebrava o milho, que nem eu falei pra você, derrubava o milho, carregava o milho pro meio da estrada, tudo na carcunda, tudo aqui no ombro, olha, no balaio. (...) Muita força! A gente carregava 40, 50, 60 balaies amontoados todos na beira do carregador, pra dali eles puxarem com o carroção. Caminhão, essas coisas assim, não usavam. Aí depois a gente arruava o café e o patrão pagava pra gente ali uma quantia de valor, né? Pra arruar os pés de café. Arruar é raspar o cisco debaixo do pé de café, é deixar lá debaixo limpinho pra debulhar o café e limpo. Aí a gente abanava. E quando o café estava seco, já secava no pé, eu abanava 40 sacos de café assim. Aí uma outra pessoa que ficava comigo rastelava e eu chegava primeiro. Eu abanava o dia inteiro, e carregava 40 sacos de café. Carregava até dois sacos de uma vez. Eu punha em minha cabeça e a companheira ponhava outro em cima. (...) Tudo isso! E às vezes, muitas das vezes, eu fazia isso grávida, esperando filho.²⁹

O Paraná, na década de 1960, era uma das mais significativas áreas de produção cafeeira de toda a Terra³⁰. O solo fértil, basáltico, vermelho, *terra roxa*, rendia aos cafeicultores uma produtividade ímpar, fazendo com que os fazendeiros enriquecessem com o comércio internacional desta *commoditie*. Ao mesmo tempo em que circulante nas bolsas de valores como a de São Paulo e responsável por intensa circulação de capital e investimentos na indústria de grandes cidades como Curitiba e São Paulo, a cafeicultura empregava o trabalho mal remunerado³¹, semi-cativo e sem vínculos trabalhistas formais, nas palavras Dona Maria: “naquele tempo era escravidão mesmo”³².

Nesta situação faltam às famílias, alojadas nos bairros rapidamente crescente das

29 Trecho de entrevista realizada com Dona Maria, moradora do acampamento *Herdeiros da luta de Porecatu* no município de Porecatu, no Norte do Paraná. Data da entrevista: 16 de Outubro de 2016.

30 “No seu auge, a cafeicultura paranaense, apoiada em grande parte na produção das pequenas propriedades, chegara a produzir café em 192 municípios, em 1975.” OIKAWA, Marcelo. Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram. Expressão Popular. São Paulo. 2011. p. 315.

31 “O salário mínimo mensal para um adulto por 30 dias de trabalho ou 240 horas de trabalho mensais correspondia, em 1º de maio de 1970, na 1º microrregião do Paraná (...) a NCr\$ 170,40 (para se ter um valor de comparação, um almoço muito simples na região agrícola do Norte do Paraná custava, à mesma época, de NCr\$ 5,00 a NCr\$ 6,00, isto é, o ganho de um dia de trabalho).” KOHLHEPP, Gerd. *Colonização Agrária do Norte do Paraná*. UEM. 2014. p. 153

32 Palavras ditas por Dona Maria no dia em que a entrevista citada foi realizada.

favelas, tanto alimentos básicos quanto às instalações higiênicas mais básicas. Frequentemente também não há fornecimento limpo de água potável. Os barracos feitos de restos de madeira, papelão, chapas de metal e galões de plástico oferecem condições sanitárias piores que as oferecidas nas casas de trabalhadores no campo; por outro lado, aqui pelos menos não há custos com aluguel. Por outro lado, crescem muito a delinquência e a prostituição, especialmente porque as favelas das cidades do Norte do Paraná já estão superlotadas devido a migração interna para o estado e por ser difícil para os agricultores não escolarizados arranjar oportunidades de emprego fixo nas cidades. O desenvolvimento industrial do Norte do Paraná avançou, até o momento [década de 1970], com relativa lentidão e oferece poucos postos de trabalho. (KOLHLEPP, 2014. p. 157)

A realidade material é que não há espaço para o trabalhador pobre nem no campo, em que a mudança do modelo produtivo precisa, como condição para a manutenção da mão de obra excedente em atividade, da sua intensa e lesiva exploração, nem na cidade, que não lhe oferece quaisquer oportunidades de uma vida digna. Dizer que o chamado *êxodo rural* é apenas a manifestação de uma vontade de mudança de vida para a cidade desconsidera o dia-a-dia de uma porção de trabalhadores que é considerado sobrando ou supérfluo tanto no campo quanto na cidade.

No entanto:

A forte geada de 9 a 10 de Julho de 1969 havia destruído novamente as plantações de café, mas desta vez de maneira especialmente intensa. Desse modo, no ano seguinte, presenciou-se a transformação da agricultura regional, da monocultura do café para o agronegócio diversificado e para a pecuária, sobretudo nos solos arenosos do Noroeste. A isso se adicionam grandes reviravoltas sociais nessa região: depois de anos de forte imigração de Minas Gerais, São Paulo e Nordeste nos anos de 1950 e 1960, ocorria agora uma emigração por causa de demissões de mão de obra agrícola efetiva, depois da erradicação do café. A mudança para uma agricultura mecanizada ou para pecuária extensiva levou a região a uma rápida diminuição da população rural, bem como ao desemprego, ou a relações de trabalho socialmente inseguras como as de boia-fria. (KOLHLEPP, 2014. p. 21)

A política estatal de erradicação do café, a mecanização da produção e a implementação da pecuária extensiva levam os trabalhadores, às vezes, rumo a qualquer espaço no qual se possa encontrar trabalho, tornando a exploração do trabalho mais intensa e mais lesiva ao trabalhador rural. Os conflitos pela propriedade da terra se iniciam na região justamente nos períodos em que os pequenos proprietários e posseiros passam a ser considerados entraves ao desenvolvimento do latifúndio monocultor, necessário a este novo momento de reprodução do capitalismo. Grandes grilões de terra são realizados em porções do território paranaense onde já estavam estabelecidos camponeses que, com sua família, trabalhavam a terra. Na década de 1970, mais de 150 mil pequenas propriedades deixaram de existir (OIKAWA, 2011, p. 45). Podemos observar que se trata de um processo dirigido ao longo dos anos pelo Estado em conjunto com grandes grupos familiares e empresariais interessados em estabelecer lucrativos empreendimentos que tenham como base o latifúndio.

(...) a grande transformação do cenário de ocupação das terras do Norte do Paraná começa com a vinda da missão Montagu ao Brasil em 1924. Formada por grandes grupos financeiros, industriais e comerciais britânicos, vem com o objetivo de identificar oportunidades de investimentos. Uma delas ganha forma na empresa *Paraná Plantations Ltd.* que, em uma série de compras entre 1925 e 1928 adquire do Governo do Estado do Paraná cinco glebas contíguas de terras devolutas, com o total de 515.017 alqueires. Uma enorme extensão que cobre uma área que vai de leste, nas proximidades do rio Tibagi; ao norte, até o rio Paranapanema; ao sul, até o médio rio Ivaí e a oeste para além desse rio. A maior parte dessas terras – 415 mil alqueires – é disputada com ferocidade entre posseiros e possuidores de concessões outorgadas pelo governo do Paraná. Para dar segurança ao seu projeto de colonização, os ingleses compram os títulos e os direitos. A compra é facilitada pelo fato de que o governo do Paraná vendeu aos ingleses 450 mil alqueires pela bagatela de 8.712 contos de réis. Em 1925. A justificativa é a ausência de acessos à região. O negócio foi ainda mais favorável aos ingleses se considerado que durante o ano de 1926 houve uma grande desvalorização do réis em relação à libra esterlina, de 31,6 para 40,69 mil réis cada libra. Cada alqueire paulista ou 24.000m² custou 20 mil-réis aos ingleses. Menos de uma libra, em qualquer situação. (Op. Cit. p. 41-2)

Este grande grilo de terra não foi o único, e tampouco o último ocorrido na região norte do Paraná. Tal situação pôs em conflito por várias vezes grandes grupos financeiros nacionais e estrangeiros provenientes de grandes cidades e dotados de infra-estrutura e capital com posseiros e pequenos proprietários pobres que, com os poucos recursos que possuíam, tinham de enfrentar a burocracia estatal, o mercado de terras e os jagunços contratados pelos grandes fazendeiros. Neste contexto, e devido à clara opção política dada pelo Governo do Paraná aos latifundiários, organizam-se grupos armados de camponeses que – em ação conjunta ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), à época posto na ilegalidade e sob uma forte orientação maoísta de cerco, pelo campo, à cidade, conforme exposto no manifesto de Agosto de 1950 – entocam-se nas matas da região e armam emboscadas aos jagunços e à polícia. As guerrilhas de Porecatu (1944-1951) e de Trombos e Formoso (1954-1964) são as fagulhas que espalham as chamas da luta pela terra nos campos do Paraná e do Brasil³³. No entanto, na década de 1970, Kohlhepp nos dá o seguinte quadro da agricultura no Norte do Paraná:

Hoje, o cultivo de café, outrora dominante no Norte do Paraná, quase não tem importância, com seus cerca de 5% da área de cultivo de antes. Na contramão está o cultivo de soja, que começou no Paraná nos anos 1960 e que, seguida do milho, é de longe a cultura mais importante. Também o cultivo de cana-de-açúcar assistiu no Norte do estado a uma forte expansão por conta do boom do bioetanol, assim como a pecuária. (KOHLHEPP, 2014. p.21-2)

Ou seja, mesmo após a luta armada que se espalhou por todo o Estado como resistência à expropriação de camponeses e à expansão da grande propriedade no Norte paranaense, o que

33“Se não foi a fagulha que incendiou o campo, a luta armada de Porecatu será o ponto de partida de diversas lutas que eclodiram no decorrer de toda a década de 1950 no Paraná: Fazenda Duas Covas, Sengés, Içara, Campo Mourão, Sapecado, Piquiri, Pato Branco, Vitorino, Pitanga, Cruzeiro do Oeste, Indianópolis, Querência do Norte, Bela Vista do Paraíso, Tibagi, Paranaíba, Paranacity, Marrecas, Areia Branca do Tucum, Guaranjáçu, Guaíra e Sudoeste do Paraná” Op. Cit. p. 306.

assiste-se é implementação de um novo modelo produtivo no campo e que é fundamental se queremos compreender o caráter atual de nossas cidades. Tal contexto implica, após a década de 1970, em uma forte emigração do campo com destino a grandes cidades, em busca de trabalho assalariado ou uma fonte de sobrevivência que a vida rural já não mais oferecia. Se observarmos o crescimento populacional de alguns municípios da região de Porecatu, vemos o quadro apontado pelo gráfico 5:

É notável no gráfico acima a grande queda populacional, em especial na década de 1970 quando esta foi mais brusca, mas que se estende até os dias atuais, conforme apontam os dados do censo do IBGE. No entanto, se analisarmos os dados referentes às principais cidades do Estado, veremos um quadro que é necessariamente o inverso, conforme nos aponta o gráfico 6:

Aqui, os municípios que apresentam um crescimento populacional bastante considerável, ultrapassando a mera reprodução populacional. Podemos concluir, portanto, que o quadro proposto pela Revolução Verde, baseado na monocultura extensiva, uso intensivo de máquinas e insumos agrícolas como sementes transgênicas e agrotóxicos, além do intenso gasto energético³⁴, trás consigo um desprendimento violento da parte daqueles trabalhadores rurais que, sem alternativas, rumam para as cidades mais industrializadas em busca de trabalho ou vão inserir-se em outras áreas rurais pelo país.

Dos dois lados – campo e cidade – se utilizam de estratégias e soluções que são técnicas para lidar com problemas gerados na ordem social. No campo, a mecanização e o uso de insumos e as grandes corporações se colocam como solução aos conflitos fundiários; na cidade, o planejamento urbano e o ordenamento territorial são vistos como soluções plausíveis à grande leva de migrantes que chega. As transformações na agricultura paranaense, com o processo de modernização agrícola, geram o despovoamento rural e o rápido crescimento urbano no Estado, principalmente na capital e em sua região metropolitana. Para Neves:

As transformações técnicas e econômicas ocorridas na agricultura, na forma que lhes deu a política econômica do regime militar-burguês, tinham, em parte, o objetivo de neutralizar a intensa luta pela reforma agrária, que foi um dos motivadores do golpe militar de 1964. Estas transformações provocaram uma onda crescente de migração rural-urbana, em curtíssimo prazo, do qual resultou um rápido processo de inchação de grandes e médias cidades e o surgimento dos aglomerados metropolitanos, que se

³⁴Sobre a questão ler ALENEJANO, Paulo. PORTO-GONÇALVES. Geografia Agrária da crise dos alimentos no Brasil. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/Porto-Gon%c3%a1alves_e_Alentejano_producao_alimentar.pdf

refletiu em contradições agudas na estrutura urbana e no sistema de transportes coletivos. (...) A periferização e a favelização não são uma opção, mas a única condição que resta àqueles que, na linguagem sociológica atual, são “sobrantes” no capitalismo. (NEVES, 2006. p. 13)

A ditadura militar implantou, à força, um processo de modernização agrícola e concentração fundiária sem precedentes na história recente do Brasil. Com isso, impulsionou grandes levadas de pessoas a se deslocarem para grandes e médias cidades em busca de qualquer alternativa para a sobrevivência familiar. Para trás, ficam os laços, vínculos e pertencimento que constituíram a cada um dos indivíduos. Por outro lado, a questão da renda da terra no campo se reflete também na cidade, uma vez que o acesso do pobre à terra e à moradia é precário tanto em um como no outro. A relação de Curitiba com os municípios do interior do Estado, e a simultânea reorganização e planificação da capital – lembrando que o mesmo processo de planificação urbana ocorre também em cidades como Londrina e Maringá – mostram como este mover-se do migrante não foi espontâneo, como nos apontam grande parte dos estudos sobre mobilidade do trabalho, mas calculado, organizado e planejado ao nível de um Estado autoritário à serviço de capitalistas nacionais e estrangeiros, haja vista que na década de 1970 as maiores aglomerações urbanas do Paraná estavam localizadas no Norte, e não na capital, sendo somente a partir deste período que a capital passa a ter uma ligação rodoviária estruturada com o norte do Estado para escoar as mercadorias rumo ao porto de Paranaguá, e não mais Santos (KOHLHEPP, 2014. p. 180). O planejamento urbano surge, portanto, como ferramenta para amortecer as contradições que começam a aparecer em cidades como Maringá, Londrina e Curitiba. Campo e cidade, urbano e rural aparecem aqui, não como pares dialéticos, como contraditórios um ao outro, mas como duas pontas de um mesmo processo que envolve terra, mobilidade e trabalho.

2.3. Porecatu, Paraná

Se da rodovia BR-376, no Norte do Paraná, saímos a partir de Apucarana em direção a Londrina pela BR-369 e seguimos, de lá, pela PR-170, passando pelos municípios de Prado Pereira e Rolândia, finalmente chegamos a Porecatu, localizado ao norte do estado, na fronteira com o Estado de São Paulo, ao Sul do Rio Paranapanema, onde se observa uma imensa área alagada, na década de 1970, para a construção da Usina Hidrelétrica de Capivara. A paisagem na estrada, até aqui, é dominada pela cultura da cana-de-açúcar. São extensos latifúndios desta produção até onde nossos olhos podem alcançar. Por todos os lados há um mar verde, interrompido algumas vezes por um rio ou pela planta industrial de uma usina de açúcar e/ou etanol.

Porecatu é cidade pacata, com ruas simples, pouco movimentadas e pavimentada nos

arredores do centro. É, segundo alguns moradores, uma cidade para aposentados, pois não existe muita inserção profissional aos jovens para além do comércio local (padarias, farmácias, mercados, etc.), o trabalho agrícola, ou a atuação como funcionário público (professor, militar, etc.). Quatro empresas empregam trabalho em grande escala para a população: as terras que produzem cana-de-açúcar para as usinas Cocal³⁵ e Alto Alegre³⁶, e os frigoríficos da Jaguafrangos³⁷ e JBS³⁸. As casas no centro urbano variam entre o simples e o extravagante, de madeira ou alvenaria e muitas com quintais decorados com belas flores entre a calçada e a porta das casas.

O município segue sendo palco bastante recorrente de disputas por terra, iniciando-se com as disputas entre a coroa espanhola e portuguesa pela área em que hoje se localiza Porecatu. Fazendo parte do município de Sertanópolis, se desmembrou, em 1948, nos municípios de Jaguapitã e Porecatu (OIKAWA, 2011. p. 28). O Estado novo, tendo como Presidente da República Getúlio Vargas, inaugura um novo momento para os conflitos fundiários na região:

O Estado novo de Getúlio Vargas estabelece como prioridade a ocupação do território nacional e lança o programa Marcha para o Oeste. No Paraná, o interventor Manoel Ribas, inspirado no Homestead Act, de Abraham Lincoln, conclama quem estiver interessado em ocupar terras devolutas para vir para a região de Porecatu, visando ocupar até 200 hectares de mata ao preço mínimo de 18 mil-réis o hectare. Ali o posseiro deve derrubar a floresta, plantar, produzir e viver por seis anos. No final deste prazo poderá requerer a posse definitiva da terra. Milhares acorreram. (Op. Cit. p. 30)

Com a saída de Vargas do poder, um novo quadro se coloca, no qual estas mesmas áreas passam a ser comercializadas para a produção em grande escala de café. O Estado, com o auxílio de força policial e de jagunços contratados pelos novos proprietários, trata de garantir a entrega das terras livres de “invasores” aos novos proprietários. A partir do governo de Moisés Lupion, os

35 “Há mais de três décadas no mercado sucroenergético nacional, a Cocal produz açúcar, etanol e cogera energia elétrica a partir da biomassa em suas plantas industriais, localizadas nos municípios de Paraguaçu Paulista e Narandiba, no interior do Estado de São Paulo.

Hoje, é uma das mais importantes companhias do setor sucroenergético, compreendendo a produção de cana de açúcar, etanol e energia elétrica.” A região de Porecatu possui terras arrendadas para o plantio e colheita de cana-de-açúcar para as usinas do grupo Cocal. Fonte: <http://www.cocal.com.br/conteudo/1/1/nossa-historia.html>

36 “A Usina Alto Alegre é responsável pelo plantio, extração, produção e industrialização da cana-de-açúcar. Como produtos resultantes estão o Açúcar e o Alcool Alto Alegre, que são comercializados e vendidos interna e externamente para diversos países. Como decorrência do processamento do bagaço da cana-de-açúcar, a Usina Alto Alegre, ainda produz energia elétrica. Atualmente, a UAA tem uma capacidade instalada para processar, aproximadamente 9 milhões de toneladas de cana por safra, e consequentemente produzir 20 milhões de sacas de açúcar cristal, 5 milhões de sacas de açúcar refinado amorfo, 330 milhões de litros de Etanol Hidratado Carburante e Anidro Carburante e cogera 263 MWh de energia elétrica.” Fonte: <http://www.altoalegre.com.br/sobre.aspx>

37 Empresa do setor frigorífico avícola com sede no município de Jaguapitã-PR. “Jaguafrangos Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. é uma empresa de abate de aves domésticas localizada no Estado do Paraná. Esta empresa de capital privado foi fundada no ano de 1992 e encontra-se em atividade há mais de 9 anos que a expectativa média de vida para uma empresa no Brasil, e há mais de 7 anos que a expectativa média de vida para uma empresa desse ramo de atividade. Esta empresa possui 5 estabelecimentos, entre filiais, sucursais, agências e outros.”

38 “A JBS é líder mundial em processamento de carne bovina, ovina e de aves, além de ter uma forte participação na produção de carne suína. Com mais de 200 mil colaboradores ao redor do mundo, a companhia possui 340 unidades de produção e atua nas áreas de alimentos, couro, biodiesel, colágeno, embalagens metálicas e produtos de limpeza. Presente em 100% dos mercados consumidores, a JBS é a maior exportadora do mundo de proteína animal, vendendo para mais de 150 países.” Fonte: http://www.jbs.com.br/pt-br/sobre_jbs

posseiros passam a se organizar e a resistir para não serem expulsos das terras as quais já tinham agregado valor com o seu trabalho no desmatamento, preparo da terra, construção de infraestrutura e outras melhorias realizadas.

A luta dos posseiros por suas terras registrou em 1944 a fundação de duas Associações de Lavradores, as mais antigas organizações de camponeses do país, precursoras das ligas camponesas de Francisco Julião, de meados da década de 1950 em Pernambuco. A de Porecatu reuniu 270 famílias e a de Guaraci outras 268 famílias. Sempre se teve em conta que a liga camponesa Dumont, em Ribeirão Preto, fundada pelo líder camponês e comunista Irineu Luís de Moraes, o Índio, era a mais antiga, mas foi fundada em 1945. Nada menos que 12 Ligas Camponesas foram criadas na região de Porecatu durante a resistência. O trabalho de organização camponesa prosseguiu mesmo depois de encerrados os conflitos armados. Dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais foram fundados por comunistas naqueles anos em todo o norte, noroeste e oeste do Paraná. Em 1964 contava-se 67 sindicatos. Eles certamente figuram entre os primeiros do Brasil. (...) Foi também ali que se usou pela primeira vez a palavra *camponês* para designar o trabalhador rural sem terra, arrendatário, colono ou pequeno proprietário – uma apropriação dos termos *paysant* e *campesino*, utilizados na internacional comunista. (Op. Cit. p. 17)

Após sete anos de conflitos, durando de 1944 a 1951, pode-se dizer que a guerrilha de Porecatu foi fracassada, no sentido de que os posseiros não conseguiram, em sua maioria, a posse da terra, obrigando-se a se deslocar para outras regiões de solos menos férteis ao sul ou a noroeste do estado. Por outro lado foi de lá que surgiram outros processos de luta pela terra, com a eclosão de Ligas Camponesas por todo o país que conseguiram colocar a questão do espaço agrário brasileiro em pauta em uma época em que o país se urbanizava a passos largos.

As terras de Porecatu passam a ser ocupadas por extensas porções de cana-de-açúcar principalmente após as décadas de 1970 e 1980, com a implementação do programa Proálcool (Programa Nacional do Álcool) pelo governo federal, em uma tentativa de enfrentar a crise internacional ocasionada pela alta no preço dos barris de petróleo, substituindo, em parte, os derivados deste combustível fóssil por etanol na locomoção automotiva. O grupo Atalla é então o principal proprietário de terras na região, sendo que a economia municipal gira praticamente toda ao redor da colheita da cana-de-açúcar e no processamento industrial desta nas usinas de açúcar e Etanol desta mesma empresa³⁹.

Após mais de 30 anos de atividades, o grupo Atalla se enfrenta dificuldades financeiras, provenientes principalmente de multas adquiridas através de processos trabalhistas envolvendo a extensiva e lesiva utilização da força de trabalho, havendo inclusive o uso de trabalho análogo à

39“Presidida pelo empresário Jorge Wolney Atalla, o grupo foi referência nos anos 70, início do Proálcool no Brasil. Atalla era considerado àquela época um visionário. Presidente da Copersucar naquele período, Atalla foi um dos idealizadores do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC). O CTC é considerado um marco pelo setor por desenvolver variedades de cana mais produtivas e um dos responsáveis pelo salto que o Brasil deu em etanol.” Trecho de notícia publicada no dia 19/01/2009 com o título “futuro incerto para usinas do grupo Atalla” no Jornal Cana, que visa produzir notícias, materiais e fatos sobre a produção sucroalcooleira no Brasil. Fonte: <https://www.jornalcana.com.br/futuro-incerto-para-usinas-do-grupo-atalla/>

escravidão. Notícias de jornais e órgãos governamentais dão conta de explicar a situação do grupo no começo dos anos 2000:

Prefeitos das cidades de Florestópolis, Porecatu e de Alvorada do Sul, no Paraná, pedem apoio ao governo estadual em favor da Usina Central do Paraná. Em crise e endividada, a fábrica, pertencente ao Grupo Atalla, deixa de pagar seus funcionários. A economia regional gira em torno da empresa. Nesta quarta-feira (04), lideranças e trabalhadores de Porecatu e dos municípios vizinhos estiveram no Palácio das Araucárias, em Curitiba, em audiência com o governador Roberto Requião. Segundo a assessoria do governo, o chefe do Executivo anunciou que o governo vai estudar medidas efetivas para solucionar o problema. São cerca de 4 mil trabalhadores diretos que estão sem receber uma série de direitos trabalhistas, além de 12 mil autônomos e terceirizados que estão com os salários atrasados em cerca de cinco meses.⁴⁰

O juiz da Vara do Trabalho de Porecatu acolheu o pedido do MPT. Na sentença condenatória, ele observou que a usina, há décadas, vinha praticando “dezenas de infrações aos direitos dos trabalhadores, atingindo bens da vida que lhes pertencem por força do que dispõem as normas jurídicas, muitos deles atingindo a dignidade, honra, imagem, vida e integridade psicofísica dos trabalhadores”. Para o juízo de Porecatu, o modo de agir da empresa revelava “total desprezo pelo ordenamento jurídico-constitucional, pelas fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pelos termos de ajustamentos de condutas firmados com o MPT e pelas decisões da Justiça do Trabalho”⁴¹

A superintendência do Incra no Paraná já vistoriou 22 imóveis que totalizam 32.183 mil hectares de áreas pertencentes ao grupo Atalla. Os imóveis estão localizados nas cidades de Florestópolis, Porecatu, Jaguapitã, Centenário do Sul, Guaraci, Miraselva e Alvorada do Sul. Dos imóveis vistoriados, sete deles, que somam mais de 10,6 mil hectares foram considerados improdutivos pelo órgão. Esse imóveis estão localizados nas cidades de Florestópolis, Jaguapitã, Porecatu, Centenário do Sul e Alvorada do Sul.⁴²

O que fica claro então, é que apesar do grande contingente de trabalhadores que tem a terra como fonte de sobrevivência, o Estado viabiliza, quase sempre, a retirada dos pobres para possibilitar a retomada do fluxo de um capital que tem a terra como lastro. São sempre as pequenas culturas camponesas sendo expropriadas, com o uso de aparato militar, paramilitar, jurídico e institucional para que as grandes empresas se estabeleçam e produzam grandes latifúndios monocultores de cana, soja, café, etc. Estes, no fundo, servem como fonte de lucro aos capitalistas, uma vez que a propriedade da terra – sendo ela grilada ou não – serve de base para a obtenção de crédito junto a bancos públicos e privados. Este dinheiro, que circula livremente por bolsas de valores, servindo a um movimento de especulação e reinvestimento tem, muitas das vezes, seus pagamentos adiados e/ou perdoados pelo Estado, que regulariza os grilos de terra dos grandes

40Publicado no dia 06/06/2008 no portal BrasilAgro, portal de notícias do agronegócio, sob o título de “Crise afeta usina do grupo Atalla”. Fonte: <http://www.brasilagro.com.br/conteudo/crise-afeta-usina-do-grupo-atalla.html>

41Notícia da organização de direitos humanos *Terra de Direitos*, de 26/05/2011, com o título “Trabalho Degradante: usina no Paraná é condenada em R\$ 1 Milhão. Fonte: <http://terradedireitos.org.br/2011/05/26/trabalho-degradante-usina-no-parana-e-condenada-em-r-1-milhao/>

42Notícia dada no site do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no dia 01/04/2014 com o título “INCRA/PR recebe a pauta de trabalhadores rurais”. Fonte: <http://www.incra.gov.br/noticias/incrapr-recebe-pauta-de-trabalhadores-rurais>

latifundiários⁴³. O mesmo Estado não titubeia em retirar as terras de pequenos posseiros sempre que julga necessário, com uso desmedido de violência. Em oposição a este processo, que é histórico, a resistência dos movimentos sociais populares se faz importante para garantir condições mínimas de sobrevivência digna para boa parte dos camponeses que não mais conseguem se manter na terra. A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se coloca neste contexto.

2.4. Os Herdeiros da Luta de Porecatu

Se a partir do centro urbano seguimos pela rodovia PR-170 e entramos nas terras da Fazenda Variante, depois de passar por mais alguns quilômetros de plantações de cana-de-açúcar, chegamos a uma área de base basáltica, com terra vermelha escura, em terreno quase plano, com pequenas elevações, onde se localiza o acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Imagem 1). Localizada sobre terras que alegadamente pertencem ao grupo Atalla, o acampamento se iniciou em 01 de Novembro de 2008, tendo em vista que tais terras não cumpriam com sua função social prevista na constituição federal de 1988, conforme exposto anteriormente. Foram cerca de 2000 pessoas que ocuparam a área, que se aproxima dos 1400 hectares e que eram ocupadas exclusivamente pelo monocultivo de cana de açúcar. O inventário de realidade da escola itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu para o ano de 2016 dá conta de tal contexto:

As famílias Sem Terra que fazem parte deste acampamento são oriundas de outros acampamentos do MST e de outros movimentos sociais como CONTAG e de diferentes municípios como Terra Rica, Cascavel, Paiçandu, Arapongas, até mesmo do estado de São Paulo. Muitas vieram da cidade e estão pela primeira vez na condição de acampados. No início o acampamento chegou a comportar trezentas famílias, muitas destas desistiram, muitas foram acampar em outros acampamentos e atualmente tem aproximadamente 450 famílias sem terra organizadas em 45 núcleos de base, composto por dez famílias cada.⁴⁴

43 Este processo, apesar de antigo, segue até os tempos atuais, conforme ilustra Oliveira (2009): “No final do ano de 2005, o governo Lula premiou os grileiros das terras públicas da Amazônia através do artigo 118 da lei nº 11.196/05 (a chamada “Medida Provisória do Bem”). Essa medida alterou a lei de licitações públicas (lei nº 8.666/93), permitindo a regularização, através da venda, das terras públicas com área de até 500 hectares. Mas a banda podre dos funcionários do MDA/Incra não se deu por satisfeita, e, via deputado paraense Asdrúbal Bentes (PMDB), apresentou no final de 2008 um projeto de lei que ampliava para até 15 módulos fiscais (1.500 hectares) a dispensa de licitação e, conseqüentemente, a autorização para venda das terras do Incra aos grileiros.” OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Raposa e o Galinheiro. In: Le Monde Diplomatique Brasil. 05/03/2009.

44 ESCOLA ITINERANTE HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU. Inventário de Realidade. 2016. p. 4.

Imagem 1: Vista aérea do acampamento *Herdeiros da Luta de Porecatu*, no Município de Porecatu-PR, no ano de 2016. Repare-se a concentração dos barracos em relação aos campos de cultivo ao redor. Fonte: Google.

No acampamento não há distribuição de luz e água regularmente para todos os moradores e o transformador não suporta uma carga muito grande de consumo de energia, o que faz com que por aqui não sejam permitidos o uso de chuveiro elétrico, ferro de passar roupa, micro-ondas entre outros eletrodomésticos que consumam muita eletricidade. Apesar de existir há 8 anos, somente há distribuição de energia há dois, e nos barracos mais recentes, quando este serviço existe, é apenas para um bico de luz e uma tomada, nada mais. A área de moradia é concentrada em torno de uma agrovila, enquanto as áreas de produção estão espalhadas no entorno desta.

Agora, uma produção diversa e multicolorida substitui a monotonia do verde da cana-de-açúcar. Estive por 5 dias no acampamento *Herdeiros da Luta de Porecatu*, e tive a oportunidade de conversar com as pessoas que lá vivem e que compartilharam comigo um pouco de suas experiências, de suas vivências entre os dias 12 e 17 de Outubro de 2016. Neste período consegui observar a produção de feijão, mandioca, milho, couve, rúcula, mamão, jaca, manga, goiaba, brócolis, soja, etc., além da criação de animais como porcos, frangos, cabras e vacas. Apesar disso, há um intenso preconceito em relação aos acampados no município de Porecatu, uma vez que eles são responsabilizados pela redução das atividades do grupo Atalla na região e o consequente desemprego gerado no município. Isto porque são 3 acampamentos que ocupam as terras do grupo na região: *Herdeiros da Luta de Porecatu*, *Zilda Arns*, e o *Manoel Jacinto Correia* (homenagem a uma das lideranças da guerrilha de Porecatu). Apesar disso, é a renda obtida nos acampamentos que possibilita a existência mais perene de um comércio local, pois os acampados utilizam parte do que ganham em suas plantações para comprar remédios, produtos de limpeza, eletrodomésticos, eletrônicos, doces, pães, entre outros no centro da cidade. Alguns comerciantes já começam a

entender a importância econômica dos acampamentos, tanto que no último dia das crianças o dono de um dos supermercados do município realizou uma grande doação de brinquedos para as famílias, fidelizando os consumidores ao seu comércio, em relação ao concorrente que, segundo relatos, trata mal os acampados.

Grande parte dos acampados sustentam-se a partir do fornecimento para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), gerido pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). O programa consiste em parte do programa Fome Zero, que visa adquirir alimentos da assim chamada agricultura familiar, com dispensa de licitação, para suprir os estoques governamentais ou para a doação para pessoas em situação de carência alimentar. As escolas públicas são o principal destinatário destes alimentos produzidos, o que faz com que alguns acampados, apesar da concordância com a pauta, sintam-se financeiramente inseguros em relação a greve dos professores da rede estadual que ocorreu no ano de 2016, em paralelo às ocupações de escolas por estudantes secundaristas.

A educação no campo de qualidade também é bastante pautada pelo movimento. Logo na entrada do acampamento, após passar pela corrente na qual moradores revesam-se na vigília, damos de encontro com a escola itinerante do acampamento (Imagem 2). Ao contrário das escolas convencionais, aqui não há muros ou paredes delimitando a comunidade da escola. Entende-se que esta é parte da comunidade e que, por isso, deve ser apropriada por esta. As salas de aula são de madeira, de construção recente, feita por um mutirão que envolveu, de alguma maneira, praticamente todos os moradores, tanto no financiamento quanto na mão de obra. Antes disso as aulas eram realizadas embaixo de uma árvore, utilizando um quadro negro feito de madeirite e uma lona preta que o envolvia. Na sequência foram construídas salas de aula em madeirite que, com o tempo, empenaram, forçando a troca desta por uma madeira mais resistente. Um dos únicos prédios de alvenaria por aqui é o que abriga a cantina e a cozinha, e também são os únicos que ficam fechados, junto à secretaria, quando as aulas não estão acontecendo. As crianças têm livre acesso, a qualquer momento, às salas de aula, sendo elas responsáveis, através de coletivos próprios, pela limpeza e conservação do espaço, uma vez que não existem funcionários que cumpram com esta função.

Imagem 2: Escola itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu, no acampamento de mesmo nome. Foto: Kauê Avanzi em 13/10/2016

A formação ocorre por *ciclos de aprendizagem*⁴⁵, não havendo reprovações, mas um acompanhamento bastante próximo aos educandos e de suas famílias para que se reflita sobre o desenvolvimento da aprendizagem em tal ou qual situação particular nos conselho de classe participativos. Crianças agressivas ou desinteressadas pelas aulas são uma questão debatida pela comunidade, assim como os rumos do currículo, projetos, conteúdos, entre outros. Acontece que, neste modelo de escola que pauta a autonomia, vemos crianças mais vivas, que estão em um espaço do qual sentem-se parte e dele participam, pois podem decidir, em assembleias, os rumos da escola na qual estudam, organizam reuniões e etc.

Atravessando a rua de terra, chegamos ao bar, que vende produtos de limpeza, higiene, alimentos, bebidas, doces e salgados, etc., aos acampados. Pode-se dizer que este espaço constitui-se como um centro comunitário, já que para além de momentos de lazer – há aqui uma mesa de sinuca e mesas, em que as pessoas sentam e conversam durante o dia e a noite – o espaço comporta

⁴⁵ “A adoção dos ciclos exige uma mudança significativa nas concepções que dão sustentação às práticas pedagógicas e à própria consolidação das mesmas. Se representarem apenas mudança de forma e não de conteúdo será uma mudança inócua. Entendemos, então, que organizar a escola em ciclos de Formação Humana significa romper com a fragmentação do saber e alargar os tempos de aprendizagem e desenvolvimento, possibilitando a convivência com a diversidade. Assim sendo, faz-se necessário refletir sobre a nossa concepção de homem, de sociedade, desenvolvimento e aprendizagem. Não representa, portanto, apenas uma organização temporal, mas uma preocupação com o processo permanente de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos.

Os ciclos incorporam elementos como a auto-organização dos(as) Educandos (as). Dalben (2000, p. 21) Afirma que “O ciclo de formação incorpora a formação global do sujeito, considerando a diversidade de ritmos no processo educativo. A escola caberia o papel de criar espaços de experiências variadas de geração de autonomia e de produção de conhecimento sobre a realidade.” MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Ciclos de Formação Humana na Escola. Colégio Estadual Iraci Salete Strozak e Escolas Itinerantes. p. 6.

as reuniões do movimento, bingo, festas, missas, cultos evangélicos, entre outras atividades. As crianças utilizam este espaço também para suas brincadeiras de pegar, rodar e se esconder.

Ao subirmos a rua principal encontramos com a secretaria do acampamento, responsável por catalogar e organizar a entrada de novos acampados ou a saída daqueles que escolheram caminhar por outros rumos. Em seguida vemos as casas, a maior parte delas de madeira e materiais improvisados, como a lona. Há uma diferença considerável entre as casas dos que moram há mais tempo e aqueles que chegaram a pouco. Muitas das casas mais recentes ainda não possuem estruturas como vaso sanitário ou chuveiro, enquanto as casas mais antigas possuem já uma estrutura mais perene. Construir uma moradia é um processo penoso e que pode levar algum tempo, a depender da quantidade de dinheiro que se tem quando se chega, ter ou não uma renda fixa, e a facilidade ou não para conseguir materiais. Aqueles que não têm condições para erguerem sozinhos o seu barraco são ajudados pela comunidade na forma de mutirões, ou passam a viver em estruturas que foram abandonadas por acampados que se foram (Imagem 3).

Imagem 3: Casas do acampamento *Herdeiros da Luta de Porecatu*, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Porecatu-PR. Foto: Kauê Avanzi em 13/10/2016.

As carências são diversas aqui, mas comida parece ser algo que não falta a ninguém. Ao redor da maior parte das casas existem hortas onde se produzem gêneros alimentícios como legumes, verduras, frutas e hortaliças para consumo próprio. Aquilo que não se produz ou é produzido em excesso é trocado com os vizinhos. O meu feijão pelo seu queijo, a minha geléia pelo seu pão, etc... Mas a terra, para produzir e comercializar não dá um bom dinheiro logo de entrada.

Até que esta seja preparada e posta a produzir adequadamente, leva-se até dois anos para que se reponham os danos causados ao solo por tantos anos de monocultivo. Além disso, equipamentos como tratores e arados precisam ser alugados ou emprestados com algum vizinho que tenha conseguido financiar o maquinário. As famílias mais pobres encontram dificuldades várias nos primeiros tempos de acampamento, o que faz com que muitas desistam e tentem a vida em outros locais. Mas aqueles que encontram-se há mais tempo acampando e resistindo conseguem já adquirir eletrodomésticos mais elaborados, ou carros mais novos.

Uma das grandes bandeiras do MST nacionalmente levantada é pautada pela agroecologia como sistema de produção de alimentos. A ideia é implementar a produção de alimentos para comercialização sem o uso de agrotóxicos e/ou sementes transgênicas, respeitando os tempos naturais da produção e reprodução daquilo que é plantado. O uso indiscriminado de agrotóxicos e sementes transgênicas representa para o movimento, além dos danos ambientais provenientes da contaminação das águas e do solo, a morte dos pequenos animais e insetos que vivem no solo (minhocas, artrópodes, etc.) representa também uma perda de autonomia dos agricultores frente a grandes empresas produtoras de sementes e insumos, tais como a Monsanto, Bayer, Dupont, entre outras. Caminhar nos arredores do acampamento, em especial durante a noite, quando a fiscalização não é feita, é, por vezes, de quase sufocar com o forte cheiro dos produtos utilizados para o combate de pragas. Neste sentido, são apontados na região, casos de problemas de saúde causados pelo contato, através da água ou do ar, com estes produtos⁴⁶.

No entanto, há uma grande dificuldade em realizar este debate e de colocá-lo em prática em relação aos acampados, em especial os mais velhos, que possuem menos abertura para mudanças de hábitos que estão enraizados por muitos anos de trabalho agrícola. Os mais jovens parecem mais abertos a discutir a agroecologia, ainda mais quando esta é debatida desde cedo nas escolas rurais e itinerantes do MST. Muitos veem a produção agroecológica como uma forma de oferecer um produto de maior qualidade a preços acessíveis aos trabalhadores através das cooperativas agrícolas formadas, e alguns acampamentos e assentamentos, inclusive, obrigam os acampados ou assentados a produzir alimentos neste modelo. Mas a falta de investimentos financeiros e de assistência técnica

46 Nota-se, no Estado do Paraná, devido ao modelo agrícola adotado, um número considerável de intoxicações por agrotóxicos atingindo, em especial, as populações mais pobres, que contaminam-se através do contato através do ar e da água de regiões monocultoras além dos trabalhadores rurais que são compulsória mente afastados devido a problemas de saúde causados pela exposição a estes produtos, entre eles, câncer e depressão . Devido à informalidade do trabalho, muitos não contam com qualquer forma de assistência médica ou trabalhista. Para BOMBARDI: “O número de mortes por agrotóxico – notificadas – chega a mais de uma centena nos três estados da região Sul; também a mais de uma centena em São Paulo e Espírito Santo, na região Sudeste; o mesmo na Bahia e Goiás, respectivamente nas regiões Nordeste e Centro Oeste e, finalmente, chega à casa de mais de duas centenas de mortes nos estados do Ceará e de Pernambuco.” BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e Morte Por Agrotóxicos no Brasil: a Nova Versão do Capitalismo Oligopolizado no Brasil. Boletim DATALUTA – Artigo do mês: setembro de 2011. p. 13.

qualificada para que se tenha uma boa produção e, conseqüentemente, uma boa renda com a agroecologia faz com que muitas pessoas encontrem dificuldades terríveis para produzir neste sistema e acabem abandonando-o, voltando ao cultivo convencional onde este não é proibido. No caso da agroecologia, assim como outras diretrizes do movimento, apesar de aparecer como recomendações, cabe aos acampamentos e assentamentos discutirem, dentro de sua realidade, o que será ou não aplicado e de qual forma.

Os jovens, aqui, são estimulados a estudar e a se formarem no ensino básico e superior como forma de adquirir autonomia frente aos técnicos do Estado e das grandes empresas e para instrumentalizar o movimento com conhecimentos técnicos, históricos e sociais para a luta por Reforma Agrária. Há pessoas que estudam em universidades públicas tais como a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (Unicentro), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e a Universidade Federal da Fronteira Sul, fazendo cursos como Pedagogia do campo, História, Filosofia, Direito, entre outros. Uma das principais ferramentas de acesso à universidade pelos jovens é o programa PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), do INCRA, que facilita o ingresso de acampados e assentados no ensino básico, técnico e superior. Muitos dos professores da escola itinerante do acampamento estudaram ou ainda estudam através deste programa.

Se continuamos a caminhada e conversamos com as pessoas, podemos descobrir, entre um café açucarado e outro uma mesa farta de comida, um bom tratamento e uma infinidade de histórias a serem contadas, de como foi a vida no passado e como é agora. São diversas profissões, no campo e na cidade; o desempregado, a mãe solteira, o aposentado, os que fogem da violência urbana, os que querem uma terra para plantar, os que tiveram problemas psicológicos na cidade e se recuperaram no campo, enfim, não há como definir ou padronizar as condições que levam estas diversas pessoas a acampar e lutar por reforma agrária. Mas podemos, por um minuto, deixar com que elas próprias contem um pouco de suas histórias.

2.5. A fala e o cotidiano na luta por Reforma Agrária

*Até mesmo a cidade
Dona rica e poderosa
Tem saudade lá da roça
Tem saudade do sertão
E quando o sertanejo toca
Na viola o seu lamento
Longe avoa o pensamento
Fundo bate o sentimento e
Dentro do apartamento
A cidade tem vontade de chorar*

El Efecto – Cantiga

Sem fazer uma análise mais aprofundada, o que se segue são trechos de entrevistas gravadas entre os dias 12 e 17 de Outubro de 2016. Durante as conversas, o gravador muitas vezes apareceu como algo que acanhava as pessoas, e os elementos importantes para compreender como a contradição campo-cidade se expressa na vida cotidiana das pessoas com quem pude compartilhar um bom café e uma boa conversa, acompanhando-as durante o dia. O que se segue é uma representação, uma parte das falas que apresenta uma parte da realidade estudada. A palavra, agora, é deles:

“Eu era um homem que tinha caminhão, trator e que mexia com lenha em Maringá, e eu estava em um estado bom. No entanto que eu tenho 12 filhos e eu consegui ajudar a minha filha a se formar na faculdade, oito, oito se formaram. Então o que é que aconteceu. Eu montei uma serraria por minha conta lá em Maringá e não pude legalizar e ainda quebrei.”

Daciur

“Então, na verdade ela já tinha vindo pra cá, não é? Só que eu nem conhecia aqui ainda, eu fiquei meio assim, um lugar que eu nem conheço, não é? Pensa né, tava falando uns negócios que iam matar a gente né? Ah, negócio de jagunço, não sei o que, porque no meio do mato assim do nada eu não sei. Só que daí ela já tinha vindo e falou que não, que lá era bonito, não sei o que, que tinha um riozão, não sei o que, então eu falei vamos embora pra lá, né? Então acabamos, eu mesmo vindo sem nem conhecer o lugar e nem nunca tinha vindo, não é? Daí no final, assim no comecinho eu cheguei e comecei a olhar assim e achei bonito mesmo o lugar, não é? E é um pouco assim diferente da cidade, não é? Porque quando você chega em um lugar assim que não tem nada, assim diferente da cidade, não é? Porque quando você chega em um lugar que não tem nada, você chega na cidade e você tem o costume de ir no shopping, né? Mas assim é tudo diferente, não é? Chegar e ficar num lugar assim isolado do mundo. Só que com o tempo você também vai se acostumando, porque eu estou vivendo, na cidade também. Lá é um lugar sem lei, né? Você não pode deixar uma criança brincar assim na rua, na calçada que você já fica meio preocupado, às vezes alguém esquece o portão aberto, já aconteceu com ela já, né? De sair né? E o pessoal só passa igual louco também. E por outro lado aqui também é bem sossegado, você se adapta, né? (...) Ah, vou falar pra você assim, que é mais sossegado até pra dormir aqui, né? É bem diferente. Porque na cidade é meio estranho, você deixou a casa meio sozinha ali periga de chegar e não ter nada, né? E aqui não, aqui é sossegado, a gente dorme de porta aberta, né? É bem sossegado.”

Daniel

“Na cidade tinha toda aquela correria, do emprego e tudo mais, a gente acha que é lucro, né? Mas na verdade tá lucrando o patrão, né? E vir pra cá foi a melhor maneira pra criar meus filhos e ter uma vida mais digna, por mais que não tenha o conforto que tinha, mas ainda se torna melhor. (...) É, porque você sabe que a gente tem as prestações pra pagar, não é? E aí ele começou vamos, vamos, vamos, e eu queria ficar pelo menos um ano na cidade pra ver se eu conseguia pagar minhas contas, não é? Mas não teve como, porque eles insistiram tanto que eu acabei vindo.”

Márcia

“Ah, lá [na cidade] tinha assim, tinha luxo, mas aqui também a gente fica livre, porque daí não precisa se preocupar, não é? E lá na cidade eu e o meu irmão já estava se envolvendo com coisa errada, minha mãe trabalhava à noite e nós ficava na rua, não tinha com quem ficar, e aqui é mais tranquilo, porque tem bastante vizinho conhecido, aqui a gente não precisa ficar se preocupando tanto com toda essa liberdade.”

Vitor

“No início do acampamento, na verdade, quando a gente chegou aqui na verdade era só cana, era cana dos dois lados da terra. Era o acampamento inteiro, cana, cana, cana e mais cana. As canas eram tão velhas, que era uma cana de cinco anos, que ela foi caindo e foi nascendo, caindo e nascendo, e ela foi enraizando na terra, e a gente entrou com mais ou menos umas mil e duzentas, mil e trezentas famílias ocupando a área. Com essa ocupação que a gente teve a gente foi trabalhando e derrubando a cana e lutando pra poder construir o acampamento.”

André

“Aqui, faz dois anos e pouquinho que eu estou, eu fiquei seis meses lá em cima, e eu ia embora se eles não me dessem aqui. Porque quando eu cheguei aqui o lugar era que nem você está vendo ali naquela moitinha, a grama alta, aqui não tinha uma taquara pra tu pregar. Eu fiz tudo. O que tem aqui tá tudo fechado, foi eu que fiz depois que fiquei aqui. Daí me deram terra pra mim plantar, comecei a plantar aos pouquinhos, criei umas galinhas, comecei do zero.”

Daciur

“Desde quando começou. E Estão plantando aqui, né? Aí planta, esse mês mesmo nós vendemos milho. Plantou e já vendeu o milho. A gente já pegou nota fiscal e tiramos também, né? Colhemos milho e estamos aqui pra ver se consegue mais, não é? Com o objetivo de pegar essa terra e pra nós prosperar, eu já estou um pouco de idade, mas eu tenho os filhos que estão comigo, né? (...) Só tem um que não está, dos filhos homens que eu tenho só tem um que não está, mas os outros três está. Eu tenho 4 filhos homens e 4 filhas mulheres. Então eu tenho 3 filhos homens aqui e uma filha mulher aqui. Duas né, porque tem um genro que está junto também. Então tem duas filhas mulheres que também está aqui, esperando a terra. Porque eles eram da roça e eles foram pra cidade, e lá eles não têm emprego. Não tem emprego, o outro também está desempregado, perdeu o emprego, trabalhava numa graxearia da...era a Jandelle, agora passou pra aquela empresa lá, é JBS agora, mas antigamente era Jandelle. E ele também perdeu, ficou desempregado, aí veio pra cá.”

Maria

“Eu não gosto de sujeira. Mexer no barro, andar descalço, eu não deixava. Ele ficava também. Tipo, ele também gosta de roupa branca, agora não usa mais, não compro nada branco, nem um tênis branco...(risos)...Porque aqui por causa da terra, eu não sei, os

calçados estragam bem fácil assim. Daí já descolou e eu já nem vou colar mais não, eu vou jogar fora porque ele não gosta, ele gosta das coisas branquinhas. Então essas coisas, a diferença é da situação, né? Quando ele não tinha emprego que também era só eu que estava trabalhando também a gente passou muita dificuldade, também não tinha carro, tinha que pegar ônibus pra ir na cidade, levar no médico, ou pedir carona. Ixi, várias vezes eu pedi carona na guarita, várias vezes. E aí chega lá e eles te levam até lá na cidade, e aí chega lá você tem que ver quem é que vai vim pra estar saindo junto. Não, filho, uma vez eu fiquei duas horas e meia no ponto de ônibus e não vi passar. Que era dia de semana e geralmente eles estão plantando e eles vão lá mesmo, na cooperativa. Aí eu falei, eu vou esperar na frente da cooperativa que uma hora vai passar alguém. E daí pegou e passou o Gil, não é? Passou o Gil e ele “eu estou indo mas eu já estou voltando” Aí, ele pegou e me deu carona, e tinha a cadeirinha ainda que a menina dele é pequenininha igual a Rafa, e aí eu peguei e voltei, mas aí eu falei “ah, não dá mais isso não, tem que comprar um carro, sem carro não tem como ficar aqui!”. Tipo assim, você vai eu vou, mas uma vez eu levei ela, outro dia, ela estava com febre e eu não aguento pegar ela porque ela é pesada. “Ah, filha, vai no chão” porque tava com pedra assim e daí eu não sabia se eu carregava ela, as bolsas dela, não é, Dani? E daí ela pegou e daí eu trouxe ela e eu disse “Ah Dani, não dá não, tem que comprar um carro” e daí a gente comprou um carro e melhorou cem por cento, né? E pra ir no mercado, tinha que pedir pros outros, né? Pagava, você paga vinte, vinte e cinco reais por pessoa se não esperar muito, porque se esperar muito eles cobram muito mais, tipo assim taxista, mais ou menos assim. Mas no mais, apesar de tudo, eu gosto de morar aqui.”

Francislaine

“E eu venho de uma vivência da minha família. Eu nasci em uma zona rural e os meus pais vieram pra cidade para os filhos estudarem na cidade, mas meus pais não dependiam da usina na verdade, né? Mas quando a usina foi tomando conta da terra, que os fazendeiros foram vendendo também, foi diminuindo o trabalho. O meu pai, ele veio da Bahia e eles trabalhavam em uma fazenda em que se plantava café e gado. E hoje, inclusive, essa fazenda ainda existe, né? Eu já estou com os meus 49 anos, mas de pequena era só café e gado, e hoje é só cana. Esses fazendeiros arrendaram as terras pra usina. E historicamente a gente vê, que pena que foi acabando, porque a gente vê a realidade hoje das nossas crianças, porque nós temos algumas crianças ainda rurais que vai num transporte que busca elas todos os dias pra cidade. E a gente sempre coloca aqui na escola, pras crianças, valorizar a escola que tem, a escola que vivencia, que respeita, porque mais que qualquer coisa tem esse respeito que vem da criança com o que ela vivencia, né? É trabalhar a vivência da criança mesmo, a família. E é o que a gente vê de bonito, não é? A escola itinerante com o movimento bem unido, com todo esse trabalho que se faz, a comunidade se relaciona muito com a escola e vice-versa.”

Rosane

“E no tempo, pra você ver, olha uma coisa que dá pra você entender aqui, diz que eles tinham bastante, tudo plantio de cana né? Aqui. Tinha um cara que ele até era encarregado que ele comentou comigo que de mais ou menos mil funcionários assim que ele tomava conta assim, né? Hoje tá cento e cinquenta, hoje. E o pessoal agora que não tá fazendo nada agora, tá parado, tá recebendo. Os que está parado lá. Sem fazer nada, fica lá o dia inteiro lá sem fazer nada e tá recebendo. E no tempo que ele trabalhava ele...”

Daniel

“E esses dias no mercado ele disse “nossa, como que mudou, né?”, porque as pessoas trabalhavam na usina, e era trabalho escravo, não era um trabalho assim meio mal pago, o negócio era bem complicado o meu pai conta. E daí as pessoas paravam pra receber no final do mês e só recebiam o vale compra pra gastar no mercado que ele era dono, que ele já era o dono. E aí o meu pai ia cobrar as pessoas no final do mês, né? Que eles marcavam o dia certinho e eles diziam “não tem dinheiro, a gente recebeu em vale, pra comprar comida”. E meu pai diz que várias vezes foi assim, muito tempo. Diz que

chegaram até a violentar as pessoas, as pessoas não podiam tipo não querer mais, elas tinham que trabalhar, elas eram obrigadas. E daí ele estava falando que mudou bastante. E daí essas terras a gente também sabe que não é dele, não é? Ele acha que é mas não é, né? (...) As pessoas, como eles judiavam das pessoas, eles machucavam mesmo. Entravam com polícia e tudo meio envolvido assim, sabe? E eles arregaçavam com as pessoas mesmo, não tinham dó não. Não são humanos, eles só pensavam nisso aqui, só em dinheiro. (...) Você tem o trabalho escravo, mas é um pouco menos, né? Porque eram muitas pessoas sofridas, tinha até criança de menor assim. Não vou dizer criança pequena, mas criança de dezessete, dezesseis anos pra mim é criança. Também trabalhando. Tipo assim, cresceu um pouquinho o pai e a mãe já levavam junto, porque não era muito o que eles ganhavam, né? E eu acho que se mudou foi pouca coisa, não foi muito não. Mudou em termos de quantidade, eu acho. Igual eu estou falando que tem pessoas que eu acho que...e eu não sei se é os que mexem com o braçal que está assim não.”

Francislaine

O tempo, como que vamos dizer, o clima daqui, o tempo é muito seco e a terra daqui precisa de mais água, mais chuva, e não tem. Chove todo em roda e aqui não chove. Três anos que eu estou aqui e é assim, todo ano com a seca. Duas secas por ano. Aí a planta não vem bem, senão aqui é o futuro, é futuro. E eu acho que tem uns seis alqueires de terra plantada pelos sem terra. Porque é duas cidades na outra, de Porecatu à Florestópolis, é tudo do MST, dos dois lados.

Daciur

“Em Porecatu aqui é bastante...nós somos bastante criticados. Só que no ano passado a safra de soja deu bem razoável, e esse ano vai dar o dobro, esse ano é incrível. Agora que começa a chuva o pessoal vai plantar soja e aqui vai dar soja que esse município nunca colheu soja assim. Então deu uma melhorada, e agora trocou o prefeito, e eu tenho uma leve, uma leve desconfiança que o prefeito vai ajudar nós, e vai colaborar um pouco com nós. Entende? Eu mesmo tenho energia faz uns seis sete meses que tem, e eu paguei essa energia há muito tempo antes, pra ganhar agora, né? Então é isso, a COPEL veio, agora nós precisava aqui de um posto de saúde, um posto bom, e nós não temos. A única coisa que eles estão deixando é buscar, de madrugada, os pacientes pra ir pra Londrina, no especialista, no médico. Então ainda existe essa vantagem aqui de Porecatu que o centro social de lá está mantendo, o carro pela prefeitura, o carro é pela prefeitura. Senão nós não temos muito apoio. E político nenhum veio apoiar nós aqui. A Gleisy [Hoffmann] veio, até eu tenho aí uma foto dela, não faz muito tempo, veio, mas não fez nada nunca por nós. Ela veio e tal, e viu, agora falou que ela lá no senado vai falar, porque ela veio ver a nossa situação. Na realidade moço, na realidade, nós merecia do governo mais apoio. Porque aqui só tem gente boa, aqui não tem malandro.”

Daciur

“É aquele ditado, você não tem vez e nem voz. Se eles souberem que você é do acampamento, eles falam na sua cara. Falam que a gente é invasor, que nós tiramos a fonte de renda deles, que foi a gente que tirou. Eles falam assim. (...) Eles falam que é invasão, mas é ocupação, e a gente tem que explicar pra eles que é uma ocupação. Eu entrei também falava muito essa palavra. É ocupação, porque quando a gente ocupa a gente trabalha, não é? Porque aqui era tudo cana, aí as pessoas entraram e tiraram tudo as canas, e que eles trabalhavam, eles que cortavam. E foi queimado. Então eles falam que foi isso, que tirou o ganha pão deles. Mas eles não conseguem compreender que eles estavam trabalhando de escravos. Mesmo que os trabalhos eram ruins, mas eles não aceitam, entendeu? Eles acham que a gente está folgando, entendeu? Eles não aceitam. Se tem uma pessoa, por exemplo, tem umas meninas bonitas aqui dentro, aí eles perguntam “onde você mora?” “Ah, a gente mora lá no acampamento.” Daí eles falam

assim “uma menina bonita dessas morar lá naquele acampamento?” Eles acham que as pessoas que moram aqui são feias, catarrentas assim, tipo sujo, e eles acham assim, nossa! Entendeu? (...) Agora começou a dar uma mudada, agora. Agora começou a mudar mesmo, porque antigamente eles não entregavam nem compra aqui, aí o pessoal começou a gastar, não é? E tal. Aí começaram a trazer compra e não sei o quê...”

Francislaine

“Nós reconhecemos que nós não pagamos as outras coisas que tinha que pagar. Porque imposto nós não paga nenhum. Nós temos o lago aí que tem peixe, é só ter vontade de ir lá pescar que vem o peixe. Então aqui é uma grande alternativa, muito, muito. Pra quem pensa, e pra quem quer viver. E que está ruim lá de pagar, porque na cidade eu tenho que pagar aluguel, vai pagar a luz e água é um absurdo, enquanto que aqui com quarenta reais você sai de água e luz, lá você vai gastar quatrocentos. Quatrocentos, duzentos de água e duzentos de luz. Tenho certeza lá na cidade que está isso aí, né? Você vai pagar esgoto, você vai pagar iluminação, pra cagar você paga, não é não? Então aqui não paga nada. Só que tu vive em precárias condições. Mas divertimento temos, você está vendo lá, olha, tem muito divertimento. Quem quer se divertir vai lá joga, joga um bingo, vai lá tem uma mesa de *snooker*, vai lá tem um jogo de bocha, lá tem um bingo, tem um bar lá que tem uma cervejinha, tem um refrigerante, tem alguma coisa pra comer. Então, essa abóbora aqui, se tu fosse comprar no mercado você vai ter que gastar dinheiro. Aqui custou o meu suor, eu plantei e colhi, entendeu?” (...) Até agora eu só investi aqui, tudo o que eu ganhei eu investi aqui mesmo. Só que agora eu tenho a casa que eu não tinha, que eu morei dois anos debaixo da lona, logo ali. E agora eu já tenho a casa, meus porcos já tem chiqueiro, já tem mangueirão, a horta lá, que se quiser olhar você pode olhar, toda plantada. Tenho cebolinha, tenho salsa, tenho couve, tenho tudo plantado, e eu estou equipado pra começar a ganhar dinheiro agora. Então daqui pra 2018, se não sair esse lote, que está pra sair, porque desde que eu cheguei que está pra sair, pra sair e daqueles dias não saiu até hoje. Não sei se vai sair, porque o INCRA não dá muita satisfação pra nós, porque se ele desse nós já estava com as terras, já estava assentado. Mas o INCRA não está muito fim disso, os governos não está... Como numa reunião ali, foi o Lula, e o discurso, o cara falou assim: “Nós elegemos o PT pra ajudar nós, pra assentar nós, e não assentou!” Não assentou, nós não temos um político que diga-se assim esse é sagrado, esse é nosso. Não! Nós não ganhamos terra. Nós temos adquirindo com trabalho, com força e com vontade. É isso que está acontecendo com nós.”

Daciur

“Dentro desta nossa proposta, a auto-organização, que a gente chama também de auto-serviço dos educandos, a nossa escola, ela não tem funcionários como na cidade, né? Quem varre o chão, quem lava a janela, quem limpa as carteiras, então aqui as crianças se auto-organizam, fazem combinados, e eles fazem este auto-serviço. Que é estudar e limpar a sala, limpar as carteiras, né? A comunidade vem, pelo meio da sua organização dos núcleos de base, se organizam também para a limpeza fora da escola, quando não dá conta, e é essa auto-organização que gente se orgulha bastante de fazer parte, não é? É como a gente estar na casa da gente, né? Se você não tem quem faça por você, se você não tem como pagar um funcionário, uma diarista em casa, se as pessoas se auto-organizarem fazem, né? No meu caso a gente faz isso em casa, não é, meu marido, meu filho, e a gente acaba fazendo esta organização também e tem sido bem bacana.”

Rosane

3. Crise da cidade, organização e reprodução do Espaço: planejamento urbano e direito à cidade no município de Curitiba-PR.

O desenvolvimento do pensamento possui uma dimensão mais ampla que aquela ideia de que a teoria, por si só, pode explicar a realidade. Pensar assim a teoria, sem uma atuação material, é correr o risco de empobrecer a nossa análise. Trato aqui de aproximar esta discussão – à partir da Teoria da Deriva⁴⁷ e da Implicação (BAITZ, 2010) - ao plano do cotidiano vivido por habitantes de um município onde se realizaram – e ainda se realizam – projetos de planejamento e intervenções em grande escala.

Mundialmente famosa pela organização e planejamento urbanos desenhadas à partir do plano Agache e pelos projetos de mobilidade urbana que lhe acompanham (OLIVEIRA, 2014)⁴⁸, o município de Curitiba é certamente intrigante quando discutimos os rebatimentos de tais projetos de reestruturação urbana na vida cotidiana dos habitantes. Aqui, o Espaço concebido e vivido correspondem e contradizem-se simultaneamente, criando situações de estranhamento e rupturas

que se tornam importantes quando se tem no horizonte a História e, sobretudo a Geografia Urbana no Brasil. Coloco como objetivo, aqui, analisar como uma cidade “planejada” e “ordenada” reproduz dentro de si o seu próprio avesso, tendo em vista que uma cidade que se vende como “modelo” e “europeia” tem sua ordem questionada por migrantes, pobres e movimentos sociais que vivem e se reproduzem nas periferias invisibilizadas desta capital. Busca-se refletir sobre este processo norteado, sobretudo, a partir de três eixos de análise: a habitação, a mobilidade do trabalho e cotidiano. Por fim, traça-se uma perspectiva de luta pelo direito à cidade como superação do processo de urbanização crítica e de transformação da vida cotidiana.

As descrições abaixo, foram realizadas a partir de trajetos pela cidade feitos do modo como os trabalhadores no geral se locomovem por ela. Em uma cidade planejada para realizar a eficiência do carro, os mais pobres, aqueles que utilizam o sistema público de transporte, e vivem uma série de precariedades e necessidades não realizadas e que poucas estatísticas conseguiriam mensurar. A tarifa de ônibus a preços excludentes leva muitos a fazer longos trajetos a pé ou de bicicleta. As

47 Modo de conhecer e explorar uma cidade teorizado e realizado pela Internacional Situacionista em vários números da revista *Potlach*. ““(…)a deriva se apresenta como uma técnica da passagem ativa através dos variados ambientes. O conceito de deriva está indissoluvelmente ligado ao conhecimento dos efeitos de natureza psicogeográfica, e à afirmação de um comportamento lúdico-constructivo, o que o opõe em todos os pontos às noções clássicas de viagem e de passeio.” Internacional Situacionista. A Teoria da Deriva. Tradução de Amélia Luísa Damiani. p. 1. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Fani/flg0560/2010/Teoria_da_Deriva.pdf. Acesso em 13/10/2015.

48 OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o Mito da Cidade Modelo*. Editora UFPR. 2014.

passagens que se seguem, foram extraídas das diversas situações vividas no dia a dia do transporte público, nas bicicletas pelas ruas, no caminhar: coisas que só quem o vive no seu próprio cotidiano pode revelar – ou ocultar. A profundidade da crise urbana está no nível do vivido, e é conforme se segue...

3.1. Primeira implicação: o centro planejado da “Cidade Modelo”, ou sobre como a ditadura da forma se impõe no cotidiano urbano.

“A representação não se consiste em uma imagem, em um reflexo ou em uma abstração qualquer, mas em uma medição.”

Henri Lefebvre – A presença e a Ausência.

É um dia tipicamente curitibano. Cinza, frio, e com uma garoa fina que por vezes parece cortar o rosto feito fio de navalha. À nossa frente, um mural desenhado por Poty Lazzarotto⁴⁹ compõe a faixa do Teatro Guaíra que, neste momento, possui como frequentadores apenas os seguranças e bilheteiros. Ao que parece, não há nenhuma peça sendo exibida no momento. Não explicitamente, pelo menos. As ruas ao redor estão repletas de histórias, de detalhes, sutilezas que passam despercebidos ao observador desatento. Os Murais de Poty tem duas histórias: a que representa e a de sua construção. Poty não dominava por completo a técnica de grandes murais, deixava esta tarefa a outros artistas, artesãos e trabalhadores. Ele concebia a obra desde seu gabinete, em desenhos feitos em folha de papel e deixava que operários realizassem sua obra nos muros da cidade. Portanto, assim como na construção do Mural, a divisão do trabalho se faz presente por todo o nosso trajeto, que se inicia na praça Santos Andrade.

Trabalhadores, estudantes, moradores de rua e prostitutas compõem, junto aos diversos monumentos, árvores, cercas (visíveis e invisíveis) a pluralidade da paisagem. Apesar da chuva, os bancos das praças seguem ocupados por pessoas que conversam, riem, se entretêm. São estas pessoas mal vistas pelos que trafegam ao redor. É claro, não aparentam compor os estratos mais altos da sociedade. Estão sujas, marginalizadas, sem grandes posses para exibir. Mas sorriem, e este é o grande encanto deste momento, pois apesar da condição de vida aparentemente sofrida, *são* realmente o que *são*, nesta sociedade na qual o *ter* e o *parecer ter* são mais importantes que o *ser* de fato (DEBORD, 1997).

Secretárias apressadas percorrem – é hora de almoço! – os caminhos pré determinados pelo conjunto de pedras portuguesas que traçam um retrato em branco e preto de um dos traços culturais

⁴⁹Napoleón Potyguara Lazzarotto foi um artista que retratou o cotidiano em um movimento da construção da identidade paranaense entre 1938 e 1998. Suas imagens e gravuras, que se utilizam da técnica da litogravura, estão espalhadas por painéis que rodeiam a cidade, e retratam o migrante europeu que teria “construído a cidade”. Nas imagens as mulheres estão sempre em segundo plano e quase não aparecem negros, apesar da grande presença destes no momento histórico retratado. Ele retrata a cidade européia que se quer vender ao mundo como tal.

típicos da cultura curitibana instituída: o pinhão e a Araucária. Não há nada de novo sob o Sol. O passo apressado dos transeuntes contrasta com o tempo lento daqueles que fazem da praça a sua casa (Imagem 4). Ali vivem, dormem, acordam, e sentem o dia passar de uma outra maneira, incompreensível para a maioria das pessoas que passam por aqui, talvez até para nós, que resolvemos ceder um pouco de nosso cotidiano atribulado para perceber o que há de trivial na paisagem, ou para notar e recontar as histórias e geografias que se amontoam pelos cantos desta cidade.

É a Praça Santos Andrade um local bastante importante na configuração dos atos políticos de rua que, geralmente, têm início nas famosas escadarias do prédio que abriga os cursos de Direito e Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Manifestações contra o aumento das tarifas de transporte coletivo, atos em favor do *Impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, contra o golpe de Estado de 2016, a favor de intervenção militar, pedindo por democracia, do movimento por moradia, além da histórica luta contra a Ditadura Militar entre vários outros já fizeram desta praça o seu palco.

Imagem 4: Marquise localizada nas esquinas das ruas XV de Novembro com a Conselheiro Laurindo, ao lado da Praça Santos Andrade. Perceba que não chove, mas o chão encontra-se molhado por um sistema de gotejamento implantado no teto, para impedir que pessoas em situação de rua durmam aqui. Foto: Kauê Avanzi.

Seguimos pela XV de Novembro, rua tipicamente comercial da cidade. Aqui começa o calçadão e, não fosse o carro forte circulado por homens fortemente armados estacionado em frente a uma das várias agências bancárias que se espalham pela rua, a paisagem seria composta somente por pedestres. Os guarda-chuvas entrecrocavam-se, mas os rostos permanecem neutros; não expressam emoção. Panfleteiros tentam, de má vontade, convencer os transeuntes a consumir as mercadorias dos estabelecimentos comerciais que predominam na rua. Restaurantes, lojas de roupas, calçados, corretores de seguros e imóveis, bancos. O consumo media todas as relações por aqui. Até do senhor barbudo que toca violão. Popularmente conhecido como Plah, ele tenta nos vender um de seus discos. A música é agradável, assim como a do casal de cegos que canta música sertaneja. São bem afinados, mas não temos aquilo que é fundamental para retribuir a boa música e encher-lhes o estômago: dinheiro. Estátuas vivas pregam frequentes sustos nos mais distraídos. Eles também precisam consumir, e quebram a monotonia da paisagem e do cotidiano estando parados, pintados de branco, cinza ou bronze. Quando em um movimento repentino: Bah! Mais um senhor se assusta e resmunga sua indignação, despertando o riso em alguns dos que estavam ao redor e lhe rendendo algumas moedas.

Na esquina com a Rua Marechal Floriano Peixoto um grupo de Punks faz malabares no semáforo, vendem *funzines* com poesias e desenhos anarquistas e tem uma conversa divertida entre si, revezando-se nas tarefas necessárias para conseguir algum quinhão. Tudo isso para manter um *Squat*, ocupação autogerida que mantém na Rua Mateus Leme. O visual da galera, que incomoda a muitos dos passantes, compõe-se de piercings, tatuagens, cabelos com diversas cores e cortes, rebites, jaquetas de couro e *Jeans* rasgados. Naquele exato momento o pessoal discutia política, a ascensão do fascismo em Curitiba enquanto riam de piadas que eles mesmos faziam. O visual – agressivo sim, pois é esta a intenção: ser uma contra-cultura que vise tencionar a cultura dominante – reflete, de certa forma, o grau de crítica deste grupo a uma cidade que se diz em ordem.

Seguindo em frente, damos de cara com um antigo bonde improvisado em biblioteca. É o *Bonde da Cultura*, espaço financiado pela Secretaria de Cultura para incentivar a leitura das pessoas que passam por ali todos os dias. Não é o único da cidade, e seus funcionários e estagiários transitam entre os vários núcleos de leitura e desenvolvem vários projetos, principalmente com crianças. A funcionária é estudante de Letras na UFPR e, pelo jeito, se encontrou na profissão que segue. No repertório do bonde há alguns dos melhores livros da literatura nacional e estrangeira: Jorge Amado; Carlos Drummond; Vargas Llosa; Raquel de Queiroz, Clarisse Lispector, Victor Hugo, Isabel Allende e tantos outros compõem as pequenas e estreitas estantes do bonde. Por vezes algumas pessoas entram e retiram algum livro emprestado, outras, permanecem nos bancos do

bonde e realizam a leitura por ali mesmo. Crianças, adultos e senhores são público constante, mas todos eles possuem uma característica em comum: brancos e aparentemente pertencentes à classe média. Neste caso, embora seja um espaço “aberto à todos”, acredito que um morador de rua, negro – como o são na maioria – não estaria à vontade em um espaço como este. O racismo de nossa sociedade, em que a cor da pele e classe social são, quase sempre, correspondentes, está impregnado em todo o trajeto. Poucos meses depois, alegando falta de recursos, a prefeitura demitiu boa parte dos funcionários da Secretaria de Cultura, incluindo os do Bonde da leitura, contratando estagiários que poderiam, por um salário muito inferior, fazer-lhes a função e posteriormente, em 2018, fechando o Bonde⁵⁰.

Figura 5: Calçadão da rua XV de Novembro, próximo à Praça General Osório. Foto: Kauê Avanzi.

Pouco antes de chegar ao nosso destino final, na Praça Osório, mais uma obra do Poty (Imagem 6) é avistada sobre um prédio. Trata-se de um operário italiano sobre um andaime, acompanhado de um prato de macarrão e uma garrafa de vinho, traços típicos da cultura italiana em Curitiba. O Poty, talvez por ser descendente de italianos e curitibano – lembrando que outro traço

50 “O Bondinho foi instalado na Rua XV em 27 de outubro de 1973, na sequência dos trabalhos de implantação do calçadão da Rua das Flores, com a função de constituir um elemento de animação do coração da cidade. A proposta era ser local privilegiado para o atendimento de crianças, enquanto os pais ou responsáveis iam às compras ou realizavam outras atividades na área do calçadão. Na segunda metade da década de 1980, funcionou como Serviço de Informações e Turismo de Curitiba. Em 1989, foi recuperado e retomou sua função como espaço cultural.” Disponível em: <http://www.fundacaoculturaldecuritiba.com.br/espacos-culturais/bondinho-da-leitura/> Acesso em 07/08/2018. “O Bondinho da Rua XV de Novembro, no Centro de Curitiba, que funciona como um espaço público de leitura, em breve será fechado para o início do processo de restauro do espaço. De acordo com a Fundação Cultural de Curitiba (FCC), responsável pelo Bondinho, um edital de licitação para as obras está sendo finalizado e ainda requer uma avaliação de danos internos e externos do Bondinho para ser publicado. A ideia é que o restauro do espaço seja feito em parceria com iniciativa privada.” Gazeta do Povo em 04/05/2018.

desta “cultura curitibana” é uma tentativa tosca de aproximar-se o máximo possível à cultura europeia – se esqueceu de representar também os escravos negros e operários nordestinos responsáveis pela construção de grande parte dos prédios e monumentos da cidade. Não podemos culpá-lo, ele apenas segue o discurso competente da ideologia dominante, que trás consigo um profundo desprezo por tudo aquilo que não é igual a si mesmo: científico, racista e segregador. Para Chauí:

(...) para que a ideologia seja eficaz é preciso que realize um movimento que lhe é peculiar, qual seja, recusar o não-saber que habita a experiência, ter a habilidade para assegurar uma posição graças à qual possa neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda a tentativa de interrogação. (CHAUÍ, 2006)⁵¹

Imagem 6: Mural de Poty Lazzarotto localizado na Rua XV de Novembro. Foto: Kauê Avanzi.

Talvez por isso Curitiba se coloque publicamente como uma cidade tão europeia. A ideologia dominante para se realizar, aqui, exige que qualquer diferença, manifestação de contrariedade, insurgência ou questionamento seja apagado, suprimido. É interessante que ao trafegar por este curto trajeto observamos exatamente o contrário do que a cultura curitibana instituída e parte das obras de Poty Lazzarotto tentam expressar e difundir. Os negros, as mulheres, os diferentes, os marginalizados não aparecem na história que nos é contada, mas eles estão ali, compondo a paisagem agora e produzindo espaço. Mas para que estes agentes continuem na marginalidade é necessário transformá-los em sujeitos sem história, sem referências, para que isso os torne mais vulneráveis e submissos. Afinal, nos dizem, são eles os intrusos, eles mancham a

⁵¹CHAUÍ, *O Discurso Competente* In de Souza Chauí, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. Fundação Perseu Abramo, 2006.

paisagem. Mas invertendo a história e observando mais atentamente podemos ter certeza de que são estes os sujeitos ativos na construção desta monumentalidade que não os representa e que, sem eles, sequer existiria: as trabalhadoras e trabalhadores.

Ao Chegar à praça Osório, há um mundo que habita esta praça. E não nos referimos às diversas barracas de comida e artesanato com bandeiras de vários países, origens dos produtos ali comercializados. Nos referimos, sim, a imensa pluralidade que se realiza neste espaço onde carroças de materiais recicláveis disputam espaço nas ruas com carros. Os trabalhadores dos escritórios ao redor aproveitam a feira, que durará apenas 8 dias, para se alimentar de algo diferente enquanto descansam para a continuidade da jornada de trabalho. A fonte no centro da praça, onde uma mulher esculpida à moda grega é rodeada por peixes e sustenta uma espécie de bandeja que jorra água pelos ares. Hoje faz frio, mas em dias quentes a criançada toma a fonte e faz deste espaço uma deliciosa brincadeira debaixo da água. Acontece que a molecada não tem acesso a clubes poliesportivos com piscina e quadras de tênis e se contentam com a brincadeira por ali mesmo. Talvez seja mesmo mais divertido assim, fora do espaço privatizado, limitado e especializado. Subverter o uso faz parte da diversão.

Os comerciantes, que administram as diversas barracas, são os mesmos que trabalham, todos os Domingos, no Largo da Ordem. Aqui é mais tranquilo, segundo eles. As pessoas não estão aqui somente para consumir, mas de passagem, no intervalo do trabalho ou como parte de um trajeto qualquer, acabam comprando uma ou outra coisa. A feira fervilha menos e os “fregueses” podem receber mais atenção, como nos relata senhor italiano que me oferece alguns suspiros para experimentar de sua barraca de doces artesanais.

Enquanto trabalhadores comem, alguns moradores de rua pedem esmolas. Enfrentam a dolorosa neutralidade que habita a maioria por aqui. É o espaço deles que está invadido e, no entanto, são eles que se tornam o incômodo daqueles que estão ocupados somente em almoçar, nascer e morrer. Esta disputa territorial é expressa, em um debate feito por parte daqueles que se enveredaram nos caminhos da Geografia Cultural, aqui transcritos por Bonnemaïson (2002):

(...)A territorialidade de um grupo ou indivíduo não pode se reduzir ao estudo do seu sistema territorial. A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, à partir dela, a relação com o espaço “estrangeiro”. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa o “espaço”. (Op. Cit. p. 129)⁵²

Permitimo-nos aqui problematizar a ideia de território e territorialidade elaborada e trabalhada pelo autor. Para ele “(...) espaço é errância, o território é enraizamento”(Op. Cit. p. 129) já que “(...) o

52 BONNEMAISON, Joel, *Viagem em Torno do Território*. In: ROSENDAHL, Z. CORREA, R. L. (orgs.), *Geografia Cultural: Um Século*. EDUERJ, Rio de Janeiro. 2002.

espaço não cria a identidade; ele é um vazio alienante que só se humaniza pela mediação cultural.” (Op. Cit. p. 128) Não há equívoco maior.

Se nos focamos apenas nos territórios, na cultura, estamos trabalhando somente com um fragmento, uma parte de uma totalidade, que é o Espaço. Para Moreira:

(...) sem uma referência de totalidade a análise do pontual é impossível, isto significando a necessidade de uma teoria geral de Geografia consonante com uma teoria geral do real, buscamos, então, a teoria geral que não temos no âmbito do saber onde a similaridade do tema de estudo mais indica presumivelmente podermos encontrá-la. Assim a geomorfologia se torna um êmulo da geologia, a geografia urbana da sociologia, a geografia agrária da economia ou da economia ou da agronomia, a geografia do subjetivo na antropologia ou na teoria da arte.” (MOREIRA, 2007. p. 107)

Quer dizer, quando amarrados a um único vetor deste todo complexo que é o Espaço, a cultura no caso, estamos correndo o sério risco de tomar uma parte da realidade como se fosse o todo, alimentando um mecanismo de alienação presente, cada vez mais, nas ciências contemporâneas, que se encontram cada vez mais especializadas e fragmentadas. Como geógrafos, necessitamos ter em vista que *“é também preciso solver o problema correlato que o pontual traz junto a si do risco histórico do tecnicismo. Porque na geografia o tecnocrático se nutre do pontual.”* (Op. Cit. p. 111). Em Geografia temos tentado compreender cada vez mais de cada vez menos.

Neste sentido, pensando a assim chamada cultura curitibana – estimulada pelo Estado e por empresas privadas que investem em museus, revitalizações de ruas “à moda antiga” e vendem a imagem europeia da cidade –, e se a analisamos somente por si, sem colocá-la em interação com o Espaço e com as contradições de classe, temos apenas uma visão parcial da realidade. Aceitamos a cultura por mercadoria. Visão esta responsável por invisibilizar historicamente muitos dos vários sujeitos que pudemos observar durante o trajeto percorrido. Não podemos pensar as “territorialidades” de Curitiba sem pensar que muitos dos que as compõem são migrantes expulsos de suas cidades de origem pelo avanço do agronegócio e que sem alternativas de realização da própria sobrevivência passam a compor as largas filas de desempregados e subempregados das grandes cidades, contexto que está inserido no processo de manutenção da crise do capitalismo a nível global que necessita, a todo tempo, destruir e reconstruir os usos de espaços e territórios para fazer circular um capital ocioso gerado pelas trocas, cada vez maiores, de capital fictício acumulado nas mãos de rentistas e em circulação nas bolsas de valores e mercadorias. Este processo é expresso, por Cesar Simoni Santos, na generalização do urbano no processo de reprodução capitalista no Brasil da seguinte maneira:

Além de ter sido o resultado de diversas ações do Estado, com vistas a ampliação do espaço de produção e circulação do capital, a urbanização foi em si mesma a condição dessa expansão. Nesse sentido, ela era estratégica e vinha a dar continuidade a um processo de expansão capitalista que estava ameaçado pelo esgotamento dos mercados urbanos pré-elaborados. Do ponto de vista da acumulação, era a expansão do fenômeno urbano que consagrava, nos termos de uma retórica turneriana, a conquista de um território 'hostil e primitivo'. Dessa forma 'o Brasil tornou-se um país urbano, caracterizado não só pela expansão e diversificação dos seus centros populacionais mas, acima de tudo, por um intenso processo de metropolização simultaneamente com a expansão da fronteira num contexto de urbanização (SANTOS, p. 26)⁵³

Para que a forma urbana se institucionalize como a única possível, se torna necessário criar uma ideologia que legitime a exclusão destes que serão os setores mais explorados da sociedade e que, no processo da diáspora⁵⁴ rural e urbana brasileira, inserem-se de maneira negativa na economia global: através da venda de artesanato, do pedir esmolas, do roubo e do tráfico de drogas e de pessoas. Estes, vistos como intrusos, são tidos pela população de classe média como incômodos, mal vistos e mal vindos, gerando um profundo mal estar nas assim chamadas cultura e civilização curitibanas. Não é de se estranhar que, por exemplo, de acordo ainda com a conversa com o grupo de punks, há um número considerável na cidade de nazistas e fascistas que montam grupos para espancar negros, homossexuais, nordestinos e moradores de rua e que sentem-se confortáveis em colocar publicamente suas posições xenófobas e ainda recebem apoio por parte de certos setores da população.

Neste sentido, observando a cultura instituída por si só, sem adentrar em aspectos físicos, sociais, econômicos e políticos, estamos só reproduzindo esta quimera que devora a tudo e a todos, que continuamos confortavelmente entorpecidos pela bela canção que nos obrigam a ouvir. Nosso período histórico exige mais, e exige que tenhamos armas melhores para combater neste contexto de generalização dos conceitos sociais, envolvendo também isto a que chamamos de cultura e que é, cada vez mais apropriado para a expulsão e segregação dos pobres nos espaços públicos na cidade. A cultura por si só não se basta, é necessário mergulhar mais fundo no tecido social se queremos fazer algo além de homenagear os grandes nomes de burgueses republicanos que nomeiam as ruas e monumentos da cidade. Para se (re)conhecer uma metrópole, precisamos conhecer os que vivem em suas beiras, às suas margens. Eis o reverso da moeda:

3.2. Segunda implicação: A Cidade Industrial de Curitiba e o avesso do urbano.

Estamos em uma estação tubo. É cedo e faz muito frio. As noites chegam a marcar 2 graus

53 SANTOS, César Simoni. *A fronteira urbana: Urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil*. Annablume. São Paulo. p. 26.

54 Utilizo-me aqui da palavra *diáspora*, o invés de Êxodo com vista a dar ênfase à violência que decorre de todo o processo dos deslocamentos humanos de massa sentido campo-cidade e vice-versa.

celsius negativos no inverno curitibano. No trajeto até aqui, algumas pessoas se acumulavam nas galerias da rua XV de Novembro. Sem o direito à moradia garantido, se amontoam junto a seus cobertores tentando aquecer um pouco mais seus corpos na noite passada. A estação-tubo⁵⁵ está vazia, pois estamos no centro e no contrafluxo. O ônibus Colombo-CIC chega ao tubo, descarregando uma massa muito grande de trabalhadores que vem das periferias da Zona Sul da cidade para trabalhar no centro. Esta linha tem uma história recente interessante que talvez nos convenha, de maneira breve, recontar.

Nominada como Colombo-CIC⁵⁶, esta linha de ônibus cruza a cidade inteira, de Norte a Sul, saindo do terminal Maracanã no município de Colombo, na região metropolitana ao norte de Curitiba até o terminal do CIC – A placa de fundação o batiza “Terminal do Trabalhador” - na zona Sul, ou seja, uma linha que serve, simultaneamente, para duas zonas consideradas pobres e periféricas da cidade, cruzando o Centro. Devido ao fim de um convênio estabelecido entre o Governo do Estado do Paraná e as prefeituras da região metropolitana de Curitiba no final de 2015, linhas de ônibus que ligavam cidades do entorno e bairros distantes ao centro da capital foram extintas ou tiveram seu trajeto alterado. A integração entre algumas linhas de ônibus nos terminais deixa de existir, forçando a muitos passageiros – em especial os das periferias distantes – a pagarem duas passagens por viagem para se deslocarem para o trabalho. Em um contexto onde a tarifa de 4,25 supera a de municípios muito maiores, como São Paulo e Rio de Janeiro, obviamente o custo desembolsado com transporte subiu bastante para algumas famílias, gerando revolta em muitos bairros⁵⁷. Em entrevista realizada em Julho de 2016, o Professor da Universidade Federal do Paraná e relator da CPI do transporte público de Curitiba Lafaiete Neves traça o seguinte quadro:

(...) quando houve a desintegração, esse é um dado real, a desintegração está trazendo um pesado ônus à população, porque? Porque você triplicou o valor da tarifa. Daí até as

55 As estações tubo são a forma como são chamados alguns dos pontos de parada de ônibus em Curitiba. Foram e ainda são consideradas um ícone do sistema de transporte e mobilidade urbana da cidade, tido como eficiente e que serve de propaganda para o marketing urbano como “modelo” para o resto do país. “Ícone do urbanismo de Curitiba, as estações-tubo estão no olho do furacão desde a última greve dos cobradores. Criadas em 1991, especialmente para as linhas do ônibus ligeirinho, elas se espalharam pela cidade e região metropolitana: são 357 tubos que fazem parte do sistema integrado e que desagradam bastante aos trabalhadores. No verão, são muito quentes; no inverno, muito frios. Quando chove, a possibilidade de respingos entrarem pelas frestas é quase certa. Além disso, não há grande proteção além de um cofre para guardar o dinheiro arrecadado com a venda de passagens, e não existe banheiro.” Diz notícia publicada no jornal “Gazeta do Povo” em 05/07/2014. Acessada em 28 de Maio de 2016 no link: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estacao-tubo-vai-de-simbolo-de-curitiba-a-vila-do-desconforto-eaipbks5u7yj6m77ra2twhq6>

56 Em Curitiba os ônibus possuem o mesmo nome no sentido bairro centro e no centro bairro.

57 “O governo estadual retirou o subsídio que permitia ao usuário pagar uma única passagem por vários trechos percorridos na região metropolitana. (...) o custo para quem viaja de Araucária, na região metropolitana, até a capital Curitiba pode chegar a R\$ 13,20 por dia. O preço elevado levou moradores que não têm condições de arcar com a despesa a pularem catracas de embarque.” Publicado em Notícias Paraná no dia 09/04/2015. Acessado no dia 28/05/2015 no link: <http://noticiasparana.com/gleisi-culpa-beto-richa-pela-desintegracao-do-transporte-em-curitiba/>

cidades da região metropolitana se gasta em torno de dez reais, pra quem vive de salário mínimo, pra quem está no mercado informal, pra quem está desempregado, não é? Uma crise dessas que estamos vivendo. Nós estamos tendo uma queda de passageiros assim violenta. Nós tínhamos 25 milhões e meio de passageiros quando nós trabalhamos o relatório da URBS em Julho de 2013. 25 milhões e meio/mês. Dois milhões e meio/dia de passagens. Isso em Julho de 2013 quando nós fechamos o relatório e entregamos para o prefeito. Sabe quanto que nós temos hoje? 18 milhões. 7 milhões e meio desapareceram. Quer dizer, o que que está acontecendo? Está havendo uma queda brutal da demanda. E toda vez que cai a demanda, com o denominador diminuindo, você eleva a tarifa.

Resistências a este processo aparecem tanto nos trabalhadores que inundam de bicicletas as pistas exclusivas para ônibus (Imagem 7) ou nos frequentes protestos espontâneos nos terminais mais periféricos. No município de Araucária, também na Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, os moradores organizaram catracas (uma forma de ação que consiste em pular as catracas coletivamente, de modo a fazer com que a grande massa de pessoas que participam inviabilize a ação da segurança nos terminais) e manifestações em torno do tema⁵⁸. A linha Colombo-CIC passa a se chamar, então Cabral-CIC, fazendo com que aqueles trabalhadores que vinham de Colombo até o Centro tivessem que pagar outra passagem no terminal do Cabral para seguir viagem.

Durante as eleições municipais de 2016, por ser parte do mesmo grupo político do Governador Beto Richa (PSDB), o atual prefeito Rafael Greca (PMN) colocou como promessa de campanha a volta da integração entre as linhas metropolitanas e municipais, que está sendo cumprida quando de sua eleição para o cargo⁵⁹. A linha volta a se chamar Colombo-CIC, e não se cobra mais pela integração no terminal do Cabral. Enquanto isso, milhares de trabalhadores pagaram mais caro na passagem por 4 anos por mero capricho político do governador do Estado.

58 “A quinta-feira (19) começou com protestos em Araucária, na Grande Curitiba. Logo cedo, uma manifestação organizada por moradores chamava a atenção para as mudanças no transporte da cidade que entraram em vigor a partir desta quinta-feira (19). As linhas municipais não fazem mais parte da Rede Integrada de Transporte Metropolitano (RIT/M) e, com isso, operam em rede urbana própria com custo de R\$ 2,50 por passageiro. O problema é que os deslocamentos para Curitiba, dos terminais de ônibus Araucária-Centro e Angélica, funcionam com tarifa separada, no valor de R\$ 3,30, a mesma da Rede Integrada e das linhas de Curitiba. E, assim, o custo para vir até a capital é de R\$ 5,80, e mais R\$ 5,80 para voltar. Quem explica, e reclama, é o autônomo José da Luz, que mora em Araucária.” Publicado no Band News no dia 19/02/2015, acessado no dia 28/05/2016 no link: <http://bandnewsfmcureitiba.com/moradores-de-araucaria-protestam-contradesintegracao-do-transporte/>

59 “No dia seguinte à eleição de seu aliado Rafael Greca (PMN) para a prefeitura de Curitiba, o governador Beto Richa (PSDB) anunciou que, nos primeiros dias de gestão de Greca, retomará a integração do transporte coletivo de Curitiba com a Região Metropolitana, inclusive, com subsídio financeiro do governo estadual para os custos da operação. O subsídio anual ao sistema de transporte da capital, necessário para a manutenção da integração com a Região Metropolitana foi cortado no início de 2013, depois da posse de Gustavo Fruet (PDT) que derrotou, na eleição municipal, o candidato apoiado por Richa, o ex-prefeito Luciano Ducci (PSB). Em 2012, último ano de repasse, a prefeitura recebeu R\$ 64 milhões do estado para atender aos usuários da Região Metropolitana.” Noticiou o Paraná Portal em 31 de Outubro de 2016. Fonte: <http://paranaportal.uol.com.br/curitiba/com-greca-prefeito-richa-garante-reintegracao-do-transporte-e-subsidio-estadual/> acessado em 17/07/2017

Imagem 7: Ciclista utilizando a via de ônibus na Avenida República Argentina, prática comum principalmente nos horários de pico por trabalhadores que se deslocam de casa para o trabalho. São constantes os atropelamentos dos ciclistas pelos ônibus biarticulados, com quem dividem a pista em uma disputa desigual e mortal. Foto: Kauê Avanzi.

O trajeto desta linha de ônibus, com destino ao terminal do CIC percorre alguns dos eixos estruturais desenhados para o transporte público da cidade em sentido Sul durante os três mandatos do prefeito Jaime Lerner (1971-75, 1979-84 e 1989-93) passando por alguns bairros considerados tradicionais da cidade e se afastando da concentração de equipamentos urbanos presentes no centro que se azeita muito até que, por alguns momentos, devido aos grandes terrenos vazios e até por uma ausência de construções, acreditamos estar no fim do município, chegando em sua área rural. Esta sensação se interrompe abruptamente conforme nos aproximamos do distrito do CIC (Cidade Industrial de Curitiba) e entramos em seu terminal. No horizonte é possível ver a névoa cinza que paira no ar. Sua cor e seu cheiro emana da grande quantidade de chaminés de fábrica que observamos até onde nossa vista alcança (Imagem 8). Daqui saem ônibus para os bairros da região, muitas vezes identificados com o nome das indústrias que se espalham pela região.

O bairro do CIC (Cidade Industrial de Curitiba) foi construído sobre uma área onde predominava a ocupação de chácaras e lotes agrícolas, em uma região ocupada por imigrantes poloneses (IPPUC, 2015. p. 3)⁶⁰. Distante do centro, foi desenhado próximo a uma região repleta de conjuntos habitacionais e em ligação direta com estes. Não foi planejado um contato rápido com o centro para que estes trabalhadores façam seus trajetos entre a casa e o trabalho. A CIC-S.A., criada em 1972, era a responsável por desapropriar, lotear, urbanizar, organizar e repassar para a iniciativa privada os terrenos deste distrito industrial da cidade⁶¹. Nesta época, os técnicos do IPPUC serviam

60 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC Nosso Bairro: Cidade Industrial/ Lucimara Wons, Coord. _ Curitiba: IPPUC, 2015. p. 3.

61 BENVENUTTI (2016) descreve o seguinte cenário: “A cidade Industrial de Curitiba – CIC foi implantada na década de 1970, zona Oeste de Curitiba, ocupando inicialmente uma área de 400 hectares (GAZETA DO POVO, 19/05/1973, p. 6). Entre os critérios que definiram sua localização destacavam-se os condicionantes ambientais da região, como a topografia dos terrenos menos acidentados, a posição favorável em relação aos ventos dominantes” que contribuiriam para dispersar a poluição para fora da cidade, as facilidades para captação de água e serviços de

como corretores imobiliários dos terrenos, adequando projetos de urbanismo de acordo com os interesses do empresariado.⁶² Para Oliveira:

(...) foi através da criação da Cidade Industrial de Curitiba que se forjou uma autêntica aliança entre os profissionais do urbanismo local com os interesses privados que, talvez, seja o traço mais importante no desenho da estrutura do poder contemporâneo no Paraná.” (OLIVEIRA, 2014. p. 106)

Com a descrição acima podemos compreender um pouco mais sobre este distrito da cidade. Uma das linhas de ônibus que saem do terminal do CIC se nomina *Bosch*, devido à fábrica desta mesma marca de eletrodomésticos que se encontra na região, tendo um bairro com seu nome com um significativo núcleo populacional. A Bosch é uma das grandes vedetes dos moradores. Além de desenvolver trabalhos sociais nas áreas pobres da região, oferece nas escolas programas de estágios para jovens estudantes, financiando parte dos equipamentos de algumas escolas técnicas públicas e privadas. Tudo através do atuante Instituto Robert Bosch⁶³. Trabalhar na Bosch, ou em alguma fábrica equivalente em escala é sinônimo de prosperidade para alguns moradores, pois ganha-se um bom salário, se compararmos com os pagos pelos empregos mal remunerados, informais, esporádicos e sem garantias trabalhistas com os quais a maioria das famílias ali vive. No entanto, nos últimos anos, a crise financeira fez com que a Bosch e outras fábricas da região demitissem grande parte dos trabalhadores ativos. As notícias de jornal estampam, aqui também, a situação complicada e instável destes: “Bosch demite 900 e dá férias para 3 mil em Curitiba” diz o título da Gazeta do Povo em 18/06/2009; “Há seis dias acampados, metalúrgicos da Bosch protestam contra assédio moral e demissões” diz a Banda B em 17/03/2015; “Bosch estuda transferir parte da produção de Curitiba para a Índia”, estampa-se na matéria da Gazeta do povo de 05/11/2015⁶⁴.

drenagem; além de outros fatores como a proximidade com “o anel energético da COPEL – Companhia Paranaense de Energia”, acessibilidade proporcionada pela presença de rodovias e estrada de ferro, bem como a proximidade com o complexo petroquímico da Petrobrás no município do Araucária. (GAZETA DO POVO, 19/01/1973, p. 11)” BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. Planos de humanização para Curitiba: remodelação urbana e imobiliária da metrópole. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2016. p. 156.

62 “(...) tinha se criado, assim, a oportunidade para que os próprios membros do IPPUC assumissem a função de “consultores” remunerados pela iniciativa privada para a “adequação” dos seus projetos às normas do instituto.” OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o Mito da Cidade Modelo*. Editora UFPR. 2014. p. 104.

63 “Por decisão testamentária, 8% do capital da empresa são destinados à família Bosch e os 92% restantes a uma entidade sem fins lucrativos, a Fundação Robert Bosch, criada na Alemanha, em 1964, e considerada uma das maiores fundações privadas do mundo. Seus investimentos contemplam as áreas de saúde, pesquisa em medicina, ajuda humanitária, relacionamento internacional, educação de jovens, cultura e pesquisas científicas.” Fonte: <http://www.institutorobertbosch.org.br/secao13/8/2/2/O-que-fazemos> Acessado em 23/07/2017.

64 Acesso no dia 28/05/2016 realizado, na sequência do texto, nos seguintes links: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/bosch-demite-900-e-da-ferias-para-3-mil-em-curitiba-bmiqw7hhpgyeyf15intzssle6> ; <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/bosch-estuda-transferir-parte-da-producao-de-curitiba-para-a-india-7ukrrd2a5ycrrzw7sew133xf6> e <http://www.bandab.com.br/jornalismo/ha-6-dias-acampados-metalurgicos-da-bosch-protestam-contr-assedio-moral-e-demissoes/>

Imagem 8: Vista à partir do terminal do CIC para o bairro de mesmo nome, nas proximidades da Avenida Pedro Gusso. Peceba-se no horizonte a quantidade de chaminés de fábricas em funcionamento. Foto: Kauê Avanzi.

A violência aqui no CIC é, para grande parte dos moradores, um problema relevante na região e que cresce na medida em que cresce o desemprego. Na TV, no rádio, nos jornais o local onde estamos é palco das mais demoradas notícias de todos os tipos de violação: assassinatos, agressões, tiroteios, estupros, entre outros. Ser morador daqui é ser estigmatizado por esta imagem do bairro. Segundo o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) enquanto para o município de Curitiba, de maneira geral, apresentou, em 2010, 42,81 homicídios para cada mil habitantes, esta taxa, no CIC, sobe para 70,59 para os mesmos mil habitantes.⁶⁵ Caminhar pelas ruas aqui é notar uma cidade muito distante daquele “modelo” que Curitiba exporta internacionalmente⁶⁶. O número de pessoas com a pele negra, minoritário no centro, aqui toma maior magnitude. Enquanto o município apresenta 19,34% de negros e pardos, o CIC apresenta 28,54% de pessoas que se declaram racialmente desta maneira (Op. Cit. p. 5). Encontramos

65 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC Nosso Bairro: Cidade Industrial/ Lucimara Wons, Coord. _ Curitiba: IPPUC, 2015. p. 13

66 Estas “duas cidades” estavam previstas no planejamento urbano realizado pelo prefeito Jaime Lerner. Para Lafaiete Neves, em entrevista realizada em Julho de 2016: “Você não tem uma cidade. Você tem no mínimo duas. A cidade dos pobres e a cidade da classe média e média alta, a cidade dos ricos. Mas veja bem, isso não é novo. O Jaime Lerner, desde o começo, criou um cordão de higienização pra isolar a pobreza, pra jogar a pobreza pra região metropolitana. Como? Via sistema de transportes. Ele foi o indutor do desenvolvimento, da ocupação do solo urbano e da valorização do solo urbano. Esse dado é importantíssimo. E os mais pobres sempre foram morar muito distantes porque a terra era mais barata, tá? Então o sistema de transportes ele é um sistema de segregação social. Ele não foi um sistema de socialização. Você não vê inclusão, entendeu? Então Curitiba sempre foi pensada pra ir até a Linha Verde, o Jaime Lerner nunca pensou pra lá da Linha Verde, aquilo não existia. Era um banhado aquilo ali. Vila Hauer, Boqueirão, aquilo era banhado. Até o estádio aqui do Coxa chama o que? Aonde ele está? Água Verde. Era um banhado. A arena. Era pra chegar até a BR-116 a cidade, ela não era pensada pra lá da BR-116. Então o Jaime Lerner sempre cuidou da cidade, pensou a cidade de classe média e de burguesia. Os aparelhos culturais, e “tarara” foram todos pensados para o Centro. O que que você tem fora do Centro? Em termos de acesso à pobreza de bens culturais? Nada. No máximo que você chega é ali na Vila Isabel, não é? Não tem mais nada além da Vila Isabel.”

migrantes nordestinos, haitianos, espanhóis, bolivianos, e principalmente nativos de cidades do interior do Paraná. Parte dos mais velhos tem origem rural, outros vieram, deslocados, de outros bairros mais centrais da cidade. A pluralidade aqui é a regra. Os ônibus do terminal, são mais barulhentos e menos regulares e equipados que os das áreas centrais ou endinheiradas, além de quebrarem com grande frequência (Imagem 8).

Imagem 9: Passageiros ao lado de ônibus quebrado, da linha Cabral-CIC, nas Avenida Pedro Gusso. Foto: Kauê Avanzi.

Se pegarmos o ônibus Sabará, e descermos próximo à “trincheira”, - maneira como popularmente se chama a ponte de acesso à rodovia – podemos observar um campinho de futebol cercado por casas de alvenaria que, apesar de habitadas, dão a impressão de que ainda estão em obras. Os tijolos expostos e o reboco sem pintar são recorrentes na paisagem. Neste bairro existem 3 grandes ocupações de terra articuladas pelo MPM (Movimento Popular por Moradia) e pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto): a Nova Primavera, com cerca de 400 famílias; a 29 de Março, também com cerca de 400 famílias e a Tiradentes, que abriga mais de 800 famílias.

A ocupação Tiradentes existe desde o dia 17 de Abril de 2015, ocupando uma área de 145 mil metros quadrados, fazendo limite com um aterro sanitário pertencente à empresa Essencis. Em nota contra a ação de reintegração de posse anunciada no dia 29 de Abril, o movimento esclarece:

O terreno que deu origem à Ocupação Tiradentes, neste mês de abril, encontrava-se abandonado. Consta que o proprietário está em falência e com dívidas de IPTU. Além disso, o local abriga lixo e resíduos, não tratados pelo aterro sanitário Essencis, no Rio Barigui, que abastece a população de Curitiba e Região. (...) O movimento reivindica avanços no projeto habitacional Nova Primavera, negociado e acordado com o poder

público municipal. As famílias permanecem nos locais até que haja alguma negociação e consigam moradia digna.⁶⁷

O cheiro de chorume infesta o ar. As casas, feitas com madeira e materiais improvisados, são distribuídas ao longo de ruas de terra desenhadas pelos moradores ao longo do terreno. Aqueles que possuem carro encontram dificuldade para passar pelas ruas estreitas, fato que se agrava nos dias de chuva, e faz com que deixem os veículos em um pequeno estacionamento construído na estrada de terra que dá acesso à ocupação, ao lado da entrada deste. O número de estabelecimentos comerciais é muito grande aqui. Cada pessoa faz o que é possível para ganhar algum dinheiro no dia. Uns preparam e vendem espetinhos de churrasco, outros preparam marmitas e pratos para vender. Serviços de eletricitista, encanador e pedreiro tem grande oferta aqui, e pessoas com estes conhecimentos acabam se tornando conhecidas por todos. Cada pedreiro e cada eletricitista, etc. tem um setor de atuação definido aqui, para que se garanta com que todos sempre tenham trabalho dentro da ocupação.

Grande parte das residências não possuem banheiro ou vaso sanitário. Fossas assépticas e banheiros químicos são utilizados simultaneamente por várias famílias e se espalham de maneira regular pelo terreno. Cada um lida com suas necessidades da maneira como pode, e encontrar um banheiro livre pode ser um processo demorado em alguns momentos do dia e não há espaço apropriado para banho na maioria das casas. Na parte baixa da Tiradentes é possível observar o Rio Barigui, que abastece com água boa parte da Região Metropolitana de Curitiba. O cheiro ruim é dos canos de escoamento de rejeito das fábricas que são visíveis, e dão um aspecto insalubre a esta água. Atualmente, a ocupação Tiradentes está com um mandato de reintegração de posse expedido em uma briga jurídica que envolve a empresa Essencis, o Estado do Paraná e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em torno do uso e da posse do terreno. A realização de uma ação policial de reintegração foi cancelada pelo Juíz Substituto Helder Taguchi, que alegou que, se efetuada a remoção das famílias, haveria risco de “dano grave” à cidade dada a ameaça de estas pessoas ocuparem prédios no Centro da cidade⁶⁸. A luta para sobreviver no limite da precariedade é constante.

Estamos, portanto, vivendo um momento no qual a vida na cidade, apesar de insuportável para grande parte das pessoas, passa a ser a única possível. Vivendo em suas margens, um enorme montante de trabalhadores divide a precariedade de se pendurar à beira de um rio; de não conseguir dormir com medo da chuva levar embora tudo o que se tem; de passar 4 horas do seu dia preso em

67 Nota do MPM (Movimento Popular por Moradia) acessada em 28/05/2016 e disponível em: <http://www.cefuria.org.br/2015/04/30/ocupacao-tiradentes-contr-a-ameaca-de-despejo/>

68 Bem Paraná em 15/06/2016

transporte público. É necessário refletir sobre a cidade que estamos produzindo, as formas que estão tomando corpo no tecido urbano. Precisamos pensar na crescente violência, de habitantes presos e oprimidos de um lado pela polícia e, de outro, pelo tráfico de drogas. É preciso pensar no processo histórico pelo qual estamos passando, e qual é o nosso lugar nele.

3.3. Terceira implicação: O Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli

*Vamos, caminhando de mãos dadas com a alma nova
Viver semeando a liberdade em cada coração
Tenha fé no nosso povo que ele acorda
Tenha fé no nosso povo que ele assusta*

Milton Nascimento – Credo

Subimos no ônibus *Vila Verde*, a partir do Terminal do CIC, onde um grande número de pessoas se locomovem em um ônibus simples, bastante diferente daqueles vendidos como de última geração pela prefeitura de Curitiba. Quem espera encontrar nesta linha o transporte modelo que o município vendeu para o mundo pode se surpreender negativamente. São ônibus antigos, lotados, barulhentos, sem escapamento, irregulares em horários e que quebram com uma frequência relativamente alta. Nesta linha não há contrafluxo, visto que quando chega ao terminal, o ônibus trás um grande volume de pessoas que saem da Vila Verde rumo aos seus locais de trabalho em outras regiões da cidade, e na volta leva um grande número de operários das várias fábricas que existem na região, tais como a Bosch, a Racco e a New Holland. Seguimos pela Rua Des. Cid Campelo, entrando pela Rua Vicente Micheloto e, passando pelo viaduto, há um ponto de ônibus bastante movimentado em que os moradores do bairro conseguem pegar o ônibus sem que este faça todo o trajeto pela região até seu ponto final, economizando mais ou menos 15 minutos. A Avenida – onde circulam muitos carros e caminhões em suas duas pistas em cada sentido, dado ser uma das principais ligações com o município vizinho de Araucária – possui paradas nos dois lados da pista e, apesar disso, não há ponte ou semáforo que auxiliem os pedestres na realização desta travessia. São muitas as pessoas que se arriscam nesta desigual disputa de tempo e de espaço com os carros em alta velocidade, e as crianças e idosos são os que mais apresentam dificuldade em cruzar de um lado para o outro.

Entramos na Vila Verde pela rua Antônia Molina Bela e a primeira coisa que nos chama atenção é a névoa cinza e o mau cheiro que envolve o bairro todas as manhãs. As ruas, asfaltadas em sua maioria, apresentam construções simples e por vezes inconclusas. São casas construídas pelos próprios trabalhadores que ali vivem desde que este terreno fora ocupado, no ano de 1991,

quando a partir da atual Rua Emílio Romani passaram a erguer as casas e as estruturas básicas do bairro na forma de mutirões. Trata-se de um bairro estigmatizado por uma imagem, veiculada cotidianamente nas redes de TV e jornais, ligada à pobreza, ao tráfico de drogas e à violência urbana. No entanto, ao desvendar as entranhas do bairro, as pessoas reais que vivem e trabalham todos os dias, sustentam suas famílias a duras penas. Observamos que grande parte dos habitantes aqui ou são migrantes, ou são descendentes diretos destes que vieram de áreas rurais das mais variadas no Brasil, em especial do interior do Estado do Paraná.

Entre os anos de 2015 e 2017 trabalhei com os estudantes do colégio algumas técnicas de cartografia social (ACSELRAD, 2013) enquanto dava aulas para o ensino médio. O objetivo era, a partir da vida cotidiana destes estudantes, elaborar mapas do bairro na perspectiva de quem era morador neste. Dividiu-se as turmas do primeiro ano do Ensino Médio em grupos, que deveriam investigar, no bairro, um tema específico que lhe foi dado. Os temas eram *transporte e mobilidade*, *habitação e comércio*, *meio ambiente*, *esporte e cultura* e *saneamento básico*. O resultado final foi uma série de mapas feitos em papel, elaborados por cada um dos grupos e dos quais elementos julgados principais pelos estudantes foram reproduzidos, em 2017, em pintura em uma das paredes da escola contendo dois mapas apresentados no início deste trabalho.

A partir dos mapas e dos debates realizados entre os grupos na elaboração do mapa maior, pudemos constatar que existem poucas estruturas de cultura e lazer para que os jovens possam desfrutar, entre elas está o Bosque da Vila Verde, um campo de futebol, localizado na Rua Ney Pacheco, e o teatro Peça por Peça, mantido pela Fundação Bosch. No restante, faltam opções para além das igrejas (Comunidade Santa Clara, Deus é Amor, Assembléia de Deus, Universal do Reino de Deus, e outras 13 igrejas menores) e bares, que pipocam em cada rua por aqui. O bairro conta também com uma creche municipal; duas escolas municipais (E.M. João Cabral de Melo Neto e E.M. América da Costa Sabóia); e o Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli. Os jovens começam a trabalhar desde cedo. Antes mesmo de entrarem no Ensino Médio muitos já trabalham em programas de estágio como o *Jovem Aprendiz* ou em trabalhos informais, como caixas de supermercados, em lojas locais ou como vendedores de frutas e doces em semáforos. Tanto os estudantes do turno da manhã quanto os do período noturno trabalham em sua maioria, utilizando das linhas de ônibus *Bosch* e *Vila Verde*.

O “Rodolpho” (imagem 10), como é chamado pelos moradores, é o local onde grande parte da população desta região estuda ou estudou. É comum que pais e filhos tenham assistido aulas com os mesmos professores. Nas listas de chamada muitos sobrenomes se repetem de uma sala para outra. São primos, tios, irmãos, enfim, grande parte do núcleo familiar das pessoas que aqui vivem que passam um bom pedaço de suas trajetórias de vida. É a típica escola de bairro. Atende um

número de alunos de 1604 com faixa etária entre 10 e 40 anos com 1 diretor, 2 diretores auxiliares, 1 secretária, 7 pedagogas 83 professores e 24 funcionários oferecendo cursos do Ensino Fundamental II, Médio e Técnico em Administração e Mecânica. Apresenta também apoio financeiro escasso para adequar as instalações e materiais às necessidades de educadores e educandos além da alta rotatividade de professores.

Imagem 10: Entrada do Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli, na Vila Verde, CIC, durante o processo de ocupação da escola no ano de 2016.

Ao entrar, pode-se surpreender com a quantidade de cadeados e portões que existem delimitando os diferentes espaços. Para evitar com que os educandos “fujam” das salas de aula, eventualmente os portões são trancados por correntes e cadeados, e há uma agente escolar responsável por abrir e fechá-los para que os professores possam trocar de turma, e também para um ou outro que precise ir ao banheiro. O espaço físico também não é dos mais agradáveis. As paredes são pintadas em tons de azul que, no entanto, nos pontos onde estão descascadas se expõe uma miscelânea de outras cores que estas mesmas salas de aula já possuíram. À exceção das paredes e portas que foram desenhadas por um projeto da professora de Artes, Silvia, falta bastante cor por aqui. Faltam com frequência vidros nas janelas de parte das salas de aula, o que no inverno curitibano torna a experiência de assistir/ministrar aulas bastante desagradável.

O lanche não é tão diversificado nutricionalmente, tendo em vista que boa parte dos educandos precisa se alimentar na escola. É frequente que tenham apenas bolacha de água e sal e chá mate como merenda para suportar 5 horas de aula. Para muitos dos que estudam e trabalham, uma boa comida na hora do lanche faz toda a diferença, ainda mais para aqueles jovens que ficam sozinhos em casa com os irmãos, sem a presença dos responsáveis – que precisam trabalhar o dia

todo – e não possuem acompanhamento para que realizem suas refeições de maneira adequada. É uma escola com o estigma da “escola que deu errado”.

Com este quadro, partir notícia da ocupação da Escola Estadual Arnaldo Jansen⁶⁹ – no município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba – os estudantes realizaram algumas reuniões e assembleias que culminaram na ocupação do Rodolpho Zaninelli. Os estudantes que permaneceram ocupados na escola foram aqueles que são tidos pela maioria dos professores como indisciplinados, os chamados “alunos problema”. No entanto, o que se observou era uma escola organizada, mais limpa do que de costume, os estudantes fizeram reparos em espaços degradados por conta própria e buscavam atividades para preencher a programação diária da ocupação.

Ocorreram saraus, oficinas (Hip Hop, educação popular, filmagem e edição de vídeos, etc.) shows de bandas, campeonatos de futebol e vôlei, assembleias, reuniões, formações políticas com professores de outras escolas e universidades, enfim, a escola se tornou realmente atrativa para aqueles jovens. Mas para além disso, era possível ver a comunidade se reapropriando da escola, pais e responsáveis e até moradores que já terminaram seus estudos se faziam presentes com grande frequência nas atividades. As meninas, no geral, eram as protagonistas no processo político e organizativo que ocorria por ali, colocando os meninos para dividirem as tarefas de limpeza e manutenção do espaço.

Mas um vento frio perturbou a doce harmonia da cesta. A propaganda midiática e do governo do Estado do Paraná passaram a estimular os pais a se organizarem, muitas vezes de maneira violenta, para desocupar as escolas⁷⁰. Movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre) passaram a produzir conteúdos que visavam degradar a imagem dos estudantes ocupados em

69 “Alunos que ocupavam escolas estaduais deixaram na tarde desta sexta-feira (4) dois colégios em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, após o cumprimento de mandado de reintegração de posse por oficial de justiça. A primeira desocupação foi no Colégio Estadual São Cristóvão. Em seguida, os estudantes saíram do Colégio Estadual Arnaldo Jansen, o primeiro a ser tomado por secundaristas no Paraná. A unidade estava ocupada há 31 dias.” Em Gazeta do Povo no dia 04/11/2016 com o título “Justiça cumpre reintegração de posse na primeira escola ocupada no Paraná”. ver: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/justica-cumpre-reintegracao-de-posse-na-primeira-escola-ocupada-no-parana-9c8uko5o97su2388srqhz0w> Acesso em 25/06/2017.

70 O Governador chegou a afirmar, segundo o Paraná Portal de 10/10/2016, o seguinte: “Não vão nos intimidar. Sindicatos ligados à CUT, ligados ao PT que querem a baderna no país, usando de forma criminosa as nossas crianças nas escolas que estão nas ruas protestando não sabem nem o quê. Numa perfeita doutrinação ideológica nas escolas do Paraná e do Brasil. Aqui talvez com mais intensidade, pela agressividade dos sindicatos daqui”, discursou.

Beto Richa ainda cobrou dos pais que conversem com os estudantes. “Eu peço aos pais e mães: cuidem dos seus filhos nas escolas. Conversem com seus filhos; ‘meu filho, por que está manifestando? Quem pediu para você fazer isso? Em nome do quê? De que causa?’. É uma doutrinação. Estão formando cidadãos amanhã que vão defender grupos extremistas, grupos de esquerda”, apelou.” Disponível em <http://paranaportal.uol.com.br/cidades/governo-pede-reintegracao-e-richa-ataca-ocupacoes-em-escolas/> acessado em 19/07/2017.

escolas, gerando um clima de apreensão e medo entre os estudantes⁷¹. As ameaças, denúncias e processos que começaram a chegar aos professores que apoiavam este processo e tratavam de desarticular grande parte do apoio que estes estudantes tinham. Muitas escolas foram apedrejadas e os estudantes agredidos, A comunidade parou de frequentar as ocupações, uma vez que se difundiam boatos de que estas eram utilizadas para o consumo de drogas e a realização de orgias entre os estudantes. As doações de comida e estrutura que vinham por parte dos apoiadores diminuiu gradualmente, até o momento em que passou a faltar, inclusive, comida nas ocupações. No momento em que ficaram isolados foi justamente quando os jovens do Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli se mostraram mais fortes, pois tiveram de enfrentar, além de toda a estrutura repressora do Estado e de grupos de direita, os próprios pais e professores que, no início do processo, os apoiavam. Diversas reuniões foram organizadas por professores da escola junto à comunidade no intuito de forçar a desocupação do Rodolpho. Em outras escolas, como no Guido Arzuo, Pedro Macedo e no Lisymaco Ferreira da Costa⁷², houve, de fato, enfrentamento físico entre grupos ligados ao MBL e os estudantes ocupados. O clima era de tensão.

Até que no dia 09 de Novembro de 2016, cumprindo a um mandato de reintegração de posse da parte do Governo do Estado do Paraná, a Polícia Militar desocupa o colégio, o último em todo o Estado. Alguns dos estudantes se assustaram neste momento, pois parte dos policiais escalados para executar a reintegração eram os mesmos que já haviam cometido violências e intimidações com os estudantes em vários momentos do dia-a-dia das ruas. A #OcupaRodolpho terminou, é hoje ausente, na medida em que a escola voltou ao seu funcionamento normal, com salas, carteiras enfileiradas e grades. Mas está presente nos rebatimentos na vida escolar e na consciência de todos os que participaram – ou não – deste processo. A vida seguiu, mas desde então, já não é a mesma de antes.

3.4. Quarta implicação: Na rua, quem dorme por ultimo apaga as estrelas.

*Neste tempo tão difícil, povo da rua
A cidade vai ouvir, povo da rua
O grito dos oprimidos, pra justiça construir
Leva eu, povo da rua*

Hino do Povo da Rua.

71 “MBL monta contraofensiva para desocupar escolas no Paraná” ‘título da matéria do jornal El Pais em 31/10/2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/29/politica/1477698231_566717.html

72O trecho da notícia do Parana Portal de 27/10/2016 dá conta de expor como tal processo ocorria nas escolas: “O Colégio Lysimaco Ferreira da Costa, no bairro Água Verde, chegou a ser invadido por integrantes do MBL e foi necessária a intervenção da Polícia Militar para evitar conflito com os estudantes que ocupam a escola. A assessoria de imprensa da PM afirmou que não havia mandado judicial para ser cumprido nesta noite e que os policiais estão no local acompanhando as manifestações. A PM retirou de dentro da escola todas as pessoas estranhas à ocupação.” Disponível em: <http://paranaportal.uol.com.br/curitiba/pm-impede-desocupacao-de-escolas-em-curitiba/> acessado em 19/07/2017

Durante a madrugada fez muito frio. A temperatura, neste ápice do inverno curitibano, atingiu um grau negativo. Na manhã seguinte, estampa-se nos jornais a notícia de mais uma morte por hipotermia entre as pessoas em situação de rua. A notícia, publicada no jornal Extra, diz o seguinte:

Um morador em situação de rua morreu, na madrugada desta quarta-feira, em Curitiba. O homem identificado como Adilson José Juz, de 41 anos, foi encontrado morto na Praça Tiradentes, no centro da capital paranaense, por pessoas que dormiam no mesmo local. Durante a madrugada, a temperatura chegou a -1,3°C em Curitiba, segundo o Sistema Meteorológico Simepar.

O prefeito de Curitiba Rafael Greca (PMN) fez uma postagem no Facebook falando sobre a morte do morador de rua e a atuação da FAS nesta madrugada. Segundo o prefeito, Adilson morreu "após recusar atendimento da FAS [fundação de Ação Social] por estar fortemente drogado e alcoolizado". Ainda de acordo com o Greca, o homem morreu "num quadro de convulsões".⁷³

Este quadro, triste certamente, se repete a cada inverno, de maneira cada vez mais intensa e perversa. O número de pessoas em situação de rua na cidade tem crescido vertiginosamente. O MNPR, Movimento Nacional da População de Rua, estima que existam, hoje, 4500 pessoas em situação de rua na cidade. São muitas as histórias e as trajetórias que levam alguém com vínculos trabalhistas e familiares estáveis a dormir nas ruas, enfrentando uma série de obstáculos e violências para sobreviver. Mas é notável que o aumento do desemprego impactou no número de desabrigados, que elevou-se em 60% desde o ano de 2008, segundo o censo do IBGE.

Se diz, no imaginário comum, que muitos vivem na rua porque querem, que usam drogas e por isso vão parar nas ruas. Esta visão generalista pouco condiz com o que se observa. Durante o período compreendido entre Agosto de 2015 e Dezembro de 2016, pude compor o corpo de educadores que trabalharam com educação popular para pessoas em situação de rua, pensando alternativas de organização no trabalho e na política. O curso, intitulado *Agentes de Desenvolvimento Local*, foi realizado em uma parceria do CEFURIA (Centro de Estudos Urbano Rural Irmã Araújo) e o MNPR (Movimento Nacional do Povo da Rua), visando instrumentalizar a população em situação de rua de seus direitos e possibilidades de organização em torno dos problemas existentes e a perspectiva da conquista de novos direitos. Uma série de atividades foram realizadas nos abrigos destinados a esta população neste período, e que nos ajudaram a formatar esta descrição, entre elas a construção de um mapa temático da região central de Curitiba na perspectiva de quem é forçado a dormir nas ruas. Em conjunto com os educadores Tatiane Dedini e André Fedel, imprimimos três mapas com a malha viária da região central do município e criamos símbolos que apresentavam situações vividas relatadas durante os encontros anteriores, tais como violência policial, pontos de abrigo, região perigosa, região de trabalho, etc. Estes símbolos não apresentavam nada escrito neles, o que dava a possibilidade de serem ressignificados durante o processo de confecção dos mapas (Imagem 11).

73 Jornal Extra, de 19/07/2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/morador-de-rua-morre-depois-de-madrugada-com-temperatura-negativa-em-curitiba-21606516.html> Acessado em 19/07/2017.

Imagem 11: Símbolos sobre mapa sendo confeccionado pelos participantes da nona etapa do curso de formação de Agentes de Desenvolvimento Local, promovido pelo Cooperera Rua. Foto: CEFURIA.

Abrimos os debates apresentando vários mapas criados sob diferentes perspectivas. Em seguida assistimos ao documentário *Todo Mapa tem um discurso*, onde apresenta-se o mapeamento de favelas realizado por habitantes destas em São Paulo e Rio de Janeiro dos bairros onde viviam. A questão a se fazer, quem constrói os mapas da cidade? A população em situação de rua está incluída nestes mapas? Vendamos os olhos dos participantes e os dividimos em três grupos que deveriam fazer um caminho e chegar a uma determinada sala do prédio onde ocorria a atividade. Em cada grupo, os líderes foram orientados a confundir os participantes impedindo-os de realizar seu objetivo (imagem 12).

Imagem 12: Participantes da nona etapa do curso de formação de Agentes de Desenvolvimento Local, promovido pelo Cooperera Rua. Foto: CEFURIA.

Após demorarem mais que o previsto para chegarem a sala, debateu-se a importância da organização coletiva, que não ocorreu quando decidiu-se seguir um líder, dissuadindo e trazendo

confusão a todos os grupos. Em seguida, distribuiu-se os mapas e os símbolos e, com um mediador em cada grupo definiu-se que cada um dos grupos teria um período de 1 hora para destacar pontos que consideravam ser importantes para que se compreendesse a cidade do ponto de vista das pessoas em situação de rua. Apontaram-se desde espaços institucionais geridos pelo Estado na gestão desta população, igrejas que lhes cediam alimentação, banheiros públicos e privados, pontos de perigo ou mais tranquilos para dormir, acesso a políticas públicas, entre outras. Em seguida, nos reunimos em uma grande roda na qual os grupos apresentaram seus mapas aos demais, debatendo os resultados dos mapeamentos.

A maior reclamação entre aqueles com os quais conseguimos conversar é a respeito da falta de oportunidade de trabalho para pessoas em situação de rua. As pessoas não confiam que eles possam ter dons e capacidades, e acabam tratando a todos como dependentes químicos. Fazer um cadastro de emprego sem um comprovante de endereço é a certeza antecipada de não ser selecionado em uma vaga de trabalho, por mais precária que esta seja. Morar e trabalhar são necessidades básicas que, se não supridas, degradam totalmente o ser humano, tanto fisicamente quanto psicologicamente.

Apesar de grande parte não apresentar vínculos estáveis de emprego, realizam todos os dias algum tipo de atividade remunerada. Guardam carros, fazem pintura, *bicos* na construção civil, vendem talões de estacionamento (ESTAR), carregam caminhões de mudança, ou ficam a *manguear*, expressão com a qual denominam o ato de pedir dinheiro aos passantes e que, apesar de não parecer, requer muito esforço corporal para suportar tempos de sol, chuva, etc., e mental, ao ser hostilizado por parte das pessoas.

As violações são diárias. Sofre-se violências e não se sabe a quem recorrer. O discurso burocrático, que vem por meio dos órgãos do Estado, da iniciativa privada, das ONG's e até de alguns movimentos sociais, acaba por colocá-los em uma situação de quem se vê incapaz de conhecer, de ensinar e aprender. As referências positivas surgem neste instante: o fulano que parou de “se drogar” a menina que saiu da rua, o rapaz que conseguiu trabalho. Neste momento constrói-se um horizonte de esperança em que muitos deles, em solidariedade, se veem capazes de aprender e de se transformar. Passam a saber que o policial que pratica sua violência cotidiana está violando um direito seu, e que ele, anotando os números das viaturas pode fazer uma denúncia, via ministério público, com auxílio do movimento. Mas não parece suficiente. Muitas vezes, após as denúncias, os agentes voltam à rotina normal de trabalho, o que faz com que, devido às constantes intimidações, denúncias de agressões deixem de ocorrer. A violência é também praticada por *skinheads* e outros grupos que, sem nenhum vínculo que os ligue diretamente ao Estado, acabam por agredi-los tão intensamente quanto as forças militares. A diferença é que, neste caso, não há a quem se denunciar e o anonimato vence.

Visitar parentes, ir ao teatro, ao museu, ao cinema, também lhes parece uma necessidade a suprir. A questão é que são perseguidos e expulsos destes lugares por seguranças que não lhes

permitem o acesso, por mais nobres que sejam os argumentos em favor da visita. Ir à casa de um amigo ou um membro da família, mesmo que dentro da mesma cidade, lhes parece uma tarefa difícil, visto a tarifa de R\$ 4,25 em Curitiba, além dos passageiros que não costumam ver com bons olhos alguém em situação de rua no ônibus. Os equipamentos de acolhida não parecem ser acolhedores, uma vez que os usuários sempre são vistos com desconfiança por gestores e assistentes sociais que não compreendem sua situação, muitas vezes sendo hostilizados por estes funcionários que deveriam acolhê-los. São recebidos nos Centros Pop em colchões infestados por pulgas e há relatos de pessoas que contraíram doenças como sarna ao dormir em um destes acolhimentos da prefeitura. O direito à cidade é totalmente negado a um número, pelo que mostram os dados recentes, crescente de pessoas em situação de miséria no mundo (DAVIS, 2009). São vistos como invasores em uma cidade que constroem cotidianamente.

São crianças agredidas e presas sem motivo algum aparente; retiradas de suas mães sem nenhuma assistência social e mesmo sem nenhum processo jurídico – que sequer é mencionado – ou a presença do conselho tutelar; são servidores das casas de acolhida que os tratam “como animais”. A polícia realiza diversas violações de direitos, em especial durante a noite, quando longe das vistas de alguém que possa se indignar. E para quem se denuncia a polícia, a quem denunciam os servidores públicos e privados que deveriam auxiliá-los, se depois sabem que haverá retaliações das piores possíveis? Como não lembrar de alguns casos reais, que tomaram proporção nacional?

Em 20 de Abril de 1997, cinco jovens de classe média atearam fogo ao indígena da etnia pataxó Galdino Jesus dos Santos, que dormia em uma praça após participar de manifestações referentes à questão indígena. Dos rapazes, um era menor de idade e cumpriu pena de três meses, enquanto os outros condenados pelo crime não foram punidos da mesma maneira que o são cotidianamente os negros e pobres nas grandes cidades brasileiras⁷⁴. Outro caso emblemático é o da chacina da Praça da Sé, em São Paulo. Ocorrido entre os dias 19 e 22 de Agosto, provocou a morte de quinze pessoas em situação de rua. Apesar da desconfiança da época de ser um caso referente a

74 “Em outubro do mesmo ano, o jornal “Correio Braziliense” flagrou três dos cinco rapazes bebendo cerveja em um bar, namorando e dirigindo o próprio carro até o presídio, sem passar por qualquer tipo de revista na volta. Após a denúncia, os assassinos perderam, temporariamente, o direito ao regime semi-aberto, que era o que permitia o trabalho e o estudo externos. Mas a reclusão total durou pouco tempo. Em agosto de 2004, os quatro rapazes ganharam o direito ao livramento condicional, ou seja, estão em liberdade, mas precisam seguir algumas regras de comportamento impostas pelo juiz no processo para manter sua liberdade, tais como: não sair do Distrito Federal sem autorização da Justiça e comunicar periodicamente ao juiz sua atividade profissional.” Portal G1 em 19/04/2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0..MUL23764-5598.00.html> Acessado em 21/07/2017.

grupos de extermínio ligados à Polícia Militar, o caso segue até hoje sem solução. Este segundo caso, marca, hoje, o dia de mobilização Nacional do MNPR⁷⁵.

Tendo em vista tais questões, se estrutura, à partir de 2001, na 1ª Marcha Nacional de População de Rua, em Brasília, uma rede de organizações de pessoas em situação de Rua, com experiências de peso em São Paulo e Belo Horizonte, o que leva a um quadro que, em 2005, funda o Movimento Nacional do Povo da Rua, o MNPR. Hoje, este se organiza nacionalmente, propondo projetos de educação popular com pessoas em situação de rua, organizando marchas e manifestações sobre as pautas desta população – crescente – e fazendo produção de conteúdo, tais como os jornais *Boca de Rua*, de Porto Alegre, *O Trecheiro*, de São Paulo, o *Aurora da Rua*, de Salvador e o *A Laje*, de Curitiba, que mostram notícias, acontecimentos e produção cultural produzidos pela própria população em situação de rua. O resultado final foi um rico debate e uma intensa troca de saberes, além do fortalecimento da organização do MNPR. No entanto, o edital que mantinha funcionando este projeto de educação popular foi interrompido com o golpe de estado de 2018, em que o governo de Michel Temer fechou a SINAES (Sistema Nacional de Economia Solidária), mantenedora de grande parte da verba que mantinha o CEFURIA e seus projetos.

3.5. Cidade modelo: o planejamento urbano como negócio em Curitiba-PR

“Numa tarde fria de inverno, enquanto a neve cai silenciosamente lá fora, Alice brinca com a gata Dinah e seus filhotes na sala de casa. Mal sabe ela que está prestes a viver uma aventura formidável. De repente, atravessa o espelho que está sobre a lareira e chega a um mundo onde tudo está ao contrário, de pernas para o ar: flores falam, peças de xadrez andam e quanto mais você corre, mais você fica no mesmo lugar. Um mundo em que as coisas “trocam de lado”, da mesma forma que as linhas de um livro, quando você o observa aberto diante de um espelho. Lá, na Casa do Espelho, estão também os personagens favoritos da infância de Alice: os gêmeos Tweedledum e Tweedledee, a Morsa e o Carpinteiro, o Leão e o Unicórnio, o orgulhoso Humpty Dumpty, a implicante Rainha Vermelha.”

Lewis Carroll - Alice Através do espelho.

Diz a lenda que durante muito tempo, um grupo de missionários e bandeirantes, entre eles, Baltazar C. Dos Reis, Mateus Leme e Ébano Pereira (todos homenageados como nome de ruas centrais na cidade hoje) tentavam, há tempos, erguer uma capela para Nossa Senhora da Luz. Devido ao terreno pantanoso e úmido da região entre os rios Barigui e Iguaçu, todos os projetos foram frustrados e desabaram em pouco tempo. Um pequeno aldeamento se estabelecia ali, já que

⁷⁵ Ver: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/chacina-da-se-e-relemburada-por-movimento-de-populacao-de-rua-17y6fr60wnt655l0fvzgracpc> Acesso em 21/07/2017.

era ponto de parada no escoamento de minérios extraído pelas mãos de escravos negros nos atuais Estados de Goiás e Mato Grosso. O convívio com os Kaingang era de pouca amistosidade. Eles aceitavam pouco a presença do homem branco, e não se integravam com tanta facilidade à dinâmica de trabalho dos aldeamentos. Estamos em 1668 (MAACK, 2012).

Tindiquera, cacique dos Tinguís, aponta-lhes um local onde poderiam construir sua igreja sem que esta desabasse. Lança uma flecha no Horizonte, que vai cair no terreno mais lodoso da região. Tindiquera diz apontando: *Core'y Tuba*: terra de muito pinhão. Assim se funda a Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais de Coreatuba, a qual chamamos hoje de Curitiba. Darei aqui o primeiro salto mortal na história.

Não é incomum viajar-se pelo Brasil e ouvir de pessoas, nos mais diversos lugares, que a cidade de Curitiba é uma “cidade modelo” no Brasil. Há uma imagem bastante consolidada no imaginário popular, de que se vive, em Curitiba, em uma cidade civilizada, sem desigualdades sociais, onde os serviços públicos são eficientes, ruas planejadas e esteticamente moderna. Não à toa, entre habitantes da cidade também se cultiva este imaginário. A imagem do prefeito Jaime Lerner (1979-83 e 1989-92), indicado pelo governo militar e depois eleito democraticamente, está diretamente associada ao momento em que a cidade adota um planejamento urbano que vai (re)definir os usos do espaço à escala municipal e metropolitana. Sobre este momento, o CEFURIA (Centro de Estudos Urbano rural Irmã Araújo) aponta no boletim *Memória das lutas populares no Paraná pós ditadura militar* o seguinte:

O planejamento estratégico explode no mundo com a internacionalização da economia, porque ele faz parte desse modelo neoliberal, que traz junto consigo a reorganização das cidades para um tipo de gestão empresarial. Esse projeto cria formas de valorização e revalorização do solo urbano, cria elementos atrativos ao capital internacional, implanta altas redes de infra-estrutura de ponta (grandes equipamentos comerciais, culturais, redes de fibra óticas) e as demandas coletivas ficam relegadas. (...) cria uma cidade moderna, bem equipada, mas altamente excludente (CEFURIA, 2007. p. 13).

Seguindo a tendência modernista do planejamento urbano radical e a geométrica de Paris⁷⁶, e na tendência da cidade como máquina de crescimento de Nova York e Chicago (BENVENUTTI, 2016), o município de Curitiba foi organizado criando uma infraestrutura que alterou a cidade em nível metropolitano. Tal fato só foi possível, na escala em que foi realizada, devido à forte articulação entre bancos (capital financeiro), imobiliárias, empresas de transporte urbano, os industriais e o Estado (OLIVEIRA, 2014; BENVENUTTI, 2016). As reformas urbanas iniciadas no plano Agache⁷⁷ e que se seguiram até o início da década de 1990 trouxeram transformações

⁷⁶ Apontada também em mecanismos muito semelhantes aos ocorrido em Curitiba em HARVEY, David. *París, capital de la modernidad*. Akal.Madrid. 2006.

⁷⁷ Agache dividiu a cidade em zonas funcionais: um centro comercial (o centro tradicional), um centro administrativo (o centro cívico), uma cidade universitária (o centro politécnico), um setor militar (onde se localizam a base aérea

substanciais na cidade, tornando-a ícone do urbanismo na América Latina. No entanto, na implementação do planejamento e organização da cidade, criou-se um processo de valorização do solo urbano que empurrou a massa de pobres viventes na cidade e aqueles que chegavam como migrantes das cidades do interior do Paraná para as bordas através da criação de uma espécie de “anel de gentrificação” ao redor do centro, fazendo com que os núcleos mais pobres estivessem distantes de qualquer acesso ao centro planejado da cidade (NEVES, 2007). Conjuntos Habitacionais e loteamentos populares foram constituídos em locais na Zona Sul da cidade (em bairros como Boqueirão, Sítio Cercado, Vila Osternack, CIC, Bairro Novo, Tatuquara, entre outros); ou nos municípios próximos da Região Metropolitana (Colombo, Araucária, Almirante Tamandaré, entre outros) (BENVENUTTI, 2016). Para Neves (2007):

Os loteamentos clandestinos surgem em Curitiba como resultado da especulação das imobiliárias. Esses loteamentos são abertos por imobiliárias, muitos deles de forma irregular e até clandestina. Por não terem infraestrutura mínima, como arruamento, água, luz, esgoto e inclusive a extensão do transporte coletivo, tornaram-se acessíveis à população de baixa renda (Op. Cit. p. 52.).

No entanto, a imagem urbana que se cria em torno de “uma cidade que deu certo” graças ao planejamento urbano cria e recria mitos que legitimam e justificam a segregação social e espacial, assim como justifica as remoções de comunidades pobres que “favelizam” a cidade. Para Oliveira (2014):

Tendo um substancial montante de recursos à sua disposição, fica fácil para os empresários viabilizarem a vitória de candidatos a cargos públicos comprometidos com suas teses. Mais ainda, na medida em que eles são os principais anunciantes nos meios de comunicação de massa, fica igualmente fácil pressionar os órgãos da imprensa escrita e falada para que divulguem suas demandas e projetos junto à sociedade. Nesse caso, sequer é necessária a ameaça de rompimento dos contratos de publicidade. Sendo do interesse dos proprietários dos órgãos de imprensa manter-se em boas relações com seus anunciantes, pode-se imaginar que estes dificilmente oporão resistência à divulgação daquilo que interessa ao empresariado ou abrirão espaço para a divulgação de teses contrárias ao espírito de iniciativa (Op. Cit. p. 47)⁷⁸.

O marketing urbano da cidade será protagonista neste processo, já que a criação de uma cidade que seguiu a cartilha modernista na arquitetura e que altera e intensifica um projeto de classe para uma cidade não pode aparecer como tal e ao mesmo tempo colocar-se como “modelo” a ser seguido por outros municípios. É necessário criar e vender uma representação, estimulando um “patriotismo de cidade”. As contradições devem ser escondidas e ocultadas sempre que possível. Se por um lado temos a criação de um espetáculo urbano, por outro temos milhares de excluídos, que

do Bacacheri e várias outras instalações do exército) um centro industrial (Capanema e Rebouças) e um centro de abastecimento (onde hoje é o mercado municipal, construído na década de 50). Em seguida, idealizou um conjunto de vias de circulação, como vários círculos sucessivos que se prolongavam a partir do centro. Finalmente, desenhou uma série de prédios públicos (o Centro Cívico) e privados (as galerias térreas em alguns edifícios na rua XV de Novembro) a serem construídos em suas respectivas zonas funcionais. OLIVEIRA. Op. Cit. p. 74

78 OLIVEIRA, Dennison. Op. Cit. p. 47.

vão viver às margens da cidade. Sobre o processo de formação das periferias em Curitiba, está presente no boletim “Notícias de Casa” das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula, no Bairro do Boqueirão, em Maio de 1970 a seguinte descrição:

São aproximadamente 1500 famílias que vivem ali. É uma área pantanosa, inabitável, segundo os princípios urbanísticos, mas que foi se povoando pelo simples fato que ali os terrenos eram mais baratos, e, para quem vem de longe para se instalar na capital, era a única saída. Ainda agora, apesar de estar quase toda ocupada, não conta com serviços urbanos regulares. Não há coleta de lixo, a iluminação é precária, as ruas de chão batido, não tem traçado regular. Não existe água encanada, a água dos poços não é tratada. Não existem serviços sanitários. Em tempo de chuva, a área se alaga facilmente e obriga muitos moradores a abandonarem suas casas. (...) a maioria não é proprietária nem do terreno, nem da casa e pagam aluguéis relativamente elevados considerando-se as condições insalubres da região. (...) Aqueles que vieram de longe, procuravam fugir de uma situação de miséria e buscavam a cidade grande como solução. E aqui, a vida se torna tão ou mais difícil do que era antes. (CEFURIA, 2007. p. 78-9)

Neste mesmo momento a cidade passa a ser produzida por um grupo de empresários que, a partir do planejamento, começa a realizar vultuosos e lucrativos empreendimentos imobiliários (BENVENUTTI, 2016). As linhas de ônibus são exemplo claro disso. Quando se estabeleceram as empresas que operam as linhas municipais de transporte público, grande parte delas estava ligada à família Gulin, estas recebiam repasses em dinheiro da prefeitura por quilômetro rodado, ou seja, quanto maiores os trajetos realizados pelas linhas de ônibus, maiores eram os lucros dos empresários. Isso fez com que o setor imobiliário se organizasse para vender loteamentos irregulares em zonas distantes do centro urbano, forçando a prefeitura municipal a levar linhas de ônibus para o novo núcleo urbano e aumentando ainda mais o rendimento das empresas de transporte. É a tecnocracia, aqui, servindo ao dinheiro enquanto se vende como neutra. Lafaiete Neves, em entrevista realizada em Julho de 2016, relata o seguinte quadro:

O Jaime Lerner realmente fez um trabalho de mídia e propaganda muito bem feito, tá? Porque ele estava vendendo não apenas o transporte coletivo, ele tava vendendo a Volvo, foi ele que trouxe a Volvo. Ele tava vendendo a Volvo. Os motores são Volvo, os Chassis são Volvo, tá? Então ele tava vendendo um produto muito maior do que o transporte, e a Volvo realmente se fez em Curitiba. Ela é hoje a maior produtora de caminhões de pesadas toneladas do país e ela começou com o transporte coletivo. E ela tinha que disputar com a Scania (...) que ela estava entrando. E ela já entrou com mercado. A experiência de inovação tecnológica a Volvo fez no transporte coletivo, e continua fazendo no transporte coletivo. Porque o ônibus híbrido foi desenvolvido aqui em Curitiba, o sistema biarticulado, triarticulado, quatro eixos, foi desenvolvido aqui, entendeu? Então, esse sistema que foi montado, foi um sistema montado junto com a Volvo, não é? Com a empresa sueca que realmente se instalou aqui pra vender pro mercado nacional e internacional, que é o que está fazendo hoje, e o Jaime Lerner exportou esse modelo de transporte para a América Latina. Então você tem Peru, você tem Equador, você tem Colômbia com a implantação do sistema curitibano. E outros países da África estão importando também, o modelo. Então é muito mais, é um grande negócio na verdade. É muito mais do que transportar passageiros na cidade de Curitiba. E eu acho que ele conseguiu vender essa imagem. Uma cidade, na verdade, que foi produzida do ponto de vista do *merchandising* que foi feito e que se torna uma referência.

Através do planejamento urbano, portanto, um negócio extremamente lucrativo para os industriais, os especuladores imobiliários e os empresários do transporte público, estabelece-se um pacto para manter seus lucros com a venda do espaço como mercadoria. Isso tudo em detrimento dos mais pobres, que trabalham construindo a cidade, mas que não tem o direito de usufruí-la. Neste sentido, um grande projeto de desfavelamento da cidade foi realizado, com investimentos vultosos do BNH, estimados à época, em 65,5 milhões de cruzeiros. Para BENVENUTTI (2016):

A experiência piloto iniciou em Abril de 1976 envolvendo as favelas do Capanema, Afonsinho e Britânia, totalizando 376 “barracos”. Pela proposta, os moradores foram “realocados”, ou seja, transferidos para outras áreas ou bairros, recebendo uma casa com área inicial de 22 metros quadrados, também chamada de “embrião”, disposta em terreno de 200 metros quadrados; ofertados mediante pagamento mensal total de Cr\$ 105,00, sendo 80 pela casa e 25 pelo terreno. (...) Os conjuntos seriam constituídos de, no máximo, 50 unidades de “habitação básica” (...) Na visão dos técnicos, a ausência de forro, assoalho, pintura e, inclusive, esquadrias, não comprometeria a qualidade de vida dos moradores. (...) envolveu episódios de conflitos entre Estado e moradores e, inclusive, em vários casos, como registrados pela imprensa, predominando o uso da força policial contra as comunidades pobres residentes nas áreas ocupadas. (Op. Cit. p. 217.)

As favelas apareciam como que manchando a imagem que se pretendia vender de Curitiba que, diferente das outras grandes metrópoles brasileiras, teve o crescimento ordenado por um planejamento urbano de grandes proporções. O plano de desfavelamento, portanto, mostra o viés autoritário deste projeto, que visava desde os seus fundamentos transformar a cidade em ferramenta de lucro e ao mesmo tempo livre dos pobres que tornavam Curitiba menos atrativa aos investimentos de capital.

A presença das favelas constituía uma “preocupação” que estava além da questão estética, pois afetava diretamente a produção imobiliária de mercado voltada à acumulação de capital, visando atender classes mais abastadas ou aqueles em condições de pagar para usufruir das “linhas puras da arquitetura” residencial e de empreendimentos comerciais e de serviços. Apesar do espaço não se constituir como elemento de produção, visto que é um bem natural, a apropriação deste é condição fundamental para a construção dos empreendimentos imobiliários. (Op. Cit. p. 221)

Neste sentido, a construção dos famosos parques, que hoje são atração turística na cidade, vieram com a intenção explícita de “preservar áreas passíveis de serem invadidas pela expansão urbana inadequada” (SERETE; IPPUC, 1972, p. ii Citado em: BENVENUTTI, 2016. p. 222). O mesmo fenômeno se desdobra no setor de transporte coletivo, e, quanto a isso, analisar os relatórios da CPI dos transportes em Curitiba pode ser esclarecedor.

A CPI foi feita através de um pedido realizado na câmara dos vereadores em 26/06/2013, e

sua aprovação foi reflexo das mobilizações ocorridas neste período em todo o país ao redor do tema da mobilidade urbana e transporte público, levando milhares de pessoas às ruas. O Movimento ligado a luta por transporte, onde o MPL (Movimento Passe Livre) e depois o Coletivo Tarifa Zero eram parte, pressionava a tempos uma posição da prefeitura sobre o monopólio exercido pela família Gulin nas empresas de transporte urbano e conseguiu a promessa da realização de uma investigação sobre os editais de concessão do transporte público a estas empresas. Esta CPI tinha como objetivo “apurar e investigar os indícios de lucro excessivo e irregularidades no processo licitatório, na planilha de cálculo tarifário das empresas, bem como no recolhimento do ISS das empresas da Rede Integrada do Transporte Coletivo de Curitiba” (p. 6)

O transporte público consome 17% dos gastos públicos do município e, ainda assim tem-se tarifas que sobem vertiginosamente, chegando a ser a capital com a tarifa de ônibus mais alta do Brasil. Os recursos com transporte são mobilizados e administrados praticamente por onze empresas, três consórcios, constituindo um dos setores mais cartelizados da administração municipal, sendo que o próprio município não apresentava qualquer controle de custo do sistema de transporte geridos por estas empresas, conforme afirma Lafaiete Neves, relator da CPI, em entrevista:

O componente de custo só os empresários têm. E o número de passageiros só os empresários têm. O que que tem, a prefeitura terceirizou o serviço de controle de passageiros, e isso é um absurdo. Você terceirizar o controle de passageiros é entregar o galinheiro pra raposa tomar conta. Porque quem disse que o controle de passageiros que o ICI está fornecendo, que presta o serviço de controle é real? Ninguém sabe. Porque vai no relatório que nós fizemos em 2013, você vai no relatório da CPI dos transportes, referendam o nosso, você vai nos relatórios do TCE, referendam o nosso. A gente já tinha apontado isso em 2013, Por que? Porque descobrimos dentro da prefeitura, dentro da URBS, que ela não tem controle. Os relatórios de despesas das empresas já não são entregues há anos. Então você não sabe o custo. Então esse é um negócio que se não quebrou, é porque ele está lucrativo. Nenhuma empresa opera por muito tempo no vermelho só, tem que quebrar. Se não quebra é porque está muito bom o negócio. Está muito bom, não é? É um raciocínio simples. Isso que é um monopólio. Por que que é um monopólio? Porque você fez uma licitação fraudulenta, e isso era o que todos os relatórios apontavam, fraudulentas...

No edital de licitação, no qual empresas deveriam se candidatar para gerir o sistema de transportes da cidade, empresas com menos de 25 anos de atuação no modal tecnológico de Curitiba foram impedidas de concorrer, o que fez com que somente as empresas que já estavam instaladas no serviço pudessem concorrer, mantendo o cartel. O componente de custo permaneceu o mesmo que da década de 1980, em detrimento dos avanço tecnológico e barateamento na manutenção dos ônibus e gastos com combustível desde então. Além disso, o relatório da CPI aponta que “foi constatado forte indício de irregularidade como, o direcionamento do Edital de Concorrência visando o favorecimento das empresas que já operavam o transporte coletivo em Curitiba”. (p. 21-

2) visto que “o edital previu a possibilidade de prorrogação da concessão do serviço público de quinze para vinte e cinco anos, independentemente da realização de nova licitação, “nos casos de elevados investimentos em bens reversíveis, decorrentes de fato superveniente, não sendo considerado para esse fim investimento na renovação e ampliação de frota”.” (p. 80)

Pediu-se às empresas concorrentes do edital que estas dispusessem, de antemão, do montante de R\$ 8.657.236.823,29 divididos em três lotes (Lote 1 no valor de R\$ 2.787.903.168,12; Lote 2 no valor de R\$ 2.560.926.362,89; e Lote 3 no valor de R\$ 3.308.407.292,28) de dotação orçamentária para poder concorrer ao edital, capital este que somente as empresas que já operavam o sistema de transporte do município possuíam em créditos dados pelo próprio Estado, via BNDS (Banco Nacional do Desenvolvimento), pela operação das linhas de ônibus. O Relatório da CPI dos transportes de Curitiba aponta ainda o seguinte:

“O que se depreende é que, fortes se mostram os indícios de combinação da URBS com as empresas, para que estas se beneficiassem e vencessem o certame como forma de receber os valores em atraso, bem como dessem continuidade ao serviço com vantagem na disputa do certame sobre as demais empresas que porventura participassem.” (p. 92)

O documento da CPI ainda aponta para evidências na formação de cartel na concorrência de tal edital:

“Conforme discorrido nos itens anteriores, fica evidente que possivelmente tenha havido combinação entre as empresas que venceram o certame para que cada consórcio ganhasse um lote da licitação. Note-se que cada lote teve apenas um participante que o arrematou, ou seja, não houve disputa na licitação.” (p. 93-4)

Se observarmos os nomes dos empresários vencedores dos três lotes, as tabelas 1, 2, 3 e 4, a seguir, podem nos apresentar um quadro importante na compreensão da composição dos transportes da capital paranaense:

Lote 1 - Consórcio Pontual

INTEGRANTES	REPRESENTANTES
AUTO VIAÇÃO SANTO ANTÔNIO LTDA (2,0634%)	Wilson Luiz Gulin
	Verginia Luiza Macedo
AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA (27,0527%)	Marco Antonio Gulin
	Délfio José Gulin
TRANSPORTE COLETIVO GLÓRIA LTDA (57,9488%)	Dante José Gulin
	Darci Gulin
ORLANDO BERTOLDI & CIA LTDA (12,9351% - Mercês)	Edison Bertoldi
	Orlando Bertoldi Junior
	Marileni Pinheiro Bertoldi

Tabela 1: Integrantes das empresas vencedoras de licitação de transporte público do município de Curitiba no Lote 1 do Edital de Concorrência n.º 005/2009, Processo no. 100/2009 – ALI/DTP da URBS. Fonte: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO 049.00003.2013. p. 96

Lote 2 - Consórcio Transbus

INTEGRANTES	REPRESENTANTES
AUTO VIAÇÃO REDENTOR LTDA (58,2184%)	José Luiz Souza Cury
	Acir Antonio Gulin
EXPRESSO AZUL LTDA (21,4385%)	Leonardo Zem
ARAUCÁRIA TRANSPORTE COLETIVO LTDA (20,3431%)	Hairton Luiz Romani

Curitiba no Lote 2 do Edital de Concorrência n.º 005/2009, Processo no. 100/2009 – ALI/DTP da URBS. Fonte: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO 049.00003.2013. p. 97

Lote 3 - Consórcio Pioneiro

INTEGRANTES	REPRESENTANTES
VIAÇÃO CIDADE SORRISO LTDA (40,9668%)	Denise Maria Gulin
	Donato Gulin
VIAÇÃO TAMANDARÉ LTDA (9,4632%)	Rodrigo Corleto Hoelzl
	Marli do Rocio Corleto
AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS LTDA (21,5899%)	Hermínio Brunatto Filho
	Donato Dal'Negro
CCD TRANSPORTE COLETIVO S.A. (27,9802%)	Eduardo José Chipon
	Hilton Chipon

Curitiba no Lote 3 do Edital de Concorrência n.º 005/2009, Processo no. 100/2009 – ALI/DTP da URBS. Fonte: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO 049.00003.2013. p. 97

Nota-se, entre os nomes dos empresários vencedores da licitação, uma forte presença da família Gulin nos três lotes. A matéria da Gazeta do Povo de 31/07/2017 aponta o seguinte quadro para o final do processo licitatório:

A formação dos três consórcios para a licitação marca ainda o fortalecimento da família Gulin no transporte coletivo de Curitiba. Sobe de 4 para 5 o número de empresas que vão operar as linhas urbanas da capital e a família conseguiu estar presente nos três lotes, controlando ou participando da operação em todas as regiões.

Além das quatro empresas atuais administradas pela família (Auto Viação Marechal, Auto Viação Redentor, Transporte Coletivo Glória e Viação Cidade Sorriso), agrega-se a Auto Viação Santo Antônio, que operava somente na região metropolitana, e faz parte do consórcio Pioneiro.⁷⁹

A tabela 4, a seguir, dá conta de mostrar a força da família Gulin no setor de transporte urbano:

⁷⁹ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/endividadas-empresas-da-capital-sao-vendidas-9ygl9f5qzersldbt1hn375j66> acessado em 31/07/2017.

Lotes	Participação Gulin	Outros
Lote 1	87,06%	12,94%
Lote 2	58,21%	41,79%
Lote3	40,96%	59,04%

Tabela 4: porcentagem das ações da família Gulin entre as vencedoras de licitação de transporte público do município de Curitiba do Edital de Concorrência n.º 005/2009, Processo no. 100/2009 – ALI/DTP da URBS. Fonte: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO 049.00003.2013. p. 97

Pode-se concluir, portanto, a partir do levantamento realizado na CPI dos transportes de Curitiba uma forte cartelização e a constituição de monopólio no transporte público da cidade onde, através de uma articulação do Estado com capitalistas, nacionais e estrangeiros, dos setores imobiliário, financeiro e de transporte urbano a constituição de um planejamento que visa, sobretudo, garantir a lucratividade de grupos familiares e empresariais que fazem da cidade um negócio. Isso em detrimento da grande exploração do trabalho e degradação das condições de vida de grande parte da população curitibana, em especial os mais pobres.

3.6. A cidade, o planejamento e a vida cotidiana

O planejamento urbano, realizado sob o modo de produção capitalista acaba por destituir os habitantes da cidade de uma atuação política, social, e também por lhe impor uma vida cotidiana bastante sofrida. Observemos ao nosso redor. Nosso olhar, fixo no horizonte, visualiza na paisagem um quadro de uma desigualdade gritante, talvez único em nossa história. Centros financeiros envidraçados, com prédios que brilham sob o sol como pedras preciosas que se alinham sobre a cidade. Complexos de transporte, vias rápidas, revitalizações de zonas degradadas são alguns dos elementos que mobilizam a vida em cidades no Brasil e no mundo. Vive-se hoje, na humanidade, um fato inteiramente novo e sem precedentes na história conhecida: vive-se sob um modo de produção majoritariamente urbano, com a maior parte da população humana vivendo em cidades que crescem sem cessar, sendo enorme o número das que já ultrapassaram seu primeiro milhão de pessoas, quadro impensável no início do século XX (DAVIS, 2006). Na outra face temos a exclusão e a miséria na qual vive grande parte da população nos vastos rincões rurais, bairros pobres e nas ruas. Às margens da cidade e do urbano encontramos uma massa de pessoas que vivem em

habitações precárias, montadas com materiais improvisados, ou dormem nas ruas, destituídas dos direitos mais básicos que o Estado promete universalmente sob o capitalismo. A produção do urbano é, ao mesmo tempo, a produção do seu avesso. A intensificação do urbano e da vida urbana, como aquela que dá todas as possibilidades culturais, políticas e econômicas a indivíduos e a alguns grupos sociais, produz simultaneamente o seu avesso.

A década de 1970 é um ponto marcante na expansão da fronteira urbana no Brasil, pois a partir dela colocam-se as metrópoles no centro do processo de reprodução do Capital, a nível nacional e internacional. A partir de então, é necessário atualizar um debate envolvendo os pressupostos da produção capitalista do Espaço e até que ponto a questão da renda da terra em Marx é, ainda, relevante para a compreensão da questão urbana. É necessário entender os conteúdos por trás da crise da cidade que se expressa de maneira cada vez mais radical nos conflitos de classe na cidade e no campo e no processo total de nosso modo de produção.

A produção do Espaço urbano é, para a classe capitalista, um negócio rentável na medida em que acompanha o processo geral da produção de mercadorias. Na passagem do capitalismo industrial ao capitalismo financeiro – processo que, no Brasil, toma corpo a partir da década de 1970, quando a produção social do espaço urbano adquire novos conteúdos. A produção da cidade – assim como sua obsolescência – vai acompanhar um processo especulativo de capital fictício que é, a cada dia que passa, mais frenético e intenso. Daí, talvez, a natureza dos grandes projetos urbanos contemporâneos. Para Harvey:

A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital. Uma proporção significativa da força de trabalho total global é empregada na construção e manutenção do ambiente edificado. Grandes quantidades de capitais associados, geralmente mobilizados sob a forma de empréstimos a longo prazo, são postos em movimento no processo de desenvolvimento urbano. Esses investimentos, muitas vezes alimentados pelo endividamento, tornaram-se o epicentro de formação de crises. As conexões entre a urbanização, a acumulação do capital e a formação de crises merecem análise cuidadosa. (HARVEY, p. 137)

A circulação de capital, a nível geral, busca ser acompanhada por um lastro material, uma mercadoria que possa ser mobilizada em favor do lucro de determinado grupo de investidores que injetaram capital em um ou outro pedaço do planeta. A terra, que não pode circular por navios e aviões entre os países, é uma contradição enquanto mercadoria no capitalismo contemporâneo. Esta, por si só, não possui um valor de troca por não ser fruto de trabalho humano, mas possui um valor de uso e é meio de produção, já que é a base material necessária à produção de mercadorias. O mercado de terras se constitui, portanto, do monopólio que o proprietário possui sobre o uso, a exploração, a localização, entre outros elementos, da propriedade fundiária (MARX, 2013).

A reprodução da sociedade implica em um uso da terra específico a cada época. O mercado

financeiro apareceria, então, como uma ferramenta no capitalismo para mobilizar – e portanto gerar a capacidade de especular com ela – a propriedade imobiliária, ou seja, age como uma ferramenta para inserir a terra no fluxo de produção e circulação de mercadorias. Ao investir, o investidor espera encontrar uma rentabilidade espacial sob a forma de juros, conforme cita HARVEY (2012) em *Os Limites do Capital*.

Mas o que faz com que determinadas propriedades sejam mais valorizadas em relação às outras? O capital constante nela incorporado; O que gera este capital? O trabalho Humano; Quem trabalha para a produção deste capital? A classe trabalhadora; Este trabalhador recebe o que por este trabalho? Salário; E o proprietário? Renda; E o capitalista? Lucro; E porque os trabalhadores se submetem a vender sua força de trabalho para outra pessoa? Porque a concentração e o monopólio da propriedade fundiária (no campo e na cidade) destitui boa parte das pessoas do uso, da posse e da propriedade da terra como meio de produção da própria vida através da promoção da escassez desta. Assim, para sobreviver, uma imensa massa de trabalhadoras tem de vender sua força de trabalho a quem detém os meios de produção. Portanto, a propriedade fundiária está no fundamento da exploração do trabalho e do próprio modo de produção capitalista. A renda da terra é a realização da propriedade da terra no capitalismo, e precisa ter seus conteúdos atualizados para um novo contexto.

No movimento da concorrência entre os capitalistas, e a consequente queda tendencial da taxa de lucro apontada por Marx (2013), o capital tende a se expandir e se reproduzir no Espaço a um ritmo cada vez mais intenso. Para realizar este movimento e buscando superar sua crise imanente de produção, o capital passa a incorporar a realização da mercadoria habitação na cidade por meio do crédito. Com isso, a cidade assume a centralidade da produção social capitalista, enviando ordens e organizando a produção global de mercadorias e de mais-valia (SANTOS, 2015):

A fluidez econômica exigida por este processo de financeirização reflete-se no Espaço com a intensificação da crise e da exploração do trabalho. A destituição de uma massa de pessoas de seus espaços de encontro somada a constituição de formas espetaculares nas cidades surge visando, sempre, o consumo de mercadorias e do próprio Espaço como tal. Para Molina:

No sentido conferido por Debord (2005), o espetáculo pode ser considerado como um resultado e, ao mesmo tempo, projeto do modo de produção existente, não devendo ser considerado apenas como um conjunto de imagens, mas também, como relações sociais mediadas por imagens. Trata-se, conforme o autor, do momento em que as imagens são mais importantes que os objetos, exacerbando-se, assim, a publicidade, aliada ao consumo, que, no caso da “cidade espetáculo”, diz respeito à própria cidade, ela mesma, tornada mercadoria. (MOLINA. 2013. p. 133)

Dentro desta lógica não existem, portanto, espaços improdutivos, mas disputas por diferentes usos e apropriações do Espaço. Constituem-se inserções precárias (negativas) no

processo geral de circulação que se refletem na produção do espaço urbano. A cidade capitalista é produzida para que todos sejam, o tempo todo, produtivos de alguma maneira, inclusive em seus momentos de ócio. Mas uma cidade onde se realizam investimentos na tentativa de torná-la socialmente equitativa, o sobre-lucro obtido através da renda diferencial diminui. Podemos afirmar, portanto, como já nos alertava Engels em *Sobre a Questão da Moradia* (2015), que a cidade é produzida, no capitalismo, para ser desigual. A produção de desigualdades é portanto, um elemento chave para o enriquecimento e manutenção das classes dominantes. Mas este movimento encontra resistências, e nunca se aplica da forma imaginada pelo urbanizador. Ao entrar em contato com a realidade, os planos da burguesia são alterados pela própria realidade em curso, o que gera um terceiro termo, uma contradição. É no cerne desta contradição que se centra a nossa análise: a vida cotidiana.

Em períodos de crise, a propriedade imobiliária emerge como o “investimento mais seguro”. É possível pensar que o capitalismo faz sua transição ou virada do capital produtivo ao capital fictício no mesmo momento em que deixa de utilizar um lastro de valor palpável – como o ouro, durante o período mercantilista, ou os escravos como fonte de crédito no Brasil colônia e Imperial – para adotar a terra como reserva de valor, como nos aponta MARTINS em *O Cativo da Terra* (2012). Isso significaria dizer que o lastro de capital fictício está, quando se trata da renda fundiária, dando a possibilidade de se pensar que quanto maior o volume de capital fictício em circulação, maior será a exploração do trabalho, pois quem controla e monopoliza a terra, controla e monopoliza o trabalho.

A ideologia da cidade como caos, como desordem, vem para legitimar o ordenamento urbano visando o lucro obtido pelo mercado financeiro através do mercado imobiliário e, do ponto de vista político, criar centros e periferias que viabilizem a fluidez do capital legitimados por uma racionalidade científica (GARNIER, 1976). O Estado, por meio de seu poder burocrático e do montante de capital que mobiliza na forma de crédito, vai viabilizar e articular diferentes agentes – empresas, força de trabalho, investimento em estradas, etc. - para que o Espaço se torne fluido o suficiente para garantir a rentabilidade exigida pelos capitalistas investidores. O lucro destes é mais importante que a garantia de direitos básicos para a maioria da população.

Portanto, a lógica do capitalismo é a de produzir cidades cada vez mais desiguais. Se a produção do Espaço, de maneira geral, é desigual e violenta, – como podemos observar cotidianamente nos conflitos urbanos e rurais – admite-se que as cidades produzidas sob este modo de produção reproduzam a mesma desigualdade e violência do processo geral de acumulação de capital. O planejamento urbano é segregador na medida em que tenta organizar uma (des)ordem que

é o produto do próprio modo de produção em que vivemos, mas que se impõe como um processo “natural” de uma urbanização “sem controle” (LEFEBVRE, 2008). O urbanismo serve, portanto, para amortecer os conflitos cada vez mais intensos e violentos gerados na luta de classes no campo e na cidade. Os moradores da ocupação Tiradentes, que vivem às margens de um rio mal cheiroso contaminado por um aterro sanitário gerido pela empresa privada Essencis, não vivem a “capital ecológica” em seu cotidiano, e nem são vistos como parte desta.

Tal fato nos coloca uma questão importante: até que ponto uma cidade que, através do planejamento urbano e que recria a segregação – condomínios fechados, favelas, guetos, etc. - pode-se dizer uma “cidade modelo”, ou mesmo uma “cidade global”? A resposta talvez esteja na afirmação de que um planejamento que não intervém na estrutura social capitalista não é capaz de organizar cidades a não ser para garantir a obtenção de lucro para os rentistas e proprietários fundiários. Existem fissuras que expõem as contradições gerais da sociedade vigente e encontram a resistência dos grupos que são afetados de maneira negativa por esses projetos. A resistência mais radical vêm daqueles que necessitam resistir pra sobreviver, dos que não tem outra alternativa. Para Ribeiro:

Chegamos ao século XXI com as cidades brasileiras estampando a desigualdade que marca a história de nossa urbanização. Por um lado, temos centralidades de riquezas interligadas com as mais dinâmicas economias mundiais e, por outro, morfologias que revelam a plena exploração dos moradores das cidades. Em 2010, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – apontava que 6% da população do país estava vivendo em favelas, isto é, mais de 11 milhões de pessoas ocupavam áreas que juridicamente não lhes pertenciam e viviam em condições precárias. Esse dado sinaliza a constante relação entre a impossibilidade de acesso ao solo urbano e o ato cotidiano da transgressão para (sobre)viver por meio da posse da terra (RIBEIRO, p. 173).

A cidade é considerada ordenada e racional quando serve de maneira funcional aos interesses econômicos de famílias oligárquicas, e considerada desordenada quando os pobres aparecem subvertendo o uso do espaço quando, por exemplo, dormem em uma praça projetada para o encontro de famílias de classe média. Para a burguesia só existe ordem quando seus lucros estão garantidos e a pobreza gerada por seu modo de vida longe de suas vistas. Para BENVENUTTI (2016) em Curitiba:

Nos anúncios e campanhas de marketing imobiliário, esta problemática e contradição apareceu simplificada, como uma mera questão de “escolha” envolvendo Estado, construtoras e usuários consumidores. Nesta perspectiva, as administrações públicas teriam a responsabilidade com relação ao tipo de planejamento urbano adotado, enquanto as construtoras contribuiriam em oferecer edificações com “estética e conforto”. Os consumidores, por sua vez, “orientados” para o “bom gosto” pelas “construtoras, incorporadoras e vendedoras de imóveis” e também pelas “administrações municipais e os órgãos de divulgação” (GAZETA DO POVO, 20/06/1976), poderiam, então, distinguir as vantagens existentes entre o projeto de habitação personalizado e o projeto massificado, entre o espaço “saudável” e o espaço insalubre, entre o transporte público eficiente e o uso de automóvel no trânsito “caótico”, entre o bairro com “ótima localização” e o bairro desprovido de melhorias e equipamentos, entre a região arborizada e uma área desprovida de cuidados

paisagísticos etc. Porém, como “mercadorias, no caso – imóveis” (GAZETA DO POVO, 31/08/1975), essas opções concernentes com a melhor qualidade de vida, estavam disponíveis apenas àqueles dispostos ou em condições de pagar pelo preço de monopólio.” (Op. Cit. p. 210)

A luta social, que a princípio pode evocar a um reformismo (direito à moradia, mobilidade urbana, reforma agrária, educação, etc.), desenvolve, no próprio processo de resistência, uma consciência política que transcende a luta por direitos e muda seu sentido para uma luta por outra vida, um outro projeto de sociedade, onde enxerga-se mais claramente a luta de classes, e busca-se mudar a vida cotidiana. Pudemos observar isso claramente nas entrevistas realizadas no acampamento Herdeiros da Luta, em Porecatu. A luta por uma casa, por escola, por alimentação tem o seu valor no momento em que, no próprio processo de luta por direitos, rompe-se com o cotidiano totalmente envolvido com a lógica do trabalho. Os participantes de coletivos e movimentos sociais constroem processos autogestionários interessantíssimos que são pedagógicos para que se almeje uma luta mais ampla de superação do capitalismo e do modo de produção. Para Harvey (2014):

Para muitos na esquerda tradicional (o que para mim significa principalmente partidos políticos socialistas e comunistas e a maioria dos sindicatos), a interpretação da geografia histórica dos movimentos políticos urbanos vem sendo prejudicada por suposições políticas e táticas apriorísticas que conduzem a uma subestimação e incompreensão da potência desses movimentos para deflagrar uma mudança não apenas radical, mas revolucionária. Os movimentos sociais urbanos são constantemente vistos como algo, por definição, separado ou subordinado às lutas de classe e anticapitalistas que têm raízes na exploração e alienação do trabalho vivo na produção. Se é que os movimentos sociais urbanos chegam a ser, de fato, levados em consideração, são tipicamente interpretados como meros desdobramentos ou desvios dessas lutas fundamentais. Na tradição marxista, por exemplo, as lutas urbanas tendem a ser ignoradas ou repudiadas como desprovidas de potencial ou importância revolucionária. Essas lutas são interpretadas como algo mais voltado para questões de reprodução do que de produção, ou sobre direitos, soberania e cidadania, e, portanto, não sobre classe (Op. Cit. p. 217).

O ano de 2013 foi no Brasil, emblemático na exposição das contradições de classe presentes na sociedade em que vivemos e em nos colocar quais são os limites da cidade e da resistência aos grandes projetos do Estado e das empresas. A questão do transporte público, central para toda a classe trabalhadora e em especial os mais pobres, foi negligenciada como pauta importante pela esquerda e foi apropriada pelos meios de comunicação que diluíram manifestações que debatiam o direito à cidade em questões dispersas, desmobilizadoras e reacionárias, o que pode estar no centro do processo político que vivemos hoje no Brasil. Neste sentido, a idéia de fenômeno urbano, em LEFEBVRE (1968), é potente na interpretação de muitas das mobilizações expostas neste capítulo, assim como outras ocorridas recentemente no Brasil:

(...) estes fenômenos introduzem contradições novas. Além do mais, em relação aos novos fenômenos, as antigas superestruturas (ideológicas e institucionais), edificadas na base da industrialização, das relações sociais e políticas desse período, podem ter um atraso crescente ou decrescente, manifesto ou oculto. Sem excluir desse esquema as superestruturas políticas, os aparelho ideológicos especializados e institucionalizados.

(...) De abstratas e incompletas, as dissociações tornam-se imperfeitas, mas sua realização completa e anuncia o seu fim. Efetuada no terreno, é no terreno que podem ser superadas: na rua. Aqui o estudante encontra o trabalhador e a razão reduzida a suas funções encontra a palavra. Ideologias notadamente a do intelecto analítico puro, se realizam praticamente. Instituições governam. E é assim que essas ideologias e essas instituições tardam, enterradas em suas realizações. Os fenômenos urbanos acompanham o definhamento das superestruturas do crescimento industrial (inclusive o urbanismo). Este crescimento que não pode assegurar o desenvolvimento social se desacredita, com sua ideologia, com sua racionalidade, com suas instituições. (Op. Cit. p. 129-30)

Em Curitiba, onde boa parte do jogo de poderes que paira sobre a disputa atual pelo Estado brasileiro se desenrola; onde a questão da técnica e da ciência se colocou como superior a qualquer outra forma de raciocinar; tais fenômenos urbanos dilatam suas fissuras e expõem os limites da forma sobre a vida cotidiana. O Estado recuou da reintegração de posse sobre a ocupação Tiradentes ante a ameaça de que se ocupassem prédios no centro da cidade. Abriu abrigos emergenciais para a população em situação de rua após manifestações do Movimento Nacional do Povo da Rua. Obrigou-se a dar respostas – evasivas – às pressões em relação ao cartel formado pela família Gulin em torno do transporte público da cidade. Precisou-se de muito jogo de cintura para lidar com as ocupações de escola em todo o Brasil. O povo fala, cabe ao pensamento de esquerda ouvir, e criar estratégias sobre como agir espacialmente. Estamos sentados sobre um barril de pólvora, e ele há de explodir.

4. A dialética campo-cidade no Brasil: esboços de uma reflexão

Este capítulo pretende esboçar uma reflexão sobre o desenvolvimento e a organização de cidades brasileiras em relação à expansão da fronteira agrícola, convertendo grande parte das áreas diversificadas de pequena produção e áreas de produção camponesa em extensos latifúndios baseados na monocultura e mecanização. Neste contexto, devido ao desenvolvimento das forças produtivas no campo apoiado pelo rentismo como forma preferencial de uso da terra, trabalhadores rurais marginalizados veem-se obrigados a deslocar-se para outras áreas em busca de alternativas de sobrevivência enquanto o planejamento urbano se torna uma ferramenta importante na exclusão-inclusão do pobre na cidade, conforme pudemos observar nas implicações relatadas neste trabalho. A contradição urbano-agrário se revela como um processo simultâneo e contraditório que está no cerne do processo de formação do capitalismo no Brasil, podendo-se estabelecer uma reflexão acerca das formas objetivas e subjetivas de sua realização assim como apontamentos possíveis para sua superação.

4.1. Campesinato e Urbanização: contradições e continuidades

Pela primeira vez na história humana a população urbana se torna majoritária na humanidade (DAVIS, 2006). Somos social e individualmente submetidos ao processo de urbanização crítica⁸⁰ de uma maneira absurdamente intensa. Tendo em vista que populações inteiras abandonaram, e continuam a abandonar seus lares nas periferias urbanas e rurais em busca de novas formas de realização da vida em médias, grandes cidades, ou mesmo constituindo lavouras em novas áreas de expansão agrícola, a mobilidade do trabalho - que acompanha os ciclos de produção e de consumo que atende aos lucros almejados por acionistas do setor financeiro (SANTOS, 2013, p. 99-132) - se torna um eixo central de análise quando se pensa nas formas atuais de reprodução do capitalismo. O que leva a pessoas, mulheres, homens, famílias inteiras, dentro de sua complexa diversidade, a sair de seus locais de origem, repletos de significado, para seguir rumo a uma outra realidade rural ou urbana que é ao mesmo tempo sedutora e desconhecida e que pode revelar-se também dor e sofrimento? O que leva trabalhadores a se levantarem cedo todos os dias, apinharem-se em um transporte público caro e desconfortável, para trabalhar por baixos salários?

As grandes cidades brasileiras conhecem, desde a década de 1930, e com mais intensidade a

80 “Considerando-se os limites da inserção, no mercado de trabalho, da força de trabalho disponível nas grandes cidades; considerando-se, também, como fundamento e base de desenvolvimento das cidades, como corpo citadino ou na sua materialidade, a propriedade da terra capitalizada, que sustenta um amplo campo de negócios urbanos, a urbanização em nosso país é crítica. A tentativa de reunir urbanização e industrialização num par coerente, sem fissuras, embora específico é insuficiente.

O que é a urbanização crítica? É a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transformem radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais.” DAMIANI, Amélia Luísa. *Urbanização crítica e situação geográfica*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino de. *Geografias de São Paulo*. V. 1. Representação e crise da Metrópole. Contexto. 2015. p. 30.

partir da década de 1970⁸¹, um crescimento populacional muito expressivo, fato que as transforma de pequenos e médios centros urbanos com algumas centenas de milhares de habitantes em grandes conglomerados populacionais em um período de tempo relativamente curto. Ao analisarmos o crescimento de cidades como São Paulo, podemos observar que, até fins do século XIX, pouco se esperava daquela modesta vila, como descreve Pierre Monbeig em seu trabalho *O Crescimento da Cidade de São Paulo* (2015):

Pequena cidade de 26.040 habitantes em 1872, São Paulo não passava de modesto centro administrativo de uma província cuja população somava 837.354 pessoas. As grandes sedes econômicas, demográficas e intelectuais do Brasil ainda se localizavam então no Rio de Janeiro e nas antigas capitais do Nordeste, Salvador e Recife. A partir de 1890, a população do Estado de São Paulo aproximou-se do milhão e meio, enquanto sua capital já havia mais que dobrado o contingente. Dez anos mais tarde, estas cifras apresentavam um crescimento brutal: 2.282.279 habitantes para o conjunto do Estado, e 239.280 para sua capital, a qual, desde então, não cessou de crescer ao mesmo ritmo. Em 1920, sua população abrangia 579.033 indivíduos (em face dos 4.592.188 do Estado), e o recenseamento de 1940 apurou 7.261.698 para este último e 1.326.261 para a capital. (Op. Cit. p.16)

Esta mesma capital permanece com um crescimento populacional intenso mesmo após o período analisado por Monbeig. A cidade atinge a cifra de 5 924 615 habitantes no recenseamento de 1970, saltando para 11 253 503 no recenseamento de 2010, números intensificados pelos cerca de 18 milhões de habitantes que vivem hoje na Região Metropolitana de São Paulo. Em Curitiba, cidade analisada neste trabalho, os dados populacionais não são menos reveladores. Em 1950, a população assomava 180 575 habitantes, elevando-se para 609 026 em 1970, chegando ao número de 1 751 907, segundo o censo de 2014⁸².

Tais números revelam-nos uma realidade que poucas vezes é analisada dentro de toda sua complexidade, dentro ou fora da academia. Observando, como professor, as representações encontradas nos livros didáticos para o Ensino Fundamental e Médio e o senso comum sobre a vida nas cidades brasileiras, a explicação para o crescimento destas aparece representada de maneira grosseira e simplificada: os antigos habitantes de núcleos rurais, sentindo-se atraídos pela grande oferta de empregos gerados pela industrialização nos grandes centros urbanos e em busca de uma melhor colocação profissional, partem – de muita boa vontade – para as cidades para concorrer por uma vaga no mercado de trabalho, superlotando-a e causando todos os problemas sociais que a cidade possui. O migrante é, diretamente, o culpado pela crise urbana que se instaura.

Entendemos que tal forma de analisar este fenômeno nos desvia os olhos da verdadeira

81 “(...) nas décadas de 60 e 70, a crescente urbanização, o desenvolvimento industrial e o surto migratório interno, principalmente do Nordeste do país geraram um excedente de mão-de-obra na cidade, que levou ao fim das Vilas Operárias. Os custos com moradia passaram a ser de responsabilidade dos trabalhadores, forçando-os a se refugiarem nas periferias, sem nenhuma infra-estrutura.” CATARUCCI, Amanda de Fátima Martin. *A APA do armo na Produção da Cidade e a Cidade na Produção do Relevô*. Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia – FFLH – USP. 2007. P.35.

82 Dados adquiridos no IBGE, no site: www.ibge.gov.br. Data de acesso: 25 de Maio de 2014

realidade de concentração-desposseção de capitais, terras e a imposição de um modo de vida urbano que nunca consegue ser realizado plenamente por grande parte da população pobre destas mesmas cidades. Há aqui uma leitura meramente positiva e historicista do processo urbano, que apresenta um urbano isento de contradições internas, sem luta de classes e que pretendemos, ainda que na forma de apontamentos, descortinar, ou, segundo Damiani (2004), dramatizar:

Pierre George fala de migração não só como deslocação humana, mas como irradiação geográfica de um dado sistema econômico e de uma dada estrutura social. Na maioria das vezes é um empreendimento controlado: um ato político (Op. Cit. p. 40).

Os fluxos migratórios da região Norte/Nordeste em direção Sul/Sudeste, apresentam seu ápice na década de 1970, e já foram bastante analisados por geógrafos, sociólogos e outros cientistas sendo, porém, insuficientes para explicar a atual conjuntura da contradição campo-cidade no Brasil. Áreas que estão além das fronteiras nacionais – lembrando o intenso fluxo de imigrantes bolivianos, haitianos entre vários outros⁸³ que se inserem no cenário atual – podem ser descritas como continuidade-descontinuidade deste, e que necessita de atualizações. Hoje, muitos municípios do Brasil sofrem, ao contrário de grande parte das metrópoles brasileiras, um contínuo déficit populacional.

É o caso de cidades como Poção de Pedras, no Maranhão. No censo de 1991, o município contava com 24 481 habitantes, decaindo para 22 378 em 2000; 19 708 em 2010; e tendo, como estimativa para o ano de 2013 a cifra de 18 633 habitantes⁸⁴. A tendência à queda populacional é registrada, hoje, por municípios rurais brasileiros que passam, coincidentemente ou não, por processos de modernização e atualização das forças produtivas e seus consequentes conflitos. Às margens do Rio Paranapanema, por exemplo, encontra-se uma região formada por extensos latifúndios especializados no monocultivo de cana-de-açúcar, soja e gado. Formada pelos municípios de Nova Londrina, Marilena, São Pedro do Paraná, Itaúna do Sul e Diamante do Norte, ao Sul da região denominada Pontal do Paranapanema, temos uma importante zona produtora de, principalmente, cana-de-açúcar e etanol no Noroeste do Estado do Paraná. A região convive, nos últimos anos, com uma queda populacional expressiva, e que muito nos chama atenção, conforme mostra gráfico 1 a seguir:

83 Movimentos migratórios muito bem tratados por vários números da revista Travessias, organizada pelo Centro de Estudos Migratórios, da Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo e pelo Centro de Estudos Urbano Rural Irmã Araújo em Curitiba.

84 IBGE. Op. Cit

Em toda a região, assim como no Sul do Mato Grosso do Sul, no Oeste da Bahia e no Sul do Pará, há queda populacional nos municípios rurais segundo os dados do IBGE. Entendo que ao se deslocar espacialmente, grande parte dos trabalhadores situam-se, mais uma vez, diante da crise do trabalho imanente ao desenvolvimento do capitalismo, sobrevivendo de maneira precária através de subempregos e bicos esporádicos. Mudar-se é largar para trás laços que nunca mais serão reconstruídos da mesma maneira. O migrante nunca se insere plenamente no local para o qual passa a viver e, ao mesmo tempo, nunca abandona de todo suas origens. Eis então que pretendo compreender a divisão campo-cidade como etapa inicial e primordial da divisão do trabalho⁸⁵, intensificada em tempos de crise global do modo de produção dominante, ampliando, com isso, as taxas de exploração do trabalho no campo e na cidade, fenômeno que pode ser esmiuçado através do debate realizado sobre a ideia de acumulação primitiva e reprodução ampliada do capital, desenvolvido com maestria por Luxemburg (1984) em *A Acumulação do Capital*, obra com a qual estabelecerei um diálogo.

4.2. Agricultura capitalista e camponesa no modo capitalista de produção

O campesinato surge em um contexto bastante anterior ao próprio capitalismo (MARTINS, 2010) e suas formas de propriedade são diversas deste modo de produção. Trata-se de uma forma de

⁸⁵“ A divisão do trabalho numa nação obriga em primeiro lugar à separação entre trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola; e como consequência, à separação entre a *cidade* e o *campo* e à oposição dos seus interesses.” ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Presença. Lisboa. 1988. p. 20.

sociabilidade e de trabalho típica da Europa feudal, constituindo-se em um grupo social que, para existir, necessita estar preso à terra. O cotidiano estava estabelecido em torno dos tempos da natureza, dos tempos de trabalho e de ócio. Tinha-se no Sol, na Lua, na duração dos dias e das noites, na alimentação dos animais, na migração dos pássaros, e no arado da terra medidas para o tempo. Uma manhã de sono podia estender-se por mais tempo, ou podia-se deixar um dia de Segunda-feira livre para ir ao mercado ou tomar cerveja com os amigos e mesmo estender a jornada de trabalho noite adentro numa sexta-feira, tornando os tempos de trabalho e de ócio bastante flexíveis⁸⁶.

Durante o período dos cercamentos ingleses, convivia-se com uma infinidade de usos e costumes baseados na antiguidade, na constância, na certeza e na razão, ou seja, trata-se de um período pré-moderno no qual a estabilidade social permitia uma forma de sociabilidade bastante particular, regulada pelas vontades de uma nobreza improdutiva mas ciente dos perigos das revoltas camponesas. O direito consuetudinário, predominante na época, estabelecia, por exemplo, o uso das terras comuns para que os mais pobres pudessem alimentar seus animais e, com isso, amenizar suas necessidades mais vitais de alimento⁸⁷. No entanto, a “(...) revolução industrial e a concomitante revolução demográfica foram o pano de fundo da maior transformação da história, ao revolucionar as “necessidades” e destruir a autoridade das expectativas baseadas nos costumes.” (THOMPSON, 2013, p. 22-3). A constituição do capitalismo, em especial após a Revolução Francesa, levou em paralelo a instituição de novas formas jurídicas de propriedade, novas sociabilidades e novas cotidianidades.

O modo de produção nascente, em sua busca de aumentar os lucros da classe dominante, necessitava libertar o camponês da terra, torná-lo livre dos meios de produção de sua própria existência e livre para circular em busca de trabalho. Neste sentido, abre-se uma campanha contra as terras comuns, na qual os hábitos dos pobres, vistos como ociosos, são postos em questão, inaugurando instituições de Estado que tinham como projeto disciplinar ao trabalho industrial as classes mais baixas, em especial a camponesa.

86 “O sistema de trabalho em domicílio [*putting out system*] exigia muita busca, transporte e espera de materiais. O mau tempo podia prejudicar não só a agricultura, a construção e o transporte, mas também a tecelagem, pois as peças prontas tinham de ser estendidas sobre a rama para secar. Quando examinamos cada tarefa mais detalhadamente, ficamos surpresos com a multiplicidade de tarefas subsidiárias que o mesmo trabalhador ou grupo de família devia realizar numa única choupana ou oficina. Mesmo em oficinas maiores, os homens às vezes continuavam a realizar tarefas distintas nas suas bancadas ou teares, e – exceto quando o receio do desvio de materiais impunha uma supervisão mais rigorosa – demonstravam alguma flexibilidade no ir e vir.” THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Companhia das Letras. São Paulo. 2013. p. 280

87 “(...) os direitos de apascentar animais em pastagens e terras incultas talvez fossem “o elemento mais antigo” no sistema de campo comum, descendendo de “direitos mais extensos [...] desfrutados desde tempos imemoriais”, que os monarcas e nobres anglo-saxões e normandos não instituíram por bondade, mas antes regulamentaram e cercearam.” Op. Cit. p. 111.

O relógio se torna a ferramenta da normatização do tempo no capitalismo industrial. O tempo de trabalho passa a ser contado em horas, minutos, frações de segundo, botando todos a entrar, sair e realizar pausas à jornada ao mesmo tempo, impondo um tempo comum e intensificando a exploração dos trabalhadores, ou seja, quando tempo se torna dinheiro o trabalhador pobre se vê privado dos dois⁸⁸. Mas esta ferramenta, por si só, não seria capaz de disciplinar o tempo de trabalho.

A escola e a igreja são responsáveis por inculcar, desde muito cedo, os valores do trabalho, da pontualidade e da subserviência. Não à toa muitos industriais e intelectuais liberais nos séculos XVII e XVIII trabalhavam em favor da instrução universal e gratuita para as classes mais baixas, conforme aponta Thompson (2013):

Em 1772, Powell também via a educação como um treinamento para adquirir o “hábito do trabalho”; quando a criança atingia os seis ou sete anos devia estar “habituada, para não dizer familiarizada, com o trabalho e com a fadiga”. Escrevendo de Newcastle em 1786, o rev. William Turner recomendava as escolas de Raikes como “um espetáculo de ordem e regularidade”, e citava um fabricante de cânhamo e linho de Gloucester que teria afirmado que as escolas haviam produzido uma mudança extraordinária: “eles se tornaram [...] mais tratáveis e obedientes, e menos briguentos e vingativos”. (Op. Cit. p. 292-3)

As leis são alteradas para favorecer a inviolabilidade das novas formas de propriedade privada que recém surgiam, punindo exemplarmente todos aqueles que ousassem se utilizar sem pagamento daquilo que muitas vilas e comunidades entendiam como comum há muitas gerações. Neste momento o trabalho mais duro passa a ser das mulheres, em especial das trabalhadoras rurais que, fazem o trabalho doméstico; tempo que não era contabilizado nos relógios-ponto como um gasto aos capitalistas, mas era essencial na manutenção do trabalhador, dadas as jornadas exaustivas de até dezoito horas. Elas, em grande parte das vezes, acumulam as funções de trabalho remunerado e doméstico sendo exploradas de uma maneira dupla.

Tal processo não se dá sem atropelos e resistências por parte dos mais pobres. Estes aprendem a lidar com o tempo normatizado para desviá-lo em seu favor: formam sindicatos e associações que lutam pela instituição de jornadas mais leves de trabalho, do direito a pausas e férias, de salários iguais para homens e mulheres, pela abolição do trabalho infantil, enfim, dos direitos trabalhistas mais básicos conquistados pela sua capacidade de, em determinados momentos, paralisar a produção e circulação de mercadorias (ENGELS, 2015). Não é a proposta deste trabalho

88 “Essa mediação incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.” Op. Cit. p. 272.

dar conta de esmiuçar este processo, mas entender como a constituição de novas relações econômicas trazem consigo novas formas de exploração do trabalho que determinam uma grande mudança no cotidiano dos trabalhadores urbanos e rurais.

O modo capitalista de produção determina-se, sobretudo, pela apropriação de mais-valia de toda a classe trabalhadora por uma burguesia detentora de meios de produção, consciência e existência. A classe trabalhadora produz valor ao, através de seu trabalho, transformar elementos naturais em elementos úteis a si mesmos e a outros seres humanos. Este trabalho é, ao menos em parte, apropriado por um grupo, uma classe de capitalistas que açambarcam o resultado do trabalho de uma classe de trabalhadores explorados, convertendo o resultado deste saque em capital para si próprios. Os capitais, variável ou constante⁸⁹, transformam tudo o que é útil em mercadoria, a ser comprada e vendida.

A divisão social rural-urbano, com predomínio da cidade sobre o campo, é um traço tipicamente capitalista. Se pensarmos o trabalho, a exploração e o dinheiro como anteriores ao próprio capitalismo, podemos compreender também a forma como a classe capitalista se apropria destas ferramentas, costumes, tecnologias e relações de produção típicas de outras formas de produzir, ressignificando-as dentro da lógica da produção e do lucro (LUXEMBURG, 1984). A grande questão é, portanto, saber como o Capital abocanha e transforma em favor de si mesmo toda e qualquer manifestação que não lhe é típica. A escravidão, por exemplo, fruto e projeto de uma forma econômica anterior, não é forma tipicamente capitalista na produção de um bem qualquer – já que não baseia-se na liberdade do trabalho⁹⁰ nem na relação de trabalho assalariado –, está presente neste modo de produção e é uma forma de trabalho necessária em sua reprodução ampliada.

O campesinato, como modo de viver e produzir anterior ao próprio capitalismo, acaba por ser absorvido e transformado pelo modo de produção capitalista carregando consigo resíduos⁹¹ do modo de produção anterior. Pensando modos de produção/vida camponês, indígena, etc., que se colocam com relativa autonomia frente ao processo geral de proletarianização – no sentido que estes

89 Sobre a definição de Capital constante ou variável, partilhamos da seguinte compreensão, desenhada por Marx: “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria prima, materiais acessórios e meios de trabalho, não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a por isso, parte constante do capital, ou, simplesmente, capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente, capital variável”. MARX, Karl. *O Capital*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1988. P. 235-6.

90 Vista em seu duplo sentido, a liberdade de circular, e da liberdade – no sentido de estar livre – dos meios de produção. Ver: GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*. Editorial Estampa.

91 “O Resíduo não é um aconchego, não é uma bolha onde outras temporalidades, usos e práticas, conseguem se manter vibrantes, vivas. O resíduo deixa claro o embate, a sobra, o resto. Sua força é mostrar a perda de um fenômeno que já foi total.” GONÇALVES, Glauco Roberto. *A Crise da Cidade em Jogo: O Futebol na Contra-mão em Ruas da Penha*. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Geografia da FFLCH-USP. 2011. p. 7.

ainda possuem um controle, ainda que limitado, de sua própria força e tempo de trabalho e meios de produção –, se colocam, de fato, como um obstáculo ao processo de intensificação da espoliação do trabalho posta em pauta por grandes agentes e corporações capitalistas. Suas terras e seus corpos precisam se tornar mercadorias livres para circular, e para que este processo ocorra é necessário que os grupos mais pobres sejam destituídos de todo e qualquer meio de produção da própria existência. Para Lacoste (1975) esta empreitada causa algumas consequências para economias em diversas partes do mundo:

A introdução da economia monetária, no seio de coletividades, que viviam essencialmente em economia fechada, teve consideráveis efeitos desorganizadores. A obrigação do pagamento de imposto em dinheiro foi o meio mais poderoso para coagir as populações a transformarem suas condições de vida, a saírem da autarcia econômica, dedicando-se a culturas comerciáveis, vendendo seus serviços e, em seguida, comprando mercadorias de origem estrangeira. Muito importantes têm sido também as consequências da instauração de relações de tipo capitalista, a aplicação da concepção jurídica da propriedade, baseada no direito romano, no seio de sociedades em que predominavam relações sociais pré-capitalistas e concepções complexas da propriedade (direito, estabilidade do usufruto, protegido pelos costumes, superposição de direitos de propriedade parciais e etc.). (...) A ruptura da organização tradicional é notada pela liquidação do artesanato local, redução das culturas alimentícias, desaparecimento das proteções da solidariedade costumeira, desarticulação das formas coletivas de produção, comercialização dos serviços coletivos outrora prestados gratuitamente a título de dever social ou religioso. A usura se desenvolve, conduzindo à expropriação de numerosos camponeses (Op. Cit. p. 62-3).

Lacoste, apesar de falar dos camponeses dos então chamados países subdesenvolvidos⁹², o faz pensando e tendo como campo de coerência (LOURAU, 2004) o camponês europeu, que com a revolução burguesa herda parte das terras dos antigos feudos. Na América Latina e, em especial no Brasil, tal processo não se desenvolve necessariamente com a expropriação de terras, já que tanto negros, quanto indígenas e europeus pobres não são proprietários de nada, nem de sua força de trabalho, no caso dos escravos; nem da terra, no caso de ex-escravos, indígenas e brancos pobres, mas da imposição da propriedade privada da terra como forma de exploração do trabalho que visava alimentar a industrialização e a modernização das metrópoles europeias⁹³. No Brasil o campesinato

92 Neste sentido, partilho da concepção que: “No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno” não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. (...) o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo.” OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. Boitempo. São Paulo. 2011. p.32-3.

93 Lembremos que grande parte do desenvolvimento dos países europeus era viabilizado pelo comércio de negros africanos tornados escravos e pela exploração do trabalho destes nas colônias americanas. James (2011) afirma, em seu livro *Os Jacobinos Negros* que: “aproximadamente metade dos escravos importados pelas ilhas britânicas eram vendidos nas colônias francesas. Era o comércio britânico de escravos, portanto, que estava fazendo crescer a produção colonial francesa e colocando o mercado europeu nas mãos da França. A Grã Bretanha estava cortando a própria garganta.” JAMES. C. L. R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos*. Boitempo. 2011. p. 63.

surge sem terras, destituído desta e dos meios de produção para realizar o trabalho que garanta seu modo de vida. Desde sua origem como empresa colonial portuguesa (PRADO JUNIOR, 1998), o país surge como produtor de matérias-primas baratas para os empreendimentos imperialistas europeus e de potencial consumidor dos produtos industrializados caros de Portugal e, posteriormente da Inglaterra. A mão de obra escrava – indígena e negra – era o modelo de trabalho necessário para que o capitalismo, em sua reprodução ampliada⁹⁴, se realizasse e resolvesse, ao menos temporariamente, a forma visível de sua crise imanente⁹⁵. Aqui a burguesia já nasce detendo o monopólio da terra e dos meios de produção. Para Martins (2010):

“Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é o resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço. Mas, antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento de renda em trabalho, em espécie ou em dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo. O advento do capitalismo não fez cessar essa irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição esta que se expressa na renda capitalista da terra. Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra. A nova forma que ele assume é caracteristicamente capitalista, é oposta ao tributo historicamente anterior: nem os burgueses, nem os proletários deduzem e transferem diretamente uma parte de seus lucros ou de seus salários aos proprietários. Entretanto, a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria, entre o setor atrasado e o moderno, entre o que se baseia em maior proporção de salário em relação ao capital de que de capital em relação a salário, encarrega-se de fazer aparecer nas mãos do proprietário a renda absoluta que aparentemente não é extraída de ninguém. O lucro médio encarrega-se de equalizar o valor criado em setores da economia que produzem desiguais quantidades de valor, viabilizando a conversão de parte dessa transferência em renda territorial.” (Op. Cit. p. 37)

Nesta dissertação busco pensar os canaviais que ocupam extensas áreas do arenito Botucatu e Caiuá no Oeste do Estado de São Paulo, Noroeste do Paraná e Sul do Mato Grosso do Sul, em especial na região de Porecatu, onde é cada vez mais difícil encontrar locais em que o corte da cana-de-açúcar é feito manualmente. A substituição do homem pela máquina é frequente, frenética e, dia a dia, troca trabalhadores por colheitadeiras: tecnologia de ponta. Aqueles trabalhadores que permanecem no corte manual estão nos locais onde a declividade do solo é muito acidentada, e onde as máquinas – ainda – não conseguem cortar com a eficiência necessária para manter boa margem de lucro. Migrantes em sua quase totalidade, expressam o quão perverso pode ser nosso modo de produção baseado na produção e extração de mais valia. Cabe-nos expor alguns dados

94 Entendida por LUXEMBURG como “O objetivo o mola propulsora da produção capitalista não é simplesmente a mais-valia, em qualquer quantidade, em uma única apropriação, mas a obtenção ilimitada de mais-valia, em um crescimento incessante, em quantidades sempre maiores.” LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Abril Cultural. Coleção Os Economistas. 1984. V. I P.14

95 “(...) o conceito de crise é inerente ao conceito de capital e deriva da sua estrutura contraditória, de modo que ele se constitui correlatamente à determinação progressiva e as formas de manifestação da contradição imanente do capital.” GRESPAN, Jorge. *O Negativo do Capital*. Expressão Popular. São Paulo. 2012. p. 12.

neste sentido.

Nos anos 1980, um trabalhador cortava manualmente em média, 2 toneladas de cana-de-açúcar recebendo, em média, R\$ 9,90 por tonelada. Já em 2007, a meta de um trabalhador é cortar de 10 a 15 toneladas de cana-de-açúcar por dia, recebendo, em média, R\$ 2,88 por tonelada e totalizando um rendimento médio de R\$ 413 por mês. Tal realidade levou, entre 2005 e 2006, a 17 mortes por exaustão. Grande parte destes trabalhadores não possuem registro em carteira, equipamentos de proteção, acesso à água potável ou alimentação adequada, acesso a banheiros, nem tratamento adequado quando há acidentes de trabalho (Comissão Pastoral da Terra, 2007. p. 7). As jornadas estafantes de trabalho e a ausência de direitos trabalhistas para trabalhadores empobrecidos são um reflexo direto do aumento da tecnologia no plantio e na colheita.

O desenvolvimento tecnológico dos meios de produção (capital constante) permite com que a produtividade de, por exemplo, uma usina produtora de açúcar e etanol aumente substancialmente, exigindo, assim, um menor número de trabalhadores para que se produza a mesma quantidade de mercadorias. Aqueles que não conseguem ser absorvidos por este novo momento da produção quando há investimentos de capital, perdem suas antigas colocações, são agora sobrantes para a produção, e vão em todo lugar engordar o exército industrial de reserva, tornando-se uma população supérflua para o processo geral de reprodução do capitalismo. Agora, um único homem, com o auxílio de uma máquina colheitadeira, se torna capaz de fazer o trabalho feito anteriormente por 50, 100, 200 trabalhadores. Marx (1988), referindo-se a uma realidade dos operários do século XIX, descreve este fenômeno com uma atualidade incrível:

A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária à auto-expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor. Para os trabalhadores lançados à miséria é um grande consolo, dizem, serem apenas temporários seus sofrimentos; outro consolo decorreria de a máquina apropriar-se, apenas pouco a pouco, de um ramo inteiro de produção, com o que se reduz a extensão e a intensidade dos seus efeitos destruidores. Os dois consolos se anulam. Quando a máquina se apodera, pouco a pouco, de um ramo de produção, produz ela miséria crônica na camada de trabalhadores com que concorre. Quando a transição é rápida, seus efeitos são enormes e agudos. A história não oferece nenhum espetáculo mais horrendo que a extinção progressiva dos tecelões manuais ingleses, arrastando-se durante decênios e consumando-se finalmente em 1838. Muitos deles morreram de fome, muitos vegetaram por longos anos com suas famílias, com uma renda de 2½ pence por dia.” (Op. Cit. p. 493)

Como sabemos a partir de Marx (1988;1976), só o trabalho vivo é capaz de incorporar valor a uma mercadoria. Dado que o tempo médio de produção da mesma quantidade de mercadorias cai, ocorrendo o que o autor chama de queda tendencial da taxa de lucro. Com uma quantidade menor de trabalho vivo, cada mercadoria, individualmente, passa a possuir um valor conseqüentemente

menor, necessitando-se, como condição para manter o lucro médio, do aumento da produção, que precisa ser absorvido por um mercado consumidor, em qualquer região do planeta. Temos aqui um momento de crise. Crise de acumulação, crise de produção, crise de trabalho, enfim, crise do capital, quando vista de maneira global. Para o processo de produção agrícola brasileiro, que visa a exportação de *commodities* como a Soja, derivados da cana-de-açúcar, o gado, entre outros que circulam nas bolsas de valores de todo o mundo, os impactos desta agricultura moderna tem um papel fundamental no empobrecimento e no deslocamento de massas cada vez maiores de pessoas. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (2007).

Sobre o retorno financeiro da agricultura camponesa, Frei Sérgio Görgen afirma que, “1 hectare da agricultura camponesa teve, em média, uma renda de R\$ 677,00, enquanto que 1 hectare do agronegócio teve, em média, uma renda de apenas R\$ 368,00. Daquilo que vai para a mesa dos brasileiros, 70% é produzido pelos pequenos agricultores”. (...) Em relação ao avanço do monocultivo de cana para a produção açúcar e etanol, dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) mostram que, em 2006, eram 4,5 milhões de hectares e, em 2008, chegaram a 8,5 milhões de hectares. Esta expansão contínua é estimulada por recursos públicos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2010, p. 7).

A partir de tais elementos, podemos refletir que para superar sua própria crise o capital deve expandir-se pelo território, no espaço, em um processo que modifica as relações de produção e ajustando-as a um novo momento do processo produtivo. Assim, na busca por diminuir os gastos até então despendidos, com mão de obra e transporte de mercadorias, esta readequação produtiva se justifica quando encontra regiões onde a exploração econômica da terra é mais viável e/ou quando a maior exploração de trabalhadores não tenha mais grandes entraves. A crise do capital é assim, também, a sua expansão. Crise e desenvolvimento das forças produtivas são processos simultâneos. Para Luxemburg (1984) “As crises não representam absolutamente o problema da acumulação, mas apenas a forma específica de sua forma extrínseca, um simples elemento da forma cíclica da reprodução capitalista.” (Op. Cit. p. 140)

Compreendemos com isso que no modo de produção capitalista busca-se sempre o *consumidor-mais-que-perfeito* – parafraseando Milton Santos (2007) - aquele que mediante excesso de valor produzido e a diminuição da quantidade de dinheiro possuído, mantenha-se consumindo. O valor excedente deve ser consumido por aqueles que não produzem diretamente, aqueles que comprem sem vender, consomem sem trabalhar. Não à toa, assiste-se hoje a recordes de

lucros no setor bancário⁹⁶ e da concentração de renda⁹⁷ em paralelo ao crescimento da pobreza e da miséria em vários níveis⁹⁸. A crise é parte fundante do capitalismo, é a exteriorização evidente de suas contradições e pertence, de forma imanente, a este modo de produção. Portanto, a intensificação da exploração do trabalho, conforme vive-se cotidianamente, nada mais é do que a intensificação da produção de valor, a ser consumida por uma classe que enxerga o crescimento de sua própria riqueza como natural, ignorando aqueles que a produziram e que sofrem de carências daquilo que é mais básico. É o movimento real da reprodução ampliada do capital. Para Prieto (2011):

A crise é a expressão do resultado do desenvolvimento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, pois é na crise que ocorre o momento de explicitação dos contrários. A crise é a negatividade do capital, que se apresenta, em aparência e em essência, como possibilidade de superação do modo de produção ou oportunidade para mais monopolização, sobre-lucro para os capitalistas. A unidade entre produção e circulação, na aparência opostos, só é reafirmada através da crise, e é nesse momento que os fios tênues que os ligam mostram-se como verdadeiras amarras. O capital, no movimento de crise cada vez mais permanente, busca “atenuar” sua desmedida. As contradições, porém, são ainda aprofundadas. Mediando essas tensões encontra-se o aparelho de Estado que está atentamente funcionando para salvaguardá-lo. (Op. Cit. p. 18)

Uma das estratégias para a “superação” deste estado da crise é, no campo, o sobre-lucro obtido através da renda diferencial da terra. Esta ocorre da seguinte maneira: o preço das mercadorias produzidas na agricultura é regulado pelos piores solos, ou seja, aqueles em que a produtividade por área é menor ou os custos de produção são maiores. Como este produtor – o do pior solo – precisa de uma taxa de lucro mínima para sobreviver no mercado, o preço deste servirá de base para todos os outros. (OLIVEIRA, 2007). Então, aqueles que possuem capital suficiente para investir em solos mais produtivos têm sua taxa de lucro mantida, acrescida ao valor incorporado pela maior produtividade do solo que possui. Ao que obteve tal sobre-lucro haverá uma sobra de capital que pode ser reinvestida em capital constante (máquinas e insumos) aumentando - posteriormente – ainda mais a diferença deste produtor com terras mais “qualificadas” para aquele primeiro produtor. Assim, solos pouco produtivos e desgastados acabam

96 “Lucro do Itaú sobe para 5,9 bilhões no 2º trimestre de 2015” é manchete no site G1.com no dia 04/08/2015; “Mesmo diante de crise, lucro dos bancos não para de crescer” diz o mesmo portal de notícias no dia 14/08/2015. A última ainda conta com a justificativa do Professor de Economia da PUC-SP Claudemir Galvani: “Se não tem capital de giro, [as empresas] vão atrás dos bancos. Além de os juros estarem em alta, a demanda por dinheiro cresce. Quando é ruim para todo o comércio, para a produção, para o consumidor, é bom para os bancos.”, revelando o cinismo em relação a forma como a questão da crise é tratada nos veículos de mídia tradicionais.

97 “1% da população detém 50% do PIB do planeta” diz o portal economia.estadao.com.br em 19/01/2015. “(...) a concentração de riqueza é cada vez maior. Em 2009, a parcela de 1% mais rica da população mundial acumulava 44% do PIB do planeta. Em 2014 chegou a 48% e, em 2016 ela atingirá 50%.” Diz a matéria.

98 “No início dos anos 1990, aqueles considerados em extrema pobreza nos antigos “países de transição”, como diz ONU, dispararam de 14 milhões para 168 milhões de pessoas: uma pauperização em massa quase instantânea precedentes na História.” Em: Davis, Mike. Planeta Favela. Editora Boitempo. São Paulo. 2011. P. 168.

por ser abandonados e “herdados” por camponeses empobrecidos ou por assentamentos de reforma agrária, obrigados a restaurar solos quase inutilizados pelo agronegócio sem qualquer subsídio do Estado⁹⁹.

No entanto, a partir do capital social investido em universidades e instituições públicas¹⁰⁰ e privadas para o desenvolvimento de maquinário, insumos, alteração genética de plantas, agrotóxicos, etc., tenta-se homogeneizar esta diferença entre os solos mais e menos produtivos com incorporação de tecnologia; modelo que, no entanto, revela a crise imanente do capitalismo pois o sobre-lucro obtido da renda diferencial da terra será cada vez mais diminuto. Subsídios governamentais garantem a permanência destas grandes corporações no campo, que continuam a se expandir na tentativa de manter constante a taxa de lucro média. Pequenos produtores, por outro lado, são obrigados a “modernizar-se”, caso queiram permanecer no mercado. As próprias cooperativas agrícolas, grandes ou pequenas, o forçam a isso, exigindo determinados padrões de produtividade e de produção (ou seja, investimentos em capital constante) para comercializar. Para realizar tais exigências, uma das possibilidades é a de que o produtor, no processo de investimento no ciclo produtivo, tenda ao endividamento cada vez maior com bancos e, no limite, a sair do mercado, dando espaço maior para os grandes monopólios agrícolas ou arrendando as terras para a atividades de grandes empresas (ALFREDO, 2008, p. 63-108). As cooperativas que surgem como um mecanismo de resistência dos pequenos produtores acabam muitas vezes por levá-los à ruína.

Todo este processo exterioriza a crise intensa de trabalho e emprego, uma vez que além da perda de terras para a grande produção monocultora, trabalhadores no campo são substituídos à larga escala por máquinas plantadoras e colheitadeiras. O trabalho vivo do ser humano é paulatinamente substituído, então, pelo trabalho morto das máquinas, gerando intensos fluxos migratórios rumo a qualquer lugar onde se possa obter qualquer emprego. Como não há vagas para todos no mercado de trabalho observamos a criação de uma imensa massa de desempregados, marginalizados, que, dentre as diversas possibilidades desta condição, vivem de subempregos e incentivos governamentais, como o bolsa-família¹⁰¹. Tornam-se agora, os novos marginalizados de

99 Ainda segundo a revista Monopólio da Terra no Brasil: Impactos da expansão de monocultivos para a produção de agrocombustíveis. Op. Cit.: “Segundo análise de Frei Sérgio Görden, dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ‘no plano safra 2009/2010 foram destinados R\$ 93 Bilhões para o Agronegócio e R\$ 15 Bilhões para a agricultura camponesa. Mesmo assim, sabe-se que, apesar da crescente oferta de recursos para a agricultura camponesa, apenas 1,2 milhões de estabelecimentos familiares tem acesso ao crédito, e na última safra utilizaram apenas 80% do que estava disponível. Isto significa que os camponeses utilizaram apenas 14% do crédito agrícola total ofertado pelos bancos, através das normas e determinações da política do governo federal.’” Temos motivos suficientes para acreditar que o temor pelo confisco de bens em caso de não conseguir saldar as dívidas contraídas fazem com que boa parte dos pequenos produtores neguem este crédito.

100 Mais uma vez, dinheiro público, contribuição de toda a sociedade, sejam trabalhadores ou não.

101 Outra vez, dinheiro público. Nota-se aqui o papel fundamental do Estado na administração da crise do modo capitalista de produção. Apesar das críticas, evidencio aqui o papel essencial que esta política assistencialista representa na vida de muitas famílias dos sertões e cidades do Brasil. A diferença está entre ter o que comer e passar fome. Não faremos coro as críticas mais conservadoras que criminalizam a pobreza. É fácil criticar aqueles que

nossa sociedade. Para Damiani (2004):

O trabalhador desocupado, ou semi-ocupado, isto é, ocupado em atividades intermitentes, irregulares, de baixíssimos salários, transforma-se numa pressão viva para rebaixar ou manter baixos os salários daqueles efetivamente ocupados; já que, estes últimos, podem ser substituídos pelos primeiros. A maquinaria, como já foi mencionado, expulsa o trabalhador adulto de certas etapas produtivas e o substitui pelo trabalho feminino ou infantil. (...) Este trabalhador adulto, diante da concorrência, seria pressionado a aceitar formas de exploração de seu trabalho, extensa ou intensivamente ainda mais lesivas. (Op. Cit. p. 18)

Aos que se mantém no campo resta a competição com máquinas, na qual quanto maior a eficiência técnica de uma máquina colheitadeira, maior é o esforço de um trabalhador rural para “acompanhá-la” em sua racionalidade produtiva, mecânica e perversa. Deste ponto de vista, caem os véus, somem as dualidades, pois “moderno” e “arcaico” convivem e produzem, simultaneamente, o mesmo Espaço. Um depende do outro para sustentar-se. As mesmas corporações donas de grandes extensões de terras, maquinários de última tecnologia e laboratórios avançadíssimos nas melhores universidades empregam trabalhadores superexplorados, exaustos, esfomeados e em condições análogas à escravidão. Para o capitalista, a propriedade privada da terra é fonte de uma exploração cada vez mais intensa do trabalho alheio. Segundo a CPT (2010):

(...) em 2007, dos 5.974 trabalhadores resgatados da escravidão no campo brasileiro, 3060, ou 51%, foram encontrados no monocultivo da cana-de-açúcar. Em 2008, dos 5.266 resgatados, 2.553, ou 48% dos trabalhadores mantidos como escravos no país estavam em plantações de cana. De Janeiro a Junho de 2009, este número era de 951 trabalhadores, que representavam 52% do total. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2010, p. 19)¹⁰²

São recorrentes os casos de trabalhadores em regimes análogos à escravidão serem resgatados mais de uma vez pelas ações, ainda limitadas, do Ministério do Trabalho. Isto porque a estes não restam muitas opções: ou vivem como escravos nos campos, ou como favelados nas cidades; e aos que não se dão por satisfeitos com estas duas alternativas resta-lhes o crime ou a morte. Quando a alternativa é viver em grandes cidades, os laços de afetividade perdidos no campo são, de maneira transformada, recriados. Para Lacoste (1975) “Com efeito, a sociedade tradicional já está quase totalmente desarticulada e os trágicos aspectos das favelas são apenas a consequência mais imediatamente visível das misérias e da desarticulação da sociedade rural” (LACOSTE, 1975. p. 103).

Apesar de compreender as favelas como parte de um processo que passa pela expropriação ocorrida no ambiente rural, estes camponeses, quando chegam à cidade – e são vistos como

vivem com o mínimo quando se está de barriga cheia.

¹⁰²COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Monopólio da Terra no Brasil: Impactos da expansão de monocultivos para a produção de agrocombustíveis*. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra. Março de 2010. P. 19. Uma mostra de tal situação na fronteira entre o Maranhão e o Pará pode ser vista através do documentário *Nas Terras do Bem Virá*, de 2010.

“selvagens”, “violentos”, “gente do mato”, “atrasados” e tantas outras imagens popularmente difundidas como a do Jeca-tatu, de Monteiro Lobato –, criam e recriam, ainda que como resíduo, muitos dos modos típicos da sociabilidade rural nas favelas. O mutirão, a solidariedade entre vizinhos e até as hortas comunitárias e rádios-livres são ações importantíssimas para a compreensão da sociedade contemporânea, o que não significa que não ocorra, simultaneamente, uma recriação da figura do camponês, no assim chamado ambiente agrário, feita exatamente por essas pessoas através dos movimentos sociais de luta pela terra, vide que os trabalhos de base de movimentos como o MST se realizam, sobretudo, em bairros periféricos e favelas de núcleos urbanos. Olhar para o movimento de reprodução social a partir, somente, do que sai do campo e vai para a cidade é reduzir a questão pela metade. A visão que dualiza sem dialetizar estes dois pólos da contradição, criando pares “insuperáveis” como campo-cidade; urbano-agrário; desenvolvimento-subdesenvolvimento; dão grandes sinais de crise. Há aqui uma constante luta entre alienação e desalienação que, para Milton Santos (2012), se coloca entre os trabalhadores forçados a migrar da seguinte maneira:

Vir para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. (Op. Cit. p. 328)

Portanto, em um contexto em que o capitalismo, para existir, necessita da desarticulação de modos de vida baseados na coletividade e na solidariedade, movimentos sociais da cidade e do campo que lutam pela manutenção de seus modos de vida, pela não expropriação objetiva e subjetiva, pela desalienação e pelo direito à cidade são fundamentalmente necessários para uma análise geográfica do campo e da cidade, pois se contrapõem aos fundamentos da reprodução ampliada do capital. O problema do rural é simultaneamente o problema do urbano, e precisamos compreender esta questão visando a sua totalidade.

4.3. Contradição e crise capitalista: colonialismo e renda da terra

A História e a Geografia da Europa foram tomadas como a História e a Geografia de toda a humanidade. Muitos pesquisadores, por muito tempo – e muitos ainda hoje – tentam encontrar apenas em referências europeias elementos para analisar povos bastante distintos entre si. Isso faz com que alguns autores leiam o projeto colonizador na América, África, Ásia e Oceania como um projeto civilizador sobre os rincões “atrasados” que ainda vivem sob relações feudais de trabalho, visando levar a “civilização” à “barbárie”, ou seja, é justificada a subsunção de modos de produção não-capitalistas (ditos primitivos) que vão sendo, aos poucos, penetrados e transformados por

relações mais “avançadas”, ou seja, relações capitalistas¹⁰³.

Assim, o campesinato no capitalismo tende a desaparecer e tornar-se proletariado, enquanto o senhor feudal se converte no capitalista. Esta forma de pensar leva povos subjugados nas ex-colônias a aprender e assimilar a superioridade europeia-branca-cristã-patriarcal sobre os povos não europeus em praticamente todo o currículo escolar do ensino básico¹⁰⁴. Não é à toa o desinteresse pelos livros e pela escola, vista por muitos educandos como uma prisão. Estes estão engajados, o tempo todo, em afirmar a superioridade do branco europeu conquistador sobre a criança pobre da favela. Os educandos mais inteligentes são tidos como indisciplinados, pois fogem a todo custo de tudo o que se relacione à sala de aula. Sua rebeldia é punida com a exclusão dos meios formais de trabalho e consumo.¹⁰⁵ São todos vistos como inferiores, enquanto a Europa se torna o novo *Eldorado*, a grande referência a se seguir.

As relações de produção social são a base real sobre a qual se desenvolve a produção da consciência (ENGELS; MARX. 1988). Explica-se, portanto, a consciência a partir da contradição na vida material entre as forças produtivas, sociais e as relações de produção que se estabelecem. Na educação formal e na mídia, a representação do camponês e do favelado como atrasados e ultrapassados frente à agricultura moderna e aos centros financeiros das grandes cidades é frequente. Este projeto ideológico não vem sem intencionalidades.

A produção capitalista de alimentos e gêneros agrícolas segue a fórmula D-M-D¹⁰⁶, ou seja, tem como objetivo a extração de mais valia ao final do ciclo produtivo. O campesinato, por outro lado, segue a fórmula M-D-M, tendo por objetivo da produção a reprodução da própria vida, comercializando os excedentes do próprio consumo, trocando-o por mercadorias que não pode ou não possui interesse em produzir por conta própria. Isso implica que a produção camponesa, uma vez que não está “fora” do modo de produção capitalista, faz parte deste de maneira negativa, e

103Esta leitura está evidente quando lemos as principais referências européias que baseiam o nosso pensamento geográfico clássico, como Paul Vidal de La Blache, Frederick Ratzel e Elisée Réclus. Ver: LA BLACHE, Paul Vidal. *Princípios de Geografia Humana*. Edições Cosmos. Lisboa.; Coleção Grandes Cientistas Sociais. Frederick Ratzel. n. 59. Ática. São Paulo. 1990; e Coleção Grandes Cientistas Sociais. Elisée Réclus. n. 49. Ática. São Paulo. 1985.

104Não pretendo, neste trabalho desenvolver a questão. Para tal ler: RODRIGUES, Marcielem Lemos. *Sobre livros didáticos, ensino de Geografia e colonialidade(s): uma visita aos conteúdos do 7º ano do Ensino Fundamental*. Trabalho de Conclusão de Curso defendido pela UFPR (Universidade Federal do Paraná) Curitiba. 2014.

105“A criança que na escola é representada como atrasada, ou desviante, na rua ocupa o lugar da liderança definida pela posse de habilidades que nesse locus encontram seus espaços de realização. A criança habitante de favela mostra-se possuidora de competências corporais e simbólicas que subvertem o lugar social desqualificado assumido em outros espaços.” (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 56-7) Citado em GONÇALVES, Glauco Roberto. *A Crise da Cidade em Jogo: O Futebol na Contra-mão em Ruas da Penha*. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Geografia da FFLCH-USP. 2011. p. 97.

106“O circuito M – D – M tem por ponto de partida uma mercadoria e por outro ponto final outra mercadoria, que sai de circulação e entra na esfera do consumo. Seu objetivo final, portanto, é consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor-de-uso. O circuito D – M – D, ao contrário, tem por ponto de partida o dinheiro e retorna ao mesmo ponto. Por isso, é o próprio valor-de-troca o motivo que o impulsiona, o objetivo que o determina.” MARX, Karl. *O Capital*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1988. P.169.

acaba por possuir custos de produção menores que a produção tipicamente assalariada, produzindo mercadorias mais baratas para o consumo da sociedade de maneira geral, já que trata-se de um trabalho para si mesmo e para seu núcleo familiar. De maneira mais direta, podemos dizer que a produção camponesa não é tipicamente capitalista, uma vez que não é baseada nesta forma econômica e nem compartilha de seus fundamentos tais como o trabalho assalariado; mas, simultaneamente o é, pois contribui a sua maneira para a circulação geral de mercadorias, assumindo, portanto, um caráter contraditório.

A produção capitalista, por outro lado, necessita baixar os custos de produção para manter-se no mercado com taxa de lucro médio. Para isso, em grande parte recorre a investimentos em capital constante (máquinas, insumos, sementes transgênicas, etc.) com o objetivo de baixar e muitas vezes – com o uso de mão-de-obra em condição de escravidão, conforme exposto – eliminar os custos com extração de matéria-prima e capital variável; acaba, para isso, recorrendo, também, a formas de produção que não são tipicamente capitalistas, mas que acabam sendo necessárias para a sua reprodução. Não à toa, grandes conglomerados e monopólios empresariais, no campo e na cidade, são constantemente indiciados junto ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) por manutenção de trabalhadores em condição análoga à escravidão, evidenciando este caráter contraditório da reprodução ampliada¹⁰⁷. A produção em parceria de grandes empresas como Sadia e Perdigão com pequenos produtores camponeses é só mais uma expressão do modo capitalista de produzir. Para compreender como tal fenômeno se expressa na reprodução do capitalismo, precisamos entender o mecanismo dos três departamentos da reprodução ampliada, descritos por Luxemburg (1984) da seguinte maneira:

Do ponto de vista da reprodução, não podemos contentar-nos, pois, com a fórmula geral $c+v+m$ para o capital total, o que é mais uma prova de que o conceito de reprodução é algo real e mais do que mera transcrição do conceito de produção. Precisamos, conseqüentemente, fazer distinções de ordem material e representar o capital total não como um todo unitário, mas expô-lo em três departamentos principais, ou, para simplificar, considerá-lo dividido em dois departamentos (visto que isso não importa em nenhum problema teórico imediato): o da *produção dos meios de produção* e o da *produção dos meios de consumo* pessoal para operários e capitalistas. Cada departamento deve ser considerado em separado, sendo que em cada um deles devem

107“ No Brasil, o trabalho escravo é mais comum em áreas rurais, carvoarias, confecção de roupas, construção civil e para fins de exploração sexual. Conforme dados compilados em nota técnica da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, os estados onde há o maior foco da prática do crime previsto no artigo 149 do Código Penal (redução da condição análoga à de escravo) são: Pará, com 295 investigações em andamento, Minas Gerais, com 174 investigações, Mato Grosso, com 135 casos, e São Paulo, com 125. Em todo o Brasil, são 2.232 investigações em andamento referentes aos crimes relacionados à prática de trabalho escravo, ou seja, que abrangem os crimes previstos nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal (dados de dezembro de 2013).

Em São Paulo, se verifica a prática dos principais casos de frustração de direitos assegurados por lei trabalhista (crime previsto no art. 203 do Código Penal), principalmente em função da imigração ilegal. No estado, há predominância de latino-americanos, sobretudo de bolivianos, e, mais recentemente, de asiáticos, que trabalham sem folga e com baixíssimos salários em oficinas de costura, carvoarias, construções civis e na agricultura (corte de cana-de-açúcar).” Em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/mpf-apresenta-dados-do-combate-ao-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em 22/11/2015.

ser mantidos os pressupostos básicos da produção capitalista. Mas, do ponto de vista da reprodução, é mister que ressaltemos, ao mesmo tempo, as relações mútuas de dependência existentes entre os dois departamentos, pois só considerados em seu contexto é que se revelam as bases da reprodução do capital social total visto como um todo. (...) Sua circulação recíproca processa-se da seguinte forma: o Departamento I fornece meios de produção para toda a produção, ou seja, para si e também para o departamento II (Op. Cit. p. 43. Grifos meus).

O inverso também é verdadeiro em relação ao departamento II, que fornece os meios de consumo para si mesmo e também para o departamento I, assim como para os capitalistas e para as classes chamadas por Luxemburg de “não produtivas”, tais como funcionários públicos e burocratas do Estado de maneira geral.

Mas sucede que na sociedade capitalista a circulação entre os dois grandes departamentos se baseia na troca de mercadorias, na troca de equivalentes. Os trabalhadores e capitalistas do departamento I só podem obter do departamento II a quantidade de meios de subsistência equivalente à dos meios de produção por eles fornecidos ao Departamento II. A demanda de meios de produção, por parte do departamento II, será medida, no entanto, pela grandeza de seu capital constante. Consequentemente a soma do capital variável e da mais-valia detida na produção dos meios de produção (...) I tem de ser igual ao capital constante da produção dos meios de consumo pessoal.(Op. Cit. p. 43)

O próprio desenvolvimento tecnológico provocado pelos investimentos em capital constante, sendo parte da competição entre os próprios capitalistas de ambos os departamentos, provocaria um desequilíbrio entre os capitais produzidos entre os meios de produção e os meios de consumo. É como se novos meios de produção fossem produzidos em um período mais curto que o de realização do capital constante adquirido anteriormente. Este é um dos fundamentos das chamadas crises de produção, sendo necessário para reestabelecer o equilíbrio – mesmo que temporariamente – entre os departamentos I e II de um terceiro departamento, que consumiria o capital excedente produzido desta relação. Ao aumentar progressivamente os investimentos em capital constante em relação ao capital variável, gera-se como consequência - em virtude do desemprego estrutural gerado pelo desenvolvimento das forças produtivas – uma população “excedente”, supérflua, que apesar de indesejada é necessária na reprodução capitalista (Op. Cit. p. 61).

Com a concorrência incessante entre os capitalistas, constituem-se grandes monopólios que impõem em todo o mundo uma aceleração dos investimentos em meios de produção. Ocorre que o desenvolvimento técnico não consegue ser totalmente acompanhado pela capacidade de consumo social do que é produzido. Este “desequilíbrio” gera uma quantidade enorme de capital excedente que precisa ser consumido de alguma maneira, implicando numa auto-expansão espacial do capitalismo. Sendo que assim, em seu momento crítico, o modo de produção capitalista vai produzir a sua própria superação. Para Luxemburg:

O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma a seu lado. Mas é também a

primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição (Op. Cit. p. 98.)

Na América Latina, esta auto-expansão do capitalismo e desarticulação dos modos de vida tradicionais que produziam de forma não-capitalista (em seu duplo sentido, conforme já exposto) e ao mesmo tempo sua incorporação à lógica da produção global de mercadorias se faz bem clara com a introdução da economia escravista em seu período colonial. C.R.L. James (2010), que em seu livro *Os Jacobinos Negros* refere-se à colonização no Haiti pelos franceses da seguinte maneira:

(...) a escravidão e o comércio colonial eram a fonte, a origem e o sustento da sua próspera indústria e do seu dilatado comércio [referindo-se à Europa]. (...) Uma grande parte do couro trabalhado na França vinha de São Domingos. A fluorescente indústria de tecelagem de algodão da Normandia recebia o algodão bruto, em parte, das Índias Ocidentais, e em todas as suas ramificações o negócio do algodão ocupava uma população maior que a de uma centena de cidades francesas. Em 1789, as trocas com as colônias norte-americanas representavam 296 milhões. A França exportou para as ilhas 78 milhões em farinha, carne salgada, vinho e tecidos vinho e tecidos. As colônias enviaram para a França 218 milhões em açúcar, café, cacau, madeira, anil e couro. Dos 2018 milhões importados, apenas 71 milhões eram consumidos na França. O resto era exportado após o processamento. O valor total das colônias representava 3 bilhões, e dela dependia a subsistência de um número de franceses que variava entre dois e seis milhões. (Op. Cit. p. 59-60)¹⁰⁸

Podemos ver no trecho acima, o quanto dependia o capitalismo industrial europeu, desde as origens do capitalismo comercial, do trabalho escravo e servil nas colônias. Da mesma maneira, a desarticulação de coletividades vai ser realizada de maneira a inseri-las do modo mais lucrativo possível – ou seja, aquele que diminua os custos de produção e aumente a quantidade produzida – na circulação geral de mercadorias. O capitalismo contradiz seus próprios fundamentos no momento em que, para resolver sua crise de acumulação e produção se utiliza da mão-de-obra escrava ou do sistema de servidão, que são modelos que não lhe são próprios. Para Luxemburg (1984):

“Na acumulação primitiva, ou seja, nos primórdios históricos do capitalismo na Europa, em fins da Idade Média, bem como pelo século XIX adentro, a encampação do pequeno estabelecimento agrícola pelo grande constitui, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para a transformação maciça dos meios de produção e da força de trabalho em capital. E até hoje essa tarefa é levada em frente em escala bem maior, na política colonial, pelo capital dominante. É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter pela via comercial. A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da terra as forças produtivas se encontram sob controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. Isso acontece sobretudo com o solo e com a riqueza que este contém em minerais, externamente com os pastos, bosques e reservatórios de água, ou com rebanhos de povos primitivos que se dedicam ao

108JAMES, C. R. L. James. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Boitempo. São Paulo. 2010. p. 59-60.

pastoreio. Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que este resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção desses territórios. Isso explica por que o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras coloniais. Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se, de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não-capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias. Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômico-social dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho.” (Op. Cit. p. 32-3)¹⁰⁹

Desta forma, podemos pensar o quanto a expansão do capital necessita e, ao mesmo tempo é freada pelas formações sociais que não lhe são típicas. Esta é uma questão essencial para entender um dos diversos tipos sociais atacados, no cotidiano de milhares de pessoas de diversas formações econômicas mais ou menos desviantes do típico padrão capitalista. Uma delas é o campesinato.

4.4. O “problema” do campesinato e do urbano no Brasil

“O olho não se vê. Ele necessita de um espelho. O ponto central da visão não se vê, nem sabe que é cego.”
Henri Lefebvre

Marx, para compreender a economia capitalista, desenvolveu uma teoria que, para conseguir ser explicativa, deveria estar baseada em uma sociedade onde existiriam apenas duas classes: a dos capitalistas e o proletariado, conforme o mesmo autor admite no Capital:

“Para entender o objeto em sua pureza, livre de circunstâncias secundárias interferentes, temos de considerar o mundo comercial inteiro como uma nação única, e pressupor que a produção capitalista tenha se estabelecido por toda a parte e se apossado de todos os ramos industriais.”¹¹⁰

Para que a análise do capitalismo feita por Marx se concretizasse sem prejuízo lógico, tendo em vista os limites teóricos e práticos da época em que o autor escreveu sua obra, o sistema capitalista deveria ser visto como constante luta entre estas duas classes, mesmo que existindo outras, mesmo que estas sejam importantes na composição do próprio capitalismo, e mesmo que também em conflito com o processo de reprodução ampliada do capital. Neste sentido, deixa-se uma lacuna na teoria marxista sobre o lugar do camponês enquanto classe no capitalismo, já que este, assim como outras frações de classe, nasce enquanto tal muito antes do nascimento da

109Os grifos são meus e buscam evidenciar que, apesar da ótima reflexão de Luxemburg, esta via as economias tradicionais das colônias como primitivas em relação a economia européia. Temos aqui uma teoria que apesar de tentar superar o eurocentrismo, é eurocêntrica.

110MARX, Karl. O Capital (capítulo XXII, nota 21^a), Citado em LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do Capital. Abril Cultural. São Paulo. 1984. V. II. p. 6.

economia capitalista.

Lênin (2008) não vê o limite admitido por Marx em sua análise de objeto, interpretando-a como que, em havendo o desenvolvimento pleno das forças produtivas e o capital atinjindo todos os limites da modernidade – condição para o colapso da sociedade atual e implementação do socialismo –, a classe camponesa deveria ser absorvida pelo trabalho proletarizado das grandes cidades, deixando de existir. O erro teórico de Lênin e consequentemente dos partidos socialistas que seguiam a tendência soviética, levou à desastrosa política anti-camponesa que se passou na União Soviética (Ucrânia, por exemplo) e por muitos dos erros cometidos pelos movimentos sociais que se inspiram nesta tendência.

No Brasil a propriedade privada da terra já surge concentrada. Não houve um processo de expropriação semelhante ao que ocorreu com os cercamentos ingleses, mas a tomada em massa das terras em que viviam e ainda vivem povos de diversas culturas originárias da América seguida pela divisão desta mesma terra pela burguesia que aqui surgia. A origem da grande propriedade de terras no Brasil é a grilagem e as formas assumidas pelo capitalismo no campo e na cidade, no Brasil, possuem peculiaridades. Para Bombardi:

A nossa formação territorial, grosso modo, baseou-se na destruição dos territórios indígenas pelos portugueses, na busca maciça de negros na África para a produção e exportação de cana-de-açúcar, na vinda de imigrantes pobres europeus – sobretudo para as lavouras de café (também para a exportação), e no sempre dificultado acesso dos pobres à terra, a partir do momento que a pessoa do trabalhador se tornou livre. De qualquer forma, essa formação territorial serviu sempre para que a maior parte do capital aqui investido pudesse voltar livremente ao país de origem, ou para que parte dele pudesse aqui se reproduzir e ser acumulada nas mãos de uma ínfima parcela da população.” (BOMBARDI. 2004. p. 49)

Desta forma, podemos compreender que a concentração fundiária é parte fundante da terra como mercadoria no Brasil. Na constituição destes monopólios, quem produz e trabalha na terra deve, necessariamente, pagar por isso (através do arrendamento, da compra e da venda, etc.). Para que este quadro se efetive, é necessário que a terra assuma a condição de escassez¹¹¹. Num país com as dimensões geográficas do Brasil, tal condição não pode ser construída sem passar pelo latifúndio como forma preferencial de uso da terra. A terra assume a condição de mercadoria sem ter valor. Trata-se da única mercadoria, no capitalismo, que não perde preço.

Quando falamos em camponês¹¹², estamos falando não necessariamente de alguém que se

111“(...) valor de troca e escassez são termos equivalentes.” MARX, Karl. A miséria da Filosofia. Publicações Escorpião. Porto. 1976. p. 30.

112A palavra camponês tem um sentido ligado à luta pela permanência na terra por posseiros que habitaram a região Norte do Estado do Paraná, fundando as primeiras ligas camponesas do país, se armando contra jagunços e a própria polícia que usava de violência para expulsá-los de terras que viviam há muitos anos: “O termo *camponês* começa a ser usado em Porecatu pela primeira vez no Brasil para designar o trabalhador do campo, proprietário ou não, que desenvolva agricultura familiar. É um transposição da linguagem da Internacional Comunista, baseada nas experiências soviética, européia e da América espanhola. Traduziu-se simplesmente o termo “*paysan*” ou “*campesino*”. Até então, de norte a sul do Brasil, havia um mosaico de termos regionais para designar o homem do

opção de forma totalmente consciente ao capitalismo, enfrentando-o em todos os momentos de sua vida com uma militância viva. Trata-se de um jogo mais complexo, no qual não há um sujeito que se enquadre totalmente dentro de tal ou qual arranjo conceitual. Grande parte dos colonos estrangeiros que chegam ao Brasil migram não somente para as grandes cidades, mas também migraram e algumas vezes se tornaram proprietários em regiões mais ao interior do país, como o interior do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Não houve, em grande escala, expropriação aos camponeses, pois estes não surgiram como proprietários de terras no Brasil, nem tiveram um passado feudal, conforme grande parte do continente europeu. No Brasil o camponês ocupa a terra desde sempre, sendo expulso pelo Estado e pela violência no campo e por muitas vezes, reocupando terras em outras áreas próximas, quando se organiza em movimentos sociais tais como o MST, MLST, entre vários outros. O camponês no Brasil é aquele sujeito histórico que se coloca contra o avanço capitalista, mesmo que este negocie no mercado, detenha a propriedade da terra, venda e compre mercadorias e tenha eletrodomésticos modernos em casa. Ele se opõe ao capitalismo não porque, necessariamente, lute contra ele enquanto modo de produção, mas porque seu modo de vida - que pretende manter-se e resistir - é um freio para a transformação capitalista no campo como projeto modernizador¹¹³. O camponês, no Brasil, é um conceito político. Para Bombardi (2004):

Há dois pontos levantados por Chayanov, muito importantes, que orientam a vida camponesa: o primeiro é o trabalho familiar tendo sua intensidade determinada pelas necessidades da família e suas técnicas e divisões, transmitidas “de pai para filho e de mãe para filha” (SHANIN, T. 1980: 5); o segundo é a liberdade e autonomia que eles têm para lidarem com o seu termo, com o seu “espaço” e, portanto, com o ritmo de trabalho. (Op. Cit. p. 58.)

Obviamente, a grande maioria dos sujeitos que habita o campo brasileiro, e que tem como base o trabalho familiar para suprir as próprias necessidades - materiais ou da fantasia, com diria Marx no capítulo da mercadoria d'O Capital - não vão se encaixar plenamente em um conceito fechado. Na verdade, o camponês enquanto conceito encontra uma base ideal que não se encaixa inteiramente com a realidade vivida pela maior parte dos assim chamados camponeses. Um conceito que, partindo de uma base material, consegue adquirir potência explicativa de uma determinada realidade social, não deve ser fechado, dotado de amarras, do contrário corre o sério risco de explicar uma realidade estática e morta, dando abertura para fundamentalismos (SANTOS, 2008). Não se produz um projeto mínimo isolado de um projeto máximo. Nossa ação teórica não pode ser construída de maneira isolada de uma ação cotidiana. Se observarmos a produção de Marx,

campo: lavrador, peão, sitiante, situante, roceiro, caboclo, caiçara, capiau, guasca, mateiro, sertanejo, tabaréu, burareiro, morador, matuto. Em Porecatu a nova palavra - camponês - causa surpresa e estranheza aos proprietários rurais e também à imprensa.” OIKAWA, Marcelo. *Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram*. Expressão Popular. São Paulo. 2011. p. 95.

113 Não há diferença entre o que nós pensamos e o que nós fazemos. A modernização pode ser entendida não como avanço dos meios de produção, mas como imposição de trabalho. (ALFREDO, 2008)

Engels, Kropotkin, Réclús e outros autores comunistas/socialistas/anarquistas, estes desenvolveram teoricamente as contradições econômicas e sociais que viviam na pele enquanto militantes políticos em sua época. Estavam implicados totalmente à ação política – socialista, anarquista, etc. - e às contradições da sociedade em que viviam sob as representações que esta lhes implicavam. Observar e refletir sobre o campesinato e a cidade sob a ótica de quem viu e viveu parte dos processos sociais que nos envolve a todos nos traz elementos fundamentais para entendermos a classe camponesa no Brasil hoje.

Nesse sentido, o campesinato deve ser entendido como uma classe social de dentro do capitalismo, que se reproduz no interior deste modo de produção (...) O campesinato se territorializa através de uma relação que não está baseada na exploração (extração de mais-valia) e, ao contrário do que se tem afirmado, os camponeses não tem desaparecido; pelo contrário, no Brasil, nos últimos anos, seu número aumentou consideravelmente (OLIVEIRA, 1991 p. 35).

O problema a se enfrentar, portanto, é o do campesinato enquanto classe que, distinta do operário urbano, tem seu papel na reprodução do modo capitalista de produção, sendo um limite a este e, simultaneamente, contribuindo para a sua reprodução. A expressão *classe trabalhadora* é extremamente genérica, e dá base a inúmeros equívocos nas ciências sociais, designando principalmente o trabalhador industrial e urbano que, totalmente destituído dos meios de produção se assalaria no setor produtivo, especialmente o fabril (BENSAÏD, 2008). Assim :

(...) pode-se falar de classe “quando após experiências comuns, que pertencem à sua herança compartilhada, os homens percebem e articulam seu interesse comum em oposição a outros homens cujos interesses colidem com os seus”. As classes se autoproduzem, seguindo um processo de cristalização de interesses coletivos, de uma consciência desses interesses e de uma linguagem para expressá-los. Elas se situam no ponto de encontro entre um conceito teórico e uma declaração que nasce da luta, O sentimento de pertencer a uma classe resulta do trabalho político e simbólico, assim como de uma determinação sociológica. (Op. Cit. p. 37)

E continua à seguir:

As classes, os grupos, os gêneros não são substâncias autônomas, exteriores, indiferentes umas às outras, que somente entrariam em oposição em um segundo momento, mas os polos conflituosos de uma relação interna à totalidade. Na formação social contemporânea, essa relação é simplesmente o próprio Capital. (Op. Cit. p. 88)

Pensemos na obra *o 18 Brumário de Luís Bonaparte*, onde Karl Marx (1974) busca refletir sobre as condições sociais que levaram ao poder, através de um golpe de Estado, um líder autoritário e conservador que viabilizou a realização do capital financeiro como principal articulador na gestão do estado francês, em detrimento da antiga oposição entre as elites latifundiárias e industriais. Após a revolução francesa, desenha-se um quadro de tensão social em que diversos setores sociais tentam se colocar como condutores do futuro do país: a burguesia latifundiária e industrial, os monarquistas, os liberais, os democratas burgueses e o proletariado. Neste momento uma classe, a dos camponeses, adquire um papel central, uma vez que eram a

maioria entre os pobres franceses e foram, segundo Marx, a principal base social a levar Luís Bonaparte ao poder. Ao referir-se a estes camponeses, o autor coloca-se da seguinte maneira:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família de camponeses é quase auto-suficiente, ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que as batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm de ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o poder executivo submete ao seu domínio a sociedade. (MARX, 1974, p. 116)

A mera soma quantitativa de indivíduos ou famílias que partilham do mesmo modo de vida – pequena propriedade, vínculo com a terra, etc. - não constitui uma classe e, tal um “saco de batatas” não passa de uma expressão numérica dentro de uma estrutura maior. Este grupo de camponeses, isolados uns dos outros, sem criar entre si um vínculo social qualitativo que os unifique por interesses comuns, não se constitui como classe para Marx, já que viveriam em um estado de alienação política de tal forma intenso devido ao seu isolamento que constitui-se naquilo que a tradição marxista, muitas vezes de maneira preconceituosa, define como *lumpemproletariado*.

O lumpemproletariado seria a parte dos trabalhadores que isolados uns dos outros, não teria a capacidade de transformação social, uma vez que devido a diversos processos de alienação em relação ao seu trabalho e a seu papel histórico e político, não consegue enxergar e atuar para além de suas próprias necessidades individuais imediatas, servindo como massa que viria a, no seio da classe trabalhadora, agir em favor dos interesses da burguesia. Não é capaz de se organizar junto a outros que partilham de seus interesses, sendo por isso levados a reboque hora por um, hora por outro “senhor” ou “autoridade”, que lhe conduziria através dos veículos de ideologia dominante a determinada prática política.

Portanto o camponês, quando se organiza em movimentos sociais e luta por reforma agrária no Brasil, pode ser entendido sim como classe, já que atua de maneira organizada pela manutenção de seu modo de vida e de sua própria sobrevivência enquanto classe. Para Marx (1974)

É preciso que fique bem claro. A dinastia Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar a sua propriedade; não a população rural que, ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom-senso, mas seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado; Não a sua moderna Cevènnnes, mas a sua moderna Vendée. (Op. Cit. p. 117)¹¹⁴

No decorrer desta dissertação, pudemos observar tanto no campo - região de Porecatu - como na cidade - em Curitiba - uma deterioração da vida cotidiana e uma maior exploração do trabalho dos mais pobres, que muitas vezes é visto como sobrança tanto em um quanto no outro. O morador de rua, o favelado, o operário de fábrica, o camponês sem terra, a trabalhadora, o assentado de reforma agrária, o sitiante, o meeiro, o peão, o trabalhador itinerante, o indígena, o quilombola. Há algo em comum entre eles capaz de unificá-los enquanto classe? A resposta a esta questão não é simples, apesar de óbvia. Todos estes sujeitos têm sua vida cotidiana transformada e reinserida nos diversos momentos da produção capitalista, tem seus modos de viver tradicionais desestruturados, seus costumes e modelos de propriedade modificados, se tornam, no processo da reprodução ampliada do capital sujeitos livres para circular em busca de trabalho. Em qualquer local, manter seu modo de viver - e em alguns casos, como os indígenas ou os negros que vivem em favelas, manter a própria vida - é por si só uma resistência aos interesses dos rentistas e capitalistas que vêem a terra apenas como fonte de lucro. No campo e na cidade, cada vez menos, existe lugar para a autonomia, a solidariedade e para os laços comunitários dos mais pobres. Tal processo não pode ser entendido como um mero acaso, mas como um projeto, do qual a modernização agrícola e o planejamento urbano são ferramentas que atuam de maneira simultânea. Já diria Henri Lefebvre que “Sem dúvida o movimento camponês, em qualquer época, não desmerece em importância o das cidades. O precede, o acompanha ou o sustenta.” (LEFEBVRE, 1975. p. 36)¹¹⁵

O campo brasileiro e as desarticulações dos modos tradicionais de vida ali presentes vão jogar a cidade como o locus da produção e da vida social em uma velocidade que só a intensa

114Neste trecho, Marx se refere às cidades de Cevènnnes, palco de uma guerrilha camponesa revolucionária ocorrida em princípios do século XVIII; e Vendée, centro da contrarrevolução burguesa na França.

115No original: “Sin embargo, el movimiento campesino, en cualquier época, no desmerece en importancia al de las ciudades. Lo precede, lo acompaña, o lo sostiene.”

violência e a repressão de duas ditaduras autoritárias (Getúlio Vargas e depois os militares) pode estruturar. Cidades como São Paulo e Curitiba passam a ser reorganizadas e planejadas pelos agentes imobiliários locais, em busca de enriquecer com o mercado de terras nascente e a grande leva de migrantes rurais que chegavam e precisavam se estabelecer e trabalhar (OLIVEIRA, 2014). Formam-se favelas a partir daqueles que perdem as posses de terras nas quais viveram por gerações. A Região de Porecatu, estudada neste trabalho, mostra de forma explícita o modo como se estruturam as ligas camponesas em resposta à violência com que grileiros expulsavam camponeses de suas terras, com a utilização de jagunços, paramilitares e policiais que agrediam e torturavam pessoas para que saíssem de suas terras (OIKAWA, 2011).

A maior parte do crescimento populacional urbano hoje é decorrente da própria reprodução social das cidades, e não mais do assim chamado “êxodo rural”, uma vez que o processo migratório campo-cidade adquire atualmente, no Brasil, um caráter diferenciado dos cercamentos ingleses na Europa feudal, ou mesmo da migração Nordeste-Sudeste ocorrida com mais intensidade na década de 1970. Aqui há encontros e desencontros que excluem a população pobre do campo e da cidade de tudo aquilo que lhe é essencial na condição humana, dos quais a favela é a expressão mais perversa, mas é somente uma outra face deste processo.

A segregação espacial e social que está na essência da conformação da cidade capitalista, atinge na metrópole a sua forma exacerbada, extrema. Pois, em São Paulo, enquanto as elites armavam incessantemente, suas estratégias de individualização no espaço da cidade, dos subterrâneos da ordem estabelecida vinha a luta para ocupar os interstícios desse mesmo espaço. É quando começam a surgir as favelas como forma de resolução da necessidade de morar, da necessidade de ter um abrigo. A cidade cresce englobando áreas de povoamento antigo através de infindáveis loteamentos clandestinos e legais. Alguns loteamentos, internos à cidade foram ricamente planejados, como os bairros-jardins e, outros, periféricos foram destinados à prática da autoconstrução como os loteamentos da Zona Leste, e da Zona Norte da cidade. A riqueza e a pobreza da metrópole, já nos anos 50 se revelavam na sua materialidade urbana. (SEABRA, 1987 p. 5)

A urbanização e a formação do campo e da cidade brasileiros estão, portanto, intimamente ligados aos regimes de propriedade da terra aqui vigentes assim como às políticas próprias desenvolvidas pelo/com/através do Estado que ordenam e organizam a produção social em nome da manutenção das grandes corporações capitalistas que tem sua produção social realizada no campo e na cidade. Grupos empresariais que, por uma questão de maximização do lucro e Capital, instalam plantas faraônicas de produção, monopolizando todas as etapas da produção agrícola no território, possuem suas sedes nacionais em grandes cidades e pensam sua produção e relações de trabalho tendo-a como referência. O desenvolvimento do capitalismo já nasce internacional e tem sua base não no campo, mas na cidade, na indústria, no capital financeiro que vai moldar o campo a suas necessidades. Para Seabra:

O urbano é um processo social complexo que socializa e privatiza ao mesmo tempo,

pois que no urbano estão socialmente instaladas as condições da produção material da sociedade. A divisão do trabalho nas fábricas, no comércio e nos serviços é uma dimensão concreta dessa socialização capitalista do trabalho. Mas no urbano outras tantas condições de produção, e entre elas o próprio espaço, se sociabilizam para atender as necessidades das formas da reprodução social. (SEABRA, 1987, p.152)

A história de Curitiba, assim como da maioria das metrópoles brasileiras, foi escrita através das constantes remoções das camadas populares de seus sítios e da readaptação destas a locais cada vez mais inóspitos. A reconstrução das vidas, o surgimento de bairros que são logo em seguida destruídos, e o trabalho não pago empregado na criação das infraestruturas mínimas à sobrevivência dessas pessoas é apropriado pelos agentes do capital imobiliário. Segue-se nesta roda viva constante que encobre que por trás de um processo de reorganização daquilo que é caótico configurando uma desordem organizada, em que o erro proposital é o agravamento das tensões sociais que legitima novas ações do capital e do Estado em conjunto¹¹⁶. Para Santos (2013):

(...) o avanço da economia urbano-industrial no Brasil conta na sua base com uma fonte não-capitalista de extração do excedente. Nesses termos, pode-se dizer, trata-se de um processo de produção não capitalista do capital, uma forma primitiva de acumulação, ou ainda uma sorte de acumulação primitiva. Segundo Martins, “essa modalidade de exploração do trabalho se traduz em acumulação primitiva porque é, em parte, produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital. (...) A modernização não é completa e produz aqui, reiteradamente, o seu outro como complemento do processo de acumulação. A expansão capitalista avança, por meio da urbanização do território, sem resolver seus problemas estruturais que se tornaram a marca do processo econômico no Brasil (Op. Cit. p. 152)

O urbanismo pode ser visto como um lançar de luzes sobre aqueles que, pretensiosamente, viviam às sombras, à margem do urbano e da cidade. Esse lançar de luz é tão sedutor que ao invés de espantar os pobres da cidade através do ofuscar de sua visão, acaba por seduzir a todos, quase igualmente, a almejar a vida iluminada do interior dos palácios de cristal que abrigam a burguesia. O grande problema é que não há espaço para todos nestes palácios, e então é necessário administrar a pobreza através de cercas eletrificadas, câmeras de segurança, polícia pública e privada, além de projetos de urbanização que não têm outra intenção senão a de esterilizar estes locais de toda pobreza, revitalizando o que estava morto aos olhos do “bom” burguês. A questão é que tal fato acaba por ser “a própria negação de toda incerteza e mistério, a derrota da aventura e do romance” nos dizeres de Marshall Bermann (2011). Longe de ser um processo de homogeneização por completo, acaba por criar novos conflitos e contradições ainda mais profundos que os anteriores, agravando a situação de violências várias sofridas pela população em geral no campo e na cidade. O urbanismo e o planejamento contemporâneos acabam por ser a própria negação, a antítese da cidade, e declaram assim a sentença de morte do urbano. As transformações a que são submetidas as

116 “esse Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses, tanto no exterior quanto no interior.” ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A Ideologia Alemã. Editorial Presença. Lisboa. 1988. p. 95.

diversas subjetividades, modos de vida e de consciência, a construção de novas formas de representação do mundo são transformadas de maneira rápida e violenta. Seabra, ao referir-se aos caipiras que viviam no entorno rural da capital paulista no início do século XX aponta que:

O trabalho como valor social, como núcleo fundador da dignidade humana, do caráter contraposto à preguiça, à ignorância é que chegava ao universo dos caipiras. A recusa e a crítica eram, de alguma forma, manifestação do estranhamento que esse processo gerava. Como falar de preguiça para o caipira? (SEABRA, 2003 p. 62)

A ideologia do trabalho aparece como um fator importante na desestruturação de modos de vida tidos como rústicos. Indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, caipiras, faxinalenses vivem aquilo que Antônio Cândido chamou de *sociedades de desnecessidade do trabalho* (CÂNDIDO, 1975), pois suas relações cotidianas com o ambiente e com os seus pares permitem que sobrevivam e se reproduzam sem a necessidade da submissão de sua força de trabalho a outro indivíduo. O avanço das relações capitalistas de trabalho se faz na medida em que a transformação do ambiente – poluição dos rios, industrialização, instalação de latifúndios, etc. - quebrem com a autonomia relativa que estes sujeitos apresentavam até então, convertendo a terra em mercadoria e fazendo com que muitos busquem realizar a sobrevivência através da migração para outros locais que permitam manter em moldes mais ou menos iguais o modo de vida que se levava, ou submetendo-se à disciplina do assalariamento.

Este momento representa, no cotidiano das classes dominadas e não assalariadas, uma ruptura muito grande, pois implica em inseri-las à força a um processo de modernização que estes indivíduos não compreendem e nem possuem às mãos ferramentas para compreender. Tal submissão é paralela a um processo de alienação muito intenso. Isso talvez explique a recente – nos últimos 20 anos, pelo menos – articulação de movimentos sociais como os indígenas, os quilombolas, faxinalenses, mulheres, entre tantos outros que não se encaixam na representação tradicional da esquerda, obrigando-a a rever pautas, estratégias e discursos. Afinal de contas, onde estaria o lugar do indígena na teoria marxista tradicional? É camponês? É potencial proletário? É rural? É urbano? Qual o sentido de sua luta no movimento geral de nossa sociedade? E os negros? Os favelados? Mulheres? Desempregados? LGBTT's? Este é um período que nos impõe perguntas importantes.

Considerações finais

Seabra (2003) define que o trabalhador tem o seu tempo cindido em dois quando se introduz a ideologia do trabalho com mais força em suas comunidades:

a) tempo próprio: Tempo livre destinado ao ócio, em que se exercita a criatividade na confecção de bens necessários ou não, mas que auxiliam na reprodução social da comunidade e/ou do núcleo familiar. Trata-se de um “tempo de uso comum”, ou “tempo de ócio”.

b) tempo social: tempo destinado ao trabalho abstrato, trocado por dinheiro que “compra” a sobrevivência do trabalhador e de seu núcleo familiar.

Neste sentido, quanto maior o tempo social em relação ao tempo próprio, menor é a autonomia do trabalhador em relação à mercadoria e ao dinheiro. Assim, trabalhadores que passam a comprar o que antes produziam por conta própria veem suas as novas gerações obrigadas a assumir a necessidade de trabalho de maneira integral. São eles que vão, desde muito cedo, abandonar a escola e os estudos para complementar a renda familiar. Esta mudança – drástica, veloz e violenta, como dito anteriormente – vai produzir estranhamentos e resistências.

A mesma medida que o desenvolvimento do mundo do trabalho criava as condições necessárias para liberar o homem, enquanto indivíduo, das peias da sociedade tradicional, esta, que tinha por esteio a família e a religião, teve, sobretudo com o desenvolvimento da grande indústria, que suportar uma voraz crítica interna: os próprios trabalhadores questionaram a sua própria condição, e o fizeram de diferentes maneiras, com diferentes intensidades. (SEABRA, 2003. p. 230)

Estes embates – políticos – em torno dos grandes deslocamentos humanos provocados em épocas de crise, como ocorreu na década de 1970 e como ocorre hoje à partir de 2008, intensificam os discursos racistas e xenofóbicos, reforçados por concepções malthusianas sobre esta população “sobrante”. A imagem que se construiu dos camponeses como preguiçosos e atrasados, assim como a imagem que se faz dos imigrantes, refugiados e favelados hoje como violentos e desordeiros catalisam e intensificam políticas públicas de cunho higienista. Para Damiani (1993):

As cidades apareciam como universos incontrolados, gelatinosos, sujeitos à desintegração de toda ordem, especialmente porque cresciam demasiado. Não só e exatamente enquanto espaços politizados a enfrentar, mas espaços pré-políticos, inchados, desordenados, ameaçados pela subversão, pela revolta, como pelo carisma e pela demagogia. (Op. Cit. p. 75)

E continua à seguir:

A massa trabalhadora no país caminhava, com o desenvolvimento industrial, para uma diferenciação e identificação marcantes, à qual não bastava uma política populista, e, ao mesmo tempo, reproduzia-se como uma massa trabalhadora potencial, que sobrevivia apesar do empobrecimento crescente, da qual era preciso, também, assenhorar-se. Os termos do desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade transformavam as cidades em redutos dessa identidade proletária, bem como, e, ao mesmo tempo, dessa massa superficial, indistinta, pobre e sujeitável. Ambos implicavam em rédeas, do ponto de vista da conservação de um Estado forte. A “distensão política” exigia o urbano ordenado, imposto, organizado, que os investimentos em infra-estrutura urbana acentuados no período anterior tornava possível. (Op. Cit. p. 58.)

Não à toa, nas cidades que passam a receber um número grande de migrantes, vindos do campo ou não, passa-se a associar a estes sujeitos que chegam e vão encher as periferias da cidade com a “desordem” que se instaura. São responsabilizados logo de cara pelo crescimento das favelas,

pelo aumento da população em situação de rua e da violência, à superlotação e ineficiência do transporte público, ao trânsito lento. Trata-se de uma grande tautologia criada para isentar de qualquer culpa os grandes agentes imobiliários que vendem a terra cada vez mais caro, tornando-a cada vez mais inacessível à população pobre no campo e na cidade; ou o Estado que viabiliza projetos urbanos que privilegiam os donos de grandes parcelas de terra. O movimento lógico deste pensamento tem o limite de não enxergar para além do próprio fenômeno, apresentando-o como sintoma de si mesmo. É o doente o responsável por sua própria doença; é o pobre responsável por sua própria condição.

Daí que os projetos de planejamento urbano em grande escala pipocam como soluções à crise. Um discurso técnico, científico e bem embasado - na engenharia civil, na arquitetura e nas ciências do urbano em geral - vai “colar” os interesses da classe política, em busca de votos; da classe capitalista, em busca de mais lucro; e da aceitação popular, na qual a mídia e a comunicação de massa tem um papel central. As contradições sociais se transformam, assim, em meros problemas técnicos que devem ser “consertados” pelo planejamento urbano ou grandes projetos em energia e mineração que deslocam ainda hoje grandes levas de população das áreas rurais¹¹⁷. Por outro lado, as revoltas que estes grandes projetos suscitam nas cidades e no campo, como as ocupações de prédios, terrenos e posses, são pouco retratadas como um processo espacial, um processo geográfico.

Curitiba projetou-se internacionalmente como “cidade que deu certo” durante o governo militar, atraindo para si migrantes de todas as partes, principalmente da Região Norte do Estado do Paraná¹¹⁸, onde o processo de modernização da agricultura gerou uma imensa leva de trabalhadores do campo desempregados que se movimentou para todas as partes nas quais puderam encontrar alguma renda, ainda que temporária. No entanto, os maiores desdobramentos do processo de reorganização da cidade se dão na década de 1990, auge no neoliberalismo como forma de Estado no Brasil. A cidade foi privatizada, excluindo desta todos aqueles que não puderam pagar para que

117Este fenômeno pode ser visto nas áreas rurais do Norte do Paraná e Sul do Mato Grosso do Sul, conforme pude observar em cidades como Nova Londrina-PR e Deodápolis-MS, onde o processo em torno da construção e funcionamento da barragem afetou, de maneira irreversível, a dinâmica produtiva da cidade, fazendo com que se tenha como objetivo para os mais jovens terminar a escola e mudar para outra cidade para buscar emprego, pois o município não lhes oferece nada além do estafante trabalho no campo, onde competiriam com máquinas. Cidades como Dourados, São Paulo e Curitiba apareciam como destinos almejados. Um excelente material, referente ao mesmo fenômeno no Estado do Rio de Janeiro foi elaborado pelo Grupo de Trabalho de Agrária da AGB-Niterói e Rio de Janeiro, no II caderno de textos do Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários, em Julho de 2012.

118“A frase “Curitiba de todos os povos” é uma afirmação comprovadamente correta. Segundo o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da capital paranaense é formada por 1.587.315 habitantes -760.848 homens e 826.467 mulheres. Desse total, 67.131 pessoas (4,2%) vieram de outros estados, principalmente São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Mas a grande maioria veio do interior do Estado. De acordo com o IBGE, essa migração interna representa cerca de 40% da população da capital, ou seja, aproximadamente 635 mil pessoas.” Tribuna do Paraná em 15/08/2018. Disponível em <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/quase-45-da-populacao-de-curitiba-veio-de-fora/>

dela pudessem usufruir, deixando uma enorme anel de pobreza que é escondido pelo marketing urbano e pelo patriotismo de cidade (OLIVEIRA, 2014).

Existe uma fração da classe trabalhadora, evidente nas descrições contidas neste trabalho, que nem conseguiu se fixar no campo como bóias-frias e nem conseguiu se inserir em um emprego formal na cidade, sendo negados ao mesmo tempo por aquilo que chamamos de urbano e de agrário. Entre a população em situação de rua na cidade de Curitiba, pude acessar muita gente que se movimenta de tempos em tempos de um município a outro empregando-se ora como guardador de carros na cidade, ora como coletor de laranjas no campo, ora na construção civil e que, apesar de manter casas com famílias em áreas rurais da região metropolitana, dormem nas ruas da região central de Curitiba, devido à despesa e ao tempo de se deslocar todos os dias entre a casa (rural) e trabalho (urbano). Portanto, a cidade produzida como modelo de planejamento urbano técnico, neutro e eficiente na verdade se tornou um negócio bastante rentável para as famílias oligarcas e um grande tormento para os trabalhadores em sua cotidianidade. Estes trabalhadores nem se desagregaram totalmente de seus vínculos agrários e nem foram inseridos totalmente em uma vida urbana. É a vida cotidiana que conecta, nesta dissertação, Porecatu e Curitiba.

Há no discurso sobre a urbanização de Curitiba uma identidade ilusória (MARX, 2006) entre os interesses dos industriais, dos especuladores, empresários e políticos que se faz passar como sendo os interesses de toda a população curitibana. Não à toa, vemos o papel central que Curitiba desempenha no cenário político nacional atual: mais uma vez como modelo da “eficiência” neoliberal. A cidade é considerada ordenada e racional quando serve de maneira funcional aos interesses econômicos das famílias burguesas, é considerada desordenada quando os pobres aparecem subvertendo o uso concebido para o espaço. Para os detentores do capital só existe ordem quando seus lucros estão garantidos e a pobreza gerada por seu modo de vida não apareça aos seus olhos.

Pretendeu-se dar conta de expor algumas fissuras e possibilidades encontradas de análise institucional da cidade e do urbano, buscando compreender o campo e a cidade sob o ponto de vista da habitação, mobilidade do trabalho e o cotidiano, observando-os como fenômenos sociais que atravessam e destroem a concepção dualista de urbano e agrário. No campo e na cidade, assim como nas comunidades indígenas, quilombos, entre outros, a imposição de trabalho degrada e submete à uma exploração do trabalho cada vez mais lesiva. Entre estes dois “pólos” não há contradição alguma, mas, como diria Lefebvre (1972), a deterioração de ambos mediante a reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Há que superar o campo e a cidade, o agrário e o urbano como formas de reprodução da sociedade se quisermos superar o próprio capitalismo.

Bibliografia

- AB”SABER, Aziz. *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*. Ateliê Editorial. Cotia-SP. 2007
- Agroenergia: Mitos e impactos na América Latina*. Publicada pela Comissão Pastoral da Terra e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no ano de 2007
- ALENEJANO, Paulo. PORTO-GONÇALVES. *Geografia Agrária da crise dos alimentos no Brasil*. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/Porto-Gon%c3%a1alves_e_Alentejano_producao_alimentar.pdf
- ALFREDO, Anselmo. *Modernização e reprodução crítica: a agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação*. In GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, p. 63-108, 2008.
- ALTOÉ, Sonia. *Réné Lourau: Analista Institucional em tempo integral*. Hucitec. São Paulo. 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Editora Brasiliense. Brasília.
- ANDRADE, Mário. Carta às Icamabas In. *Macunaíma*, Garnier, Belo Horizonte-Rio de Janeiro, 2004
- BAITZ, Ricardo & DAMIANI, Amélia Luísa: *Atravessando a Geografia, Marx, Lefebvre e os Situacionistas*. V. 1. Editora Tiragem Livre. São Paulo. 2017.
- BAITZ, Ricardo. *A Implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia?*. In: Boletim Paulista de Geografia. n. 84. p. 25-50
- _____. *O método Oswaldradino: uma leitura pela lente da análise institucional e da teoria da implicação*. Revista Fronteiras. n. 11. PUC-SP. Dezembro de 2013.
- BENSAÏD, Daniel. *Os irredutíveis: Teoremas da Resistência para o Tempo Presente*. Boitempo. São Paulo. 2008.
- BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. *Planos de Humanização para Curitiba: Remodelação urbana e imobiliária da metrópole*. Tese de Doutorado defendida pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo. 2016.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar*. Companhia das Letras. São Paulo. 2011.
- BOMBARDI, Larissa Mies. *Intoxicação e Morte Por Agrotóxicos no Brasil: a Nova Versão do Capitalismo Oligopolizado no Brasil*. Boletim DATALUTA – Artigo do mês: setembro de 2011
- BONNEMAISON, Joel. *Viagem em Torno do Território*. In: ROSENDAHL, Z. CORREA, R. L. (orgs.), *Geografia Cultural: Um Século*. EDUERJ, Rio de Janeiro. 2002.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista ea transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.
- CARDOSO, S. *O olhar viajante (do etnólogo)*. In. NOVAES, A. *O Olhar*: Cia. Das Letras, 1995, p374-360.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografias de São Paulo*. V. 1. *Representação e crise da metrópole*. Editora Contexto. São Paulo. 2015.
- CASTRO OLIVEIRA, B. A. *Do Palco Aos Bastidores: cena e contracena do trabalho de campo*. São Paulo, Mimeo, p. 13
- CATARUCCI, Amanda de Fátima Martin. *A APA do armo na Produção da Cidade e a Cidade na Produção do Relevo*. Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia – FFLH – USP. 2007.
- CEFURIA. *Irmã Araújo: vida e obra*. Série “Memória das Lutas Populares no Paraná Pós Ditadura Militar. Editora Gráfica Popular Cefuria. Curitiba. 2007.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Monopólio da Terra no Brasil: Impactos da expansão de monocultivos para a produção de agrocombustíveis*. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra. Março de 2010.

CHAUÍ, O *Discurso Competente* In de Souza Chauí, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. Fundação Perseu Abramo, 2006.

Coleção Grandes Cientistas Sociais. Frederich Ratzel. n. 59. Ática. São Paulo. 1990;

_____. Elisée Réclús. n. 49. Ática. São Paulo. 1985.

DAMIANI, Amélia Luísa. A Geografia que desejamos. In Boletim Paulista de Geografia. N. 83. Perspectiva Crítica. AGB/Xamã Editora. São Paulo. 2005. p. 57-90.

_____. *A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH-FFLCH-USP. São Paulo. 1993.

_____. *População e Geografia*. Contexto. São Paulo. 2004.

_____. *Urbanização crítica e situação geográfica*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino de. *Geografias de São Paulo*. V. 1. Representação e crise da Metrópole. Contexto. 2015.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Boitempo. São Paulo. 2006.

DE GERARDI, Lúcia Helena Oliveira; SILVA, Bárbara Christine Nentwig. *Quantificação em geografia*. Difel, 1981.

DEBORD, Guy. "A sociedade do espetáculo." *Rio de janeiro: Contraponto* 102. 1997

ESCOLA ITINERANTE HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU. *Inventário de Realidade*. 2016.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Presença. Lisboa. 1988.

_____. *A Situação da Classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo. 2015.

_____. *Sobre a Questão da Moradia*. Boitempo. 2016.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (org). *Pesquisa Participante*. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988

FREIRE, Paulo, *Comunicação ou Extensão*, São Paulo, Civilização Brasileira, 1988.

GARNIER, J.P. *Planificación urbana y neocapitalismo*. Barcelona. 1976.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*. Editorial Estampa.

GONÇALVES, Glauco Roberto. *A Crise da Cidade em Jogo: O Futebol na Contra-mão em Ruas da Penha*. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Geografia da FFLCH-USP. 2011.

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do Capital*. Expressão Popular. São Paulo. 2012.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes*. Martins Fontes. São Paulo. 2014

_____. *O enigma do Capital e as crises do capitalismo*. Boitempo Editorial. São Paulo

_____. *Os Limites do Capital*. Boitempo Editorial. São Paulo. 2012.

_____. *París, capital de la modernidad*. Akal. Madrid. 2006.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC *Nosso Bairro: Cidade Industrial/Lucimara Wons*, Coord. _ Curitiba: IPPUC, 2015.

JAMES, C. R. L. James. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Boitempo. São Paulo. 2010.

KOHLHEPP, Gerd. *A Colonização Agrária do Norte do Paraná*. UEM. Maringa. 2014.

LA BLACHE, Paul Vidal. *Princípios de Geografia Humana*. Edições Cosmos. Lisboa

LACOSTE, Yves. *Os países Subdesenvovidos*. DIFEL/Saber Atual. São Paulo. 1975.

LEFEBVRE, Henri. *A Irrupção*. São Paulo. 1968.

_____. *Espaço, A produção do Espaço, a economia política do Espaço*. In *Espaço e Política*. Belo Horizonte. UFMG. 2008.

_____. *A Revolução Urbana*. Editora UFMG. Belo Horizonte. 1999.

_____. *De lo Rural a lo Urbano*. Ediciones Península. 1978.

_____. *La Presencia y la ausencia*. Fondo de Cultura Económica de Mexico. México. 1983

_____. *Lógica Formal, Lógica Dialética*. Civilização Brasileira. 1991.

- _____. *Más Allá del Estructuralismo*. Ediciones Elaleph. 2000
- _____. *O Direito à Cidade*. Editora Centauro. São Paulo. 2010.
- _____. *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Ulisseia. 1972
- _____. *O Vale de Campan: Estudo de Sociologia Rural*. Edusp. São Paulo. 2011.
- _____. *Posição Contra os Tecnocratas*. Nova Crítica. São Paulo. 1969.
- _____. *Rhythmanalysis: Space, time and Everyday Life*. Continuum. 2004.
- LOURAU, René. *Él Análisis Institucional*. Amorrutu ediciones. Buenos Aires. 1988
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Abril Cultural. Coleção Os Economistas. 1984. V. I
- _____. *A Acumulação do Capital*. Abril Cultural. Coleção Os Economistas. 1984. V. II
- LENIN, Vladimir. *O Imperialismo, fase superior do Capitalismo*. Editora Centauro. 2008.
- MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Estado do Paraná*. Editora UEPG. Ponta Grossa. 2012.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. Contexto. São Paulo. 2010.
- _____. *A chegada do estranho*. Hucitec, v. 1, São Paulo. 1993.
- _____. *Fronteira*. Contexto. São Paulo. 2009.
- MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Publicações Escorpião. 1976.
- _____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Boitempo. São Paulo. 2006.
- _____. *O Capital*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. L.I. V.I 1988.
- _____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelman*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1974.
- MOLINA, Fábio Silveira. *Mega eventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: da “Paris dos trópicos” à “cidade olímpica”*. Tese de doutorado apresentada ao PPGH da FFLCH-USP. São Paulo, 2013.
- MONBEIG, Pierre. *O crescimento da cidade de São Paulo*. In: SZMRECSAYI, Tamás (org.). *História econômica da cidade de São Paulo*. Globo. 2004. p. 15-115
- _____. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Hucitec. São Paulo. 1984.
- MOREIRA, Ruy. *As Três Geografias: Refletindo pelo Retrovisor Sobre os Problemas de Toda Mudança*. In Boletim Paulista de Geografia. N. 88. Associação de Geógrafos Brasileiros. São Paulo. 2007
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Ciclos de Formação Humana na Escola*. Colégio Estadual Iraci Salete Strozak e Escolas Itinerantes.
- NEVES, Lafaiete Santos. *Movimento Popular e Transporte Coletivo em Curitiba*. Série “Memória das lutas Populares no Paraná Pós-Ditadura Militar” n. 3. Editora Popular CEFURIA. Curitiba. 2006
- OIKAWA, Marcelo. *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*. Expressão Popular. São Paulo. 2011
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo. FFLCH. 2007.
- OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o Mito da Cidade Modelo*. Editora UFPR. 2014.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco*. Boitempo. São Paulo. 2011.
- OLIVEIRA, R. D. e OLIVEIRA, M. D. de. *Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la*. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Pesquisa participante*. 7 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.17-33.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 45. reimpr., São Paulo: Brasiliense. 1998.
- PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. *A Sede do Capital: O Abastecimento de Água Em Favelas da Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Geografia da FFLCH-USP. 2011.
- Revista Monopólio da terra no Brasil: Impactos da expansão de monocultivos para a produção de agrocombustíveis. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra. Março de 2010.

QUEIROZ, M. I. P. de. Das técnicas. Técnica de gravador e registro da informação viva. Das entrevistas e da sua transcrição. In *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, p.57-90.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. Ática. São Paulo. 1993.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. *Produção Contraditória do Espaço Urbano e resistências*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Crise Urbana*. Editora Contexto. São Paulo

RODRIGUES, Marcieleh Lemos. Sobre livros didáticos, ensino de Geografia e colonialidade(s): uma visita aos conteúdos do 7º ano do Ensino Fundamental. Trabalho de Conclusão de Curso defendido pela UFPR (Universidade Federal do Paraná) Curitiba. 2014.

SANTOS, Cesar Ricardo Simoni. A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH – FFLCH-USP. 2013.

_____. *A fronteira urbana: Urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil*. Annablume. São Paulo.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 7ª edição." São Paulo: Edusp (2007).

_____. *A Natureza do Espaço*. Edusp. São Paulo. 2012.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder: Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. 1987.

_____. *Territórios de uso: cotidiano e modo de vida*. In: CIDADES. v. 1, n. 2, 2004

_____. *Urbanização e fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão*. Tese de livre docência apresentada ao PPGH – FFLCH/USP. 2003.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. Companhia das Letras. São Paulo. 2013.

ZALUAR, A. *Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas*. In CARDOSO, R. C. L. (org) *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.107-126.

Mapas